UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade De Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Jaqueline Resmini Hansen

DESIGUALDADES DIGITAIS, POLÍTICAS E SOCIAIS NO BRASIL: um diálogo entre as abordagens do comportamento político e dos estudos de internet.

Belo Horizonte
2021

Jaqueline Resmini Hansen

DESIGUALDADES DIGITAIS, POLÍTICAS E SOCIAIS NO BRASIL: um diálogo entre as abordagens do comportamento político e dos estudos de internet.

Versão final

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Abílio Gomes Pereira

Belo Horizonte,
2021

320
H249d
2021

Hansen, Jaqueline Resmini.

Desigualdades digitais, políticas e sociais no Brasil [manuscrito] : um diálogo entre as abordagens do comportamento político e dos estudos de internet / Jaqueline Resmini Hansen. - 2021.

221 f.

Orientador: Marcus Abílio Gomes Pereira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.Ciência política – Teses.2. Participação política – Teses.3. Internet – Teses I. Pereira, Marcus Abílio Gomes. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 003ª/2021 DA DEFESA DE TESE DA ALUNA JAQUELINE RESMINI HANSEN

Realizou-se, no dia 26 de março de 2021, às 09:00 horas, a defesa da tese, intitulada "*As relações entre desigualdades digitais, políticas e sociais: uma descrição através do diálogo entre o campo do comportamento político e dos estudos de internet*", elaborada e apresentada por JAQUELINE RESMINI HANSEN, número de registro 2016653889, graduada no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS. A tese é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em CIÊNCIA POLÍTICA e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Marcus Abílio Gomes Pereira - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Bruno Pinheiro Wanderley Reis (DCP/UFMG), Prof. Lucio Remuzat Rennó Junior (UnB), Prof. Emerson Urizzi Cervi (UFPR), Profa. Nara de Carvalho Pavão (UFPE), Prof. Tiago José Ferreira Lapa da Silva (IUL), todos por videoconferência, incluindo a referida discente. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Pinheiro Wanderley Reis**, **Diretor(a) de unidade**, em 26/03/2021, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Abilio Gomes Pereira**, **Professor do Magistério Superior**, em 26/03/2021, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Tiago José Ferreira Lapa da Silva**, **Usuário Externo**, em 26/03/2021, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Emerson Urizzi Cervi**, **Usuário Externo**, em 26/03/2021, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Nara de Carvalho Pavão**, **Usuário Externo**, em 29/03/2021, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Lucio Remuzat Rennó Junior**, **Usuário Externo**, em 09/04/2021, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0643533** e o código CRC **230CA0C3**.

Referência: Processo nº 23072.216075/2021-03 SEI nº 0643533

À Lourdes Resmini Hansen (in memorium), pela vida e sonhos compartilhados.

À Clara Hansen Rocha, para que cresças sabendo que ciência também é lugar de mulher.

AGRADECIMENTOS

Esta tese é fruto de um processo que teve seu início muito antes do doutorado, é resultado dos encontros de uma vida, de trocas e ensinamentos colhidos pela estrada. Acima de tudo, eu agradeço à minha família pelos ensinamentos, pela liberdade de traçar os meus caminhos e o apoio incondicional as minhas escolhas. À minha mãe, Lourdes Resmini Hansen, que infelizmente não está mais entre nós para compartilhar desta alegria, agradeço por ter plantado as sementes da curiosidade, do amor pela leitura e por toda forma de arte desde a minha mais tenra infância. Ao meu pai, Jorge Luiz Hansen, agradeço por ser força, coerência e porto seguro. Aos dois agradeço pela forma como criaram a mim e minha irmã, Gisele Resmini Hansen, nos tornando amigas e parceiras de jornada. À Gisele agradeço por existir, por estar comigo e pela sabedoria de partilhar a vida na proximidade e na distância. Agradeço também por ter me dado a oportunidade de ser tia, trazendo a Clara para este mundo e com isso ressignificando toda a minha existência.

Agradeço as minhas madrinhas, Aneide Resmini e Relindes Jacoby Resmini, por serem força, amparo e inspiração desde o começo de tudo. Agradeço também a Mairy Alexandre Boschini, que além de ter sido a profissional responsável pela minha alfabetização e ter despertado meu gosto pelos estudos, me ensinou indiretamente, através da amizade com minha mãe, a importância de redes de suporte para que possamos seguir em frente. De vocês e da ligação com minha mãe aprendi algo que carreguei comigo, e anos mais tarde, José Saramago transformou em poesia para mim: são as conversas das mulheres e os sonhos que seguram o mundo em sua órbita.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcus Abílio Gomes Pereira, dedico uma gratidão especial, por ter sido amparo e luz para a construção desta tese. Foi um aprendizado enorme participar do Centro de Pesquisas em Política e Internet (CEPPI) e um privilégio contar com sua leitura sempre atenta durante o processo do doutorado. Agradeço também ao Prof. Dr. Mario Fuks pelos diversos momentos de diálogo que foram fundamentais para construção desta pesquisa e por ter me acolhido no Centro de Estudos do Comportamento Político (CECOMP). O CECOMP foi a melhor experiência de grupo de pesquisa que já tive, foram anos de muito crescimento enquanto pesquisadora e cientista, baseado em trocas mútuas e muito comprometimento. Aos colegas do CECOMP, Audrey Dias, Tábata Moreira, Gabriel Casalecchi, Eduardo Tamaki, Matheus Gomes, Pedro Henrique Marques, Mariela Rocha,

agradeço pelas contribuições a tese, mas especialmente pela parceria, carinho e compartilhamento de rotinas.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG por ter me aceitado no seu quadro de discentes e oportunizado valiosos anos de crescimento profissional através de disciplinas e seminários. Sou muito grata a todo o quadro técnico e de docentes, mas, dedico um agradecimento especial a Alessandro Magno da Silva e a Thaís Amorim de Araújo, por serem sempre prestativos e disponíveis para o diálogo. Agradeço também aos professores Dra. Natália Sátyro, Dr. José Ângelo Machado e Dr. Ricardo Fabrino Mendonça, pelo apoio nos momentos mais difíceis do meu percurso; e ao Prof. Dr. Bruno Reis, agradeço por compartilhar um olhar objetivo e claro sobre o fazer cientifico e, por ter aceitado compor o comitê avaliativo na banca de defesa.

Agradeço também ao Centro de Investigação em Estudos de Sociologia (CIES) do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, por ter me permitido passar um semestre como pesquisadora visitante, experiência extremamente enriquecedora. Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Tiago Lapa pelas trocas enquanto supervisor deste estágio, pela gentileza em disponibilizar os dados que tornaram esta pesquisa possível e por ter aceitado participar da banca de defesa. Sou grata a Prof. Dra. Guya Accuanero, por ter concedido um espaço no Seminário Mensal de Movimentos Sociais e Ação Política para discussão da minha pesquisa. Além disso, lembro com carinho da equipe técnica do CIES, em especial Neide Jorge e Danielle Ambrósio, sempre extremamente prestativas.

Sou também grata à professora Dra. Nara Pavão e ao professor Dr. Lucio Rennó pelas contribuições na produção desta pesquisa e por terem aceitado compor o comitê de defesa. Também me alegra poder contar com a presença do Prof. Dr. Emerson Cervi no rito final deste processo. Além disso, também agradeço aos professores Dr. Eduardo Moreira Da Silva e Dra. Helga do Nasicmento de Almeida, pelo apoio e por gentilmente aceitarem compor a banca enquanto membros suplentes. A todos os membros do comitê avaliativo deixo expressa minha gratidão e a honra que é poder contar com a leitura de vocês.

Não posso deixar de agradecer aos meus professores de graduação e mestrado, que me ajudaram a pavimentar os caminhos para que esse percurso no doutorado fosse possível. Da graduação, agradeço especialmente ao Prof. Dr. Gustavo Biasoli Alves, meu primeiro orientador e aquele com que dei meus primeiros passos enquanto pesquisadora e ao Prof. Dr. Allan Oliveira, pelas indicações de livros, que me mostraram um mundo das ciências sociais

que ia além daquele conhecido na sala de aula, e que reiteraram a importância da literatura na minha vida e no meu papel de pesquisadora. Do mestrado, agradeço imensamente ao meu orientador Prof. Dr. Ednaldo Ribeiro que foi porto seguro em todo percurso de pós-graduação, tem sido um prazer contar com sua companhia e ensinamentos. Agradeço também a Prof. Dra. Carla Almeida, por ter compartilhado em sua disciplina um olhar humano para os objetos da Ciência Política e por ser uma inspiração de atuação. Agradeço também ao professor Dr. Julian Borba, Dra. Carla Ayres e Dra. Renata Oliveira pelas oportunidades em trabalhar juntos, estes momentos representam uma alegre e construtiva parte desta jornada.

Todo esse percurso só teve sentido por estar acompanhado de pessoas incríveis que cruzaram os meus caminhos. Das minhas amigas desde sempre, agradeço a Taisa Bueno pelos anos caminhando juntas, compartilhando descobertas e ajustando diferenças. A Kamilla Schneider, Juliana Matos, Franciele Neves e Laysmara Carneiro Edoardo, agradeço por estarem comigo nos meus primeiros passos como cientista social e por seguirmos unidas nessa caminhada.

Agradeço a Nathália Porto e sua família maravilhosa pela hospitalidade e carinho no meu processo de mudança para Belo Horizonte. A Carmelita Veneroso, André Carvalho, Leonardo Silveira, Raquel D'Albuquerque e Luciana Andrade agradeço pela acolhida, minha adaptação a Belo Horizonte foi mais fácil, graças a receptividade de vocês.

Agradeço aos meus companheiros de jornada na Pós-Graduação em Ciência Política: Augusta Teixeira, Joel Dias, Sabrina Almeida, Paula Boarin, Mariana Cockles, Carlos Esteves, Maria Alice Ferreira, Jessica Fernandes sou grata pela amizade, companheirismo, compartilhamento de felicidades e angústias. Os meus anos de doutorado foram mais felizes ao lado de vocês. Agradeço também ao meu amigo Mauro Lucio Jeronymo pelo conhecimento compartilhado e por não me deixar me perder em mim mesma nestes anos. Aos amigos do Departamento de Ciência Política, Helga Almeida, Thiago Coacci, Lucas Cunha, Bruna Camilo, Larissa Gomes, Camila Montevecchi, Natália Aguiar agradeço pelos almoços, cafés e conversas. Agradeço também aos meus companheiros de república, Bruno Santanna e Ramayanna Brito, pelo compartilhamento da vida e irmandade construída. Todas essas pessoas tiveram um papel fundamental na construção de Belo Horizonte como um lar.

A Caroline Colombo, Eser Yagci, Eula Carvalho Pinheiro, Luana Taborda, Romilce Colombo e Raphael Souza agradeço pelo encontro, por compartilharem Lisboa comigo e

tornarem essa experiência a mais mágica possível. Foram seis meses de muita descoberta e aconchego ao lado de vocês.

Ítalo Calvino diz que de uma cidade não aproveitamos suas maravilhas, mas sim as respostas que dá as nossas perguntas. Todas estas pessoas citadas representam um pedacinho das cidades que passei e das respostas às minhas perguntas de pesquisa e às minhas perguntas da vida. Sou muito grata por ter caminhado ao menos uma parte do trajeto lado a lado com vocês e mesmo que os caminhos não sejam mais os mesmos, carrego profunda admiração, carinho e respeito por todos.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento em Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento concedido no mestrado, no doutorado e no período sanduíche, sem este apoio financeiro esse percurso não teria sido possível. Aproveito também para expressar minha gratidão aos governos do Partido dos Trabalhadores, que investiram em políticas públicas para ciência, me permitindo sonhar com o caminho da pós-graduação e concretizar este sonho.

“(...) as ideias podem propagar-se, não só por via direita, da boca ao ouvido, mas simplesmente porque pairam nas correntes atmosféricas que nos rodeiam, constituindo, por assim dizer, um autêntico banho de imersão na qual se aprende sem se dar por isso.” (A viagem do elefante – José Saramago)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo descrever e explorar as relações entre desigualdades digitais, políticas e sociais, através da análise do caso brasileiro, em função de suas amplas desigualdades. Parte-se da noção de desigualdades sociais enquanto desigualdades categóricas de posição social, que levam à reprodução de vantagens em outras categorias, como as digitais e políticas. Tal enquadramento permite centrar o olhar nas relações entre desigualdades digitais e políticas, e também explorar o relacionamento delas. Do campo comportamental é mobilizado o Modelo do Voluntarismo Cívico para definir desigualdades políticas como diferenças na participação política e sustentar que elas sofrem uma relação de determinação das desigualdades sociais. Para trazer as desigualdades digitais para o debate do ambiente online, este é enquadrado dentro da dimensão de oportunidades, por ser um espaço centrado na escrita e na comunicação entre muitos. Assim, do campo dos estudos de internet, a Teoria dos Recursos e Apropriações é mobilizada para elucidar que as desigualdades digitais se expressam em três níveis e são determinadas por desigualdades sociais. Já o Modelo dos Campos Correspondentes é utilizado para argumentar que o ambiente online propicia um campo correspondente aos espaços de oportunidades off-line, os quais possibilitam o desenvolvimento de habilidades úteis à participação política. Por fim, a abordagem dos estudos sociotécnicos é mobilizada para mostrar que a arquitetura de plataformas da web atua na relação entre desigualdades categóricas, através de constrangimentos técnicos capazes de perpetuar indivíduos em posições de vantagem na sociedade. Estas abordagens teóricas fundamentam um desenho de pesquisa descritivo, que explora a relação entre desigualdades digitais e políticas, considerando a inclusão à internet como o primeiro nível das desigualdades digitais e as habilidades e usos do ambiente online como o segundo nível. A primeira relação é descrita através de uma chave de dependência, por meio de uma Análise de Moderação, através da Regressão Logística. Já a segunda é explorada numa chave de interdependência, e utilizou-se de uma Análise de Correspondência Múltipla para descrever a distinção dos grupos. As análises indicaram que as relações entre as desigualdades categóricas apresentam uma tendência de amplificação e reprodução das desigualdades sociais. Portanto, a principal contribuição que a descrição das relações entre desigualdades categóricas evidencia é que, apesar do ambiente online possuir um potencial cívico de propiciar experiências que exercitam habilidades necessárias à participação política, esse sistema de oportunidades é constrangido por aspectos sociais e técnicos que atuam respaldando o processo de reprodução das posições de vantagem.

Palavras-chave: Desigualdades políticas; Desigualdades Digitais; Desigualdades Sociais.

ABSTRACT

This research aims to describe and explore the relationship between digital, political and social inequalities through the analysis of the Brazilian case. Starts from the notion of social inequalities as categorical inequalities of social position that lead to the reproduction of advantages in other categories, such as digital and political. This framework allows us to focus on the connection between digital and political inequalities and to explore their relationship. From the political behavioral field, the Civic Volunteerism Model is mobilized to define political inequalities as differences in political participation, and to maintain that they suffer a determination of social inequalities. To bring digital inequalities into debate, the online environment is framed within the dimension of opportunities as a space centered on writing and communication among many. Thus, from the field of internet studies, Theory of Resources and Appropriations is mobilized to define that digital inequalities are expressed at three levels and are determined by social inequalities. The Corresponding Fields Model is used to argue that online environment provides a field corresponding to the spaces of offline opportunities, that enable the development of useful skills for political participation. Finally, the socio-technical studies approach is mobilized to show that architecture of web platforms acts in relation to categorical inequalities through technical constraints, capable of perpetuating individuals in advantageous positions in society. These theoretical approaches support a descriptive research design that explores the relationship between digital and political inequalities, considering the inclusion of the internet as the first level of digital inequalities and the skills and uses of the online environment as the second level. The first relation is described through a dependency key through a Moderation Analysis through Logistic Regression. The second is explored in a key of interdependence and a Multiple Correspondence Analysis was used to describe the distinction between groups. This analyzes indicated that relations between categorical inequalities have a tendency to amplify and reproduce social inequalities. Therefore, the main contribution that the description of relations between categorical inequalities shows is that although the online environment has a civic potential to provide experiences that exercise skills necessary for political participation, this system of opportunities is constrained by social and technical aspects that act to support the process of reproducing advantageous positions.

Keywords: Political Inequalities; Digital Inequalities; Social Inequalities.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Diagrama geral da pesquisa.....18
Figura 2. - Diagrama da relação entre o primeiro nível das desigualdades digitais e as desigualdades sociais e políticas.....23
Figura 3. Diagrama da relação entre o segundo nível das desigualdades digitais e as desigualdades sociais e políticas.....24

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Uso do ambiente online para comunicação e interação de 2015 a 2019.....133
Gráfico 2. Uso do ambiente online para compartilhamento de conteúdo de 2015 a 2019.....134
Gráfico 3. Participação política entre os brasileiros 2006 à 2019.....139
Gráfico 4. Engajamento associativo entre brasileiros 2006 à 2019.....140
Gráfico 5. As relações entre participação em Audiências Públicas, Partidos e Protestos.....149
Gráfico 6. Determinantes da participação em Audiência Pública.....156
Gráfico 7. Interação entre inclusão digital e motivações política na determinação do comparecimento em Audiências Públicas.....157
Gráfico 8. Determinantes da participação em Partidos ou Movimentos Políticos.....161
Gráfico 9. Determinantes da participação em protesto.....164
Gráfico 10. Interação entre inclusão digital e capacidades na determinação na participação em protesto.....165
Gráfico 11. As relações entre participação em Petições, Partidos e Protestos.....182
Gráfico 12. Análise de Correspondência Múltipla: gráfico perceptual das dimensões.....186
Gráfico 13. Gráfico perceptual da qualidade da representação das categorias.....190
Gráfico 14. Relação entre idade e escolaridade.....209
Gráfico 15. Relações entre escolaridade e idade na amostra da Network Cultures Survey. .211
Gráfico 16. Relações entre idade e uso de twitter.....212
Gráfico 17. Relação entre uso de sites de redes sociais e idade.....214
Gráfico 18. Relação entre criar conteúdo para sites e blogs e idade.....215
Gráfico 19. Relações entre participar de discussões online e idade.....216
Gráfico 20. Relações entre postar conteúdo próprio e idade.....217

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Habilidade cívicas off-line e online.....124
Quadro 2. Operacionalização das dimensões em variáveis.....128
Quadro 3. Equações dos seis modelos de relação dependência e moderação entre desigualdades sociais, digitais e políticas.....153
Quadro 4. Os quatro perfis de relação entre desigualdades digitais, políticas e sociais.....188

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Porcentagem de internautas na população brasileira 2008-2019.....131
Tabela 2. Características sociodemográficas e usos participativos do ambiente online.....137
Tabela 3. As relações entre as desigualdades sociais, inclusão digital e participação em audiências púbicas, partidos políticos e protestos.....151
Tabela 4. Modelos para Participação em Audiência Pública.....155
Tabela 5. Modelos para Participação em Partidos e Movimentos Políticos.....160
Tabela 6. Modelos para Participação em Protestos.....163
Tabela 7. As relações entre as desigualdades sociais e participação em petições, partidos políticos e protestos.....184
Tabela 8. As relações entre o segundo nível de inclusão digital e participação em petições, partidos políticos e protestos.....185

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: UM DESENHO DE PESQUISA PARA DESCREVER RELAÇÕES ENTRE DESIGUALDADES DIGITAIS, POLÍTICAS E SOCIAIS.....16

2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO EXPRESSÃO DAS DESIGUALDADES POLÍTICAS E SUA RELAÇÃO COM AS DESIGUALDADES SOCIAIS: A ABORDAGEM DO CAMPO DO COMPORTAMENTO POLÍTICO.....28

2.1. Conceito, modalidades e tipologias da participação política na abordagem comportamental.....30
2.2. Teorias explicativas da participação no comportamento político: os principais fatores condicionantes.....34
2.2.1. O uso de internet como fator condicionante da participação política.....37
2.3.O Modelo do Voluntarismo Cívico: uma abordagem acerca das desigualdades políticas.....51
2.3.1. A dimensão das capacidades: os recursos de tempo, dinheiro, escolaridade e habilidades cívicas.....54
2.3.2. A dimensão das motivações: o engajamento psicológico com a política..59
2.3.3. A dimensão das oportunidades: instituições da vida adulta, habilidades cívicas e recrutamento.....60
2.3.4. As desigualdades de voz política e o ambiente online.....64
2.3.5 .....A união dos fatores participativos: capacidades, motivações e oportunidades.....68
2.4. Abordagens sobre a participação política no Brasil: os estudos sobre a ótica comportamental.....70
2.5. Considerações finais.....77

3. A INCLUSÃO, OS USOS E AS HABILIDADES COMO EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES DIGITAIS E SUAS RELAÇÕES COM AS DESIGUALDADES SOCIAIS: A ABORDAGEM DO CAMPO DO *DIGITAL DIVIDE*.....81

3.1. O campo do digital divide.....84
3.2. A abordagem relacional das desigualdades digitais.....91
3.2.1. Aplicação da abordagem relacional ao caso brasileiro.....101
3.3. Abordagens acerca das relações entre desigualdades sociais, digitais e políticas. 103
3.4. Considerações finais.....107

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS E TEÓRICOS PARA EXPLORAR A RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADES DIGITAIS, POLÍTICAS E SOCIAIS.....111

4.1. Acessando as relações entre desigualdades categóricas através de um desenho de pesquisa descritivo e exploratório.....111
4.2. Características e especificidades do ambiente online a partir da abordagem sociotécnica.....113

4.3. As relações entre desigualdades digitais e políticas: o ambiente online como um espaço de oportunidades e a voz política como um benefício de inclusão.....123
4.4. Por que o Brasil é um bom caso para análise?.....131

5. AS RELAÇÕES ENTRE O PRIMEIRO NÍVEL DE DESIGUALDADES DIGITAIS E AS DESIGUALDADES SOCIAIS E POLÍTICAS.....141

5.1. Análise de Moderação através da Regressão Logística.....143
5.2. Apresentação dos dados.....145
5.3. Análise descritiva: as modalidades de participação política, os condicionantes e as suas relações.....148
5.4. Os impactos do primeiro nível da desigualdade digital nas relações entre desigualdades sociais e políticas.....152
5.4.1. Participação em Audiências Públicas.....154
5.4.2. Participação em Partidos e/ou Movimentos Políticos.....159
5.4.3. Participação em Protesto.....162
5.5. Considerações finais sobre os resultados da análise de moderação.....167

6. AS RELAÇÕES ENTRE O SEGUNDO NÍVEL DA INCLUSÃO DIGITAL E AS DESIGUALDADES POLÍTICAS E SOCIAIS.....172

6.1. Análise de Correspondência: uma abordagem acerca das relações.....174
6.2. Apresentação dos dados.....177
6.3. Análise descritiva: as relações entre modalidades de participação política, seus condicionantes e os usos do ambiente online para produção de conteúdo.....181
6.4. As relações entre o segundo nível de desigualdades digitais e as desigualdades políticas e sociais.....186
6.5. Considerações finais acerca da Análise de Correspondência.....190

7.CONCLUSÃO.....194

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....202

ANEXO I – DESCRIÇÃO DO BANCO DE DADOS DA NETWORK CULTURES SURVEY.....209

INTRODUÇÃO: UM DESENHO DE PESQUISA PARA DESCREVER RELAÇÕES ENTRE DESIGUALDADES DIGITAIS, POLÍTICAS E SOCIAIS.

A sociedade atual é profundamente marcada pela noção de desigualdades categóricas, ou seja, os indivíduos não estão todos nas mesmas posições sociais, eles diferenciam-se em função de atributos como gênero, idade, classe social, tipo de emprego, local de moradia, renda. Por mais que teoricamente, e constitucionalmente, os indivíduos integrantes de uma sociedade, os cidadãos, sejam iguais em função de direitos sociais, civis e políticos, essa igualdade não é plenamente atingida em função das desigualdades categóricas de posição, que colocam alguns cidadãos em vantagem em relação a outros. Neste sentido, essas desigualdades categóricas têm relação com os tipos de experiências sociais e políticas vivenciadas pelos cidadãos.

Deste modo, as desigualdades sociais funcionam como determinantes de desigualdades em outras esferas da vida, como por exemplo, nos ambientes políticos e digitais, os quais são as esferas de interesse desta tese. Diante disto, a questão de pesquisa que norteia este estudo é: *Como desigualdades sociais, digitais e políticas relacionam-se no contexto brasileiro?* Portanto, tem-se como objetivo geral descrever e explorar a relação entre estas três dimensões de desigualdades categóricas e para tanto, utiliza-se o caso brasileiro para análise em função da amplitude dessas categorias de desigualdade no país.

Embora, através de um diálogo indireto, a noção de desigualdades categóricas mobilizada nesta tese, sustenta-se no conceito de Charles Tilly (1998;2006). Isso porque, dentro dos campos dos estudos de internet a abordagem teórica das desigualdades digitais, que é apropriada para esta pesquisa, apoia-se na noção de desigualdade como "formas de benefício desigual em que conjuntos inteiros de pessoas, de um lado e de outro da fronteira, não recebem o mesmo tratamento" (TILLY, 2006, p. 48). Neste sentido, as desigualdades ocorrem em função de categorias, que mais do que apenas diferenciar os grupos de indivíduos, geram vantagens para um dos grupos e garantem que essas vantagens sejam reproduzidas e sustentadas ao longo do tempo.

Além disso, dentro do campo do comportamento político na abordagem das desigualdades políticas, a construção da noção de recursos e oportunidades também apresenta afinidades com a abordagem da mobilização dos recursos de Tilly (1977). Tal abordagem advoga que a ação coletiva, ou seja, a atuação orquestrada de pessoas em prol de um interesse em comum, possui cinco componentes: interesse, organização, mobilização, oportunidade e

ação, propriamente dita. Noções semelhantes são construídas pelo voluntarismo cívico para compreensão do ativismo individual, dialogando com o enquadramento proposto por Tilly para análise coletiva. Neste sentido, enquanto a teoria da mobilização dos recursos possui como unidade básica de análise os grupos, a teoria do voluntarismo cívico tem como unidade básica de análise os indivíduos.

A literatura acadêmica que trata do comportamento político, isto é, das atitudes, opiniões e ativismos políticos têm bem documentada a relação entre desigualdades sociais e desigualdades políticas, entendidas aqui como desigualdades na participação política e consequentemente, na representação dos interesses políticos dos grupos.

A principal abordagem do campo do comportamento político acerca das relações entre desigualdades sociais e políticas é o *Modelo do Voluntarismo Cívico* (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995)**.** Essa teoria postula que recursos socioeconômicos colocam certas pessoas em posição de vantagem na sociedade, porque tais recursos permitem que essas pessoas desenvolvam habilidades cívicas e motivações que as colocam em posições que oferecem oportunidades de aprimoramento dessas habilidades, de fortalecimento das motivações e de recrutamento para a participação. Assim, o status socioeconômico leva a desigualdades na participação política através de uma cadeia de reprodução de vantagens. Neste sentido, para as pessoas que possuem recursos, o custo da participação política torna-se menor e a percepção de benefícios maior, de modo que esses cidadãos se engajam em diferentes atividades, e assim têm uma voz política mais alta e clara, que faz com que os representantes ouçam melhor suas demandas.

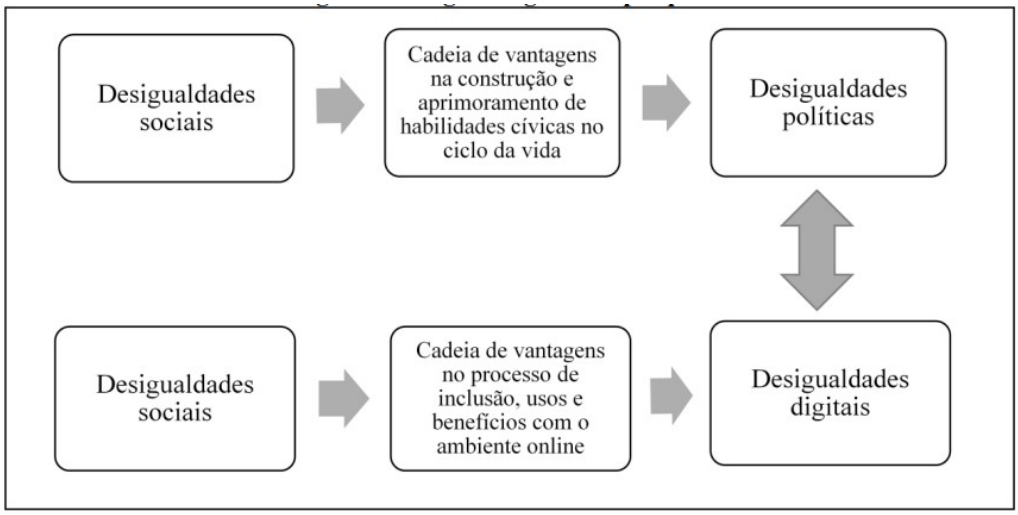
Por outro lado, o campo de estudos do *digital divide*, apesar de mais recente, também já têm bem assentada a discussão sobre as relações entre desigualdades sociais e desigualdades digitais, entendidas como desigualdades em relação à inclusão ao ambiente online, às habilidades, forma de utilização e benefícios do uso do ambiente online.

Uma das abordagens mais completas no campo de estudos de internet acerca das relações entre desigualdades sociais e digitais é a combinação da *Teoria dos Recursos e Apropriações* (VAN DIJK, 2005;2012) e *Modelo dos Campos Correspondentes* (HELSPER, 2012). Essas abordagens mostram que a posse de recursos socioeconômicos cria uma cadeia de vantagens em termos de acesso ao ambiente online (primeiro nível de inclusão digital), habilidades e usos efetivados no ambiente online (segundo nível de inclusão digital) e resultados obtidos destes usos (terceiro nível inclusão digital). Essas teorias postulam que

mesmo que o ambiente online tenha um potencial de inclusão, ele não produz oportunidades iguais para todos os cidadãos. O modelo dos campos correspondentes refina a abordagem dos recursos e apropriações, pois coloca o foco na perspectiva que os que estão inclusos nos campos off-line (cultural, social, político) vão ter vantagens na inclusão de seus campos correspondentes online. Isso aumenta a vantagem em relação aos resultados obtidos dos usos de internet.

Deste modo, partindo destas concepções teóricas, a presente pesquisa busca compreender as relações entre as desigualdades digitais e políticas, tomando como pressuposto teórico a cadeia de causalidade, onde desigualdades sociais se reverberam em desigualdades digitais e políticas, e coloca o foco na relação entre desigualdades políticas e digitais como especificado no diagrama abaixo.

Figura 1. Diagrama geral da pesquisa



Fonte: Elaboração da autora

A escolha do contexto brasileiro como caso de análise, se dá em função do país ser amplamente marcado por essas três dimensões de desigualdades categóricas. O Brasil é um país historicamente marcado por desigualdades sociais. As raízes das diferenças entre os que estão nas classes mais altas e nas classes mais baixas, estão ainda atreladas ao processo de formação do país que está fundada na escravidão e exclusão social das pessoas negras no processo de construção do país, enquanto uma República.

A constituição cidadã de 1988 objetivava diminuir estas desigualdades entre os cidadãos brasileiros, incentivando a produção de um estado de bem estar social através de políticas públicas, como: o Sistema Único de Saúde (SUS) que garante acesso à saúde e controla a vigilância sanitária; a Lei de Diretrizes Bases para Educação (LDB) que garante a

inclusão ao sistema de ensino de todas as crianças em idade escolar; o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que promove a proteção social, a garantia de direitos e auxilia os cidadãos no enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deste último, merece destaque o programa de transferência de renda Bolsa Família, que ajudou a tirar milhares de brasileiros da situação de extrema pobreza. Entretanto, apesar dessas iniciativas, segundo relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo[1].

Essas profundas desigualdades sociais afetam os sistemas de oportunidades dos cidadãos menos favorecidos, levando a outras desigualdades. Neste sentido, o Brasil também é fortemente marcado por desigualdades digitais, tanto em termos de acesso quanto em termos de habilidades e usos do ambiente online. Segundo os dados da pesquisa TIC-Domicílios (2019), 71% dos domicílios possuem acesso à internet e 79% dos cidadãos brasileiros são internautas[2]. Assim, apesar da maioria da população brasileira estar conectada, ainda existem expressivos 21% de brasileiros totalmente excluídos do mundo digital. Além disso, dentre os que estão incluídos, eles não se encontram em um patamar de igualdade de oportunidades de usos do ambiente online, existem diferenças nas habilidades e oportunidades de usos, as quais são amplificadas e reforçadas por desigualdades sociais categóricas (ARAÚJO e REINHARD, 2018).

Por outro lado, o Brasil também é marcado por desigualdades políticas, apesar de ser um país com alto comparecimento eleitoral em função da obrigatoriedade do voto, as outras modalidades de participação não são tão populares entre os brasileiros. Além disso, dentre os brasileiros, existe uma forte relação entre possuir recursos e a participação política, bem como uma tendência a centralidade, isto é, aqueles que são ativos em uma modalidade de participação tendem a ser ativos em outras, e deste modo amplificar o volume das suas demandas, e consequentemente, são melhor ouvidos pelos representantes (RIBEIRO e BORBA, 2015).

1 https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/12/09/brasil-e-o-7-mais-desigual-do-mundo-melhor-apenas-do-que-africanos.htm / https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/02/20/por-que-brasil-e-o-setimo-pais-mais-desigual-do-mundo.htm

2 A TIC Domicilios (2019) apresenta duas mensurações de internautas, uma da série histórica, mensurada desde 2008, que considera internauta aqueles que utilizaram a internet nos últimos 3 meses, conforme a mensuração da ONU, nessa mensuração 74% dos brasileiros são internautas. A segunda mensuração é um indicador ampliado que também considera como internauta aqueles que relataram usar aplicações que precisam de conexão com a internet, neste caso 79% dos brasileiros podem ser considerados internautas.

Portanto, o Brasil, por ser um país marcado por desigualdades políticas e digitais que possuem suas raízes em desigualdades sociais, apresenta-se como um caso interessante para explorar a associação entre desigualdades digitais, políticas e sociais e descrever as relações entre elas. Diante disso, como esta pesquisa tem um caráter exploratório e busca construir inferências descritivas, não é necessária a formulação de hipóteses a serem testadas, uma vez que as teorias apresentadas funcionam como ponto de partida para explorar as inter-relações entre as categorias de interesse e não como pressupostos a serem testados e validados para o contexto em análise.

Deste modo, a abordagem da pesquisa, objetiva discutir como grupos de cidadãos distinguem-se em função dessas três desigualdades categóricas. Como mencionado anteriormente as desigualdades digitais são teoricamente divididas em três níveis - acesso, habilidades e uso e benefícios - o Brasil é um país onde há pessoas que ainda não ultrapassaram a primeira barreira, isto é, não estão incluídas digitalmente e pessoas que apesar de incluídas, não possuem habilidades necessárias para determinados usos. Isso traz a necessidade de que a discussão seja feita, considerando essa particularidade do caso brasileiro, onde se faz necessário dados que cubram, ao menos, os dois primeiros níveis. Infelizmente, não se teve acesso a um banco de dados único e representativo que trate do caso brasileiro e que aborde tanto questões relativas às desigualdades digitais e usos do ambiente online, quanto as relativas à participação política e desigualdades políticas. Assim sendo, para efetivar essa discussão se mostrou fundamental combinar o uso de três bancos de dados: um para discutir as relações entre o primeiro nível de inclusão digital e participação política e outros dois para discutir as relações entre o segundo nível de inclusão digital e participação política.

Deste modo, para discutir a inter-relação entre estar incluso no ambiente online e ser politicamente ativo, será usado o banco de dados do *Latin America Public Opinion Project* (LAPOP) para o Brasil, onda de 2016/2017[3], pois este banco possui uma amostragem representativa do país, uma questão que mensura uso de internet e questões que mensuram tanto modalidades de participação política quanto as três dimensões explicativas oriundas do *Modelo do Voluntarismo Cívico* (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995): as capacidades, motivações e oportunidades. Como não se obteve acesso a um banco de dados representativo

3 Nesta onda a coleta de dados no Brasil foi executada no início do ano de 2017. Como a pesquisa realizada pelo Latinobarômetro em 2016 no Brasil não contemplava as questões necessárias e no Word Values Survey tinha sua última pesquisa em 2014 optou-se por utilizar os dados do LAPOP de 2017 por serem os mais próximos a coleta do dos dados da Network Cultures Survey utilizado para discutir o segundo nível de da inclusão digital.

que combinasse mensurações sobre as desigualdades políticas, seus condicionantes e o uso do ambiente online relacionado a produção de conteúdo, contemplando assim a segunda dimensão das desigualdades digitais, será utilizado a pesquisa *Network Cultures Survey* (NCS), realizada também em 2016, o qual não é representativo, mas contempla as três dimensões de interesse dessa pesquisa. Para complementar a análise do segundo nível de inclusão digital, serão utilizados os dados da TIC-Domicílios, uma pesquisa anual sobre inclusão digital e usos do ambiente online, que cumprirá o objetivo de descrever as relações entre desigualdades sociais e digitais no Brasil, bem como, servirá de base para descrever os vieses da pesquisa *Network Cultures Survey*[4].

Portanto, considerando as particularidades do caso brasileiro e os dados disponíveis, o objetivo geral desta pesquisa - discutir como grupos se diferenciam em termos de desigualdades categóricas - desdobra-se em dois objetivos específicos que visam explorar os dois primeiros níveis da inclusão digital, os quais possuem desenhos e modelagens específicas de acordo com o que a natureza dos dados suportam. Essa abordagem separada sobre os dois níveis da inclusão digital é necessária, porque analisar o acesso ou não ao ambiente online é uma maneira de considerar os que estão excluídos e captar as pessoas, que apesar de possuírem acesso ao ambiente online, têm seus usos condicionados às suas parcas habilidades digitais relacionadas ao meio e ao conteúdo. Devido ao tamanho da amostra e ao fato dela ter sido coletada online e não ser representativa da população brasileira, os indivíduos que utilizam do ambiente online de maneira instrumental, isto é, estão conectados, mas não possuem as habilidades necessárias para tirar o maior benefício deste uso, não são captados na abordagem que discute usos e habilidades com o ambiente online.

Assim, o objetivo específico da discussão a ser realizada a partir dos dados do LAPOP, é *explorar quando o primeiro nível das desigualdades digitais, isto é, ser internauta, afeta a relação entre desigualdades sociais e políticas*. Em relação a esse primeiro nível de

4 No ano de 2019 o LAPOP inseriu questões sobre o uso de sites de redes sociais para informação política em seu questionário, entretanto essas mensurações não captam a produção de conteúdo online que é uma dimensão central dessa pesquisa. Outros três bancos de dados também possuem questões sobre uso de internet e participação política online porém, também não mensuram estritamente a produção de conteúdo online. Além disso, um deles "Democracia, mídia e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens do Sul do Brasil" realizada pelo NUPESAL/UFRGS foca apenas em jovens ainda no processo escolar e esta pesquisa está interessada na população adulta. Já os outros dois bancos de dados "Brasil, 25 anos de democracia", realizada NUPPs/USP (2014) e "A Cara da Democracia" (2019) realizado pelo INCT Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação não estavam disponíveis. Bancos de dados com Latinobarômetro e Word Values Surveys possuem apenas mensurações de inclusão.

inclusão digital é possível efetivar um desenho que considere a relação de dependência entre as desigualdades categóricas. De acordo com Hair *et all* (2005), análises de dependência são aquelas em que é possível determinar teoricamente quais categorias compõem as variáveis dependentes e quais são as variáveis independentes. Partindo da literatura mobilizada, é possível identificar as desigualdades políticas, mensuradas a partir de modalidades de participação como variáveis dependentes e as três dimensões do *Modelo do Voluntarismo Cívico* (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995) e a inclusão digital como variáveis independentes. Assim, este desenho considera que a participação política é determinada por uma combinação entre desigualdades sociais categóricas, mensuradas como capacidades, motivações e oportunidades e desigualdade de acesso ao ambiente online, mensurado como ser internauta ou não.

Além disso, não é possível pressupor interdependência entre ter acesso à internet e as atividades de participação política, ou seja, a participação política não interfere no acesso à internet. O fato de as pessoas estarem conectadas ou não, não tem relação direta com suas escolhas de participação política. Portanto, é possível determinar teoricamente que a inclusão ao ambiente online é uma dimensão independente, e teria influência sobre a participação política. É possível estabelecer essa relação de dependência porque a *Teoria dos Recursos e Apropriações* (VAN DIJK, 2005;2012) combinada ao *Modelo dos Campos Correspondentes* (HELSPER, 2012) postula que o acesso, o primeiro nível de inclusão digital, é caracterizado por ter acesso a estrutura material para conexão (rede de internet disponível, computador, smartphone e outros dispositivos) e ter motivações para estar conectado, bem como que esses motivos não são políticos, no sentido de estarem relacionados ao sistema político.

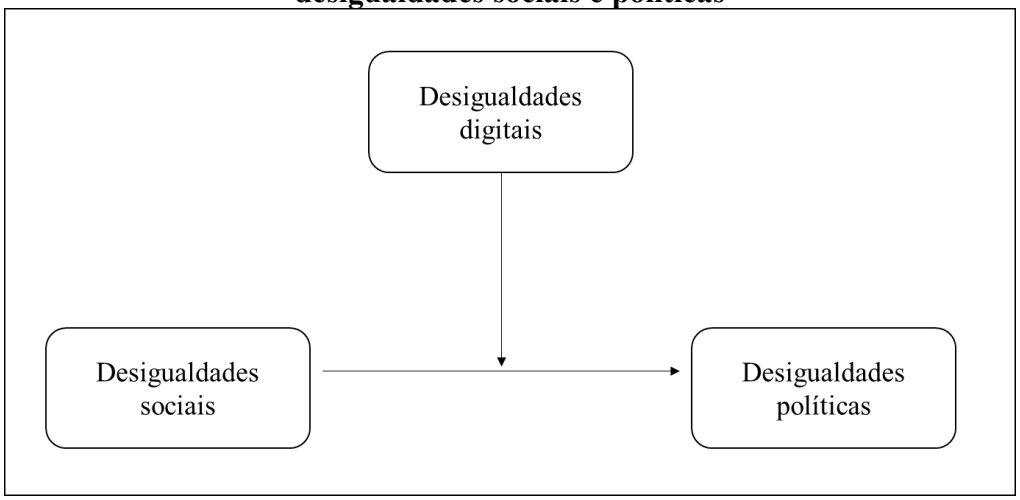
Deste modo, estar conectado significa ter acesso material disponível e ter uma motivação para tal. A teoria mostra que isso tem relação com classe social, os que estão excluídos por não ter infraestrutura disponível aumentam conforme a classe se torna mais baixa. Além disso, os de classe social mais baixa tendem a ter menos acesso à educação e com isso menos habilidades para lidar com o meio quando superaram a primeira barreira do acesso. Assim, a dimensão de inclusão tem uma relação com recursos, que é bem documentada pela literatura e visível empiricamente, no caso brasileiro.

Desta forma, a inclusão ao ambiente online é tratada aqui como o *Modelo do Voluntarismo Cívico* (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995), trata a inclusão das instituições da vida adulta na sua relação com a participação. Para esta abordagem teórica, os

ambientes do trabalho, igreja e associações são locais de oportunidades para recrutamento e para desenvolver e aprimorar habilidades cívicas. Entretanto, essas oportunidades não são vividas de maneira igualitária, existem empregos, associações e igrejas que pela sua execução são mais propícias a isso. O ambiente online pode funcionar desta mesma maneira, então essa primeira mensuração – estar ou não conectado – ajuda a entender o quanto a diferenciação dos brasileiros participativos na política depende de eles estarem conectados ou não.

Contudo, como é possível esperar uma relação de interdependência entre as variáveis dependentes, desigualdades sociais e digitais, considera-se nessa análise, que a inclusão ao ambiente online atua como moderadora da relação entre desigualdades sociais e desigualdades políticas, de modo que ela afeta uma relação existente como especificado no diagrama abaixo, específico a este objetivo. A técnica estatística adequada para capturar as diferenças entre os grupos categóricos e analisar a relação de dependência entre as variáveis, considerando a interdependência entre as variáveis independentes, é a Análise de Moderação através da Análise de Regressão Logística (HAIR *et* all, 2005; HAYES, 2013; OSBORNE, 2015;2016). Esta é uma abordagem multivariada que permite discutir se um conjunto de variáveis independentes afeta uma variável dependente utilizando de um termo interativo, ou seja, a multiplicação entre as variáveis independentes, para acessar a interdependência entre elas e controlar a multicolineriedade entre as dimensões de capacidades, motivações e oportunidades e a dimensão da inclusão digital.

Figura 1. - Diagrama da relação entre o primeiro nível das desigualdades digitais e as desigualdades sociais e políticas



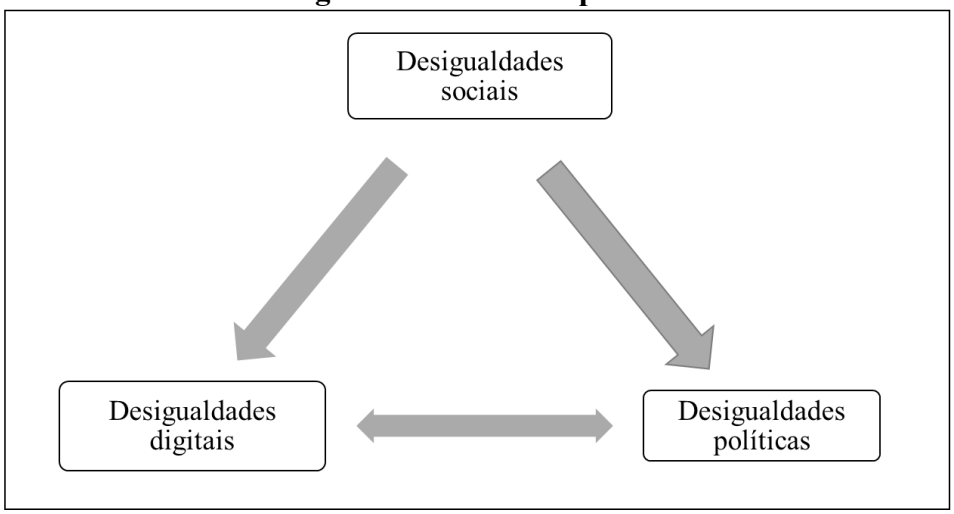
Fonte: Elaboração da autora

Já o objetivo específico da discussão a ser realizada a partir dos dados do NCS é *descrever e explorar como o segundo nível de inclusão digital, ou seja, as habilidades*

digitais e usos do ambiente online, se relaciona com desigualdades sociais e políticas. Quando se trata das dimensões de habilidades, apropriações e usos da tecnologia, não é possível determinar teoricamente uma classificação de variáveis independentes e dependentes. Isto porque não faz sentido teórico pressupor que a produção de conteúdo online, ou seja, a participação online como definido pelo campo do *digital divide* seja independente da participação política, isto é, das ações com objetivos de influenciar resultados políticos como definido pelo campo comportamental, ou mesmo que essa relação seja inversa.

Além disso, também não é possível definir que as variáveis que representam as dimensões das capacidades, motivações e oportunidades oriundas do *Modelo do Voluntarismo Cívico* (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995) não tenham uma relação de multicolineriedade com as dimensões de usos e habilidades com a internet derivadas da *Teoria dos Recursos e Apropriações* (VAN DIJK, 2005;2012) e *Modelo dos Campos Correspondentes* (HELSPER, 2012). Inclusive, o que essas duas abordagens teóricas mostram, é que os recursos, em especial o status socioeconômico, são uma dimensão independente da participação online e da participação política, o que indica teoricamente a situação de multicolineriedade, impossibilitando assim, definir quais são as variáveis efetivamente dependentes. Por conta disso, se faz necessário executar uma análise de interdependência, a qual segundo Hair *et all* (2005) não parte de uma determinação teórica de variáveis dependentes e independentes, mas busca compreender e explorar a inter-relação entre todas as dimensões em análise, como especificado no diagrama abaixo.

Figura 1. Diagrama da relação entre o segundo nível das desigualdades digitais e as desigualdades sociais e políticas



Fonte: Elaboração da autora

Existem algumas técnicas exploratórias destinadas ao objetivo de discutir a interdependência entre categorias[5]. Para realizar essa análise através dos dados do banco do NCS, o qual tem por característica possuir poucos casos e, deste modo, não cumpre requisitos necessários para análises quantificáveis, - e nem determinísticas -, a técnica mais adequada é a Análise de Correspondência, uma abordagem gráfico visual que permite explorar a relação entre variáveis categóricas e que não possui fortes pressupostos estatísticos acerca da distribuição dos dados (GREENACRE e BLAUSIS, 2006; HAIR *et all*, 2005; KASSAMBARA, 2017).

Neste sentido, utiliza-se da Análise de Correspondência Múltipla que nos permite analisar a relação entre indivíduos e variáveis. Na análise múltipla é possível perceber a distribuição dos indivíduos no espaço relacional do gráfico em função das respostas dadas por eles a um conjunto de variáveis (GREENACRE e BLAUSIS, 2006). Assim, o interesse aqui é discutir como desigualdades políticas e digitais relacionam-se e como as desigualdades sociais, que estão na origem destas modalidades de desigualdades, posicionam-se nesta relação. A partir desta abordagem será possível acessar como os indivíduos distinguem-se em função destas categorias de desigualdades e discutir como os mesmos aglutinam-se em grupos, formando perfis sociais que se caracterizam em função da combinação das categorias de desigualdade. Assim, ao abordar a inter-relação entre as desigualdades categóricas será possível perceber de qual maneira e para quais indivíduos a participação no ambiente online via produção de conteúdo representa oportunidades para o desenvolvimento de habilidades cívicas que se reverberam em participação política.

Deste modo, os três diagramas apresentados aqui na introdução (Figura 1, 2 e 3), servem de norte para estruturação das discussões centrais que serão apresentadas nos quatro capítulos. Assim, a Figura 1 que representa o objetivo geral da tese - discutir as relações entre desigualdades sociais e digitais - expressa também a construção dos capítulos teóricos. Como o foco está na relação entre desigualdades políticas e digitais, torna-se necessário definir estes conceitos e compreender como os mesmos estão expressos na sociedade. Uma vez que as desigualdades políticas são fenômenos anteriores às desigualdades digitais, ou seja, antes do surgimento da internet e sua consequente popularização. As desigualdades políticas já eram debatidas e configuravam-se como um objeto de interesse da Ciência Política, este é o primeiro conceito a ser explorado.

5 Entre elas é possível citar a Análise de Componentes Principais, Análise Fatorial, Análise de Correspondência, Análise de Agrupamentos, Escalonamento Multidimensional (HAIR *et all*, 2005; KASSAMBARA, 2017)

No primeiro capítulo apresenta-se as desigualdades políticas como diferenças na participação política e a relação do fenômeno participativo com as desigualdades sociais categóricas, apresentando as causas de um comportamento participativo no sistema político. Deste modo, este capítulo cumpre o objetivo de apresentar como a abordagem do comportamento político define e analisa a participação política, bem como discute a noção de desigualdades políticas através da construção do *Modelo do Voluntarismo Cívico* (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995; SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012; BRADY, SCHLOZMAN e VERBA, 2018).

Já o segundo capítulo dedica-se a apresentar o conceito de desigualdades digitais nas chaves analíticas de inclusão, habilidades e usos do ambiente online. A partir destas chaves, é abordada a noção de participação online, isto é, um comportamento participativo no ambiente online através da produção de conteúdo digital a ser consumido por outros internautas. Esse enquadramento permite analisar a relação das desigualdades sociais categóricas com as habilidades e usos do ambiente e compreender os motivos pelos quais alguns indivíduos são mais engajados no ambiente online do que outros. Portanto, este capítulo cumpre os objetivos de apresentar através da abordagem do *digital divide*, como o campo dos estudos de internet define e analisa a participação online e discutir a noção de desigualdades digitais através das construções da *Teoria dos Recursos e Apropriações* e do *Modelos dos Campos Correspondentes* (VAN DIJK, 2005, 2012; HELSPER, 2012).

Estes dois primeiros capítulos trazem discussões de campos teóricos distintos para construção dos conceitos de desigualdade políticas e digitais, sendo que cada uma dessas abordagens prioriza uma das desigualdades categóricas de interesse desta pesquisa. Neste sentido, no capítulo que trata das desigualdades políticas, as questões referentes às desigualdades digitais aparecem de forma marginal, ao passo que no capítulo que trata das desigualdades digitais são as desigualdades políticas que ganham menos destaque. Desde modo, o terceiro capítulo é dedicado a apresentar o diálogo entre estes dois campos, como é especificado no diagrama da Figura 1 que representa o objetivo geral da tese.

Portanto, o objetivo deste terceiro capítulo é apresentar os caminhos teóricos e metodológicos para trabalhar a construção de um enquadramento do ambiente online, como um espaço de oportunidades para o desenvolvimento de habilidades cívicas através das atividades de participação online, isto é, da produção de conteúdo digital. Como esta pesquisa busca construir uma descrição realista destas relações, também se discute possíveis fontes de constrangimento, trazendo para o diálogo as contribuições da abordagem sociotécnica (CARDON, 2018; CHENEY-LIPPOLD, 2011; GILLESPIE, 2018; HELMOND, 2019;

LANGLOIS, 2013; MILAN, 2015; SILVEIRA, 2019; VAN DIJCK, 2017). Por fim, neste momento também se apresentam os motivos pelos quais o Brasil é um bom caso para efetivar essa discussão através da análise descritiva dos usos de internet e participação política entre os brasileiros.

Já os capítulos subsequentes caracterizam-se por serem empíricos, e dedicam-se efetivamente à descrição das relações a partir do enquadramento teórico proposto. Neste sentido, a Figura 2 orienta a construção do quinto capítulo e expressa o seu objetivo específico, *explorar quando o primeiro nível das desigualdades digitais, isto é, ser ou não ser internauta, afeta a relação entre desigualdades sociais e políticas.* Como dito anteriormente, essa relação é explorada pela chave das análises de dependência através da Análise de Moderação a qual é explicada, executada e analisada neste momento.

A construção do capítulo seis, por sua vez, é orientada pela Figura 3, que expressa o segundo objetivo específico, *descrever e explorar como o segundo nível de inclusão digital, ou seja, as habilidades digitais e usos do ambiente online, se relaciona com desigualdades sociais e políticas,* e para tanto sustenta-se em uma abordagem de interdependência através da Análise de Correspondência, sendo que neste momento a mesma é explicada, executada e analisada. Por fim, na conclusão, retoma-se o caminho percorrido ao longo da tese e discute-se as principais implicações dos achados empíricos.

1. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO EXPRESSÃO DAS DESIGUALDADES POLÍTICAS E SUA RELAÇÃO COM AS DESIGUALDADES SOCIAIS: A ABORDAGEM DO CAMPO DO COMPORTAMENTO POLÍTICO

O envolvimento dos cidadãos com o processo político é algo esperado em todos os sistemas políticos, sejam eles autoritários onde o envolvimento limita-se a obedecer às ordens políticas, sejam eles democráticos, onde espera-se que exista uma cidadania ativa. Como as democracias são regimes desenhados para construir decisões coletivas considerando as preferências dos diferentes grupos que compõe a sociedade, a participação política ganha uma dimensão central (DALTON e KLINGEMANN, 2007). Neste sentido, todas as concepções de democracia, das mais minimalistas às mais amplas reservam um lugar para a participação política, ou seja, para que os cidadãos comuns expressem seus desejos (NORRIS, 2001).

Além disso, como bem lembram Brady, Schlozman e Verba (2018), nas democracias representativas como as que vivemos, a participação cumpre dois papéis: de selecionar a elite governante e de informar e cobrar o cumprimento das demandas sociais. Aqueles que compõe o sistema político e que têm como função social representar os interesses de seus grupos nos processos de decisão política e construção de políticas públicas, são selecionados periodicamente através do voto, que se configura como uma modalidade única de participação. Entretanto, em uma democracia representativa essa forma de participação é importante, mas não é a única que os cidadãos comuns possuem de se comunicar com a elite política e com a sociedade. Informar demandas e fazer pressão para o cumprimento delas pelas elites políticas para além do período eleitoral, se mostra tão importante quanto votar.

A participação política se apresenta como um tema amplamente discutido pela Ciência Política mundial, em que a mesma é estudada em seus aspectos individuais e coletivos. A área do comportamento político caracteriza-se por enfatizar os aspectos individuais relacionados ao processo de participação, pois coloca-se como um campo de pesquisa que busca compreender a política real, ou seja, como a democracia é percebida, vivida e executada pelos cidadãos em diferentes países[6].

Como abordado na introdução, a noção de desigualdades políticas trabalhada nesta tese, sustenta-se nas diferenças existentes entre aqueles que são participativos na política e aqueles que não são. O objetivo deste capítulo é destrinchar a ideia de desigualdades políticas,

6 A participação política é apenas uma das áreas que o campo se dedica, de acordo com Dalton e Klingemann, (2007) o campo também busca a entender a democracia vivida pelos cidadãos através dos temas de: sofisticação dos públicos de massa e os sistemas de crenças; processo de modernização e a democratização; comportamento eleitoral; relação entre opinião pública e representação política; valores políticos.

as quais encontram-se em primeiro plano, enquanto as desigualdades digitais estão em segundo e são trabalhadas dentro do enquadramento que o campo do comportamento político faz, acerca das tecnologias de informação e comunicação.

Nesse contexto, a participação política apresenta-se como um conceito fundamental nesta pesquisa, e se faz necessário revisar como a abordagem comportamentalista trata o tema da participação política e suas relações com a internet. Em relação a estes últimos aspectos, Bimber et all (2015) identificam que a relação entre participação política, internet e as mídias digitais desenvolveu-se na literatura em duas grandes abordagens: uma primeira que trata de formas alternativas de participação online e uma segunda que aborda as relações entre os usos das mídias digitais e a participação política.

Nos termos da abordagem comportamentalista o primeiro grupo de estudo trata das tipologias da participação, isto é, discute quais atos podem ser considerados participação política no ambiente online e procura definir seus condicionantes. Além disso, essa abordagem também engloba os estudos que debatem as mudanças na participação política off-line em função do ambiente online, fundamentados principalmente nas discussões levantadas por Bennet e Segerberg (2013). De acordo com esses autores, o ambiente online propicia que ações coletivas desenvolvam-se em uma lógica conectiva, ou seja, utilizem das ferramentas do ambiente online para organização, recrutamento, espraiamento e reprodução de ações relacionadas à protesto, ativismo globais e consumo político. Já o segundo grupo de estudos referem-se aqueles que enquadram o acesso à internet e os usos do ambiente online, naquilo que a área comportamental chama de condicionantes da participação política. Ou seja, são abordagens interessadas em compreender como e em quais condições os usos do ambiente online e as mídias digitais têm efeitos determinantes sobre a participação política.

Para trabalhar estas questões, o capítulo está dividido em mais quatro partes além dessa. A primeira seção é dedicada a apresentar como o campo conceitua e operacionaliza em modalidades e tipologias a participação política, onde apresenta-se como o campo se centrou em conceituar a participação em termos de influência e como isso determinou a definição das modalidades e tipologias. Além disso, também se discute como a literatura lidou com a emergência do ambiente online e as possibilidades de engajamento e participação política digital, dialogando com o primeiro enquadramento identificado por Bimber et all (2015).

Na segunda seção apresenta-se os principais debates do campo sobre os fatores que explicam a participação política e a maneira que os usos do ambiente online têm sido trabalhados, enquanto condicionantes desse comportamento, efetivando um diálogo com o segundo enquadramento identificado por Bimber et all (2015). Como o interesse está em

compreender a relação entre desigualdades sociais, digitais e políticas, a terceira seção dedica-se a apresentar o Modelo do Voluntarismo Cívico (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995), abordagem utilizada para fundamentar o debate da reprodução de desigualdades sociais em desigualdades de voz política e que será fonte para um diálogo com a literatura de desigualdades digitais, a fim de compreender a relação entre essas três dimensões. Assim, essa seção é dividida em duas partes, uma em que a teoria é apresentada e outra em que são apresentadas as discussões realizadas pelos autores sobre os potenciais da participação e engajamento online de reproduzir padrões de desigualdade.

Já a quarta seção caracteriza como os pesquisadores do comportamento político têm tratado a participação dos brasileiros e as intersecções entre internet e participação política. Por fim, a última seção apresenta uma síntese do que foi discutido neste capítulo.

1.1. Conceito, modalidades e tipologias da participação política na abordagem comportamental

No que tange a abordagem da participação política pelo campo do comportamento político, os primeiros estudos surgem na década de 1950, com uma forte abordagem empírica e atrelando a participação apenas às atividades relacionadas ao processo eleitoral. É no final da década de 1970 com a obra *Political Action* (BARNES e KAASE, 1979) que o campo passa a considerar a participação um fenômeno mais amplo que envolvem outras atividades, em especial ações contestatórias e diretas, como os protestos. Esta inclusão das ações de protesto levou os autores a desenvolver uma das tipologias mais famosas do campo do comportamento político, ao dividirem as ações políticas entre convencionais e não convencionais. As convencionais dizem respeito às formas de participação tradicionais e diretamente relacionadas ao sistema político e as não-convencionais se referem às modalidades de ação direta que dialogam tanto com o sistema político como com a sociedade (KAASE, 2010; RIBEIRO e BORBA, 2015).

Essa abertura da ideia de participação política para ações não necessariamente ligadas ao processo eleitoral e ao sistema político tornou o termo uma espécie de guarda-chuva, onde cabem desde noções subjetivas como o envolvimento político, que se refere a importância e interesse que o indivíduo atribui a política, até noções mais objetivas, como o engajamento em causas coletivas e sociais e a participação, enquanto uma ação. Desde então, surge um debate no campo comportamental sobre o conceito de participação poder ser tudo ou nada, o que resulta em um esforço por conceituar a *participação política como as atividades realizadas por cidadãos privados que possuem o objetivo de influenciar* (KAASE,

2010; MARTIN e VAN DETH, 2006; TORREL, TORCAL e MONTEIRO, 2006; VAN DETH, 2001;2014).

A percepção da participação com o ato de influenciar é marcada por quatro pontos principais: ser um comportamento observável e, portanto, uma ação; essa ação deve ser realizada por cidadãos comuns, e deste modo não se refere às ações das elites políticas; essa ação busca reivindicar demandas e têm por objetivo influenciar; essa influência é relacionada a algum resultado político, de maneira que aqueles que estão sendo influenciados não precisam ser necessariamente o governo ou a elite política. Deste modo, a influência que a participação exerce nos resultados políticos das democracias representativas é uma influência indireta, uma vez que a participação está influenciando a tomada de decisão de outros indivíduos na sociedade e no sistema político. Além disso, a delimitação da participação como um mecanismo de influência retira do rótulo a noção de envolvimento político e atividades discursivas como conversar sobre política. (BRADY, 1999; TORREL, TORCAL e MONTEIRO, 2006; VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995).

Dentro desse esforço para tratar a participação política como um mecanismo de influência, cada pesquisador mobiliza e enquadra as atividades políticas de acordo com seus interesses de pesquisa e os contextos estudados. Desta maneira, além da tipologia de Barnes e Kaase (1979) das modalidades de participação convencional e não convencional, outros pesquisadores propuseram várias outras tipificações e modalidades. Pipa Norris (2002;2007) desenvolve seus trabalhos tratando de quatro modalidades de participação: voto, atividades de campanha, ativismo orientado para causas e ativismos orientados para cidadania. Inglehart e Wezel (2009) trabalham com as noções de ativismo direcionado para elites e ativismo direcionado para mudanças. Já Torrel, Torcal e Monteiro (2006) classificam a participação em relação ao canal de expressão – representacional ou extra representacional - e o mecanismo de influência – voz e êxito.[7]

A popularização da internet, a adoção de plataformas online por governos e representantes e o notório crescimento das campanhas políticas em meios digitais, trouxe um novo aspecto para as modalidades e tipologias: a participação política online. Em relação a este tópico a literatura argumenta que o ambiente online propiciou um novo espaço para execução de atividades que já se encontravam dentro do rótulo de participação política, como contato com representantes, petições, doação de dinheiro para campanha e consultas públicas

7 Para uma excelente revisão em português das perspectivas clássicas e contemporâneas sobre as modalidades e tipologias da participação discutidas na literatura do comportamento político consultar Ribeiro e Borba (2015) capítulo 02.

(BRADY, SCHLOZMAN e VERBA, 2018; GIBSON e CANTIJOCH, 2013; HAFNER-FINK e OBLAK ČRNIČ, 2014; OSER, HOOGHE e MARIEN, 2013; SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012; THEOCHARIS, 2015; TORREL, TORCAL e MONTEIRO, 2006).

O ambiente online não é apenas um reprodutor das modalidades de participação off-line. Existe uma característica interativa e a possibilidade de produção e replicação de conteúdo, principalmente através dos sites de redes sociais, mas não de forma espelhada. As formas de participação estritamente online dialogam com a ideia de influência e são caracterizadas por serem centradas no indivíduo, na sua autoexpressão e automobilização. Alguns autores defendem que a internet propicia novas formas de ativismo político por se configurar como um espaço para comunicação e socialização política. Na participação online, os indivíduos buscam chamar atenção para problemas sociais e influenciar outros indivíduos, ativando suas redes (amigos e família, principalmente) e, em um efeito em cadeia, influenciar as elites políticas para resolução dos mesmos. Portanto, *as novas formas de ação disponibilizadas pelo ambiente online são caracterizadas como individualizadas, não intermediadas por instituições políticas e sociais e resistentes à delegação da representação de suas vozes* (BENNETT e SEGERBERG, 2012; 2013; HOFFMAN, LUTZ e MECKEL, 2015; MENDONÇA, 2017; MOSSBERGER, 2008; THEOCHARIS e QUINTELIER, 2014; THEOCHARIS, 2015; TUFEKCI, 2014; OSER, HOOGHE e MARIEN, 2013; VALENZUELA, ARRIAGADA e SCHERMAN, 2012).

Em função desse constante debate sobre quais atividades podem ser classificadas como atividades políticas, o qual ganhou novo fôlego com a emergência dessas novas modalidades de ação online, Van Deth (2014) propõe um mapa conceitual fundado na concepção da participação política como um mecanismo de influência, bem como no papel comunicativo da mesma dentro da democracia representativa. Deste modo, o autor define que a participação política enquanto processo comunicativo que visa influenciar, possui dois polos: o que emite a mensagem, os cidadãos comuns e os que recebem a mensagem, os que estão sendo influenciados. Assim, o mapa elaborado pelo autor delimita as características do emissor e do receptor da mensagem, pois tal abordagem permite identificar as características necessárias para que uma atividade seja participação política através de três regras básicas em relação a emissão da mensagem, e por outras quatro complementares, em relação aos receptores da mensagem.

Diante disto, Van Deth (2014) define que para uma atividade ser considerada participação política ela deve:

1. Ser um comportamento, portanto uma ação e não uma atitude;
2. Ser voluntário;
3. Ser feito por cidadãos e não pelas elites políticas, sendo, portanto, uma expressão de cidadania.

Além disso, essas atividades devem ter uma das características a seguir:

4. Estar localizada na esfera política, governamental ou do Estado;
5. Possuir a esfera política, governamental ou do Estado como alvo;
6. Ser uma atividade com objetivos de resolver problemas coletivos e comunitários;
7. Ser uma atividade usada para expressar objetivos e intenções políticas.

As três primeiras regras são características relacionadas à execução da atividade de participação política e deste modo estão relacionadas ao remetente da mensagem: um cidadão que voluntariamente executa uma ação para mandar uma mensagem com o objetivo de exercer influência. Já as quatro outras regras estão relacionadas com a direção da mensagem e definem o destinatário da mensagem.

Analisando as regras complementares, é possível perceber que a regra quatro comporta as atividades que tradicionalmente são rotuladas de participação política, pois estão diretamente ligadas ao sistema eleitoral como o voto, participação em partidos e contato com representantes. Já a regra cinco comporta atividades que não são institucionalizadas e não se realizam na esfera política, entretanto possuem esta esfera como alvo, sendo o caso de modalidades ligadas a protestos, demonstrações, assinatura de petições e bloqueio de estradas. As atividades que são consideradas participação política por estas duas regras, são ações que produzem mensagens destinadas diretamente ao sistema político. Embora essas mensagens variem em volume e alcance, elas operacionalizam um conceito de participação política restrito à comunicação com o governo e com as elites políticas e são as modalidades mais trabalhadas como participação política pela literatura especializada.

Já as regras seis e sete representam uma expansão do conceito de participação, pois comportam atividades que não possuem o sistema político como alvo principal de suas ações, mas sim a sociedade. O que difere as regras seis e sete é a execução coletiva ou individualizada da ação que leva a mensagem. As atividades realizadas com objetivo de resolver problemas coletivos como a participação comunitária, religiosa e em grupos associativos são modalidades de participação essencialmente coletivas e colaborativas.

Por outro lado, atividades que são consideradas participação por terem motivações políticas de expressar objetivos e intenções como o consumo político e os flashmobs, são

atividades essencialmente expressivas, personalizadas e individualizadas, que se tornam cada vez mais comuns em nosso contexto de sociedade altamente industrializada, globalizada e conectada. Embora pela ótica da comunicação com a sociedade essas atividades possam ser consideradas como participação política, elas são questionadas se deveriam receber mesmo esse rótulo, justamente por mandarem suas mensagens para a sociedade e não para o sistema político.

Além disso, como esta pesquisa se interessa pelos impactos da internet na participação política, através dessas regras, é possível perceber que a emergência do ambiente online propicia que algumas dessas atividades executadas off-line sejam replicadas online, como o contato com representantes, assinatura de abaixo-assinados, voto em consultas públicas online, modalidades de participação que o receptor da mensagem é o sistema político. Ainda nesse sentido, pelo mapa conceitual é possível identificar que o ambiente online também se apresenta como um espaço para que atividades que enviam mensagens à sociedade e às elites sejam executadas, como os twittaços e o uso de filtros em fotos de perfis nos sites de redes sociais. Diante disto, é possível perceber que apesar da emergência das tecnologias de comunicação e informação trazerem novas questões para as tipificações da participação política, o ambiente online se construiu, entre outras coisas, como um espaço para participação política em seu conceito que restringe a influência ao sistema político, ou que amplia a influência para a sociedade.

1.2. Teorias explicativas da participação no comportamento político: os principais fatores condicionantes

Na abordagem do campo do comportamento político e da opinião pública, os estudos de participação possuem o debate sobre as modalidades e tipos de ativismo, como abordado na seção anterior, mas também existe um profundo debate sobre quais seriam os fatores explicativos do porquê algumas pessoas participam mais ou menos. No campo do comportamento político as discussões sobre os condicionantes são fundamentais para a compreensão das diferenças participativas.

Desde o surgimento do campo em meados do século XX várias perspectivas foram mobilizadas para compreender os padrões participativos, neste sentido, Pipa Norris na obra *Democratic Phoenix* (2002) ao revisar as teorias sobre o ativismo político apresenta uma divisão útil para compreensão de quais fatores possam ser considerados ao estudar o ativismo político, dividindo as teorias em três níveis: macro, meso e micro.

No nível macro se encontram as teorias que buscam explicar os comportamentos políticos em função das estruturas sociais, fazendo parte deste grupo, as pesquisas que enfatizam o papel da modernização da sociedade e das estruturas políticas do Estado. No nível meso se encontram as teorias que advogam um papel importante para as agências mobilizadoras para a compreensão do comportamento político. Por fim, as de nível micro são as teorias que priorizam os aspectos individuais na compreensão da participação política.

Dentre as abordagens que enfatizam os aspectos macro sociais para o entendimento do comportamento, a principal representante é a Teoria da Mudança de Valores, desenvolvida por Ronald Inglehart em diversas obras, desde a década de 1970[8]. Essa abordagem advoga que a modernização da sociedade acarreta uma mudança nos valores culturais, que possui consequências para os processos de participação política. De acordo com essa perspectiva, os valores dos cidadãos podem ser classificados como materialistas e pós-materialistas. Os materialistas seriam aqueles que vivem em condições que levam a uma maior preocupação com os aspectos materiais como moradia, emprego e segurança pública, já os pós-materialistas seriam aqueles que vivem em condições que propiciam se preocupar com aspectos mais subjetivos como identidade, gênero, sexualidade e meio ambiente. Assim, de acordo com essa perspectiva, as diferenças participativas seriam explicadas em função desses valores, uma vez que cidadãos com valores materialistas tenderiam a escolher formas de participação mais tradicionais, hierarquizadas e ligadas ao sistema político, enquanto aqueles com valores pós-materialistas prefeririam modalidades mais horizontais, diretas e direcionadas à sociedade (INGLEHART e WEZEL, 2009; NORRIS, 2002).

Já as abordagens sobre as estruturas do estado defendem que as leis eleitorais, as estruturas do sistema partidário e a própria constituição, são fatores que potencializam e limitam a participação dos cidadãos. Leis como a obrigatoriedade ou não do voto, as características do sistema político (bi-cameral, presidencialista, parlamentarista), as características do sistema partidário (bi ou multipartidário) teriam o papel de simplificar ou complexificar a compreensão do sistema político. Para esta perspectiva são as macroestruturas do Estado que explicam as desigualdades participativas, ao passo que facilitam ou constrangem a participação individual (NORRIS, 2002).

8 O autor inicia a discussão acerca das mudanças de valores no artigo "The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in PostIndustrial Societies. American Political Science Review. v.65, n.4, p. 991-1017, Dec.1971" e ao longo dos anos publicou diversas obras desenvolvendo a temática, sendo que uma das mais importantes o livro *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano,* publicado em 2006 em parceria com Cristhian Wezel e traduzido pela Editora Francis para o português em 2009.

Tanto a abordagem da Modernização Social como as abordagens sobre as estruturas do Estado são particularmente úteis para discussão dos padrões participativos entre países, uma vez que estão fundamentadas nos aspectos macroestruturais da sociedade e não nas questões relacionadas apenas aos indivíduos.

Uma outra perspectiva dentro dos estudos do comportamento político são as abordagens de nível meso, que argumentam sobre o papel das agências mobilizadoras no entendimento da participação política (NORRIS, 2002). Neste enfoque o envolvimento com a sociedade em associações e redes informais representa um aspecto importante para compreender o ativismo político, Armigeon (2006) revisando as teorias que enfatizam o papel do envolvimento associativo para participação política apresenta três abordagens principais sobre a relação entre o engajamento social e a participação política.

A primeira considera que as agências mobilizadoras funcionam como organizadores do conflito social. Para essa perspectiva os segmentos das sociedades se organizariam em grupos definidos em função dos seus interesses e os cidadãos participariam em função da orientação desses líderes.

A segunda perspectiva enfatiza o papel educacional das agências mobilizadoras, essa abordagem está alinhada à perspectiva proposta por Tocqueville, em que o diferencial da democracia estadunidense estaria justamente no comportamento associativo para resolução de problemas comunitários. Para essa abordagem o envolvimento nos grupos associativos funcionaria como uma escola para democracia. Representativas dessa perspectiva são as abordagens da Teoria do Capital Social (PUTNAM, 2001) e o Modelo do Voluntarismo Cívico (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995). Na abordagem do Capital Social, Robert Putnam (2001) argumenta que a participação política dos cidadãos depende de uma sociedade civil ativa, onde os cidadãos possam através das redes sociais construir as percepções sobre as normas sociais, desenvolver noções de confiança social e cooperação recíproca e assim os cidadãos se tornariam mais ativos politicamente. Já para o Modelo do Voluntarismo Cívico, o papel educativo do associativismo residiria na sua capacidade de aprimorar e desenvolver as habilidades cívicas necessárias para a participação e de oferecer as redes necessárias para que os cidadãos possam ser convidados a participar.

A terceira perspectiva, apresenta a auto seletividade (ARMIGEON, 2006), a qual considera que a relação entre engajamento associativo e participação política é uma relação espúria, uma vez que os fatores que levam a participação nessas agências mobilizadoras são os mesmo que levam a participação política. Deste modo, esses ambientes já estariam

selecionando os mais aptos a participação, e que, portanto, teriam pouco a apreender nesses ambientes.

Por fim, Norris (2002) fala das teorias de nível micro e, portanto, daquelas que buscam compreender a participação através dos aspectos individuais. Pode-se destacar duas vertentes, a da Escolha Racional[9] e a Escola Psicossociológica[10]. Na abordagem da escolha racional, tanto o voto como a ação coletiva, são realizadas em função de um cálculo individual que envolve minimização dos custos e maximização dos benefícios, isto é, o investimento em especial de tempo e dinheiro, deve ser baixo, e o benefício, o que se recebe objetivamente ou simbolicamente, deve ser alto. Já a escola psicossociológica centra-se em compreender como aspectos psicológicos tais como interesse por política, sentimento de eficácia e identificação partidária emergem das instituições sociais como família, trabalho e religião e interagem na compreensão do comportamento politicamente ativo, com enfoque especial no voto.

O Modelo do Voluntarismo Cívico (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995), realiza os esforços de combinar as duas abordagens, a escolha racional e a psciossociológica e argumenta através dessas perspectivas que as desigualdades participativas ocorrem em função dos recursos, oportunidades e motivações individuais. Deste modo, este modelo interpretativo desenvolve que as desigualdades de participação e representação na vida pública têm sua origem nas desigualdades sociais em relação aos recursos individuais. Como essa tese tem como objetivo discutir as relações entre desigualdades sociais, desigualdades digitais e desigualdades políticas e tem-se o Modelo do Voluntarismo Cívico como suporte teórico, a seção 1.3 será dedicada somente a ele. Antes disso, seguindo com a discussão sobre os condicionantes da participação política, a próxima seção apresenta os caminhos que o campo comportamental seguiu para enquadrar o ambiente online como uma dimensão condicionante da participação política.

1.2.1. O uso de internet como fator condicionante da participação política

Com a popularização da internet entre os cidadãos comuns, se tornou preocupação para os pesquisadores do campo da participação política, quais seriam os efeitos do uso de internet sobre as modalidades de participação. De acordo com Boulianne (2018) no período de 20 anos (1995-2016) mais de 300 pesquisas foram desenvolvidas usando dados de surveys

9 As principais referências na abordagem da escolha racional são Antony Downs “Uma Teoria Econômica da Democracia” (1957) e Mancur Olson (1971) “A lógica da Ação Coletiva”.

10 “The American Voter” de Angus Campbell e colaboradores (1960) é a obra seminal da perspectiva psicossociológica no comportamento político.

e dialogando com as teorias tradicionais do campo do comportamento político[11]. Diante da grande variedade de artigos já produzidos na área, esta seção desse capítulo está organizada em duas partes: uma primeira que apoia-se em dois artigos de meta-análise sobre a produção acadêmica, que aborda a relação entre usos de internet e participação política para descrever esta faceta do campo de pesquisa; e uma segunda ilustrativa, em que são apresentados em maior detalhe três artigos que tratam da temática e estabelecem diálogos diretos com discussões que tratam dos três níveis dos condicionantes do comportamento político.

Nesta primeira parte, utiliza-se dos trabalhos de meta-análise para uma descrição geral do conjunto de pesquisas, pois estas fazem um mapeamento das principais abordagens teóricas e as principais modalidades de mensuração, tanto de participação quanto de uso de internet, que são utilizadas nas pesquisas. O principal diferencial da meta-análise é que a técnica empregada por ela permite investigar dentro da literatura existente qual a força e o sentido da relação, neste caso, a relação entre uso de internet e participação política. Assim sendo, utiliza-se os achados de Boulianne (2018) e Chae, Lee e Kim (2019) com o objetivo desenhar uma compreensão geral das abordagens dos usos de internet e participação política no campo comportamental.

Em relação às abordagens teóricas, tanto Boulianne (2018) quanto Chae, Lee e Kim (2019) mostram que os artigos produzidos na área discutem os efeitos dos usos de internet na participação política, dialogando com as chaves otimistas, pessimistas e céticas que se encontram na origem desse campo de pesquisa[12].

A abordagem otimista enfatiza que o *uso de internet aumenta a participação política* porque o ambiente online, ao propiciar o acesso a um número infinito de informações, torna as pessoas mais informadas, de modo que elas compreendem melhor o sistema político e aumentam seus conhecimentos em relação a estes campos. Outro argumento dessa abordagem é que o ambiente online se apresenta como um espaço para conversação política, onde os cidadãos podem aumentar seus níveis de confiança social e empatia, se tornando um espaço para mobilização dos cidadãos.

Já a abordagem pessimista postula que o *uso de internet diminui a participação política* porque os usos que os cidadãos empregam ao ambiente online são determinados por

11 Esse conjunto de pesquisas se refere apenas a artigos publicados na língua inglesa. A autora aponta em seu artigo que a maioria da produção sobre a área é concentrada em dados sobre os Estados Unidos. Nesta revisão realizada por ela não existe nenhum artigo em que o caso em análise seja o Brasil.

12 Para uma análise mais detalhada sobre essas abordagens otimistas, pessimistas e céticas consultar em português Hansen e Ferreira, 2018 e em inglês Margets, 2013 e Norris, 2001.

interesses pessoais e amplamente guiados para o entretenimento. Para essa perspectiva os usos que as pessoas fazem do ambiente online não têm relação com política e, portanto, não podem impactar nela, além desses usos consumirem o tempo livre que as pessoas teriam para dedicar a política.

Por fim, para os céticos, o *uso de internet não tem relação com a participação política.* O argumento desta vertente é que o ambiente online propicia uma espécie de ativismo de sofá, em que o indivíduo pode se mostrar preocupado com alguma questão, mas essa atividade tem pouco alcance e impacto prático. Dentro desta perspectiva aqueles que se engajariam em modalidades de ativismo online dando suporte digital a causas não se engajariam em outros ativismos políticos.

De acordo com Boulianne (2018) e Chae, Lee e Kim (2019) a produção do campo discute os efeitos do uso de internet sobre a participação política partindo destes três nortes teóricos, dos quais derivam suas hipóteses e, deste modo, são analisados conjuntamente na maioria dos trabalhos. As abordagens que trabalham essa intersecção entre uso de internet e comportamento político, buscam através de modelagens estatísticas, encontrar nos dados qual destas abordagens teóricas melhor explica a real relação entre uso de internet e participação política.

Em relação à mensuração da dimensão da participação política Chae, Lee e Kim (2019), mostram que os estudos realizados analisam a participação política em três dimensões: participação off-line com mensurações sobre participação eleitoral – voto, trabalho de campanha, doação de dinheiro -, contato com representantes, participação em protestos, assinatura de petições; participação online com mensurações sobre contato com representantes via e-mail, assinatura de petições online, participação em grupos de suporte aos partidos em sites de redes sociais; engajamento cívico com mensurações sobre atividades comunitárias e participação em organizações sociais. Boulianne (2018), por sua vez, aponta que a abordagem mais comum nos estudos é mensurar a participação off-line como uma mistura de atividades políticas e cívicas, unindo participação eleitoral, em protestos e engajamento cívico em uma única variável. Além disso, a autora aponta que no conjunto de estudos existem mais abordagens trabalhando os efeitos do uso de internet sobre a participação eleitoral e a participação em protesto do que sobre o engajamento cívico.

Já em relação à mensuração da dimensão dos usos de internet Boulianne (2018) divide em dois grandes grupos em função da popularidade dessas mensurações nas pesquisas. As mais populares são aquelas que indagam sobre os usos do ambiente online para o consumo de notícias e para informação política, incluindo os usos de sites de redes sociais relacionados

a isso. Em segundo lugar estão as mensurações genéricas sobre frequência de uso e inclusão ao ambiente online. Chae, Lee e Kim (2019) por sua vez dividem as mensurações sobre os usos de internet em cinco tipos principais: frequência de uso, usos gerais e funções executadas online – mandar e-mail, buscar informação, acessar sites -, uso de sites de redes sociais e uso para consumo de notícias.

No tocante aos resultados da meta-análise, isto é, em relação ao sentido e a força da relação entre o uso de internet e participação política, as duas análises encontram resultados semelhantes: em ambas, o sentido da relação é positivo, ou seja, independente do contexto da pesquisa, de maneira geral o uso de internet têm um efeito positivo sobre a participação política, os que estão conectados e principalmente os que utilizam a internet para consumo de informação tendem a participar mais do que os que não estão conectados e nem utilizam a internet com essa finalidade. Em relação à força, os resultados da análise de Boulianne (2018) mostram uma relação forte entre internet e participação política, enquanto os resultados da análise de Chae, Lee e Kim (2019) mostram uma relação em média moderada, que difere em relação às modalidades, uma vez que os resultados indicam que o uso de internet tem uma relação forte com a participação online, uma relação moderada com o engajamento cívico e uma relação fraca com a participação off-line[13].

Por fim, cabe ressaltar, como faz Boulianne (2018), que a internet é um ambiente em constante transformação, o ambiente online da década de 1990 não é o mesmo que o da primeira década dos anos 2000 e nem o mesmo ambiente que estamos lidando agora. Por conta disso, a autora alerta que esse efeito positivo do uso de internet pode estar relacionado com a proeminência de uma abordagem positiva nesses estudos, tendendo a tratar a participação e o engajamento como algo bom em si. Neste mesmo sentido, Chadwick (2019) argumenta que as pesquisas sobre mídias digitais e política desenvolvidas ao longo dos últimos 20 anos, tiveram uma tendência de se fixar no engajamento produzido e/ou efetivado online como algo inerentemente cívico e democrático em função da alcunha de mídia da libertação que a internet ganhou nos seus anos iniciais. Assim, embebidos na perspectiva libertadora, os pesquisadores não construíram teorias e instrumentos capazes de captar o fortalecimento de ideologias conservadoras e de extrema-direita através das dinâmicas dos sites de redes sociais, as quais ajudaram a construir episódios como o Brexit na Inglaterra, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro no Brasil.

13 Essa diferença pode ser em função do tamanho das amostras, Boulianne (2018) usou um conjunto de 225 estudos e Chae, Lee e Kim (2019) usaram um conjunto de 53 estudos

Deste modo, os efeitos positivos do uso de internet sobre o engajamento e participação política devem ser interpretados com cautela, considerando que o aumento da participação em função da internet pode ser uma diversificação nas vozes, mas também pode abrir espaço e condições para que vozes não democráticas ganhem espaço no debate público.

Deste ponto em diante dedica-se à segunda abordagem desta seção, a apresentação em profundidade de três estudos exemplares que enquadram o uso de internet como um condicionante da participação política. O objetivo aqui é mostrar como as teorias do comportamento político são mobilizadas por estes pesquisadores, a maneira como a participação política e uso de internet são mensurados por eles, e quais são as abordagens metodológicas empregadas. Os artigos foram selecionados considerando o ano de publicação a fim de evidenciar as abordagens ao longo do tempo, e por realizarem diálogos diretos com teorias que enfatizam condicionantes nas dimensões micro e meso apresentadas na seção 1.2.

O artigo "Direct and Differential Effects of the Internet on Political and Civic Engagement" Michael Xenos e Patricia Moy (2007), é o mais antigo apresentado aqui em função da relevância para o campo, pois o objetivo dos pesquisadores centrava-se em teorizar sobre a relação entre o uso de internet e o engajamento cívico e político. Para tanto, propõe uma abordagem que considere que essa relação é influenciada por efeitos instrumentais e psicológicos. Essas abordagens dialogam com os enquadramentos efetivados pelas teorias do comportamento político que centralizam seus argumentos acerca dos condicionantes da participação nos aspectos individuais.

A abordagem dos efeitos instrumentais é fundamentada na perspectiva racional de Anthony Downs. De acordo com essa perspectiva, o engajamento dos indivíduos é uma escolha racional fundamentada na relação entre custos e benefícios. Como o ambiente online propicia mudanças na variedade de informação disponível e diminuí os custos para acessá-la, ele estaria diminuindo os custos sem diminuir os benefícios e isso atuaria como um facilitador do engajamento político e cívico.

Já os efeitos psicológicos configuram-se como uma abordagem mais nuançada dos efeitos da internet, considerando não apenas a tecnologia por ela mesma, mas também as características do usuário. Essa perspectiva psicológica sustenta-se nos estudos de efeito de mídia, em especial da televisão, que consideram ser menos importante ter uma televisão e mais o que se assiste nela. Deste modo, os efeitos da aquisição de informação através da televisão sobre a participação estariam relacionados ao que as pessoas assistem na televisão e não a tecnologia em si. A ideia dos autores é analisar os efeitos da internet nessa perspectiva,

enfatizando o que o indivíduo está fazendo online, e enquadrando o consumo de notícias online como o comportamento online de interesse.

Xenos e Moy (2007) argumentam que a partir deste enquadramento é possível considerar as diferenças individuais na relação entre uso de internet e engajamento, uma vez que a abordagem psicológica presume que diferentes tipos de indivíduos utilizam do ambiente online e o fazem por razões distintas, que refletem como seus interesses impactam no conteúdo que acessam online e nos comportamentos que possuem.

Além disso, com a abordagem dos efeitos instrumentais e psicológicos, os autores estão em diálogo com o enquadramento corrente na literatura das perspectivas otimistas e pessimistas acerca dos efeitos da internet sobre o comportamento. Como os efeitos instrumentais preveem uma relação direta e têm mais abertura para efeitos positivos ela é enquadrada como uma abordagem mais otimista. Já a abordagem dos efeitos psicológicos que considera as questões individuais mais fortemente é enquadrada como pessimista por ser mais provável de encontrar efeitos nulos ou negativos.

A partir destas definições teóricas os autores formulam duas hipóteses. A primeira propõe que a exposição à informação política é positivamente relacionada com engajamento cívico e político, dialogando com a abordagem dos efeitos instrumentais. Já a segunda vincula-se à abordagem dos efeitos psicológicos e propõe que os efeitos da exposição a informação política online sobre engajamento político e cívico são contingenciados pelos níveis de interesse em política.

Dialogando com a literatura do comportamento político que teoriza sobre o papel das motivações individuais[14], autores argumentam que o interesse por política é a categoria social mais importante quando se trata de conhecimento político e participação política. Isso porque as motivações individuais relevantes à compreensão de um comportamento politicamente ativo, também são importantes nas escolhas dos usos que serão feitos do ambiente online e do tipo de conteúdo consumido por esses indivíduos. Os autores consideram que o interesse por política motivaria um comportamento diferente no consumo de notícias online e ajudaria a entender em quais condições que o uso de internet pode ser positivo para participação.

Para trabalhar isso empiricamente, os autores utilizam de uma abordagem de regressão logística afim de testar a suposição inicial de que a exposição a informação política online não é aleatória, mas tem relação com características individuais. Nesta etapa, a exposição à informação política no ambiente online é abordada como variável dependente e

14 Em especial com a abordagem do Modelo do Voluntarismo Cívico de Verba, Schlozman e Brady (1995).

características demográficas (sexo, idade, raça, escolaridade e renda) são colocadas como independentes. A análise indica que a exposição a conteúdos políticos online é relacionada aos grupos mais jovens, escolarizados e com renda alta, apontando que as diferenças entre os que consomem notícias online e os que não consomem estão relacionadas com as características dos indivíduos.

As duas hipóteses, dos efeitos instrumentais e psicológicos, são discutidas através de uma análise de regressão múltipla hierárquica, sendo que a abordagem psicológica é testada através de um termo interativo entre interesse por política e exposição a notícias online.

Nesta modelagem as variáveis dependentes representam uma construção mais ampla da ideia de participação política, abordando desde dimensões atitudinais como conhecimento político – mensurado através de questões que testam o conhecimento político real do entrevistado -, opinião política – mensurada como capacidade de opinar sobre assuntos políticos – até as dimensões de ações concretas como participação eleitoral – mensurada em uma escala composta pela soma das atividades: ter participado de uma reunião política ou comício, usar um adereço de campanha, fazer trabalho de campanha e doar dinheiro a um partido ou candidato -, participação cívica – também mensurada em uma escala pela soma das atividades: participar de uma organização social, entrar em contato com representantes, participar de uma audiência, participar de um protesto – e o hábito de conversar sobre política com os amigos e familiares, mensurado pelo número de dias na semana que isso é feito.

Já as variáveis independentes principais são a exposição a informações de campanha online e interesse por política. Variáveis representantes das dimensões sociodemográficas como sexo, idade, raça, escolaridade, renda e atenção à mídia tradicional são usadas como controle.

Os resultados destas análises indicam que o uso da internet pode ter tanto efeitos instrumentais quanto psicológicos no engajamento cívico e político, a depender do tipo de engajamento em análise. Quando consideradas as dimensões atitudinais de conhecimento e capacidade de opinar sobre a política, é encontrado um padrão de efeitos instrumentais e a ausência de efeitos psicológicos, uma vez que a interação entre interesse por política e exposição à informação política online não apresentaram efeitos únicos. Os resultados mostram que possuir conhecimento sobre política é relacionado com ser uma pessoa do sexo masculino, estar nos estratos mais altos de escolarização e renda, prestar atenção em mídias tradicionais e ser interessado em política. Já a capacidade de opinar sobre assuntos políticos tem relação com a escolaridade, com a exposição as notícias de campanha em mídias tradicionais e no ambiente online, e com ser interessado em política.

Quando consideradas as conversas sobre política e participação eleitoral e cívica, é encontrado um padrão de efeitos psicológicos, pois nestes três modelos o termo interativo entre exposição a informações de campanha online e interesse por política apresentou significância estatística. Para essas modalidades de engajamento, as variáveis de interesse por política e exposição a informação política online também apresentaram significância estatística individualmente, assim como a exposição a informações de campanha nas mídias tradicionais. Das variáveis de controle, apenas a escolaridade apresentou-se como determinante para a participação cívica e para a participação política. No caso das conversas sobre política, nenhuma das dimensões demográficas apresentou significância estatística.

Diante destes resultados, os autores concluem que no conhecimento sobre política e capacidade de opinar, prevalece um efeito instrumental direto do uso de internet para informação política, não relacionado com interesse por política. Por outro lado, quando se trata mais especificamente de ações de participação política, o efeito psicológico prevalece, isto é, o efeito de acessar informações políticas online depende de características prévias, em especial interesse por política. Portanto, quando se trata de participação *per se* o ambiente online aumenta as diferenças existentes de participação, pois, os com vantagens motivacionais aumentam suas vantagens participativas.

Já dentro dos estudos publicados nos anos 2010, o artigo "Digital Media and Political Participation: The Moderating Role of Political Interest Across Acts and Over Time" de Bruce Bimber, Marta Cantijoch Cunill, Lauren Copeland e Rachel Gibson (2015) é discutido aqui por apresentar uma abordagem um pouco distinta da mais popularmente utilizada entre aqueles que enquadram os usos de internet como condicionante da participação política. Como se viu através doa resultados dos testes de meta-análise, realizadas por Boulianne (2018) e Chae, Lee e Kim (2019), as abordagens mais comuns neste campo geralmente trabalham com índices de participação política, em que diferentes modalidades são trabalhadas em conjunto, através de constructos conceituais como participação online, participação política e participação cívica, tais quais os utilizados no trabalho de Xenos e Moy (2007) apresentado anteriormente. Contudo, Bimber et all (2015) propõem analisar os efeitos dos usos de internet considerando variações no tempo e nas modalidades de participação, neste sentido os autores não trabalham com constructos que representam diferentes enquadramentos da participação, mas com os atos por eles mesmos, de maneira isolada.

Por outro lado, este artigo encontra-se em diálogo com a abordagem realizada por Xenos e Moy (2007), pois, assim como estes, busca debater o efeito moderador do interesse por política na relação entre participação e os usos do ambiente online para consumo de

informação política – o qual, de acordo com Boulianne (2018), é a principal forma de mensuração dos usos de internet neste campo de pesquisa. Além disso, Bimber et all (2015), assim como Xenos e Moy (2007), fundamentam esse argumento através das abordagens comportamentalistas que discutem o engajamento político pelo enquadramento individual.

Diante disto, o objetivo de Bimber et all (2015) é examinar o efeito moderador do interesse por política, considerando variações no tempo e nas modalidades a fim de descortinar se as relações encontradas entre internet e as modalidades de participação política sustentam-se ao longo do tempo, ou se são influenciadas por fatores idiossincráticos referentes às questões contextuais à época da coleta de dados ou às características temporais da própria tecnologia.

Os autores argumentam que a maioria dos estudos realizados, inclusive o deles, utilizam de bases de dados coletadas em contextos eleitorais, como o Estudo do Sistema Eleitoral Americano e o Estudo do Sistema Eleitoral Britânico e, portanto, a participação tanto no voto como nas outras modalidades é altamente relacionada com o contexto político em questão.

Além disso, os autores também pontuam que a tecnologia das mídias digitais se modificou ao longo dos anos 2000 e que estes aspectos precisam ser considerados nas análises do comportamento político ao longo dos anos. Neste período um maior percentual de indivíduos passou a estar conectado e as elites políticas aprimoraram suas estratégias de uso deste ambiente. Este também foi um período no qual surgiram e popularizam-se entre os cidadãos e as elites políticas, diferentes ferramentas digitais, como Facebook, Twitter e Youtube. Tais aplicações possuem diferentes affordances, isto é, configurações que propiciam diferentes estruturas comunicativas. Os autores pontuam que ao passo que o Twitter estrutura-se como um espaço de comunicação textual de um para muitos em média escala, o Youtube caracteriza-se por uma comunicação visual de média e larga escala. O Facebook, por sua vez, apresenta-se como uma rede poderosa para comunicação interpessoal entre sub-redes pequenas e médias.

Partindo dessas considerações, os pesquisadores constroem a abordagem dos efeitos moderadores do interesse por política na relação entre consumo de notícias online e participação política, analisando três períodos eleitorais britânicos - 2001, 2005 e 2010 – e três modalidades de participação. As modalidades de participação dialogam com a classificação tipológica de Torrel, Torcal e Monteiro (2006) e referem-se às atividades representacionais (elite directed), extra representacionais (self directed) e ao voto.

Além disso, os autores também apropriam-se das discussões realizadas pelo Modelo do Voluntarismo Cívico (VERBA, BRADY e SCHLOZMAN, 1995) acerca do caráter multifacetado da participação política em relação aos condicionantes. Deste modo, consideram como propostos por Verba e colegas, que diferentes modalidades de participação são condicionadas por combinações diferentes de recursos, motivações e capacidades.

Amparados nestas discussões teóricas, Bimber e colegas analisam os efeitos diretos e moderados do consumo de notícias online sobre a participação, utilizando dos dados do Sistema Eleitoral Britânico de 2001, 2005, e 2010 por meio de uma análise de moderação através da análise de regressão, ou seja, constroem modelos de regressão para cada uma das variáveis dependentes em cada ano, e nas variáveis independentes encontra-se uma interação entre interesse por política e consumo de notícias online.

Os autores trabalham com quatro modalidades de participação sendo o voto, o trabalho de campanha e doação de dinheiro - que referem-se à participação representacional - e conversar sobre política - que refere-se às modalidades extra representacionais. O voto é mensurado através de um questionamento, se compareceu às eleições ou não. Já as outras três modalidades são mensuradas através de uma escala de probabilidade de executar alguma dessas ações em um futuro próximo, tal escala inicia em zero muito improvável, até dez muito provável. Em função das características de mensuração das modalidades, o voto é analisado através de uma regressão logística binária e as outras modalidades através de uma regressão linear. Como variáveis independentes nos quatro casos, os autores trabalham com uso de internet para obter informação política sobre as eleições, interesse por política, escolaridade, renda, gênero, contato com partidos e eficácia política.

Analisando a variação no tempo e entre as modalidades, os autores encontram que o uso de internet para aquisição de informação política teve efeitos diretos em alguns contextos e modalidades, e efeitos moderados em outros. Os resultados das regressões para cada ano em relação ao comparecimento eleitoral, indicaram que nos anos de 2005 e 2010 o uso de internet para informação política diminuiu a lacuna participativa entre os mais e os menos interessados em política.

Já em relação à doação de dinheiro para campanhas, os resultados foram distintos nos três anos eleitorais. Enquanto em 2001 o uso de internet favoreceu o engajamento dos menos interessados em política, no ano de 2005 os resultados indicaram o favorecimento da participação daqueles mais interessados e em 2010 as duas variáveis não apresentaram relação. Diante disso, os autores concluem que ao longo do tempo o interesse por política importa de diferentes maneiras para compreensão dos efeitos do uso de internet.

No que refere-se ao trabalho para partidos, o uso de internet apresentou efeitos individuais crescentes entre 2001 e 2005, com um declínio de importância em 2010. Para esta modalidade o termo interativo não foi significativo em nenhum dos anos, indicando então, que os menos interessados em política não possuem ganhos em termos de participação em campanhas partidárias em função do uso de internet para aquisição de informação política.

Em relação à discussão política, nos três anos o uso de internet teve efeitos significantes, mas as relações apresentaram-se mais fortes nos anos de 2001 e 2010 do que em 2005. O termo interativo também apresentou efeitos determinantes nos três casos, contudo em um sentido negativo, indicando que o efeito do uso de internet para consumo de notícias é maior entre aqueles com baixo interesse por política e decaí conforme o nível de interesse cresce.

A partir destes resultados, os autores concluem que os usos da internet não possuem efeitos consistentes ao longo do tempo, algo que era esperado em função das mudanças que a tecnologia sofreu aos longos dos anos e da particularidade contextual de cada eleição. Além disso, as análises indicaram que o papel moderador do interesse por política também é contingenciado pelo tempo, contexto tecnológico e eleitoral, uma vez que seus efeitos variaram em potência e direção ao longo dos anos e modalidades. Diante disso, os autores concluem que o interesse por política não apresenta um efeito único na relação entre uso de internet e comportamento político, e que, portanto, guiar-se pelo enquadramento teórico entre pessimismos e otimismos na busca por definir se o ambiente online corrige ou reforça desigualdades no comportamento político tradicional é infrutífero, pois essa relação é vulnerável ao tempo e atua nos dois sentidos.

Por fim, como último representante das pesquisas exemplares, encontra-se o artigo "Examining the roles of mobile and social media in political participation: A cross-nationalanalysis of three Asian societies using a communication mediation approach" de autoria de Michael Chan, Hsuan-Ting Chen e Francis L. F. Lee (2017). A escolha de apresentar esta pesquisa justifica-se em função da maneira que os pesquisadores trabalham a ideia de uso da internet. Diferente dos outros artigos apresentados, neste, o uso da internet não está limitado apenas à mensuração do consumo de informação política online, mas também considera a frequência do uso de sites de redes sociais e das tecnologias móveis, bem como a predisposição para conversar sobre política nestes ambientes.

Os autores argumentam que com o passar dos anos têm-se colocado como central considerar as affordances, ou seja, as particularidades das mídias digitais. Sendo assim, eles centralizam o foco nas affordances da tecnologia móvel que terminou de eliminar as barreiras

entre tempo e espaço, permitindo que as informações sejam acessadas e mensagens sejam trocadas a qualquer momento, e nas affordances dos sites de redes sociais que facilitam a troca de links e a comunicação entre indivíduos e grupos.

Apesar desta abordagem distinta, Chan, Chen e Lee (2017) seguem o enquadramento de descortinar as relações diretas e indiretas entres os usos de internet e a participação política, assim como é feito por Xenos e Moy (2007) e por Bimber *et all* (2015). Estes autores também seguem a tendência do campo ao trabalharem a participação em formas de constructos, em que modalidades são unidas para representar as tipologias. Contudo, já não mencionam diretamente as questões teóricas relacionadas ao otimismo e pessimismo em relação aos efeitos do uso de internet. Outro aspecto distintivo do trabalho de Chan, Chen e Lee (2017) refere-se à abordagem transnacional, uma vez que eles comparam os resultados em três países asiáticos, com semelhanças culturais e de inserção tecnológica, mas com distinções nas estruturas do sistema político em busca de discutir o quanto as diferenças contextuais são relevantes para a compreensão das relações entre usos de internet e participação política.

Como aporte teórico Chan, Chen e Lee (2017) utilizam do Modelo de Comunicação Mediada que propõem que a comunicação interpessoal e o consumo midiático funcionam como estímulos à participação política, enquadrada neste sentido como uma resposta a esses estímulos. Deste modo, essa abordagem apresenta o seguinte encadeamento: a participação têm origem em estados internos representados por questões demográficas (idade, renda, gênero) e estruturas de crença (em especial interesse por política), controlando essas questões de origem, os usos de mídia e consumo de informação servem de estímulo para uma primeira resposta relacionada à participação em forma de discussão sobre política, que sustenta estados internos das estrutura de crenças individuais mais complexas, tais como o sentimento de eficiência política, gerando assim uma nova resposta em forma de participação política.

A abordagem do Modelo de Comunicação Mediada dialoga com a literatura do comportamento político no âmbito das pesquisas que discutem os condicionantes da participação em um nível meso. Elas estão interessadas no papel das instituições sociais, das agências mobilizadoras e das mídias em facilitar o processo de acesso à informação e a disseminação da mesma através das redes interpessoais, facilitando assim o engajamento via discussão sobre política e posteriormente em outras modalidades.

Partindo deste enquadramento teórico Chan, Chen e Lee (2017) buscam responder duas questões de pesquisa: (1) Em que medida a comunicação mediada, a discussão política e as atitudes atuam como mediadoras da relação entre uso de mídia e participação política? (2)

Quais as similaridades e diferenças entre essas relações através das três amostras. Para tanto, os autores coletaram os dados através de questionários com estudantes universitários na China, em Hong Kong e Twaian, formando uma amostra aleatória desta população. Os pesquisadores optaram por trabalhar com universitários em função da centralidade dada a tecnologia móvel em seu enquadramento. A justificativa é que as populações mais jovens são mais adeptas, utilizam com maior frequência e têm mais habilidade com as tecnologias móveis.

O enquadramento metodológico escolhido pelos autores é a Análise de Caminhos através do Modelo de Equações Estruturais, o qual permite avaliar os efeitos diretos e indiretos das variáveis independentes sobre as dependentes. Neste sentido, os autores determinam a participação política como a dimensão dependente, à qual é operacionalizada em um constructo de participação off-line e participação online.

A mensuração da participação off-line é construída através das modalidades: conversar sobre política, participar de um protesto, trabalhar para uma organização política, entrar em contato com políticos e representantes governamentais, entrar em contato com grupos sociais e políticos. Essas modalidades foram mensuradas de maneira binária (sim e não) e posteriormente somadas em um índice cumulativo. Seguindo a mesma lógica, a participação online é o somatório dos usos da internet para: postar fotos relacionadas a assuntos políticos, escrever uma postagem sobre assuntos políticos, comentar ou responder postagens sobre assuntos políticos, assinar uma petição online, entrar contato com representantes e com o governo e entrar em contato com movimentos sociais ou políticos.

Já as variáveis independentes em que espera-se encontrar efeitos diretos, referem-se ao uso de tecnologia móvel, consumo de notícias e comunicação interpessoal através de mídias digitais. Neste sentido, os autores mensuraram a frequência de uso e de comunicação política interpessoal no ambiente online. A frequência de uso refere-se ao uso da tecnologia móvel (smartphones em especial) e ao uso dos sites de redes sociais para acessar notícias e informações sobre assuntos atuais. Já a frequência de comunicação política é mensurada pela frequência que envolvem-se em discussão política interpessoal através de: a) frequência que discutem questões sociais e assuntos atuais e questões políticas em grupos através de aplicativos móveis, b) frequência que compartilham informações sobre questões sociais e políticas e c) frequência que discutem política em geral.

Como o modelo teórico supõe que os estímulos vindos dos usos midiáticos geram como resposta a discussão política, que por sua vez afeta a percepção de eficácia no sistema e gera uma resposta em forma de participação, a dimensão de eficácia política interna é

colocada como mediadora. Além disso, os autores também usam variáveis sociodemográficas como controles, sendo elas: idade, gênero, interesse por política, frequência que assiste noticiário televisivo ou lê jornais.

Os resultados da análise de caminhos nas equações estruturais mostram que nos três contextos os caminhos para chegar à participação política são similares. O uso de tecnologia móvel para consumo de notícia, comunicação interpessoal e expressão política, apresentam-se como preditores da participação online e concentram os efeitos indiretos da participação off-line.

No que refere-se à participação online os dados indicam que existe correlação entre uso de mídia e discussão política e entre discussão política e participação online, o que permite aos autores traçar o seguinte caminho indireto do uso de mídias digitais e participação: as variações no uso de mídia impactam na comunicação, na discussão política, que por sua vez impacta na participação online.

No tocante a participação off-line, os autores encontram uma relação desta com a participação online. Como visto, a comunicação mediada e a discussão política online predizem a participação online, e esta modalidade de participação é um preditor com efeitos direto na participação off-line. Além disso, os resultados encontrados mostram que a eficácia política cumpre um papel de mediador, o uso de mídias digitais móveis não têm relação direta com eficácia, contudo, têm relação com várias formas de discussão online que por sua vez possuem relação com a eficácia.

Diante disso, os autores concluem que no contexto dos países asiáticos tanto a participação online como a off-line sofrem efeitos indiretos da comunicação interpessoal e discussão política no ambiente online. Deste modo, o uso de mídias digitais e tecnologia móvel afeta a participação online na medida que possui implicações nos padrões de discussão política e eficácia, e afeta a participação off-line na medida que esta tem relações diretas com a participação online.

A partir das discussões apresentadas pelos trabalhos de meta-análise e da análise aprofundada dos artigos exemplares, é possível perceber que o diálogo feito com a literatura do comportamento político ocorre principalmente em relação aos condicionantes individuais da participação e conversa diretamente com uma literatura que trata dos efeitos dos usos de mídia sobre a participação, em especial consumo de notícias e comunicação interpessoal.

Neste sentido, estes trabalhos não apresentam como foco principal discutir outras modalidades de uso do ambiente online não relacionadas a questões políticas. Contudo, buscam considerar como a tecnologia modifica-se ao longo do tempo e as características

específicas das ferramentas, em especial dos sites de redes sociais, bem como da tecnologia móvel. Com isso, intentam incorporar essas questões nas análises, em especial para justificar as variações idiossincráticas encontradas nos dados em contextos distintos, ao longo dos anos e através dos países.

No que refere-se às abordagens metodológicas, nos três estudos os esforços concentram-se em buscar modelagens estatísticas capazes de lidar com os processos de inter-relação entre as categorias para analisar a dependência entre as dimensões de usos do ambiente online e participação política. As abordagens de moderação e mediação são as mais comumente utilizadas para discutir os usos que o indivíduo faz do ambiente online e suas características pessoais, em especial aquelas relacionadas às motivações individuais, e a inter-relação das mesmas com os usos de internet no processo de compreensão do papel determinante das últimas sobre a participação política.

Além disso, os três artigos indicam que independente da maneira como mensura-se a participação e os usos da internet, existe uma relação de interdependência entre características psicossociais individuais que atuam moderando ou mediando os efeitos dos usos de internet sob o engajamento individual, contudo, existem variações ao longo do tempo. Apontam que esperar que a emergência do ambiente online teria apenas efeitos positivos ou negativos, isto é, apenas mobilizaria ou afastaria os indivíduos da participação política é reducionista e em certo ponto ingênuo. A complexidade da interação entre características individuais e potencialidades do ambiente online é mais ampla do que parecia inicialmente[15].

1.3. O Modelo do Voluntarismo Cívico: uma abordagem acerca das desigualdades políticas

O Modelo do Voluntarismo Cívico[16] é enquadrado por Norris (2002) como as abordagens que se concentram nos aspectos micro que condicionam o ativismo político e deste modo propõe uma explicação da participação centrada no indivíduo e na sua capacidade

15 Em artigo publicado em parceira com Maria Alice Silveira Ferreira na Revista Eletrônica de Ciência Política intitulado " Da polarização à busca pelo equilíbrio: as relações entre internet e participação política" (2018) apresentamos um enquadramento semelhante da literatura através do argumento que o campo inicialmente polarizava os efeitos do uso de internet sobre a participação mas o passar dos anos levou à uma maturidade analítica que buscou a priorizar o argumento que o ambiente online ao mesmo tempo que apresenta potencialidades para o reforço de desigualdades por outros caminhos também consegue dirimir as mesmas.

16 O modelo foi construído teoricamente na obra Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics (1995) a re-afirmado nas obras The Unheavenly Chorus: Unequal Political Voice and the Broken Promise of American Democracy (2012) e Unequal and Unrepresented: Political inequality and the people's voice in the new gilded age (2018).

de expressão das suas demandas. A proposta de Verba, Schlozman e Brady (1995) com a criação deste modelo, foi unir as duas principais correntes explicativas sobre os condicionantes individuais: a Teoria da Escolha Racional e o modelo do status socioeconômico. A escolha racional argumenta que os indivíduos agem na vida pública em função da diminuição dos custos e maximização dos benefícios. Neste sentido, os indivíduos fariam um cálculo racional para basear suas ações, as quais se efetivariam se os custos fossem baixos o suficiente e os benefícios altos. Assim, a escolha racional traz uma explicação teórica do porquê indivíduos são politicamente ativos, mas não explicam o quanto participam e quem participa e deste modo, apresenta força teórica, mas fraca força empírica.

O modelo do status socioeconômico é empiricamente fundamentado, ou seja, um conjunto de pesquisas mostra que as pessoas que possuem maior escolaridade, maior renda e melhores empregos, são as que são mais ativas politicamente. Entretanto, essa perspectiva não explica o mecanismo que leva as pessoas com as melhores posições socais a serem mais participativas. Já a proposta do Modelo do Voluntarismo Cívico é apresentar o mecanismo que explica porque os de maior status socioeconômico participam mais em função da noção de diminuição de custos e maximização de benefícios. Para isso os autores buscam entender os fatores que levam à participação política, começando pela relação entre status socioeconômico e recursos, e caminhando para uma cadeia de reprodução de condições que diminuem a percepção dos custos da ação, aumentando as motivações e oportunidades e consequentemente, as percepções de benefícios (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995).

Essas discussões sobre os fatores que levam a participação política têm como pano de fundo um debate sobre a igualdade política. Brady, Schlozman e Verba (2018) argumentam que a democracia é um regime em que a igualdade entre os cidadãos se formaliza na ideia de que todos os votos são iguais, todos os cidadãos podem votar e todos os cidadãos têm o mesmo peso. Assim, o princípio democrático de igualdade de participação se funda no aspecto de propiciar a todos os indivíduos a *oportunidade* de participar, à qual é uma condição necessária para que os cidadãos possam ser ativos, entretanto não é uma condição suficiente. A igualdade política fundamentada na igualdade de oportunidades, se refere a ser resguardado a todos os cidadãos o direito de se expressar politicamente e de se organizar e se envolver em atividades participativas, com objetivos de influenciar resultados políticos e sociais. Assim, a igualdade garantida é a de mandar mensagens para os políticos e a sociedade através das atividades políticas realizadas, e não necessariamente uma igualdade em resultados políticos obtidos, uma vez que vale lembrar que o conflito de interesses é parte integrante da disputa democrática.

Os autores buscam compreender em quais fatores individuais e sociais as desigualdades participativas se fundam na democracia estadunidense, pois, por mais que muitas pessoas se comuniquem com o governo através de diferentes atividades de participação política, fica o questionamento se essas vozes que estão no espaço público são representativas da população como um todo ou se existem grupos que estão "gritando" suas demandas, enquanto outros conseguem apenas sussurrar. Assim, o interessante do modelo proposto por esses autores é que ele indica as condições sociais e individuais que levam as disparidades em oportunidades de ação e nos volumes alcançados, e traz uma explicação dos motivos que algumas pessoas e grupos falam muito mais alto que os outros e assim são mais ouvidos pelos representantes.

Diante desse debate com a igualdade política e da característica de que o termo participação política é um conceito guarda-chuva que cabem diferentes modalidades de ativismo político, os autores desenham a abordagem e explicação do Modelo do Voluntarismo Cívico no conceito de *voz política*. De acordo com os autores, "voz política engloba todas as atividades realizadas por indivíduos e organizações com o propósito ou efeito de influenciar a ação governamental – tanto indiretamente através da participação no processo eleitoral como diretamente através da expressão de preferências" (BRADY, SCHLOZMAN e VERBA, p. 24, 2018)[17]. Diante disso, para o Modelo do Voluntarismo Cívico, a voz política é um conceito mais restrito e se refere às atividades políticas mais tradicionais, àquelas que têm como objetivo influenciar resultados políticos e assim, são executadas dentro do sistema político ou têm o mesmo como alvo[18].

Os autores também argumentam que as atividades que compõe o conceito de *voz política* podem ser classificadas em relação ao recurso que os indivíduos investem, sendo eles, doar tempo para uma atividade ou doar dinheiro, e em relação à influência que os cidadãos buscam efetivar ocorrer de maneira direta ou indireta. O Modelo do Voluntarismo Cívico considera que as atividades políticas individuais podem influenciar os resultados políticos de maneira indireta através das eleições em atividades como: voto, trabalhar na campanha para

17 Tradução livre de: "Political voice encompasses all activity undertaken by individuals and organizations with the intent or effect of influencing government action — either indirectly through participation in the electoral process or directly through expressions of preferences"

18 Nas obras anteriores (1995;2012) o conceito de voz política é definido da mesma maneira. Além disso, os autores discutem nas três obras a voz política individual e a voz política coletiva. A individual se refere as ações feitas pelo indivíduo com intuito de influenciar resultados políticos, as coletivas se referem a atuação grupos de interesse organizados que realizam ações de *lobby* junto aos representantes. Como esta tese tem interesse especial na voz política individual concentraremos a explicação neste aspecto do modelo.

um partido, ir a uma reunião de um partido ou comício, doar dinheiro para uma campanha política. Essa influência ocorre de maneira direta através de atividades como: contatar um oficial público, ir a protesto, trabalhar em uma causa local ou comunitária, ser voluntário numa audiência local, participar de organizações que tomam parte na política.

Neste sentido, os propositores do Modelo do Voluntarismo Cívico excluem do conceito de voz política um conjunto de atividades, que têm como objeto de sua influência a sociedade e se referem às ações que entram nas regras seis e sete do mapa político apresentado anteriormente. Entretanto, os autores não ignoram essas atividades, eles as tratam como engajamento político, considerando que são atividades que além de serem influenciadas pelas mesmas características sociais e individuais que as modalidades de participação que compõe o conceito de voz política, também possuem influência nos alcances e volume dessa voz. O modelo do voluntarismo cívico considera participação política as atividades que compõe o conceito de voz política. Já o engajamento se refere às atividades que o cidadão desenvolve e lhe trazem oportunidades para se engajar nas modalidades de participação mais restritas, seja porque são ambientes que propiciam o recrutamento para essas ações, ou por serem ambientes que propiciam atividades que desenvolvem habilidades cívicas, propiciam espaços para conversas sobre política e estimulam o envolvimento político, isto é, os interesses sobre assuntos políticos.

Deste modo, o modelo do voluntarismo cívico considera que *os indivíduos tomam parte na vida pública, e, portanto, expressam sua voz política, em função de capacidades, motivações e oportunidades*, sendo, portanto, as dimensões identificadas como condicionantes da voz política. Em outras palavras, os indivíduos participam *porque podem*, ou seja, são capacitados para isso pois possuem recursos de tempo, dinheiro e habilidades cívicas; *porque querem*, isto é , são motivados individualmente e possuem um engajamento psicológico com a política que os motiva agir; *porque foram convidados*, e participam de instituições em suas vidas adultas que além de os recrutarem para ações políticas também se configuram como espaços de engajamento e socialização política[19]. Diante disso, os autores argumentam que as dimensões das capacidades e motivações são necessárias para a participação e a dimensão das oportunidades ao possibilitar o recrutamento funciona como um catalisador para a ação:

> "Os três fatores são úteis para prever participação. Acesso a recursos, a capacidade de tomar parte e o engajamento psicológico com a política (a motivação para tomar parte) parece necessária para a ação. Recrutamento, ser convidado para tomar parte,

19 Verba, Schlozman e Brady, p. 268, 1995 e Brady, Schlozman e Verba, p. 50, 2018.

> parece ser um catalizador para participação entre aqueles com os meios e o desejo de tornar-se ativo." (BRADY, SCHLOZMAN e VERBA, p. 50, 2018)[20]

1.3.1. A dimensão das capacidades: os recursos de tempo, dinheiro, escolaridade e habilidades cívicas.

O principal aspecto que os autores buscam evidenciar na dimensão das capacidades, e, portanto, do poder participar, é a necessidade de recursos para efetivação da voz política. Assim, um indivíduo capacitado para participação política é aquele que possui tempo e/ou dinheiro para dedicar à política, que teve acesso à escolaridade e desenvolveu a capacidade de transformar informação em conhecimento, e desta forma, desenvolveu habilidades cívicas em ambientes não políticos que fazem parte da estrutura social: família, escola, trabalho, instituições religiosas e organizações. Neste sentido, o recurso das habilidades cívicas é desenvolvido, aprimorado e refinado ao longo de todo o ciclo da vida em diferentes espaços.

Tempo e dinheiro são os recursos iniciais, pois todos os indivíduos possuem tempo e dinheiro em suas vidas, entretanto, existem diferenças nas maneiras que eles são distribuídos na sociedade. A estratificação oriunda do dinheiro é mais visível, as pessoas de classes sociais mais altas possuem mais dinheiro que as pessoas de classe social mais baixa, portanto, os mais ricos acabam sendo os que possuem esse recurso para investir, uma vez que não gastam todo seu rendimento na manutenção básica de moradia, alimentação e lazer. A estratificação em relação ao recurso de tempo é menos visível, uma vez que todos possuem 24 horas diárias. Entretanto, existem grupos que dispõe de mais tempo livre disponível, por exemplo, aqueles que não precisarem se dedicar a atividades domésticas, de cuidado de filhos ou de idosos. Deste modo, este recurso além de ser influenciado pelas questões de renda e escolaridade, pode também ser influenciado por questões de gênero.

A distribuição desigual dos recursos de tempo e dinheiro está fundamentada nas desigualdades sociais, sendo por aqui que começa a cadeia de reprodução em desigualdades políticas: as pessoas que não possuem dinheiro disponível para investir em política estão limitadas apenas a poder investir tempo, já aqueles que possuem dinheiro e tempo podem investir os dois. É por conta disso que os autores diferenciam as modalidades de voz política em relação a tempo e dinheiro, o objetivo é mostrar que a estratificação oriunda da classe social afeta a participação de diferentes maneiras, sendo que uma delas é em relação ao

20 Tradução livre de: "All three factors are helpful in predicting participation. Access to resources, the capacity to take part, and psychological engagement with politics (the motivation to take part) seem necessary for activity. Recruitment, being asked to take part, seems to act as a catalyst for participation among those with the wherewithal and desire to become active".

recurso que pode ser investido. Deste modo, estes dois recursos iniciais já apresentam a estrutura de vantagens daqueles que possuem maior status socioeconômico[21].

Os recursos de escolaridade e habilidades cívicas estão intrincados. O processo de escolarização é responsável pela formação cognitiva do indivíduo e desenvolve capacidades de leitura, fala, escrita, interpretação e argumentação, que são habilidades relevantes para o engajamento político. Além disso, a escola é uma das instituições não políticas da vida em sociedade e cumpre também um papel de socialização. Esse processo educacional possui relação com o status socioeconômico e classe social familiar, os indivíduos que vêm de classes sociais mais altas tendem a ter melhores oportunidades educacionais, tanto no que se refere à escolarização básica quanto à possibilidade de acesso ao ensino superior.

Na obra *Voice and Equality* Verba, Schlozman e Brady (1995) argumentam que existe uma forte relação entre a escolarização dos pais e o tipo de emprego que eles possuem, com a escolarização e empregabilidade dos filhos, isso reflete uma reprodução da estratificação social de geração para geração. Os autores pontuam que a desigualdade econômica também se reflete em uma desigualdade de oportunidades de educação e de emprego, e, neste sentido, gera também uma vantagem no processo de desenvolvimento das habilidades cívicas.

Sobre a relação entre escolaridade, habilidades cívicas e participação, na obra *Unequal and Unrepresented,* os autores afirmam:

> "Habilidades cívicas são adquiridas ao longo do ciclo de vida começando em casa e, especialmente, na escola. Investigações sobre a participação política dos cidadãos em democracias ao redor do mundo repetidamente encontrou que mais escolarização leva a maior ativismo. Várias explicações são apresentadas para essa relação próxima. Educação aumenta a participação mais ou menos diretamente por desenvolver habilidades que são relevantes para política – a habilidade de fazer um discurso e escrever, o conhecimento para lidar com configurações organizacionais. A educação também transmite informações sobre governo e política e incentiva atitudes, como o senso de responsabilidade cívica ou política que predispõe os indivíduos ao envolvimento político. As consequências participativas da escolarização não estão limitadas para sala de aula: fazer parte de atividades no ensino médio em particular, em grêmios estudantis, mas também vários clubes e atividades - tem um impacto positivo na atividade política posterior. Além disso, educação afeta o ativismo indiretamente: aqueles com altos nível de escolaridade são muito mais prováveis para comandar empregos lucrativos e ter oportunidades de exercer liderança e desenvolver habilidades politicamente relevantes no trabalho, na Igreja e em associações voluntárias" (BRADY, SCHLOZMAN e VERBA, p. 55, 2018).[22]

21 Status socioeconômico é conceito mobilizado por diferentes autores e geralmente formulado em função de três categorias: renda, escolaridade e ocupação. Como será abordado no próximo capítulo o campo de pesquisa das desigualdades digitais também mobiliza esse conceito.

22 Tradução livre de: "Civic skills are acquired throughout the life cycle beginning at home and, especially, in school. Investigations of citizen political participation in democracies around the world repeatedly find that more education leads to more activity. Various explanations are adduced for this close relationship. Education enhances participation more or less directly by developing skills that are

Portanto, a escolaridade tem relação com a participação política por ser um aspecto importante na construção das habilidades cívicas em dois sentidos: cognitivo e formação de espaço de socialização. A escola compõe junto com a família as instituições de socialização primárias, isto é, que atuam fortemente no período de infância e adolescência, fases do ciclo de vida com impactos diretos nos posteriores.

Em relação à família, os pesquisadores argumentam que este é o primeiro espaço em que os cidadãos podem aprender sobre política, discutir sobre assuntos correlatos, desenvolver senso de dever cívico e encontrar estruturas propícias ou não, para o desenvolvimento de habilidades cívicas. Diante disso, os autores defendem que a família, assim como a escola, não tem uma influência única no processo de participação individual. O argumento dos autores é que o ambiente familiar pode influenciar a participação política dos futuros adultos em dois sentidos:

> "O primeiro enfatiza o aprendizado político: na família, as crianças absorvem pistas e lições sobre política e os direitos e responsabilidades dos cidadãos. A segunda, raramente mencionada por estudantes de socialização política, foca na maneira como o status socioeconômico de uma família de origem molda as oportunidades de realização educacional e experiências na escola, que, por sua vez, afetam a probabilidade de adquirir muitos outros atributos que fomentam a participação política" (Brady, Schlozman e Verba, p. 65, 2018)[23]

Assim, é possível perceber que Sidney Verba, Kay Schlozman e Henry Brady se esforçam em trabalhar a dimensão das capacidades e recursos de maneira muito objetiva em função da forte relação que essas categorias possuem com a estratificação de classe que perpassa a sociedade estadunidense, e praticamente todas as outras democracias também. Como vimos, os recursos de tempo e dinheiro são relacionados com as condições sociais e determinam o tipo de atividade política que o indivíduo é capaz de realizar, bem como,

relevant to politics—the ability to speak and write, the knowledge of how to cope in an organizational setting. Education also imparts information about government and politics and encourages attitudes, such as a sense of civic responsibility or political efficacy, that predispose an individual to political involvement. The participatory consequences of schooling are not limited to the classroom: taking part in extracurricular activities in high school—in particular, student government but also various clubs and activities—has a positive impact on later political activity. In addition, education affects activity indirectly: those who have high levels of education are much more likely to command lucrative jobs and to have opportunities to exercise leadership and develop politically relevant skills at work, in church, and in voluntary associations"

23 Tradução livre de : "The first emphasizes political learning: in the family, children absorb cues and lessons about politics and the rights and responsibilities of citizens. The second, which has rarely been mentioned by students of political socialization, focuses on the way that the SES (socioeconomic status) of one's family of origin shapes opportunities for educational attainment and experiences in school, which, in turn, affect the likelihood of acquiring many other attributes that foster political participation."

influenciam as questões de acesso à escolaridade e formatam os espaços de socialização primária, nomeadamente a escola e a família.

A dimensão das capacidades também é composta por outra categoria de recursos: as habilidades cívicas. Essa dimensão possui um papel central na estrutura argumentativa do Modelo do Voluntarismo Cívico, funcionando como um mecanismo que leva à participação. O argumento desenvolvido pelos autores é que as desigualdades participativas são relacionadas às desigualdades sociais, em especial as econômicas, entretanto, o que explica essa diferença participativa não é o status socioeconômico em si, mas o papel dele no desenvolvimento e refinamento de habilidades cívicas.

Deste modo, os autores *definem habilidades cívicas como habilidades de comunicação e organização, que são aprendidas e desenvolvidas em diferentes esferas da vida e que são úteis para a participação no sistema político.* Tais habilidades são chamadas de cívicas porque possuem um potencial para capacitar a vivência democrática. Uma vez que em uma democracia as decisões são tomadas através do debate entre os representantes dos grupos que compõem a sociedade, e a participação política é a maneira que os indivíduos possuem de informar suas demandas aos representantes, a comunicação representa uma dimensão central para a democracia. Neste sentido, como o sistema político democrático é todo fundamentado na organização e comunicação de grupos para produção de consenso, possuir habilidades de comunicação e organização e estar acostumado a lidar com situações em que tais habilidades são requeridas, facilita o processo da participação política.

Portanto, quando um indivíduo desenvolve em esferas não políticas[24] da vida capacidades para argumentação, para formular um discurso, expor e defender uma ideia, ponderar contra argumentações e tomar decisões, ele é dotado de habilidades cívicas. Neste sentido as *habilidades cívicas correspondem às capacidades que são exercidas e aprimoradas no cotidiano em diferentes espaços sociais que provêm oportunidades de executar atividades relacionadas a comunicação e organização*.

As habilidades cívicas são definidas pelos autores de maneira objetiva, como habilidades de fala, escrita, comunicação e organização. Deste modo, envolvem atividades bem específicas que requerem capacidades de escrever, argumentar, dialogar e tomar decisões. Os autores optaram por mensurá-las como ter oportunidades de mandar cartas, ter

24 Os autores compreendem como esferas não políticas aquelas que não estão relacionadas ao governo e nem ao sistema político. Por conta disso, entram nessa categoria todas as instituições sociais e se excluem as instituições políticas.

oportunidade de fazer uma apresentação ou discursos, ter oportunidade de planejar uma reunião, ter oportunidade de participar de uma reunião em que decisões são tomadas.

Neste sentido, no Modelo do Voluntarismo Cívico, as habilidades cívicas não correspondem a uma categoria subjetiva. Primeiro, porque elas compõem a dimensão dos recursos, a qual mensura capacidades objetivas de executar a participação política. Segundo, porque o engajamento psicológico e subjetivo com a política compõe outra categoria do modelo relacionada às motivações. Apesar das motivações poderem ter um papel importante na ativação do civismo dessas habilidades, tendo em vista que podem ajudar que o indivíduo queira aplicar tais capacidades para efetivar atos de participação política, elas não dotam as habilidades cívicas de subjetividade, pois estas são capacidades objetivas que se desenvolvem em diferentes momentos e ambientes da vida.

De acordo com os autores, as habilidades cívicas começam a ser desenvolvidas na socialização primária em casa e, principalmente, na escola. O processo de escolarização possui um papel central na construção de capacidades de fala e escrita, no desenvolvimento de capacidades de argumentação e de exposição de ideias. Neste sentido, indivíduos que concluíram o ensino básico são pessoas para as quais essas habilidades foram ensinadas e em alguma medida treinadas. Entretanto, pessoas que frequentaram a universidade foram mais confrontadas com situações em que foi necessário escrever, interpretar, organizar ideias e argumentos e expô-los e, deste modo tiveram mais oportunidades de desenvolver essas habilidades.

Portanto, o processo escolar possui um papel central na construção e desenvolvimento de habilidades, se colocando como uma vantagem inicial para determinados grupos e por isso se apresenta como um ponto importante da reprodução das desigualdades sociais em desigualdades políticas, uma vez que os indivíduos que pertencem às classes mais altas têm mais chances de chegar às universidades, continuar o processo de desenvolvimento de habilidades também no trabalho e assim aumentam suas chances de participação e representação política.

Entretanto não é apenas na socialização primária que tais habilidades podem ser desenvolvidas e aprimoradas. Existem algumas instituições da vida adulta que requerem tais habilidades e proporcionam oportunidades para que elas sejam melhoradas. Deste modo, a dimensão das oportunidades para participação é relacionada com o pertencimento e o envolvimento com essas instituições que levam aos processos de desenvolvimento de

habilidades cívicas e recrutamento para atividades políticas, como será abordado na seção sobre as dimensões das oportunidades.

1.3.2. A dimensão das motivações: o engajamento psicológico com a política

A dimensão das motivações compõe o segundo fator que leva à participação e se refere ao *querer participar*, sendo assim o componente mais subjetivo do Modelo do Voluntarismo Cívico, pois versa sobre os conhecimentos e atitudes que possuem influência sobre o processo de participação política. Os autores pontuam que a dimensão das motivações engloba um fenômeno muito próximo do objeto de atenção, a participação política. Em função desta proximidade, engajamento psicológico e participação, possuem uma relação endógena, pois uma pessoa motivada é mais provável de ser politicamente ativa, entretanto, o ativismo aumenta o engajamento psicológico.

Os autores definem que engajamento psicológico se refere ao envolvimento dos cidadãos com a política expressos pelo seu interesse e conhecimento nesses assuntos, sua identificação com os partidos e percepção de eficiência. Assim, o interesse por política se refere ao quanto um cidadão se preocupa com questões políticas locais e nacionais. A eficácia política se refere à crença individual de que seu engajamento político faz a diferença. A informação política se refere ao conhecimento acerca de quem são os representantes e políticos nacionais, os autores pontuam que este é o componente mais objetivo da dimensão das motivações. Por fim, a identificação partidária se refere à força dos sentimentos dos cidadãos pelos partidos, o qual no contexto estadunidense têm um papel central na decisão do voto.

Os autores argumentam que na democracia estadunidense, as dimensões da eficácia, interesse e informação política são relacionadas e se influenciam mutuamente. Além disso, assim como os recursos participativos, o engajamento psicológico com a política também é relacionado com as clivagens sociais, em especial com a escolaridade uma vez que os mais escolarizados tendem a ter mais interesse nos assuntos políticos, mais conhecimento sobre eles e se sentem mais eficientes em suas ações. Em função da relação entre as dimensões de recurso e motivações, os autores chamam a atenção para a tendência de acúmulo de fatores participativos para determinados grupos, que reforçam o processo de reprodução de desigualdades sociais em desigualdades políticas.

1.3.3. A dimensão das oportunidades: instituições da vida adulta, habilidades cívicas e recrutamento

As oportunidades são o terceiro componente do Modelo do Voluntarismo Cívico e se refere à dimensão do recrutamento para ação, e, portanto, às oportunidades de *ser convidado para participar*. Neste sentido, essa dimensão é diretamente relacionada com as instituições sociais que os indivíduos frequentam e as redes que se formam a partir delas. Os autores argumentam que essas instituições sociais que fazem parte do ciclo da vida adulta também são ambientes não políticos, nos quais o recurso de habilidades cívicas pode ser desenvolvido e aperfeiçoado e elencam três espaços que propiciam experiências e atividades que essas capacidades podem ser adquiridas e desenvolvidas, bem como os convites efetivados: o local de trabalho, as associações voluntárias e as igrejas.

Deste modo, para os autores a dimensão das oportunidades se efetiva através das instituições da vida adulta em dois sentidos: no desenvolvimento de capacidades e no surgimento de convites para a participação. Assim, essas instituições são ambientes não políticos que servem de incubadoras para habilidades cívicas, pois provém atividades que ajudam a aprender, manter e refinar habilidades de comunicação e organização em contextos de atividades, que não são necessariamente políticas. Por outro lado, esses ambientes também propiciam a ativação de redes que facilitam a participação.

É importante ressaltar que os propositores do Modelo do Voluntarismo Cívico consideram que esses ambientes *não* são espaços imunes das questões políticas, elas estão presentes no cotidiano das instituições da vida adulta. Neste sentido, os autores pontuam que esses ambientes acumulam funções no processo de aumentar a participação política dos cidadãos. As instituições da vida adulta são espaços que influenciam na participação política, porque são ambientes propícios para essas discussões, são ambientes coletivos em que questões referentes à política podem estar em pauta em diferentes contextos. Além disso, também são ambientes que propiciam a efetivação da dimensão de oportunidades para participação política, através do recrutamento e do desenvolvimento de habilidades cívicas.

> "As instituições não-políticas da vida adulta – o local de trabalho, as associações voluntárias e as igrejas -, funcionam de várias maneiras para aumentar a atividade política dos cidadãos. Primeiro, esses ambientes não políticos fornecem uma exposição a estímulos políticos. Pessoas se engajam em discussões políticas informais nesses ambientes. Além disso, a agenda de uma reunião mesmo em uma organização não política pode incluir considerações sobre questões políticas. O sermão da semana na igreja pode cobrir algum tópico político. Esses ambientes não somente provem a exposição a mensagens políticas, mas também são um lócus de recrutamento político destes cidadãos ativistas. No trabalho, na igreja ou em organizações os indivíduos desenvolvem redes de amigos e conhecidos através

> dos quais requisições para o envolvimento político emergem" (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, p. 309, 1995)[25]

Os autores ainda ressaltam outro aspecto na relação de desenvolvimento de habilidades cívicas em instituições da vida adulta: não basta apenas estar incluído nessas instituições, é necessário que a inclusão envolva a oportunidade de exercer atividades que abarquem processos comunicacionais e organizacionais. Neste sentido, o primeiro passo é ter um trabalho, ter uma religião ou estar em uma associação, entretanto, para que as habilidades cívicas sejam desenvolvidas, é necessário que esse ambiente proporcione ao indivíduo oportunidades de executar atividades em que seja necessário expor uma ideia, desenvolver um argumento, apresentá-lo e organizar pessoas. Neste sentido, não há igualdade de oportunidades nas experiências que as instituições da vida adulta propiciam, determinados empregos e associações possuem mais chances de desenvolver habilidades cívicas que outros. Da mesma forma, a participação em igrejas protestantes tende a propiciar mais experiências para habilidades cívicas que a participação em igrejas católicas.

Além disso, os autores reafirmam a relação entre as desigualdades sociais e o desenvolvimento de habilidades cívicas. Primeiramente porque as habilidades cívicas estão relacionadas com o processo escolar, que têm uma relação com desigualdades econômicas e sociais, uma vez que aqueles de classe mais altas tendem a ter mais e melhores oportunidades escolares de desenvolvimento dessas habilidades. Neste sentido, a escolaridade representa uma vantagem inicial para o aprimoramento das habilidades cívicas porque os indivíduos na vida adulta não estão necessariamente em igualdade na posse desse recurso. As oportunidades de desenvolver habilidades nas instituições da vida adulta estão atreladas às desigualdades sociais e assim, as experiências propiciadas pelas instituições da vida adulta, no tocante ao desenvolvimento de habilidades cívicas, podem atuar no sentido de reforçar outros processos – como o educacional -, e deste modo criar mais vantagens e funcionar como contrabalanço desse processo.

25 Tradução livre de: "The non-political institutions of adult life – the workplace, voluntary associations, and churches – function in several ways to enhance citizen activity in politics. First, the non-political settings provide exposure to political stimuli. People engage in informal political discussion in these settings. In addition, the agenda at a meeting of event non-political organizations may include consideration of political issues. The weekly sermon at church may cover a politic topic, Not only do these things provides exposure to political messages, but – as we have seen – they are frequently the locus of political recruitment of citizen activists. On the job, in church, or in organizations, individuals develop networks of friends and acquaintances from which request for political involvement emerge. Moreover, leaders and staff in these settings often make deliberate attempts to mobilize the ranks to political action."

Na análise realizada pelos autores acerca da sociedade estadunidense, eles mostram como as oportunidades de desenvolver habilidades cívicas na vida adulta são altamente estratificadas por questões socioeconômicas e possuem uma tendência de reforçar padrões de desigualdades sociais. Das três instituições da vida adulta em análise – trabalho, associações e igrejas -, os autores encontram que o ambiente de trabalho é o que possui as melhores oportunidades de exercitar as habilidades cívicas através da execução das atividades de mandar carta ou e-mail, fazer apresentações e/ou discursos, organizar e participar reuniões. Entretanto, o acesso aos tipos de trabalho do qual provem essas oportunidades, é altamente relacionado com altos níveis de renda e escolaridade. Deste modo, o ambiente de trabalho é uma instituição da vida adulta com maior tendência de reforçar as desigualdades existentes criando mais vantagens para aqueles que já são capacitados à participação política.

Neste mesmo sentido, a participação em organizações não políticas também atua em um sentido de reforço das vantagens iniciais, aqueles que já possuem recursos e habilidades, tendem a ter mais oportunidades de desenvolver atividades relacionadas a habilidades de comunicação e organização nesses ambientes não políticos do que aqueles que não possuem essas vantagens iniciais. Por outro lado, o ambiente das igrejas – em especial das protestantes -, é o único em que a relação entre desenvolver atividades relacionadas às habilidades cívicas não é altamente relacionado com as estratificações sociais, de modo que se coloca como uma instituição da vida adulta, capaz de desenvolver habilidades mesmo naqueles que não possuem vantagens iniciais. Sendo assim, o ambiente das igrejas se coloca como o único que não atua reforçando padrões de desigualdades sociais como os outros, mas atua no sentido de contrabalançar as capacidades individuais criando condições coletivas para o desenvolvimento dessas capacidades.

Por fim, os autores ainda mostram que as habilidades cívicas são requerimentos importantes para a execução de diferentes tipos de atividade política, principalmente para aquelas que possuem alta ou média capacidade de converter informações para os representantes, sendo elas: trabalho de campanha, entrar em contato com um representante, trabalho informal na comunidade, membro de um conselho local e filiação a uma organização política. Assim, dentre as atividades analisadas, os autores encontraram que habilidades cívicas apenas não são requeridas nas atividades de votar, comparecer a um protesto, contribuir com um causa política e contribuir com uma campanha eleitoral, sendo que as duas últimas atividades se resumem a doação de dinheiro e as duas primeiras estão mais relacionadas a doar tempo.

No que se refere ao recrutamento, os autores argumentam que na sociedade estadunidense os cidadãos que participam de instituições da vida adulta e possuem alto status socioeconômico são os mais prováveis de serem convidados a tomar parte em atividades de participação política independente dessa instituição se referir ao mercado de trabalho, às organizações não políticas ou à Igreja. Neste sentido, as oportunidades de convite nas instituições da vida adulta diferem das oportunidades de desenvolvimento de habilidades cívicas uma vez que os mais escolarizados, de maior renda e com melhor emprego também são mais prováveis de serem recrutados nas Igrejas. Além disso, as Igrejas são os locais onde é mais provável que o indivíduo seja convocado para ação política, seguido pelo trabalho e por último as organizações não políticas. Deste modo, os autores concluem que no aspecto do recrutamento, a dimensão das oportunidades ajuda a aprofundar a relação entre as desigualdades sociais e as desigualdades políticas.

Portanto, os ambientes das instituições da vida adulta são ambientes que propiciam que o recurso de habilidades seja adquirido e aprimorado, que as motivações sejam nutridas e que as redes de oportunidade se estabeleçam e resultem em convites para ação. Entretanto, algumas delas possuem uma alta auto seletividade, isto é, tendem a selecionar aqueles dos maiores status socioeconômico e que, portanto, já estão capacitados para o ativismo os colocando em mais uma posição de vantagens. Neste sentido, a dimensão das oportunidades para o engajamento através do envolvimento em instituições sociais funciona como uma escola para democracia, mas na maioria das vezes essa escola é restrita aos que já possuem recursos e engajamento com a política. Contudo, em função do papel de contrabalanço das instituições religiosas no desenvolvimento de habilidades cívicas, a dimensão das oportunidades é a única que não necessariamente reproduz e reforça a relação entre desigualdades sociais e desigualdades políticas.

1.3.4. As desigualdades de voz política e o ambiente online

Nas obras mais recentes, os autores do Modelo do Voluntarismo Cívico, analisam a permanência dos padrões de desigualdade de voz política e engajamento entre os estadunidenses, reafirmando a construção teórica das origens sociais das desigualdades políticas em termos de voz individual e voz organizacional. Em cada uma dessas obras os autores dedicam um capítulo para discutir os potenciais da internet em aumentar ou diminuir as desigualdades de vozes políticas entre os estadunidenses uma vez que eles defendem que o

aumento de modalidades de participação e engajamento não necessariamente diminui as desigualdades políticas em termos das vozes que estão sendo ouvidas pelos representantes[26].

Como dito anteriormente, na construção da teoria/argumentação, os autores usam o conceito de voz política para restringir a participação política às atividades que buscam influenciar os resultados políticos de maneira mais direta, como nas regras quatro e cinco do mapa conceitual da participação apresentado anteriormente, no item 1.1. Para eles, as outras atividades de participação menos relacionadas com o sistema político em si, ou seja, aquelas que não são realizadas dentro do sistema político e não possuem o mesmo como alvo, são tratadas como engajamento e não compõe o conceito de voz política, em especial porque o que consideram como engajamento, é tratado por eles dentro da ideia de oportunidades, as quais também apresentam relações com os recursos. Diante disso, quando passam a considerar o ambiente online em suas análises, utilizam desta distinção teórica para definir quais atividades de participação são uma voz política online e quais atividades se referem ao engajamento.

Consideram participação política online apenas as atividades políticas off-line que possuem réplicas online, como estabelecer contato com representantes, assinar petições e doação de dinheiro. Contudo, eles reconhecem que a internet pode ter influências na participação política por outros caminhos uma vez que o ambiente online permite fácil acesso a diversas fontes de informação política e se configura como um espaço para conversar sobre política, mobilizar e recrutar pessoas para participação online ou off-line. Por conseguinte, *os autores consideram que o ambiente online é um espaço de oportunidades políticas e que possibilita novas modalidades de engajamento, principalmente em blogs e nos sites de redes sociais*.

Por outro lado, argumentam que apesar do ambiente online ser um espaço para oportunidades políticas, e deste modo propiciar que os cidadãos utilizem desse ambiente para participação e engajamento, a inclusão ao ambiente online, os motivos que levam as pessoas a conectarem-se e os usos gerais que fazem da internet, na maioria das vezes não está relacionado à política. Deste modo, as pessoas não buscam estar conectadas porque buscam

26 The Unheavenly Chorus: Unequal Political Voice and the Broken Promise of American Democracy (Schlozman, Verba e Brady, 2012) e Unequal and Unrepresented: Political inequality and the people's voice in the new gilded age (Brady, Schlozman, Verba, 2018). A discussão realizada nessa seção é baseada no capítulo 16 (Weapon of the strong? Participatoy Inequality and Internet) da obra de 2012 e no capítulo 6 (Do digital technologies make a difference?) da obra de 2018.

mais informação política ou maior engajamento político, em geral são outros motivos que importam mais.

Por conta disso os autores apresentam de maneira detalhada como a inclusão ao ambiente online, os usos que envolvem atividades de participação política e engajamento, se relacionam com as desigualdades sociais, em particular com status socioeconômico e idade. O objetivo deles com isso, é discutir se essas oportunidades oriundas do ambiente online estão reproduzindo os padrões de participação e engajamento encontrados no mundo off-line, e descobrir se o ambiente online traz novas vozes para o mundo político ou apenas amplifica as vozes existentes.

Para essa discussão, se utilizam de duas pesquisas realizadas pela Pew Research nos anos de 2008 e 2012[27]. A partir destes dados, os autores formulam quatro escalas: participação online, participação off-line, participação geral e engajamento online. As mensurações de participação online e off-line consideram atividades políticas off-line que possuem réplicas online, a participação geral considera tanto atividades políticas off-line que não possuem uma contraparte digital quanto as que possuem, já o engajamento online considera os usos do ambiente online em termos de participação em blogs e sites de redes sociais e em termos de recrutamento. Essas escalas são formuladas a partir das seguintes definições:

a) *Participação online e off-line*: entrar em contato com um representante, se comunicar com membros de um grupo comunitário ou político, assinar uma petição, enviar uma carta/e-mail para um editor de uma revista ou jornal e fazer uma contribuição em dinheiro para uma causa ou campanha política;
b) *Participação em geral*: ir a um comício; comparecer a um protesto; participar de uma reunião política ou comunitária, trabalhar em uma campanha, fazer um discurso sobre uma questão social ou política; ser membro ativo de um grupo que busca influenciar resultados políticos, desenvolver trabalho coletivo para resolver problemas na comunidade, estabelecer contato com representante online e off-line; enviar uma carta ou e-mail a um editor, doar dinheiro para campanhas políticas online e off-line.
c) *Engajamento online*: escrever sobre política ou alguma questão social em blog próprio ou de outra pessoa, procurar informações sobre um candidato ou campanha nos sites de redes sociais, criar ou se unir a um grupo político ou causa

27 No livro publicado em 2012 os autores usam apenas da pesquisa de 2008, já no livro publicado em 2018 os autores analisam as duas pesquisas, de 2008 e 2012.

social em sites de redes sociais, seguir um político nos sites de redes socais; postar sobre política nos sites de redes sociais.

d) *Recrutamento*: ser convidado para uma ação política por telefone, por e-mail ou sites de redes sociais.

Para compreender a relação entre participação online e off-line e as dimensões socioeconômicas do Modelo do Voluntarismo Cívico - renda, escolaridade, raça, religião, área urbana ou rural e idade - os autores utilizam como estratégia metodológica a análise de regressão. Entretanto, como o interesse principal é saber se existe diferença entre os que não estão conectados e os que estão conectados, em termos de participação online e off-line, os pesquisadores dividem a amostra em três grupos: amostra total, uma sub-amostra dos que usam a internet somente ocasionalmente, e outra sub-amostra daqueles que possuem conexão de alta velocidade. Com essa divisão da amostra, os autores analisam os coeficientes de variância das médias oriundas da regressão através da Análise de Variância. A escolha por usar da estratégia da variação das médias pela estatística F é porque essa abordagem permite visualizar se existe diferença entre os grupos. A hipótese a ser testada é se os subgrupos da amostra – desconectados e conectados – se diferenciam em termos de idade, renda e escolaridade. Se não houver diferenças nesses termos, significa que o ambiente online está reproduzindo na participação online as estratificações socioeconômicas, se existir diferenças nos grupos nesses termos, então o resultado estaria indicando que os grupos se distinguem em função dessas características.

Os resultados encontrados pelos autores mostram que tanto a participação geral, como a participação online e off-line, quanto o engajamento online possuem uma relação ascendente com a medida de status socioeconômico (renda + escolaridade), independente do sub grupo da amostra[28]. Isto implica que conforme o status socioeconômico aumenta, as chances dos indivíduos de serem politicamente ativos aumentam também, entretanto, elas variam em intensidade na ascendência. Deste modo, a participação off-line é mais fortemente estratificada pelo status socioeconômico que a participação online e o engajamento online, embora a estratificação social também perpasse a expressão da voz política no ambiente online.

28 Isso significa que a relação entre status socioeconômico, participação off-line e participação e engajamento online tem a mesma característica de estratificação no teste realizado para amostra geral e para as sub-amostras do grupo de pessoas conectadas.

Assim, a partir da Análise de Variância através da estatística F, os autores concluem que entre os estadunidenses não há evidências de que os indivíduos ativos online e off-line se diferenciem em termos de renda e escolaridade e que por conseguinte, a falta de acesso à internet – que também é estruturada por renda – é apenas uma parte da história da estratificação social da participação e engajamento online, uma vez que sendo estratificada pelo status econômico aqueles que não possuem esses recursos tenderiam a não participar online, mesmo que estivessem conectados.

Já em relação à idade, o padrão geral existente é curvilinear. Os jovens adultos participam menos, os adultos participam mais e os idosos participam menos. Usando das mesmas estratégias de comparação entre os grupos, os autores encontram que a participação online e off-line se diferenciam em termos de idade quando analisado o grupo todo da amostra, enquanto a participação off-line aumenta com a idade, a participação online diminui. Entretanto, quando analisado apenas os que estão conectados, essa diferença na estratificação por idade fica menos evidente e entre os conectados o padrão curvilinear da idade reaparece mais claro. Deste modo, a partir da análise de variância através da estatística F, os autores concluem que entre os estadunidenses a idade é menos estruturante da voz política que o status socioeconômico.

Em relação ao engajamento online em blogs e redes sociais, os autores encontram que os jovens são mais ativos, entretanto, essa modalidade de engajamento também cresce com o aumento do status socioeconômico, embora tenham uma inclinação menor que a encontrada para participação online e off-line. No tocante às possibilidades de recrutamento para atividades políticas online e off-line, as análises dos autores mostram que conforme aumenta o status socioeconômico, aumentam as chances dos indivíduos receberam convites nos meios online e off-line para participação política. Diante disso, argumentam que a chamada "revolução digital" não necessariamente democratiza o processo de recrutamento para a participação.

Portanto, os autores concluem que o ambiente online e as oportunidades de participação online não parecem capazes de equalizar a voz política e neste sentido, a internet parece se configurar como a "arma dos mais fortes". Isso porque a participação online reproduz os padrões de estratificação social da participação off-line, e embora o engajamento online em blogs e redes sociais não seja tão estratificado em relação às desigualdades sociais como a participação, esse engajamento online não está necessariamente trazendo novos tipos

de pessoas e vozes para a arena política. Consequentemente, as oportunidades participativas advindas do ambiente online podem levar à estratificação em termos de voz política, como é convencionalmente entendido pelo modelo, isto é, em função das desigualdades sociais.

1.3.5. A união dos fatores participativos: capacidades, motivações e oportunidades

Os propositores do Modelo do Voluntarismo Cívico reconhecem que as dimensões de capacidades, motivações e oportunidades, isto é, as questões de poder participar, querer participar e ser convidado por estar em ambientes que podem ser convocados para ação, possuem uma relação de influência mútua. Neste sentido, as questões socioeconômicas determinam a maneira que se desenvolvem as capacidades, se por via individual por conta de possuir recursos financeiros, ou se por via coletiva nas instituições sociais. Além disso, a dimensão das motivações está relacionada com a das capacidades, uma vez que a última pode auxiliar no processo de construção de um engajamento psicológico com a política. Neste sentido, os autores defendem a importância de se trabalhar essas categorias em conjunto, uma vez que elas expressam a ideia de desigualdades sociais de uma forma complexa e permitem uma compreensão sofisticada de como desigualdades sociais se refletem em desigualdades políticas.

A proposta de uma construção complexa do conceito de desigualdades sociais requer uma noção multidimensional dos condicionantes da participação política. Por conta disto, eles definem três componentes essenciais de porque as pessoas participam, e o mecanismo, isto é, as habilidades cívicas que esses componentes desenvolvem. Assim, é preciso ter em mente que uma pessoa é ativa porque ela pode e possui os recursos para isso, porque ela quer e possui motivações individuais e engajamento com a política, e por fim, porque ela tem oportunidade para tal, por estar imersa em redes de recrutamento em que é convidada para atividades política e se motiva conjuntamente com as outras pessoas para isso. Além disso, é importante lembrar que essas dimensões causam participação porque desenvolvem habilidades, sendo que são essas habilidades o mecanismo responsável em transformar querer, poder e ser convidado em ação política.

Diante disto, é preciso pontuar que os autores consideram que as três dimensões: querer, poder e ser recrutado, são dimensões que se relacionam de maneira complexa. Os autores postulam que a dimensão do poder, representada principalmente pelos recursos, são a parte inicial da cadeia causal que explica participação, isto porque a dimensão dos recursos está mostrando que as pessoas mais escolarizadas são também as pessoas que possuem melhores recursos socioeconômicos e, portanto, possuem mais dinheiro e os melhores

empregos. A questão dos recursos está diretamente atrelada à construção de habilidades cívicas. Pessoas mais escolarizadas, com melhores empregos são pessoas que tendem a desenvolver essas habilidades mais cedo e em diferentes contextos, acumulando assim vantagens participativas.

Por outro lado, a dimensão das redes de recrutamento também está relacionada à construção de habilidades e representam uma maneira de relativizar um pouco da desigualdade política. Isto acontece, pois, a participação associativa, e no caso dos Estados Unidos o associativismo religioso em especial, pode ajudar que pessoas desprovidas de recursos e com menos habilidades desenvolvidas a desenvolver estas habilidades de escrita, comunicação e organização nessas associações, enquanto as pessoas que já possuem essas habilidades utilizam das associações e de outras instituições da vida adulta, como o mercado de trabalho, para aprimorar essas habilidades.

Assim, os recursos representam o início do modelo, porque eles são a primeira dimensão da vida do indivíduo que o vai capacitar para a participação política através da criação das habilidades. As motivações e o querer participar, o ser interessado em política são a segunda dimensão do modelo, porque é através da motivação que habilidades desenvolvidas em espaços não políticos (escola, igreja, família) são aplicadas à política. Deste modo, uma pessoa pode possuir os recursos e habilidades para a ação política, mas não o faz porque não é motivada ou não tem interesse. Por fim, as redes de recrutamento representam a terceira dimensão do modelo, pois é no pertencimento a redes de recrutamento que pessoas sem habilidades e que não possuem recursos podem desenvolver essas habilidades, são nessas redes que a motivação individual pode surgir através de demandas coletivas, mas principalmente porque é nestes ambientes que as pessoas que já possuem capacidades e motivações são incentivadas e convidadas a agir no espaço público.

Retomando a ideia de igualdade de voz política, os autores postulam que essa igualdade não requer necessariamente que todos os indivíduos tomem parte, mas sim, que dentre os indivíduos que tomam parte sejam representativos da população, assim como funciona para construção de amostras estatisticamente representativas. Entretanto, o que as análises feitas considerando o caráter sequencial da proposição teórica do modelo do voluntarismo cívico mostram, é que os indivíduos que participam, então a amostra que eles formam na sociedade, é enviesado por recursos, motivações e oportunidades, os quais possuem suas raízes na desigualdade social, nomeadamente no status socioeconômico. Neste sentido, os indivíduos que pertencem às classes sociais mais altas, são melhores escolarizados,

possuem os melhores empregos e acumulam vantagens nos fatores que levam à participação, tendo assim uma percepção de menos custos e maiores benefícios para efetivarem suas vozes

1.4. Abordagens sobre a participação política no Brasil: os estudos sobre a ótica comportamental

Como abordado anteriormente, a participação política é um dos subcampos dentro dos estudos de comportamento político, e se refere às abordagens sobre os condicionantes individuais do envolvimento em ações políticas. De acordo com a caracterização do campo do comportamento político no Brasil realizada por Borba e Cardoso (2019) este tópico é pouco explorado no país, de modo que quando se adiciona as questões do ambiente online a este debate, a produção é ainda inicial. Por outro lado, as recentes revisões sobre o campo Internet e Política no Brasil realizadas por Sampaio et all (2016;2018) indicam que a produção do campo tem dado grande atenção às temáticas de participação e engajamento cívico, entretanto, essas abordagens possuem como principais objetos, as instituições políticas, os movimentos sociais e organizações cívicas e a apropriação da tecnologia por estes, e portanto, não estabelecem diálogos diretos com a literatura do comportamento político, que versa mais especificamente sobre questões individuais[29].

Como esta tese têm interesse especial sobre os condicionantes do ativismo, esta seção se dedica a apresentar um trabalho exemplar que discute os condicionantes da participação política geral do brasileiro (RIBEIRO e BORBA, 2015) e também explora as discussões já realizadas pelos pesquisadores brasileiros que dialogam sobre internet e participação política a partir da ótica comportamental. Aqui temos o intuito de mostrar que a produção brasileira acerca dos diálogos destes campos ainda está em construção. Para tanto, apresentamos cinco trabalhos que consideramos exemplares da mobilização da literatura do comportamento político para compreensão dos fenômenos que relacionam o uso de internet e a participação política, sendo eles: três trabalhos empíricos discutindo a participação online e off-line em conjunto (MESQUITA e CANTONI, 2016; OLIVEIRA *et all*, 2016; RIBEIRO, BORBA e HANSEN, 2016), um trabalho discutindo a internet como um espaço de socialização entre jovens (MORAIS, 2017) e um trabalho que explora as relações entre o consumo de notícias em diferentes mídias, entre elas a internet, e o engajamento cívico (MESQUITA, 2016).

29 Como os artigos de Borba e Cardoso (2019) e Sampaio et all (2016;2018) fazem uma excelente revisão do campo do comportamento político e do campo de Internet e Política indico a leitura dos mesmos para a compreensão ampla dos campos. Deste modo, essa seção será dedicada a apresentar algumas abordagens que dialogam mais diretamente com as propostas desta tese.

No que tange às discussões acerca dos condicionantes individuais da participação política entre os brasileiros, Ednaldo Ribeiro e Julian Borba, são as principais referências brasileiras atuais na área (BORBA e CARDOSO, 2019). Em livro publicado em 2015, os autores fazem uma extensa análise dos condicionantes do ativismo político na América Latina, analisando Argentina, Brasil, Chile e Uruguai individualmente e analisando a participação em protestos na América Latina como um todo. A escolha por apresentar a discussão dos condicionantes do ativismo político dos brasileiros a partir desta obra é em função do fôlego da mesma, uma vez que a análise realizada pelos autores tem o mérito de testar a influência de variáveis oriundas das diferentes matrizes teóricas do comportamento político apresentadas anteriormente.

A partir de dados do World Value Surveys coletados no ano de 2006 no Brasil, Ribeiro e Borba (2015) analisam os condicionantes da participação política entre os brasileiros. Os autores partem de um conjunto de mensurações sobre diferentes modalidades de ativismo político e realizam uma Análise Fatorial exploratória para identificar como essas atividades se agrupam entre os brasileiros, os resultados permitiram aos pesquisadores a união das modalidades em dois indicies de participação fundamentados na tipologia de atividades convencionais e não convencionais, proposta por Barnes e Kaase (1979) e abordada na seção dois deste capítulo. Assim, neste trabalho, as modalidades de participação relacionadas às instituições políticas – participação em partidos, sindicatos, organizações ambientais e associações profissionais -, formam o Índice de Participação Convencional; e as atividades relacionadas à ações de protesto como – assinar um abaixo assinado, participar de uma passeata/manifestação, boicote -, formam o Índice de Participação Não Convencional.

Estes índices se tornam as variáveis dependentes na análise de regressão realizada pelos autores. Nestes modelos, selecionaram 28 variáveis independentes. Esse número elevado de variáveis é porque o modelo testa o poder explicativo de três grandes abordagens dentro do comportamento político: o princípio da racionalidade, o qual defende que a atuação dos indivíduos é racional por estar em busca da maximização dos recursos; a abordagem referente a cultura política que argumenta sobre a centralidade da confiança, atitudes e valores democráticos, bem como da qualidade da democracia para compreensão do comportamento politicamente ativos; e por fim, a abordagem da centralidade, a qual argumenta que a participação está relacionada à fatores socioeconômicos e com posições centrais na sociedade (RIBEIRO e BORBA, 2015).

Os resultados da análise de regressão realizada pelos autores mostram que os indivíduos mais prováveis de serem ativos nas modalidades de participação convencional

possuem valores pós materialistas, são de classe mais alta, atuam como servidores públicos e também são ativos nas modalidades não convencionais. Já em relação à participação não convencional, os indivíduos mais prováveis de serem ativos são os mais escolarizados, que atuam como profissionais liberais ou com trabalhos não manuais, que possuem valores pós materialistas, avaliam positivamente a democracia e têm maior adesão aos princípios democráticos, que participam nas modalidades não convencionais e confiam menos nas instituições políticas (RIBEIRO e BORBA, 2015).

A partir destes resultados, os autores concluem que a teoria da centralidade oriunda do Modelo do Voluntarismo Cívico é a que melhor explica a participação política dos brasileiros, uma vez que escolaridade, ocupação e classe social, e ativismo em outras modalidades se mostraram como os principais condicionantes do ativismo entre os brasileiros. Além disso, a participação política dos brasileiros também tem uma relação com a cultura política democrática, uma vez que atitudes pró democracia e valores pós-materialistas também foram dimensões importantes para as duas tipologias de participação.

Em relação aos trabalhos sobre participação política online, Mesquita e Cantoni (2016) discutem se existiriam diferenças no perfil sociodemográfico dos indivíduos que são ativos em modalidades de participação política online e off-line, para isso os autores utilizam dados da pesquisa "Brasil, 25 anos de democracia", realizada NUPPs/USP (2014) e realizam análises de regressão logística para participação online e cinco modalidades de participação off-line: manifestações, abaixo assinados, partidos, conselhos gestores e orçamento participativo. Os resultados da análise realizada pelos autores mostram que nas modalidades de participação off-line, os resultados indicam que homens jovens e com ensino superior são mais prováveis de participar de manifestações; para participação em abaixo assinados os resultados mostram que os mais escolarizados, com maior renda e mais velhos são mais prováveis de serem ativos nessas modalidades. Em relação à participação em partidos, os autores encontraram que os que possuem ensino médio são os mais prováveis de serem ativos. Por fim, nas modalidades de participação em conselhos gestores e orçamento participativo nenhuma das variáveis obteve significância estatística. Já em relação à participação online, os homens com ensino superior são os mais prováveis de serem ativos.

Mesquita e Cantoni (2016) ainda realizam testes de associação de qui-quadrado para explorar a relação entre participação e confiança nas instituições políticas e encontram relação entre o ativismo online e uma posição crítica às instituições políticas. Diante dos resultados dessa análise, os autores concluem que os indivíduos que participam de modalidades online e off-line não se diferenciam em termos sociodemográficos.

Em abordagem semelhante Ribeiro, Borba e Hansen (2016) discutem os condicionantes da participação online e a relação destas atividades com a participação off-line no Brasil. Utilizando de dados do Latin America Public Opinion Project (LAPOP) coletados no ano de 2012, os autores realizam uma Análise Fatorial para explorar a relação entre três modalidades de participação online - acessar sites de partidos, compartilhar informações políticas em sites de redes sociais e participar de listas de e-mails - e cinco modalidades de participação off-line - contato com representantes, ativismo comunitário, participação em partidos, protestos e trabalho em campanhas. Os resultados da Análise Fatorial agruparam todas as modalidades de participação, com exceção do ativismo comunitário, indicando assim para a convergência das modalidades de participação e uma tendência à centralização no ativismo dos brasileiros, em que os indivíduos que são participativos ativam diferentes modalidades de participação.

A partir da Análise Fatorial, os autores criam um Índice de Ativismo Online, a partir da soma das três variáveis de participação online, o qual difere em quatro categorias: inativo, pouco ativo, ativo e muito ativo. Este índice foi usado como variável dependente na Análise de Regressão Logística Multinominal, já como variáveis independentes, os autores utilizaram variáveis que mensurassem as dimensões de recursos, motivações e oportunidades oriundas da Teoria do Modelo do Voluntarismo Cívico, sendo elas: acesso à informação, anos de estudos, conhecimento político, eficácia subjetiva, idade, ideologia, interesse por política e sexo.

O resultado da regressão logística multinominal realizada por Ribeiro, Borba e Hansen (2016) mostram que ser de direita diminui as chances de ser pouco ativo, além disso pouco ativos online tendem a ser mais interessados em política que os inativos. Já os ativos também tendem a ser mais interessados em política que os inativos, porém possuem um sentimento de baixa eficácia política. Por fim, os muito ativos tendem a ser mais escolarizados, interessados, com maior acesso à informação política e baixa eficácia subjetiva, se comparados aos inativos. Diante desses resultados, os autores argumentam que os condicionantes da participação online não diferem dos condicionantes da participação off-line encontrados pela literatura e concluem que a participação online parece reproduzir a mesma relação com as desigualdades sociais que a participação off-line, uma vez que os mais escolarizados tendem a ser mais ativos e que as motivações individuais são centrais para o uso político do ambiente online.

Os trabalhos realizados por Oliveira et all (2016) e por Morais (2017) utilizam dados da pesquisa “Democracia, mídia e capital social: um estudo comparativo de socialização

política dos jovens do Sul do Brasil" realizada pelo NUPESAL/UFRGS em 2015 e 2016 nas cidades de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. O trabalho de Oliveira et all (2016) tem como objetivo discutir os condicionantes da participação online e off-line entre os jovens das três capitais do sul do Brasil. Para tanto, as autoras realizam uma Análise Fatorial a fim de descobrir como diferentes modalidades de participação se relacionam no público jovem e a partir disso criam quatro indicadores de participação: participação em protesto (abaixo-assinados; manifestações, protestos ou passeatas; ocupações de terrenos ou prédios públicos; movimentos sociais e atividades no bairro), participação eleitoral (participação em partidos políticos, reuniões políticas e comícios políticos), participação religiosa e comunitária (associações comunitárias e atividades religiosas) e participação online (boicotes, twittaços e abaixo-assinados).

Esses quatro indicadores compõe as variáveis dependentes da Análise de Regressão realizadas pelas autoras. Este teste teve por objetivo verificar quais fatores importam para o entendimento da participação dos jovens, bem como, se existe uma relação de convergência entre as modalidades de participação. Assim, as autoras selecionaram treze varáveis independentes oriundas das principais teorias explicativas sobre o comportamento político dos jovens, sendo elas: escolaridade da mãe e do pai, sexo, faixa de renda, interesse por política, participação nas outras modalidades, desafeição política, ineficácia política, sentimento pelo país e pela política.

Os resultados encontrados pelas autoras mostram que a participação em protestos é relacionada com escolaridade da mãe, interesse por política, participação nas modalidades eleitoral, religiosa comunitária e online e o sentimento de eficácia política. Já a participação eleitoral é relacionada com interesse por política, participação religiosa-comunitária e participação em protestos, menor sentimento de desafeição pela política e maior sentimento positivo pelo país. Em relação à participação religiosa-comunitária, esta é relacionada com menor renda e participação eleitoral e em protestos. A participação online é relacionada com interesse por política, participação em protesto, maior sentimento de eficácia e sentimentos negativos pela política. A partir destes resultados as autoras concluem que a participação dos jovens é altamente relacionada com as motivações individuais, dado o peso do interesse por política em todas as análises. Além disso, as autoras também apontam que a tese da centralidade de repertórios também se aplica para a juventude brasileira, assim como para os adultos, uma vez que os ativismos em diferentes modalidades são associados entre si.

A pesquisa de tese de doutorado de Jennifer Azambuja de Morais (2017), dialoga mais diretamente com um conjunto de pesquisas identificadas como socialização política e

cultura política dentro do campo do comportamento político. O objetivo da autora era compreender se a internet atua como um novo agente de socialização política entre os jovens, dialogando diretamente com a Teoria do Capital Social, através do questionamento se o uso de internet tem efeitos sobre os níveis de capital social e a cultura política dos jovens.

Neste sentido, uma das análises que a autora realiza na tese dialoga mais diretamente com os interesses desta pesquisa, pois ela discute os efeitos das dimensões individuais, de socialização política e cultura política sobre a participação convencional e não convencional[30] dos jovens do sul do Brasil. As análises de associação e a regressão linear realizada pela autora, mostram que as variáveis que mensuravam as dimensões individuais e de socialização política do uso de internet,[31] não mostraram relação estatisticamente significativa com a participação convencional e não convencional dos jovens no estudo. A única dimensão que teve impacto sobre o ativismo desses jovens foi a da cultura política, aqueles que gostam dos assuntos políticos participam mais nos dois casos.

Os resultados das análises realizadas pela autora levam-na à conclusão que a internet é um novo agente de socialização entre os jovens em função das formas de interação e a quantidade de informações disponíveis online. Entretanto, esse ambiente não torna a subcultura política juvenil diferente da cultura política das gerações anteriores, uma vez que são caraterizados por baixos níveis de capital social, atitudes e comportamentos semelhantes. Diante disso, a autora afirma que os resultados da pesquisa "fortalece(m) a tese de que a internet reforça, através da socialização política, a cultura política e o capital social existentes na sociedade" (MORAIS, 2017, p. 230).

Por fim, ainda cabe destacar a pesquisa realizada por Mesquita (2016), que teve como objetivo explorar a relação entre a exposição ou consumo de notícias em diferentes meios de comunicação – televisão, rádio e internet -, e o engajamento cívico. Para tanto, o autor utilizou dados do LAPOP sobre o Brasil para o ano de 2008 e considerou três dimensões do engajamento cívico: participação política, eficácia subjetiva e interesse por política. No tangente à participação política, o autor trabalhou com oito modalidades, sendo elas:

30 O índice de participação não convencional compreende atividades como protestos, petições, boicotes realizados tanto no ambiente online como no ambiente off-line. Já o índice de participação convencional formulado pela autora compreende as atividades tradicionais e institucionalizadas como partido e organizações.

31 Em relação aos usos de internet a autora trabalha com três mensurações: quantas horas por dia passa conectado, motivações para usar a internet e se conversa sobre assuntos políticos nos sites de redes sociais, sendo que as duas primeiras se referem as dimensões individuais e a última se refere a socialização política online

participação comunitária, organizações religiosas, associação de pais e mestres, associação de bairro, associações profissionais, sindicatos, partidos ou movimentos políticos, organização ambiental e ONG's. Como estratégia metodológica, o autor realizou análises de regressão, tendo como variáveis dependentes cada uma das modalidades de participação e as mensurações de interesse por política e eficácia subjetiva. Como variáveis independentes, o autor utilizou consumo de notícias online em televisão e rádio, além de variáveis sociodemográficas de controle, sendo elas: sexo, escolaridade, idade, renda.

O resultado da análise de regressão realizada por Mesquita (2016), evidenciou que o consumo de notícias online está relacionado com o interesse por política, a eficácia subjetiva e a participação em seis modalidades de ativismo, sendo elas: organização religiosa, associações profissionais, sindicatos, partidos, organizações ambientais e ONG's). A partir destes resultados, concluiu que a internet é uma mídia altamente seletiva, que seu público é elitista, com maior grau de instrução, jovem e residente nas áreas urbanas. Além disso, o autor aponta que no caso da internet, o consumo de mídia possui uma direção causal que vai de atitudes políticas prévias para o consumo de mídia.

A partir desta revisão é possível perceber que nos últimos anos existiram alguns esforços por parte de pesquisadores brasileiros em compreender a participação política online e sua relação com a participação política off-line, além de buscarem discutir os efeitos dos usos de internet do comportamento politicamente ativo. Entretanto, ainda faltam abordagens que discutam os potenciais da internet para democratizar as vozes políticas na sociedade aos moldes das abordagens realizadas por Sidney Verba e colaboradores nas obras mais recentes (SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012; BRADY, SCHLOZMAN e VERBA, 2018).

1.5. Considerações finais.

Este capítulo dedicou-se à apresentação do conceito de participação política dentro do campo de estudos do comportamento político, sendo a participação política um dos fenômenos de atenção desta pesquisa, uma vez que ela representa a dimensão das desigualdades políticas, este capítulo cumpre um papel fundamental. O comportamento político é um campo que engloba tanto as ações participativas e as atitudes e valores que representam os aspectos de envolvimento e engajamento psicológico com a política, quanto a sofisticação dos sistemas de crenças, além da opinião pública que é compreendida como a expressão destas respectivas atitudes, valores e sistema de crenças. A participação é limitada à ideia de ação, pois os pesquisadores buscam distinguir a participação de outros fenômenos de interesse do campo comportamental que são as atitudes políticas, a opinião pública e os

valores, os quais possuem influência no processo participativo. Assim, a participação enquanto ação, refere-se apenas às atividades e não às atitudes, valores e opiniões dos indivíduos (BRADY, SCHLOZMAN e VERBA, 2018; DALTON e KLINGEMANN, 2007; KAASE, 2010; MARTIN e VAN DETH, 2006; VAN DETH, 2014).

O campo comportamental conceitua a *participação política como uma ação que busca influenciar algo ou alguém* (BRADY, 1999; BRADY, SCHLOZMAN e VERBA, 2018; KAASE, 2010; TORREL, TORCAL e MONTEIRO, 2006; VAN DETH, 2001;2014; VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995). Ao definir o conceito de participação enquanto influência, o campo habilitou que várias atividades realizadas pelos cidadãos pudessem ser entendidas como ações participativas, não reduzindo a participação ao momento eleitoral e às atividades correlatas, como foi comum até a década de 1970, e portanto, refere-se a todas as ações que têm como objeto de influência o sistema político e a sociedade. Entretanto, a contrapartida dessa percepção da participação enquanto influência, tornou a mesma um conceito guarda-chuva, de modo que existe um conjunto grande de tipologias na literatura, pois cada pesquisador busca delimitar o conceito em função de seus interesses de pesquisa (KAASE, 2010; VAN DETH, 2001;2014).

Como o campo do comportamento político busca compreender o funcionamento real das democracias existentes através dos comportamentos individuais, além de uma conceitualização do que é participação política e as modalidades que essas ações se expressam, existe um denso debate acerca dos condicionantes da participação política, isto é, os fatores que importam para entender duas coisas: porque algumas pessoas participam e outras não, e a diferença entre as modalidades de participação. A partir da revisão realizada por Pipa Norris (2002), viu-se que as abordagens tradicionais sobre os fatores explicativos do ativismo político podem ser resumidas em três grupos: macro, meso e micro.

As abordagens macro focam nos aspectos estruturantes da sociedade, em especial o desenvolvimento socioeconômico e humano, pautado na modernização da sociedade e na mudança de valores, e nas estruturas formais do Estado. Já as abordagens meso são as que enfatizam o papel das agências mobilizadoras da sociedade civil nos processos participativos, e buscam compreender a participação política através da participação social. Por fim, as abordagens micro são as que enfatizam os aspectos individuais, os recursos e motivações para a ação política (NORRIS, 2002). Além disso, também foi discutido o papel da inclusão e os usos do ambiente online sobre a participação política. Mostrou-se que no geral, os trabalhos

encontram efeitos positivos, ou seja, que a internet e os usos que os indivíduos fazem da mesma, tendem a aumentar o engajamento e participação. Embora a literatura venha cada vez mais apresentando uma tendência de considerar os efeitos dúbios do ambiente online sobre a participação política, a discussão realizada neste capítulo mostra que os enquadramentos acerca da internet, propostos pelo campo comportamental, centram seu olhar sobre o indivíduo. Com este enquadramento, a abordagem do comportamento político acaba enfatizando os aspectos sociais e individuais acerca dos usos do ambiente online e coloca pouca ou nenhuma luz em questões relacionadas às estruturas técnicas do ambiente online, sobre seus protocolos, códigos e programações.

Este capítulo também contou com uma seção especial para a discussão do Modelo do Voluntarismos Cívico, desenvolvido por Sidney Verba, Kay Schlozman e Henry Brady (1995; 2012; 2018), pois esta é a abordagem teórica pela qual se realizará a discussão das relações entre desigualdades sociais, digitais e políticas. O Modelo do Voluntarismo Cívico apresenta-se como interessante para a discussão proposta, pois ele explicita os caminhos pelos quais a desigualdade social se transforma em desigualdade política, enfatizando o caráter sequencial entre as dimensões de capacidades, motivações e oportunidades. Para tanto, os autores trabalham com a ideia de *voz política,* delimitando-a como as formas de participação que visam influenciar os resultados políticos. Neste sentido, dentro do conceito de *voz política* não estão as modalidades de participação que visam influenciar a sociedade, pois os autores tratam as mesmas dentro da ideia de oportunidades. Assim, a participação e engajamento social são tratados pelos autores como ambientes não políticos, por não se referirem a instituições políticas, nas quais os cidadãos podem desenvolver capacidades para o ativismo e receber convites para ação.

Os autores argumentam que as diferenças de *voz política* são causadas pelas diferenças no status socioeconômico dos indivíduos, o qual tem influência no processo de escolarização, no desenvolvimento das habilidades cívicas e capacitação para ação. Além disso, o status socioeconômico também tem influência nas motivações e no engajamento psicológico com a política, bem como nas oportunidades de envolvimento com as agências mobilizadoras na sociedade. O Modelo do Voluntarismo Cívico mostra que as desigualdades na voz política, e, portanto, as desigualdades políticas, possuem sua raiz nas desigualdades sociais que levam a um processo de acúmulo de fatores participativos para um grupo de indivíduos mais centralizado na sociedade, que participa mais e deste modo, suas demandas alcançam maior volume e chegam mais claramente até os ouvidos dos representantes

políticos. O Modelo do Voluntarismo Cívico nos permite construir uma noção complexa de desigualdades sociais, fundamentada nas ideias de capacidade, motivações e oportunidades.

Os propositores do Modelo do Voluntarismo Cívico também abordam o papel do ambiente online na reprodução dessas desigualdades políticas, contudo o fazem dentro do enquadramento diagnosticado anteriormente em que as questões sobre as estruturas da internet são pouco discutidas e o ambiente online é tratado de maneira amorfa, centrando toda a explicação nas escolhas individuais. Neste contexto, a análise realizada pelos autores acerca da população estadunidense, encontrou que a participação e engajamento no ambiente online são altamente relacionadas com o status socioeconômico, de modo que o ambiente online reproduz a estratificação do ambiente off-line e apresenta-se como uma "*arma para os mais fortes*" facilitando o engajamento daqueles que já possuem as condições necessárias para tal (SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012; BRADY, SCHLOZMAN e VERBA, 2018).

Por fim, este capítulo também contou com uma seção sobre as discussões realizadas a respeito da participação política dos brasileiros pelo campo comportamental. Como vimos, as análises indicam que o recurso de escolaridade e as motivações individuais são os principais condicionantes da participação online e off-line. Além disso, os resultados mostram que entre os brasileiros existe uma tendência de centralização da participação, ou seja, quem é ativo em uma modalidade tende a ser ativo em todas, criando super participantes, os quais por sua vez tendem a ser mais ouvidos pelos representantes. Diante disso, as pesquisas sobre participação política no contexto brasileiro indicam que, assim como no estadunidense, não existe uma igualdade de voz política, pois os que participam formam uma amostra da sociedade enviesada principalmente por recursos e motivações, mas também pelas oportunidades.

No próximo capítulo serão apresentadas as abordagens realizadas pela literatura que se dedica ao campo do *digital divide*, abordando como a evolução das pesquisas identificaram três níveis de inclusão digital: um primeiro relacionado ao acesso, um segundo relacionado às habilidades e usos, e um terceiro relacionado aos resultados obtidos dos usos da tecnologia. Tal literatura aborda a relação entre as desigualdades sociais e desigualdades digitais, evidenciando que, assim como existe um caráter sequencial na relação entre desigualdades sociais e políticas, o mesmo acontece nas relações entre desigualdades sociais e digitais.

2. A INCLUSÃO, OS USOS E AS HABILIDADES COMO EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES DIGITAIS E SUAS RELAÇÕES COM AS DESIGUALDADES SOCIAIS: A ABORDAGEM DO CAMPO DO *DIGITAL DIVIDE*.

O surgimento da internet trouxe consigo a promessa de uma nova era comunicativa e informacional, caracterizada pela liberdade de consumo e produção de conteúdo. Essa promessa materializa o espírito da internet caracterizado pela época de seu nascimento, a década de 1960, e o encontro entre a contracultura americana e a meritocracia reinante no mundo acadêmico (CARDON, 2012, p. 7). Tal encontro privilegiou a construção de uma arquitetura tecnológica que é fundada na autonomia individual, em práticas solidárias de troca e cooperação entre iguais. Neste sentido, a internet é pensada e construída enquanto uma rede em que regras de centralização, hierarquia e seleção – comuns às mídias de massa tradicionais -, são dotadas de pouca importância (BLUMLER e COLEMAN, 2017; COLEMAN, 2017).

Portanto, a internet dos criadores – ou seja, a tecnologia que era utilizada apenas dentro das universidades e não havia ainda passado pelo processo de massificação -, é estruturada com o objetivo de facilitar trocas entre indivíduos e grupos, e isso marca o olhar para a tecnologia enfatizando seu potencial igualitário e democrático (CARDON, 2012; CHADWICK, 2019).

Embora a internet em seu surgimento esteja atrelada aos usos internos da comunidade científica, ela se estendeu e agregou novos atores. Importante neste processo é a criação da interface world wide web (www), a programação que permitiu a criação da interface, que por sua vez levou à popularização do acesso à tecnologia, e através da qual buscava-se elaborar um fluxo comunicacional de duas vias em que qualquer pessoa poderia encontrar qualquer conteúdo na web, bem como poderia criar esses conteúdos e 'alimentar' a quantidade de informação disponível online (BRAKE, 2014; BLUMLER e COLEMAN, 2017). Essa estrutura é fundada em uma economia da contribuição, baseada na cooperação voluntária que necessita de três tipos de usuários: alguns poucos contribuem muito, uma minoria tem uma participação regular na construção dos conteúdos e uma maioria que possui uma presença silenciosa e beneficia-se destes conteúdos (CARDON, 2012).

Após a massificação do uso da internet, uma questão que aparece de fundo nos estudos de internet são as características que diferenciam as mídias de massa tradicionais das mídias digitais. Como aponta Cardon (2012) a especificidade da internet encontra-se na maneira como a tecnologia foi pensada. A estrutura da rede foi concebida como uma ferramenta de trocas interpessoais e, portanto, está na concepção de seu objetivo, aquilo que a

diferencia das mídias de massas. Enquanto as últimas são estruturadas com o intuito de permitir que um emissor se comunique com vários receptores, a interação no ambiente online pressupõe trocas entre indivíduos que não possuem papéis definidos *a priori*, todos são emissores e receptores (BLUMLER e COLEMAN, 2017; COLEMAN, 2017; GOMES, 2018).

Neste sentido, é comumente apontado que a internet se distingue em função de sua interatividade, horizontalidade, não-territorialidade e estrutura multimodal (MIN, 2010), e que essas características permitem que a internet se configure como uma mídia em que o uso é fundado na escolha e determinado por interesses pessoais (NORRIS, 2001). Consequentemente, as mídias digitais diferenciam-se das mídias tradicionais em relação ao engajamento necessário para o uso. As mídias tradicionais são marcadas por uma característica de uso passiva. Já as mídias digitas, por permitirem que além de consumir conteúdo online, os usuários também possam produzir e compartilhar esse conteúdo, pressupõe um maior engajamento para efetivação deste uso (BLUMLER e COLEMAN, 2017; GOMES, 2018). Portanto, o uso da internet se configura como ação, interação e transação, e sua efetivação está relacionada com possuir as habilidades necessárias para tal (VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2011; 2014).

Entretanto, a tecnologia que em sua concepção seria democrática em função de sua interatividade e potencialidade em diminuir distâncias, ao ser disponibilizada para a sociedade encontrou uma pluralidade de internautas. A massificação da internet traz uma heterogeneidade para o ambiente de uma comunidade homogênea, a dos pioneiros, na qual os valores intrínsecos ao desenvolvimento da tecnologia eram compartilhados e propiciou que uma comunidade virtual, com diferenciações da realidade, pudesse ser criada (BLUMLER e COLEMAN, 2017). Contudo, como argumenta Cardon (2012), a massificação do acesso à internet propicia uma virada realista, em que a tecnologia se afasta do virtual ao retornar à realidade através dos usuários comuns, aqueles que representam a maioria que beneficia-se da ação da minoria, conduzindo a formação de um ambiente não mais homogêneo como o grupo que o criou, mas sim plural e reprodutor das segmentações e desigualdades existentes no mundo real. Assim, nesta virada realista, a massificação da tecnologia encontrou barreiras sociais e econômicas que moldam a forma como a tecnologia foi apropriada. Além disso, este processo resultou em impactos na efetivação do caráter interativo e democratizante da tecnologia e fundamentou a emergência de um novo tipo de desigualdades, as desigualdades digitais.

Como abordado na introdução, as desigualdades digitais são um conceito fundamental a esta pesquisa, e são trabalhadas considerando os constrangimentos sociais impostos ao caráter democratizante do ambiente online. Assim sendo, a primeira barreira imposta pelas desigualdades sociais é em relação ao acesso, pois o simples surgimento da internet trouxe um novo tipo de divisão na sociedade, chamado de *digital divide* e caracterizado inicialmente pelo ser ou não ser internauta.

O avanço da popularização das tecnologias de informação e comunicação mostrou que a simples oferta do acesso à internet não implica em igualdade em relação aos usos e capacidades com o meio digital. Se fez necessária a compreensão de que a inclusão online e as consequentes desigualdades digitais são um fenômeno mais complexo e multifacetado que apenas a questão do acesso, como foi inicialmente tratado pelos estudiosos da área (MIN, 2010). Diante disso, o campo do *digital divide* passou a trabalhar com a ideia de que a inclusão digital perpassa por três níveis: o primeiro nível diz respeito ao acesso, o segundo nível às habilidades digitais e aos usos do ambiente online e o terceiro aos benefícios resultantes dos usos. Atualmente pode-se definir que *digital divide*, ou as desigualdades digitais, dizem respeito às desigualdades de acesso e aos usos das tecnologias de informação e comunicação (SCHEERDER *et all*, 2017).

Diante deste quadro apresentado, o presente capítulo busca trazer um panorama sobre o campo de pesquisa do *digital divide*, abordando as relações entre desigualdades digitais, sociais e políticas através desta literatura. A revisão aqui apresentada não tem a pretensão de ser exaustiva, mas sim, de apresentar algumas abordagens teóricas e metodológicas consideradas relevantes para tratar estas questões. Cabe ressaltar, como já foi abordado na introdução, que neste capítulo o foco maior é nas desigualdades digitais e assim, as desigualdades políticas têm um destaque menor neste momento e são trabalhadas pelo enquadramento dado pelo campo dos estudos de internet.

Para tanto, o capítulo está organizado em mais quatro seções além desta. Uma primeira que busca caracterizar o campo de pesquisa do *digital divide* apresentando os trabalhos pioneiros sobre a construção da ideia de um segundo nível de inclusão digital, e valendo-se de trabalhos de revisão para abordar os conceitos de habilidades digitais e participação online, além das tipificações e mensurações dos mesmos. A segunda seção do capítulo dedica-se a apresentar em detalhes conceituais a abordagem relacional sobre as desigualdades digitais, a qual argumenta para a existência do terceiro nível de inclusão digital.

É dedicada uma atenção especial a esta abordagem porque ela apresenta aspectos interessantes para um futuro diálogo com a literatura do comportamento político e por isso, nesta parte são apresentados em detalhe os fundamentos teóricos da abordagem relacional e quatro aplicações exemplares da mesma, sendo uma delas no contexto brasileiro. Já a terceira seção aborda em profundidade três trabalhos que dialogam com a literatura do *digital divide* e abordam a relação entre desigualdades sociais, digitais e políticas. Essa abordagem detalhada nas seções dois e três, servem para mostrar maneiras que os conceitos chaves do campo do *digital divide* são trabalhados e aplicados em análises. Por fim, a última seção apresenta uma síntese do que foi discutido no capítulo.

2.1. O campo do digital divide

A popularização do acesso à internet na década de 1990, nos países economicamente desenvolvidos, apresentou aos pesquisadores da inclusão digital novas perspectivas sobre o conceito de divisão digital. Até o início dos anos 2000, o conceito digital divide era trabalhado apenas em termos do acesso à tecnologia, considerando apenas se um indivíduo usa a internet ou não, e a partir disto era analisado as diferenças entre conectados e desconectados. Contudo, conforme mais pessoas passaram a ter acesso ao ambiente online, evidenciou-se que estar conectado não significa ter as mesmas condições de acesso e uso.

Neste período, Pipa Norris publicou o clássico *Digital Divide* (2001). Neste livro, a autora argumenta que a divisão digital é mais complexa que apenas a ideia de conectados e desconectados e aponta que o conceito se expressa em três aspectos. O primeiro aspecto diz respeito a divisão digital entre países: existe uma divisão mundial entre aqueles países que possuem infraestrutura para o acesso individual e aqueles que não. Além disso, existem as questões de infraestrutura de acessos individuais que possuem implicações para o tipo de uso que um indivíduo vai efetivar, ter acesso à internet em casa e com computador individual, propicia um tipo de experiência ao usar a internet, diferente de se o acesso se dá em outros ambientes como trabalho, casa de amigos, lan house – atualmente essa divisão pode ser expandida para o acesso via tecnologia banda larga ou fibra ótica e acesso via tecnologia móvel.

A autora também aponta para existência de uma desigualdade nos usos, chamando atenção para o fato de que as pessoas que estão conectadas utilizam das potencialidades do ambiente online de maneiras distintas. Segundo ela, as diferenças nos usos do ambiente online são possíveis porque a internet se configura como uma mídia de escolhas, não existe um

quadro de programação como nas mídias tradicionais, e, portanto, o indivíduo possuí uma agência maior no uso e pode escolher o que fazer online em função dos seus interesses. Neste sentido, Norris (2001) aponta que essa maior liberdade de uso das tecnologias de comunicação e informação favorecem que os usos políticos do ambiente online sejam efetivados por aqueles que já eram engajados off-line.

A partir disso, para compreender os usos da internet, especialmente aqueles relacionados com a política, a autora propõe o Modelo do Voluntarismo na Internet. De acordo com essa perspectiva, os recursos individuais e o interesse por política levariam os internautas a usarem a internet para fins de participação política. No primeiro momento, em que existiriam pessoas conectadas e pessoas desconectadas, o ambiente online atuaria reforçando as desigualdades políticas existentes e, deste modo, propiciaria que os engajados aumentassem seu engajamento e os desengajados se afastassem mais da política.

Entretanto, a autora apresenta a possibilidade de que na medida em que todos estivessem conectados poderia acontecer uma normalização, de modo a propiciar que aqueles que não se engajam com a política encontrassem no ambiente online um local para isso e passassem a se tornar politicamente ativos, inclusive em modalidades de participação off-line. Segundo a autora, isso seria possível em função do caráter desterritorializado das tecnologias de informação e comunicação que permitem a interação para além dos grupos existentes off-line, favorecendo assim movimentos baseados em valores pós-materialistas. Contudo, a autora alerta ser mais provável que as experiências com ambiente online tenham impactos positivos para engajamento dos indivíduos mais jovens que passaram pelo seu processo de socialização e construção de valores conectados.

Ainda no início do século XXI, Ezster Hargittai (2002) cunhou o termo "segundo nível da divisão digital". A autora argumenta que com a popularização do uso da tecnologia nos países desenvolvidos não faria mais sentido trabalhar apenas com classificações binárias estanques de conectados e desconectados. Como a sociedade é marcada por desigualdades sociais estruturais, ela argumenta que se faz necessário olhar para as diferenças entre as pessoas que estão conectadas em termos dos usos e habilidades delas com o ambiente online. Neste sentido, centra o conceito de segundo nível da divisão digital na ideia de habilidades, definindo assim, que divisão digital teria um segundo nível expresso como "a habilidade de eficiente e efetivamente encontrar informação na Web" (HARGITTAI, p.2, 2002)[32]. Esse conceito de habilidades permite identificar as diferenças entre usuários, e além disso, ao

32 Tradução livre de: "the ability to efficiently and effectively find information on the Web"

apresentá-lo como a capacidade individual de encontrar informações propicia sistematizar quem são aqueles que conseguem usar a internet efetivamente e por conta disso, retirar o máximo benefício.

Em trabalhos posteriores, a autora desenvolve que além das diferenças nas habilidades dos indivíduos em lidar com a tecnologia; existem também diferenças em relação ao engajamento com o ambiente online e com sua potencialidade diferenciadora de permitir a produção de conteúdo. Hargittai argumenta que o segundo nível da inclusão digital é marcado também por uma divisão participativa, pois nem todos que estão online se engajam na produção de conteúdo (HARGITTAI e WALEJKO, 2008). Diante disso, a participação online é definida como "qualquer tipo de engajamento online pelo qual o usuário contribui com conteúdo que os outros podem acessar" (HARGITTAI e JENRICH, p. 201, 2016).[33]

Assim, o segundo nível da inclusão digital seria composto por dois aspectos distintos: as habilidades digitais e a participação online. As habilidades digitais representam uma dimensão operacional do segundo nível de inclusão e referem-se à compreensão da dinâmica digital e conhecimento operacional deste ambiente. Portanto, as habilidades digitais são a capacidade do indivíduo em compreender e usar dos hardwares e softwares, saber acessar uma página da internet e fazer uma busca em algum buscador, como Google. Já a participação online representa a dimensão dos usos do ambiente online, compondo outro aspecto do segundo nível da inclusão digital. Neste sentido, a participação online é o engajamento com a produção de conteúdo no ambiente online. Os indivíduos participativos online seriam aqueles que se engajariam em blogs, seriam editores da Wikipédia, produtores de fotos, vídeos e textos para serem compartilhados em sites de redes sociais (LITT, 2013; BRAKE, 2014).

Em um artigo revisando a produção acadêmica sobre as habilidades com a internet, Litt (2013) argumenta que essas habilidades são capacidades que podem ser apreendidas pelos indivíduos em suas experiências com o ambiente online. Deste modo, teoricamente existe a possibilidade de que os usos do ambiente online possam redimir algumas desigualdades existentes. Sendo assim, é de fundamental importância descortinar quais fatores impactam nessas habilidades e como essas habilidades impactam nos comportamentos online e na vida cotidiana.

33 Tradução livre de: "we consider online participation any type of online engagement whereby the user contributes content that others can access"

Em sua revisão, Litt (2013) demonstra que as pesquisas sobre as habilidades digitais são em sua maioria realizadas através de surveys, uma técnica que permite acessar grandes amostras nacionais. Estas pesquisas são baseadas na auto declaração, onde o indivíduo é questionado acerca de seus conhecimentos e expertises com o meio, sobre suas habilidades em executar determinadas tarefas. Essa modalidade de pesquisas não acessa as habilidades diretamente, mas trabalham com mensurações aproximadas, ou seja, utiliza das declarações dos indivíduos como *proxys* para mensurar habilidades. Os estudos de laboratório, onde os indivíduos são convidados a executarem um conjunto de tarefas, são os que melhor acessam a ideia de habilidades com internet diretamente, entretanto, são estudos custosos para serem efetivados com amostras representativas de populações nacionais.

Além disso, Litt (2013) analisa em sua revisão quais são os principais fatores apontados como determinantes para as diferenças nas habilidades digitais. De acordo com o autor, a maioria das pesquisas realizadas utilizando a ideia de habilidades digitais encontram que aspectos como idade, gênero, nível de escolaridade e experiência usando a tecnologia, são os mais importantes para compreensão dessas diferenças entre os usuários. Entretanto, o pesquisador salienta que não é possível generalizar estas categorias, pois as pesquisas analisadas utilizam diferentes dimensões e aspectos para mensurar as habilidades digitais.

Esta revisão também analisa pesquisas que buscaram compreender como as habilidades digitais impactam em outros fatores. O autor expõe que a maioria das pesquisas mobilizam o aparato teórico das habilidades com a internet para explicar a participação no ambiente online, entendida como engajamento na produção de conteúdo ou como fonte de explicação sobre a qualidade das experiências efetivadas online. Os resultados destas pesquisas indicam que a natureza e a qualidade dos usos da tecnologia são relacionadas com possuir ou não essas habilidades. Os estudos sobre as habilidades digitais têm mostrado que a despeito da potencialidade do ambiente online em diminuir as desigualdades, a falta de habilidades com a internet apresenta a tendência de um efeito contrário. Nas palavras do autor:

> "Enquanto o uso de internet tem o potencial de remediar desigualdades sociais e econômicas por providenciar acesso a um mundo de informações e pessoas, a inabilidade de navegar ao redor da internet ou fazer julgamentos informados sobre os usos de internet talvez tenham o efeito oposto, exacerbar essas desigualdades." (LITT, p. 625/626, 2013).[34]

34 Tradução livre de: "While use of the internet has the potential to remedy existing social and economic inequalities by providing access to a world of information and people, an inability to navigate around the internet or make educated judgments about internet use may have the opposite

Como explicitado anteriormente, o conceito de segundo nível da divisão digital, além da dimensão operacional das habilidades com a internet, também se refere a uma dimensão dos usos, chamada de participação digital. Em revisão sobre a literatura acadêmica que trata desse segundo aspecto, Brake (2104) centra a ideia de participação online na produção de conteúdo online, com o objetivo de discutir que a divisão participativa é composta por múltiplos eixos. O autor argumenta que o ambiente online é um espaço em que os usuários são incentivados a produzir conteúdo e compartilhar os mesmos. O autor parte da definição da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a qual considera que o conteúdo gerado pelo usuário são "publicações que envolvem esforço criativo e é criado fora das práticas e rotinas profissionais" (BRAKE, p. 593, 2014)[35]. Neste sentido, o autor defende que dentre os possíveis usos que podem ser efetivados no ambiente online, existem alguns que são mais benéficos para o usuário, sendo que ser um usuário participativo no ambiente online é uma das formas mais sofisticadas de uso.

A partir disso, o autor aponta que as pesquisas sobre participação digital utilizam mensurações como escrever em blogs, postar fotos e vídeos e visitar sites de redes sociais como medidas aproximadas de usuários de internet que participam gerando conteúdo. Entretanto, ele argumenta que utilizar sites de redes sociais não configura-se como uma boa aproximação de participação online, porque além de produzir conteúdo próprio ser apenas uma das atividades que podem ser realizadas nestes ambientes, ela não é a principal. De acordo como Brake (p. 593, 2014), as principais atividades realizadas nos ambientes dos sites de redes sociais são comunicação interpessoal, redistribuição de conteúdos de outros e vigilância social. Para realizar sua análise, utiliza-se de uma perspectiva conservadora sobre a produção de conteúdo online e não considera que apenas reportar o uso de sites de redes sociais seja sinônimo da participação online. O autor defende que para efetivamente mensurar as participações nos sites de redes sociais seja considerado não o uso, mas atividades específicas como comentários, postagens e participação em discussões nos grupos.

A revisão realizada por Brake (2014) concentra-se em abordar dois aspectos para discutir os múltiplos eixos que compõe a divisão participativa: a estratificação nas práticas de produção de conteúdo e as potenciais causas das diferenças de uso do ambiente online. O autor demonstra que existe uma estratificação entre países desenvolvidos e países em

effect, exacerbating such inequalities."

35 Tradução livre de: "published,involving creative effort and created outside of professional routines and practices".

desenvolvimento acerca dos padrões de produção de conteúdo, os países desenvolvidos produzem mais conteúdo online, entretanto, isso pode ser em função da quantidade de usuários comparados aos países menos desenvolvidos. Além disso, existem evidências que nos países menos desenvolvidos, aqueles que são internautas, apresentam maior tendência de produzir conteúdo do que os internautas dos países mais desenvolvidos (SMITH, SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2009).

O autor também demonstra que mesmo nos países desenvolvidos existem diferenças que marcam os usuários produtores de conteúdo. Nestes contextos, homens com altos status socioeconômico, maior escolaridade e mais jovens tendem a ser usuários geradores de conteúdo, indicando que este tipo de uso é mais comum entre grupos e usuários já privilegiados socialmente. O autor alerta para um estudo realizado com a população estadunidense em que existem modalidades de produção de conteúdo que não são fortemente relacionadas com alto status socioeconômico, indicando que pode existir uma possibilidade desses usos não serem restritos aos mais privilegiados socialmente. Os usos não associados com o status socioeconômico seriam envolvimento político em sites de redes sociais e postar coisas sobre questões políticas e sociais (SMITH, SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2009), contudo, é preciso ter cuidado, pois estas modalidades de produção de conteúdo são mais comuns entre os mais jovens, os quais são menos afluentes em questões de renda e escolaridade.

A revisão realizada por Brake (2014) também aponta que as diferenças entre os tipos e qualidade dos usos são mais persistentes que as diferenças em relação às habilidades digitais, justamente porque as últimas podem ser minimizadas com o aprofundamento das experiências com a internet. O autor aponta que a dimensão dos usos do segundo nível da divisão digital é altamente relacionada com vantagens sociais prévias, uma vez que aqueles com mais recursos e mais privilégios são os que utilizam do ambiente online de maneira a ter mais benefícios. Portanto, apesar de existiram algumas evidências de que alguns usos não são diretamente relacionados com questões socioeconômicas, Brake (2014) conclui a revisão afirmando que a participação online é uma atividade que tende a ser realizada por grupos privilegiados minoritários, tanto no âmbito global como local.

Em outra revisão acerca dos estudos sobre a divisão participativa no ambiente online, Hargittai e Jennrich (2016) traçam um perfil semelhante sobre a produção. As autoras analisam quatro atividades que consideram ser as principais formas que a literatura utiliza

para expressar o conceito de participação online: sites de redes sociais, blog, Wikipédia e produção criativa como fotos, vídeos e escrita criativa. Diferente de Brake (2014), as autoras consideram que o uso dos sites de redes sociais é um indicativo de participação online, ajudam a acessar as vozes ali presentes e mostram que na literatura, as clivagens de gênero, status socioeconômico, idade e residência estabelecida em áreas urbanas são as mais importantes para compreensão deste tipo de uso do ambiente online. Já em relação ao uso para produzir conteúdo para um blog, as pesquisas mostram que o engajamento nesse tipo de participação é relacionado com o tipo de conteúdo e têm sua maior distinção nas clivagens de gênero e raça, evidenciando assim, que homens e mulheres se engajam com conteúdos diferentes, e que pessoas brancas tendem a ter maior proeminência nestes espaços.

A participação em edição de conteúdos de enciclopédias colaborativas como a Wikipédia é altamente marcada pelas clivagens de gênero e nível educacional. Hargittai e Jennrich (2016) argumentam que os estudos mostram que a participação em wikis é mais comum entre os mais escolarizados, justamente em função das habilidades que exige. Além disso, as autoras apontam que esses editores tendem a ser em sua maioria homens e que isso teria uma implicação importante nos conteúdos disponíveis e nas narrativas apresentadas. Em relação a produção de conteúdos criativos, as autoras consideram que esta é a modalidade que mais inclui grupos marginalizados como mulheres e negros, entretanto, também é um tipo de uso do ambiente online em que as principais distinções ocorrem em termos de idade e gênero.

Por fim, as autoras ainda apontam para a emergência de estudos que indicam que todas essas modalidades de participação no ambiente online estão relacionadas com possuir habilidades com a internet e que os mais habilidosos nesse sentido tendem a produzir mais conteúdo. As autoras concluem que o campo do *digital divide* têm mostrado em suas pesquisas que a simples oportunidade de ter um uso participativo do ambiente online não é suficiente para que todos se engajem de maneira igualitária, de modo que a participação online apresenta importantes divisões em relação às clivagens sociais.

Até este momento buscamos trazer uma visão geral sobre como as pesquisas no campo do *digital divide* se estruturam. Na seção a seguir apresentaremos em detalhes a abordagem relacional proposta por Van Dijk (2005;2012) e Helsper (2012) a qual argumenta sobre a existência de três níveis de divisão digital. A partir desta abordagem é possível compreender os processos que levam o ambiente online a reproduzir as desigualdades sociais off-line e perceber a natureza sequencial entre as desigualdades sociais e digitais. A escolha

por dar atenção especial à perspectiva relacional das desigualdades digitais, é porque ela será a abordagem utilizada para dialogar com a literatura do comportamento político na busca de traçar um quadro compreensivo das relações entre desigualdades sociais, digitais e políticas no contexto brasileiro.

2.2. A abordagem relacional das desigualdades digitais.

Jan van Dijk (2005;2012) argumenta que as abordagens que centram a concepção de desigualdade no indivíduo e suas características demonstram que existe uma relação entre os usos e habilidades digitais e as diferenças individuais. Entretanto, apesar de trazer uma descrição sobre essas diferenças, a abordagem do individualismo metodológico leva a crer que são os atributos individuais que levam às desigualdades de acesso. Em função disso, o autor propõe uma abordagem relacional das desigualdades digitais, a fim de poder traçar um quadro compreensivo sobre quais são os fatores que produzem as diferenças observadas nos estudos centrados no indivíduo.

A abordagem relacional conceitua desigualdade como uma diferença relativamente permanente e sistêmica em torno de categorias. Os indivíduos possuem acessos desiguais a recursos em função das posições que ocupam na sociedade e, portanto, a desigualdade é compreendida em função das diferenças categóricas entre os grupos. Nesta perspectiva, a desigualdade se relaciona a algo e não é reduzida aos atributos individuais como escolaridade, idade, raça. Na abordagem relacional, esses atributos compõem distinções categóricas como alto/baixo nível educacional, jovem/velho, brancos/negros, que são úteis, pois permitem observar as desigualdades na inclusão digital para além da exclusão absoluta, distinguindo os tipos de desigualdades e explorando os motivos dessas categorias se apropriarem da tecnologia de modos distintos (VAN DIJK, p. 58-59, 2012).

Fundamentado nesta concepção relacional das desigualdades, van Dijk (2005;2012) desenvolve a Teoria dos Recursos e Apropriações para explicar as relações entre as desigualdades sociais e desigualdades digitais. Com essa abordagem, o autor procura enfatizar que superar a primeira barreira da divisão digital não faz com que o acesso seja o mesmo para todos os indivíduos, pois suas posições nas categorias sociais influenciam na maneira que as experiências sociais ocorrem.

A Teoria dos Recursos e Apropriações trabalha a ideia de recursos em cinco dimensões: ter tempo; ter condições de acesso material; ter habilidades técnicas e motivação para usar; possuir suporte social para o uso; e possuir os recursos culturais. Já a apropriação é

uma dimensão que refere-se à difusão, aceitação e adoção da tecnologia a partir de quatro aspectos chave: desigualdades categóricas de posição na sociedade e pessoais; como os recursos relevantes para essas desigualdades se distribuírem na sociedade; as maneiras como se acessa a tecnologia; e os campos de participação na sociedade.

A partir das pesquisas no campo do *digital divide*, o autor identifica que as principais desigualdades categóricas pessoais são relacionadas a: idade, gênero, raça/etnia, inteligência, personalidade, condição de saúde. Já em relação às desigualdades categóricas de posição na sociedade, as mais relevantes na literatura são relacionadas a posição ocupada no mercado de trabalho, nível de escolaridade, composição familiar e status de desenvolvimento nacional.

A partir destas concepções, o argumento da Teoria dos Recursos e Apropriações pode ser resumido em cinco etapas:

> "1. Desigualdades categóricas na sociedade produzem distribuição desigual de recursos.
> 2. Distribuição desigual de recursos causa acesso desigual as tecnologias digitais
> 3. Acesso desigual as tecnologias também dependem das características destas tecnologias,
> 4. O acesso desigual às tecnologias digitais acarreta uma participação desigual na sociedade.
> 5. A participação desigual na sociedade reforça as desigualdades categóricas e as distribuições desiguais de recursos" (VAN DIJK, p. 60, 2012)[36]

O principal aspecto que a abordagem relacional das desigualdades busca evidenciar, é que a distribuição desigual de recursos na sociedade tem como consequência uma participação desigual nos diferentes campos da sociedade. Isso gera um ciclo vicioso em que as desigualdades sociais tendem a se perpetuarem, pois mesmo que as diferenças entre os grupos categóricos diminuam, a tendência é que aqueles que começaram à frente por ter acesso privilegiado a recursos continuarão à frente.

Em diálogo com essa perspectiva relacional, Helsper (2012) propõe uma abordagem das desigualdades digitais a partir das relações entre as exclusões sociais e digitais denominada de Modelo dos Campos Correspondentes. Baseada no conceito de campo de

36 Tradução livre de: "1. Categorical inequalities in society produce an unequal distribution of resources.

2. An unequal distribution of resources causes unequal access to digital technologies.

3. Unequal access to digital technologies also depends on the characteristics of these technologies.

4. Unequal access to digital technologies brings about unequal participation in society.

5. Unequal participation in society reinforces categorical inequalities and unequal distributions of resources."

Bourdieu, a autora desenvolve o argumento de que os campos de recursos off-line – econômico, social, cultural e pessoal - possuem campos correspondentes online.

Deste modo, a exclusão digital é trabalhada pela autora em relação às exclusões sociais prévias. Assim, partindo da definição multidimensional de exclusão social como privação de bens e serviços que impedem a ampla participação nos campos da sociedade, a autora fundamenta o modelo na perspectiva de que exclusões sociais off-line são o ponto de partida e de chegada para pensar a exclusão digital. O argumento da autora é que os campos de recursos off-line irão influenciar os campos de recursos online correspondentes. Neste sentido, de acordo com o modelo, se uma pessoa é excluída do campo dos recursos econômicos no ambiente off-line, ela provavelmente será excluída deste campo de recursos no ambiente online.

O Modelo dos Campos Correspondentes considera que não existe uma única fórmula de inclusão digital, como ela depende da inclusão nos campos de recursos off-line, ela pode se dar de diferentes maneiras, um indivíduo pode ser incluso em todos os campos off-line e, portanto, também em todos os campos online ou pode estar incluído em apenas alguns. Neste sentido, a inclusão digital é percebida em função de quanto a natureza do uso das tecnologias melhora a vida desse indivíduo, sendo menos determinante o como o indivíduo usa a tecnologia.

Partindo do conceito de campos off-line e online em função de recursos econômicos, cultural, social e pessoais, a autora argumenta que os campos correspondentes serão os que terão maior influência um no outro. Embora seja possível que os campos não correspondentes também tenham influências, pontua que elas serão menos expressivas.

Diante disso, Helsper (2012) defende que as relações entre exclusão social e exclusão digital são mediadas pelas categorias de acesso, habilidades e atitudes em relação à tecnologias de informação e comunicação, que compõe os mediadores do impacto social. Ou seja, para compreender como as exclusões off-line influenciam as exclusões online é preciso considerar o acesso que o indivíduo tem à tecnologia, quais as habilidades dele em relação à tecnologia e quais suas percepções em relação à utilidade e os perigos da tecnologia. A autora também argumenta que a exclusão digital pode ter impactos sobre a exclusão social, entretanto, este é um ponto menos desenvolvido na abordagem, ela apenas identifica com mediadores do impacto digital: relevância do uso, qualidade da experiência, agência e empoderamento do uso e sustentabilidade social e financeira.

O principal ponto do Modelo dos Campos Correspondentes é que recursos off-line influenciam diretamente nos seus recursos online correspondentes. Deste modo, ao se fundar em uma base sociológica e relacional para as relações entre exclusão social e digital, o modelo de Helsper apresenta uma perspectiva conservadora que implica em um ciclo de autoperpetuação da exclusão, assim como o modelo proposto por van Dijk (2005;2012).

A perspectiva relacional entre desigualdades sociais e desigualdades digitais apresentadas até aqui, é o fundamento teórico utilizado pelos pesquisadores Jan van Dijk, Alexander van Deursen e Ellen Helsper, para desenvolverem a concepção que as desigualdades digitais são compostas por três níveis de inclusão digital: um primeiro nível relacionado ao acesso; um segundo nível relacionado às habilidades digitais e aos usos, e um terceiro nível relacionado aos resultados obtidos em função da inclusão (VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2011; VAN DIJK, 2012; VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2014; VAN DEURSEN e HELSPER, 2015; SCHEERDER *et al*, 2017).

Para esses autores, a inclusão digital é um processo de apropriação da tecnologia que é marcado por diferentes níveis, cada qual com sua especificidade e particularidade. Em função disso, van Dijk (2012) argumenta que o acesso ao ambiente online deve ser considerado de maneira multifacetada, em função de quatro etapas: motivações, acesso físico e material, habilidades digitais e uso. As duas primeiras etapas se referem ao primeiro nível da inclusão digital e as duas últimas, ao segundo nível da inclusão digital (VAN DERSEN e HELSPER, 2015).

O primeiro nível da inclusão digital inicialmente foi considerado apenas em função do acesso físico e material à tecnologia, ou seja, ter disponível as infraestruturas e equipamentos necessários para poder fazer uso do ambiente online. Entretanto, van Dijk (2012) aponta que o primeiro nível da inclusão digital também é marcado por uma dimensão motivacional, pois, antes de um indivíduo buscar por acesso físico e material na internet, ele precisa de uma motivação que o faça perceber estar conectado como necessário. Portanto, dentro do primeiro nível da inclusão digital a motivação é a necessidade subjetiva inicial para que um indivíduo tenha acesso e o acesso material e físico é a condição que objetiva essa inclusão.

Já o segundo nível da inclusão digital é trabalhado por esses autores em termos de habilidades digitais e padrões de uso. Estes autores compartilham da concepção de que as habilidades digitais referem-se às capacidades individuais de utilização das ferramentas do

ambiente online. Eles propõem uma construção fragmentada dessas habilidades para ser possível compreender as nuances do segundo nível de inclusão digital e assim operacionalizar quais são as dimensões possíveis de pensar a inclusão e a exclusão neste segundo nível. Neste sentido, o conceito de habilidades digitais pode ser divido em dois grandes grupos: habilidades digitais relacionadas ao meio e habilidades digitais relacionadas ao conteúdo (VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2011; VAN DIJK, 2012).

As habilidades digitais relacionadas ao meio, são aquelas relacionadas às infraestruturas do meio digital e são divididas em habilidades operacionais e formais. As habilidades operacionais compõem o conjunto de habilidades mais básicas para o uso de um computador e da tecnologia da internet. São identificadas como "conhecimento de botão" por referirem-se à capacidade de saber identificar no espaço da tela do computador ou smartphone qual item refere-se a qual aplicativo, qual deles é o browser de internet, como acessar um site. Já as habilidades formais são aquelas relacionadas à capacidade de lidar com as estruturas formais do meio, compreender sua estrutura em rede, hiperlinks e manter um senso de localização online (VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2011; VAN DIJK, 2012).

As habilidades digitais relacionadas ao conteúdo referem-se às capacidades individuais de interação e produção de conteúdo online. Os autores dividem essas habilidades em quatro tipos: informação, comunicação, criação de conteúdo e estratégias. As habilidades relacionadas à informação dizem respeito à capacidade de procurar, selecionar e avaliar informações disponíveis online. As habilidades de comunicação se referem à capacidade de mandar e-mails, contatar pessoas, participar de interações online e dar opiniões. As habilidades de criação de conteúdo são semelhantes à categoria de participação online, apresentada anteriormente, e referem-se à capacidade de fazer contribuições online. As habilidades estratégicas estão relacionadas às capacidades de retirar vantagens dos usos do ambiente online. O conjunto dessas habilidades refere-se às competências individuais de utilizar do ambiente digital para alcançar objetivos específicos, pessoais ou profissionais (VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2011; VAN DIJK, 2012).

A divisão das habilidades digitais em relação ao meio e ao conteúdo, e a subdivisão dos tipos de habilidades, são profícuos para compreender que o processo de inclusão digital está relacionado com possuir capacidade de compreensão e interação com este ambiente, bem como evidenciam a natureza sequencial e condicional destas habilidades. Para que se torne possível o desenvolvimento de habilidades estratégicas, é necessário que o indivíduo tenha

também habilidades operacionais, formais, de informação, comunicação e criação de conteúdo (VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2011).

Por fim, dentro da concepção multifacetada de acesso, proposta por van Dijk (2012), o segundo nível da inclusão digital ainda é composto por uma dimensão dos padrões de uso, os quais referem-se à frequência e tempo de uso da tecnologia, o número e diversidade de aplicações utilizadas, o tipo de conexão, se o uso é mais ou menos ativo e/ou criativo. Além disso, o autor também aponta que esses indicadores de usos são influenciados pelas habilidades, por exemplo, usos mais criativos provavelmente são relacionados com habilidades de criação de conteúdo.

Essa abordagem do segundo nível da inclusão digital é interessante, pois foge de um determinismo tecnológico e de uma simplificação da ideia de acesso ao ambiente digital. Ao considerar diferentes dimensões das categorias de habilidades e usos, essa abordagem permite compreender em profundidade como a inclusão digital ocorre. Além disso, é possível perceber as possíveis lacunas em relação aos usos do ambiente, que é semelhante à ideia de divisão participativa, e permite debater em quais dimensões os usuários diferenciam-se.

Se a popularização do acesso à tecnologia da internet foi o que chamou a atenção dos pesquisadores do campo do digital para o segundo nível da inclusão digital, o rompimento quase que total das barreiras de acesso material e físico em países desenvolvidos, foi o que chamou atenção dos pesquisadores para o terceiro nível da inclusão digital. Em contextos onde todos os indivíduos estão conectados, ainda existem diferenças em relação aos resultados e benefícios que eles conseguem obter de seus usos (VAN DEURSEN e HELSPER, 2015; SCHEERDER, *et all* 2017).

No terceiro nível da inclusão digital, o que diferencia os usuários é a capacidade deles de efetivarem usos que resultam em benefícios em diferentes esferas da vida cotidiana. Portanto, a perspectiva de que existe um terceiro nível da inclusão digital pressupõe que existem diferenças importantes nos benefícios que cada grupo social irá obter de seus usos do ambiente online. A classificação proposta por van Deursen e Helsper (2015) diferencia em cinco campos da vida cotidiana que é possível obter retorno do uso da internet: econômico, social, educacional, político e institucional. Assim, os usos do ambiente online podem resultar em benefícios como: fazer uma compra mais barato, encontrar um emprego, conhecer pessoas, fazer cursos online, encontrar oportunidades de participação política, entre outras.

Essas diferenciações nos tipos de benefícios obtidos auxiliam a compreender quais indivíduos beneficiam-se mais em cada campo.

Fundamentados na perspectiva relacional das desigualdades digitais e partindo do pressuposto de que o primeiro nível da inclusão digital é relacionado e marcado pelas desigualdades sociais prévias, Van Dijk, van Deursen e Helsper realizaram uma série de estudos com a população holandesa, em busca de identificar as relações do segundo e terceiro nível da inclusão digital com as desigualdades sociais. Assim, os trabalhos dos autores buscam compreender de que maneira as habilidades, usos e os resultados estão relacionados com desigualdades categóricas na sociedade. Os autores escolhem trabalhar com a Holanda por este ser um país desenvolvido, em que quase a totalidade da população está conectada, e aqueles que não estão, o fazem por faltar motivações e não pela falta de acesso físico e material.

Para entender o segundo nível da inclusão digital e trabalhar o conceito de habilidades com a internet em relação ao meio e ao conteúdo, van Deursen e van Dijk (2011) realizaram um estudo de laboratório com a população holandesa. Os autores argumentam que escolheram esta abordagem, pois ela representa a melhor maneira de fugir do socialmente desejado que está implícito nas pesquisas de survey e acessar efetivamente as competências dos indivíduos com o ambiente online. O estudo tem duas etapas: primeiro um questionário sobre as questões de background do indivíduo e segundo a execução das tarefas. As primeiras questões são mensuradas em termos de desigualdades categóricas, já a mensuração das habilidades vem do número de tarefas que o indivíduo completou para cada habilidade – formal, operacional, informacional e estratégica -, e o tempo que ele levou para executar essas tarefas.

A partir da análise descritiva destes dados, os autores argumentam que a população holandesa possui altos níveis de habilidades, operacionais e formais, em relação ao meio. Entretanto, quando trata-se de habilidades em relação ao conteúdo, as chamadas habilidades informacionais e estratégicas, os níveis são menores. Essa primeira análise já indica que existem distinções sociais em relação aos quatro tipos de habilidades com a internet.

Os autores também realizaram duas regressões lineares a fim de determinar quais são as desigualdades categóricas mais importantes para compreender os níveis de habilidades dos holandeses. Os resultados indicam que a idade é um fator importante para a compreensão das habilidades operacionais e formais, indicando que os mais jovens tendem a ter mais vantagens

em relação à essas habilidades. Entretanto, o fator mais importante para compreender os quatro tipos de habilidades é a escolaridade, principalmente em relação às habilidades informacionais e estratégicas, os que possuem maior nível de formação escolar tendem a ter as melhores performances nessas habilidades.

Diante destes resultados, van Deursen e van Dijk (2011) concluem que nos contextos em que as pessoas estão amplamente conectadas, as habilidades operacionais e formais não necessariamente reproduzem padrões de exclusão social, uma vez que são habilidades passíveis de serem apreendidas com o tempo de uso e experiência com o ambiente online. Deste modo, para as habilidades em relação ao meio, a prática com o ambiente online pode ser um disjuntor dos processos de exclusão. Os dados analisados pelos autores indicam que as habilidades em relação ao conteúdo tendem a reproduzir mais fortemente o padrão de desigualdades sociais, sendo altamente relacionada ao nível educacional. Os resultados apontam que em relação às habilidades com o conteúdo, aqueles que já possuem maiores vantagens off-line serão os que vão ter maiores vantagens online, portanto, quando trata-se de habilidades informacionais e estratégicas, parece que o padrão é o aprofundamento de desigualdades categóricas prévias.

Para compreender em profundidade as relações entre as desigualdades sociais categóricas e a dimensão dos usos da tecnologia que compõe o segundo nível da inclusão digital, van Deursen e van Dijk (2014) propõem dialogar, a abordagem da Teoria dos Recursos e Apropriações com a Teoria dos Usos e Gratificações. De acordo com a teoria dos usos e gratificações, os usos das mídias tradicionais geram um gap de conhecimento, porque com a massificação dos meios de comunicação, aquelas pessoas que possuem vantagens em função de seu status socioeconômico irão ter vantagens no processo de aquisição de informação e conhecimento pelas mídias em relação aqueles que estão no estrato socioeconômico mais baixo. Portanto, o que a perspectiva do gap de conhecimento aponta é que a vantagem de adquirir informação e conhecimento das mídias digitais tem mais impacto social que as vantagens de lazer e entretenimento.

Ao unir essas duas perspectivas, os autores desenvolvem o argumento de que como as mídias digitais diferem das tradicionais em termos de habilidades necessárias para uso e oportunidades de engajamento, elas gerariam não um gap de conhecimento, mas sim um gap de uso. Isso porque as vantagens retiradas do ambiente online seriam mais bem expressas em

termos dos usos feitos desse ambiente. Essa percepção está fundada na perspectiva que existem usos que são mais vantajosos que outros. Nas palavras dos autores:

> "Por trás do conceito e da tese de uma lacuna de uso, surge uma explicação normativa clara. A suposição é que algumas atividades de uso da Internet são mais benéficas ou vantajosas para os usuários da Internet do que outras. Algumas atividades oferecem aos usuários mais oportunidades e recursos para progredir em sua carreira, trabalho, educação e posição social do que outras que são principalmente focadas no consumo(VAN DEURSEN e VAN DIJK, p. 509, 2014).[37]

Diante disto, os autores utilizam dados de um survey representativo com a população da Holanda para analisar a relação entre as motivações para uso e os usos *per se*, e a partir disto, criar indicadores de tipos de uso através de uma Análise Fatorial. O resultado da Análise Fatorial identificou sete tipos de uso que se agruparam em relação às suas categorias motivacionais. Esses sete tipos de uso dizem respeito ao desenvolvimento pessoal, lazer, transações comerciais, interação social, informações, notícias e jogos.

Após definir os tipos de uso do ambiente online, os autores exploram a relação destes com as desigualdades categóricas através de uma análise de regressão linear com as seguintes variáveis explicativas: gênero, idade, status socioeconômico (indicador formado por nível educacional, renda e status de emprego), experiência com a internet (tempo que usa), residência (urbano x rural).

Os resultados encontrados pelos autores mostram que o nível educacional é a categoria com maior capacidade de distinção entre os usos. Os resultados evidenciam que as pessoas com baixo nível educacional tendem a usar a internet mais frequentemente e por mais horas ao dia. Segundo os autores, isso acontece porque essa camada da população tende a se engajar em atividades de interação social e jogos, os quais consomem tempo. Em contrapartida, aqueles com status educacional mais alto, tendem a utilizar mais a internet para atividades de informação e desenvolvimento pessoal.

Outros preditores salientes são: idade, em que os mais jovens tendem a fazer mais usos distintos do ambiente online; e gênero, que indica que homens utilizam mais do ambiente online para acessar notícias e atividades de entretenimento e as mulheres usam mais para

37 Tradução livre de: "Behind the concept and thesis of a usage gap a clear normative account comes forward. The assumption is that some Internet usage activities are more beneficial or advantageous for Internet users than others. Some activities offer users more chances and resources in moving forward in their career, work, education and societal position than others that are mainly consumptive or entertaining"

jogos online. Já as dimensões de renda, residência e experiência com a internet se mostraram menos relevantes para compreender as diferenças de uso.

Diante disso, os autores concluem que em contextos de ampla difusão da tecnologia, as pessoas que possuem baixo status socioeconômico tendem a passar mais tempo online que os que estão nos estratos socioeconômicos mais altos. Entretanto, este tempo passado online tende a ser empregado em atividades de lazer e interação, de modo que aqueles pertencentes aos níveis econômicos mais altos tendem a ter usos mais benéficos do ambiente online. Essa relação cria um gap de uso que apresenta evidências que o ambiente online além de reproduzir as desigualdades sociais também pode acelerar este processo.

Para compreender as relações do terceiro nível da inclusão digital com as desigualdades sociais prévias, van Deursen e Helsper (2015) analisam dados sobre a população holandesa à luz de uma combinação da Teoria dos Recursos e Apropriações (van DIJK, 2005;2012) e do Modelo dos Campos Correspondentes (HELSPER, 2012). Os autores argumentam que a junção dessas duas perspectivas permite criar um modelo que explique o processo de replicação das desigualdades em sociedades digitais. De acordo com essa perspectiva, as desigualdades socioeconômicas impactariam na distribuição dos recursos off-line, os quais por sua vez impactam na inclusão digital em termos de motivação, acesso, habilidades e usos. Essas desigualdades digitais, formatadas pelas desigualdades online, resultariam em diferentes resultados off-line das atividades realizadas online. Por fim, esses resultados off-line trariam impactos nos recursos off-line, de modo que se estabelece um ciclo de reprodução e replicação das desigualdades.

Partindo das definições de uso do ambiente online presentes na literatura sobre *digital divide*, os autores constroem as categorias de campos correspondentes para os resultados off-line. Neste sentido, os autores mensuraram usos e resultados em cinco campos: econômico, atividades relacionadas à compra de produtos e busca de empregos; social, atividades relacionadas interação social, encontros online; educacional, atividades relacionadas a cursos e aprendizagem; político, atividades de participação política e voto online; institucional, atividades relacionadas usos de governo eletrônico e a busca por informações médicas.

A partir de uma análise fatorial, os autores determinaram que os resultados off-line obtidos em atividades online se dão em oito aspectos diferentes: resultados educacionais, resultados de e-comérico, resultados sociais, resultados políticos, resultados do mercado de

trabalho, resultados e-governo e resultado de saúde. A partir destes fatores, van Deursen e Helsper criam indicadores binários para cada fator e realizam uma regressão logística para determinar a influência nos resultados das desigualdades categóricas: gênero, idade, escolaridade, status de emprego, renda, composição domiciliar, residência – urbano/rural -, e quantidade de uso da internet.

Os resultados evidenciam que cada categoria de benefício sofre influências de fatores sociais distintos. Em relação aos resultados no campo econômico, aqueles que estão alocados no mercado de trabalho, os que possuem escolaridade média e alta, os que possuem renda na média ou acima e frequência alta de uso da internet, possuem mais chances de obterem resultados econômicos de e-comércio. Já em relação aos resultados relacionados ao mercado de trabalho os mais jovens, com renda na média e os desempregados são mais prováveis de obter resultados neste campo.

Em relação a obtenção de resultados no campo social, os autores mostram que os recursos econômicos de renda, ocupação e nível de escolaridade não são relacionados a obter benefícios no campo social. Entretanto, pessoas que usam a internet com mais frequência, que moram com familiares e são mais jovens, são mais prováveis de obter benefícios neste campo. Já em relação a obter resultados no campo político, os dados indicam que nível educacional, renda, local de residência e ocupação não são dimensões importantes para obter resultados positivos neste campo. Os homens e as pessoas mais velhas são os grupos que mais beneficiam-se politicamente dos usos do ambiente online.

Em relação a obter resultados institucionais, os resultados mostram que os mais velhos, que usam a internet com frequência, os que possuem escolaridade média e alta, residentes de áreas urbanas e com renda na média são mais prováveis de obter benefícios relacionados ao e-governo. Já em relação a obter benefícios relacionados à saúde, os dados indicam que os mais jovens e que usam a internet com mais frequência, são mais prováveis de obter esse tipo de benefício. Por fim, em relação aos resultados educacionais, os dados indicam que os mais novos, com maior escolaridade, solteiros e com emprego fixo são mais prováveis de obter benefícios no campo educacional.

A partir destes resultados, van Deursen e Helsper (2015) argumentam que a maioria das categorias de desigualdades sociais que têm impactos nas habilidades e tipos de uso do ambiente online também contribuem para as desigualdades nos resultados obtidos off-line. Como os recursos off-line levaram a benefícios em campos correspondentes, os autores

concluem “que o acesso e uso da internet pode amplificar desigualdades existentes acima e além da intensidade de uso da internet”[38] (VAN DEURSEN e HELSPER, p. 45, 2015).

2.2.1. Aplicação da abordagem relacional ao caso brasileiro

A construção relacional das desigualdades digitais foi utilizada como fundamento teórico por Araújo e Reinhard (2018) para analisar as diferenças nos níveis de habilidades digitais entre os internautas brasileiros, a partir dos dados produzidos pelo Centro Regional de Estudos para desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br), no survey nacional da TIC Domicílios na edição de 2015. Dialogando com a literatura apresentada anteriormente, os autores utilizam indicadores de atividades realizadas no ambiente online para mensurar habilidades digitais, tendo como pressuposto o argumento de van Deursen e Helsper (2015), em que para se executar determinado tipos de uso das tecnologias, um conjunto de habilidades digitais são necessárias.

Primeiro os autores buscaram compreender como os brasileiros utilizam a internet, para tanto, realizaram uma análise fatorial para explorar como as atividades online se relacionam. Esta análise resultou em seis fatores que indicam as categorias com que os brasileiros usam a internet. Diante disso, os autores definiram que as habilidades digitais dos brasileiros se expressam em relação à: comunicação; busca de informações; multimídia; educação e trabalho; criação e compartilhamento de conteúdo e downloads. Após isso, os autores realizaram uma análise de conglomerados para explorar os níveis de combinação dessas atividades entre os brasileiros, e a partir disto, definiram que os brasileiros se diferenciam em quatro modalidades de habilidades digitais: amplas, limitadas, interativas e instrumentais.

Entram na categoria de habilidades amplas aqueles que tiveram o maior nível médio de habilidades nas seis dimensões, indicando que são usuários que fazem um uso mais diversificado do ambiente online e, portanto, são os com o maior nível de habilidades digitais. Em contrapartida, entram na categoria habilidades limitadas aqueles que tiverem o menor nível médio de habilidades nas seis dimensões, agrupando assim aqueles que possuem um uso mais limitado do ambiente online e com o menor nível de habilidades. Já a categoria habilidades interativas agrupa aqueles indivíduos que apresentaram maior nível médio de engajamento com atividades de comunicação, interação e entretenimento. Por fim, a categoria

38 Tradução livre de: “that access to and use of the internet might amplify existing inequalities above and beyond the intensity of internet use”

habilidades instrumentais agrupa os indivíduos que possuem um uso do ambiente online para atingir objetivos, apresentando maior engajamento com atividades de educação, busca de informação e trabalho.

A partir destas categorias, os autores avançam para uma análise acerca da relação entre os níveis de habilidades e desigualdades sociais categóricas. Para tanto, eles realizam uma análise de regressão logística, tendo as quatro categorias de habilidades como variáveis dependentes e características sociodemográficas e de acesso como variáveis independentes, sendo elas: meio de acesso à internet (desktop, laptop, tablete, celular, videogame, televisão), gênero, faixa etária, classe social, área geográfica.

Os resultados encontrados indicam que o grupo de usuários com habilidades instrumentais tendem a pertencer aos maiores estratos sociais e serem mais escolarizados, além disso estão majoritariamente na faixa etária entre 16 e 44 anos e acessam a internet por diversos dispositivos. Já o grupo de usuários com habilidades interativas tendem a homens mais jovens, das classes mais baixas e que utilizam a internet apenas pelo celular. Em relação aos grupos de habilidades amplas e limitadas, os resultados encontrados indicam que esses grupos são fortemente determinados pela classe social, aqueles com habilidades amplas tendem a pertencer as classes AB e terem maior nível de escolaridade, já aqueles com habilidades limitadas tendem a pertencer as classes C e DE e terem menor nível de instrução formal. Araújo e Reinhard (2018) apontam que o status socioeconômico, ou seja, a combinação entre escolaridade formal e renda, compõe as categorias que mais contribuem na diferenciação entre os grupos de habilidades digitais. Deste modo, os autores concluem que no contexto brasileiro, assim como no holandês, as desigualdades sociais reforçam e amplificam desigualdades digitais.

2.3. Abordagens acerca das relações entre desigualdades sociais, digitais e políticas.

Como este trabalho busca compreender os impactos do uso de internet no comportamento político, se faz necessário apresentar alguns trabalhos realizados que buscam compreender os efeitos das desigualdades digitais, nas desigualdades políticas e como habilidades com a internet e tipos de uso do ambiente online impactam no engajamento e participação política dos indivíduos, tanto nos ambientes online como nos off-line. Estes trabalhos analisam os efeitos das habilidades digitais e dos tipos de uso sobre o comportamento político, tanto no ambiente online, como no ambiente off-line.

A partir de um diálogo com a abordagem do segundo nível de inclusão digital de que aqueles que estão conectados à internet se diferenciam em termos de suas habilidades e usos do ambiente online, Min (2010) utiliza dados sobre a população dos Estados Unidos, para discutir as relações entre habilidades digitais e interesse por política no entendimento de modalidades políticas de uso do ambiente online. O autor argumenta que o uso político da internet depende não só de fatores sociodemográficos, mas também de características individuais, como habilidades digitais e interesse por política.

Diante disso, o autor levanta as hipóteses que tanto o interesse por política como as habilidades digitais, são categorias positivamente relacionadas com o uso político da internet, e as testa através de uma análise de regressão logística e de uma análise de equações estruturais. Para tanto, utiliza duas mensurações binárias de uso político do ambiente online: participar de discussões online e procurar informações sobre política. Já como variáveis independentes, Min (2010) utiliza as categorias: gênero, raça, idade, educação, renda, habilidades com a internet e interesse por política. O indicador de habilidades com a internet foi construído utilizando uma série de perguntas sobre habilidades de uso da internet e conhecimento teórico e prático com a tecnologia, resultado em uma escala de habilidades que vai do muito pobre a excelente.

Os achados do autor confirmam que existe uma divisão nos usos políticos da internet, dialogando com outros estudos sobre divisão participativa apresentados anteriormente. Os resultados da análise de Min (2010) confirmam as hipóteses levantadas pelo autor ao mostrar que o uso da internet para buscar informações políticas tende a ser mais comum entre homens, com alta renda, alto interesse por política e altos níveis de habilidades digitais, já o uso para participar de discussões online mostrou-se determinado apenas por possuir interesse por política e habilidades digitais.

Diante destes resultados, Min (2010) conclui que a divisão digital da sociedade favorece o surgimento não apenas de uma divisão participativa, mas de uma divisão democrática entre esses usos. Isso implica que as diferenças nos usos políticos do ambiente online estão relacionadas não apenas com categorias sociodemográficas estruturantes, mas também com categorias individuais, como habilidades e interesses.

Com o objetivo de discutir como status socioeconômico e acesso à internet interagem em contextos de eventos políticos, Morris e Morris (2013) analisam dados sobre a população estadunidense coletados durante a campanha eleitoral de 2012. O argumento dos autores é que

o acesso à internet pode diminuir o gap de informação e participação política entre as pessoas com baixo status socioeconômico em relação as com alto status socioeconômico. Entretanto, consideram que para isso é preciso uma mensuração mais complexa de acesso à internet, considerando não só o primeiro nível de inclusão digital, mas também o segundo nível, em específico no aspecto relacionado às habilidades.

Diante disto, os autores propõem uma mensuração de acesso à internet que busque cobrir habilidades digitais, mas que não esteja relacionada às dimensões do uso do ambiente online, evitando assim, utilizar usos do ambiente online que são políticos como indicadores de habilidades. Optaram por essa abordagem, pois trabalham com a hipótese que durante grandes eventos, como eleições, o indivíduo acaba recebendo informações políticas e aprende com isso sem necessariamente estar procurando. Assim, a ideia é que o ambiente online propiciaria que as pessoas que sabem pouco sobre política acabassem aprendendo sobre isso, acidentalmente.

Portanto, Morris e Morris (2013) levantam a hipótese que o aprendizado acidental sobre política no ambiente online é mais perceptível entre aqueles de baixo status socioeconômico, e para testá-la utilizam de uma abordagem de moderação, através de uma análise de regressão com termo interativo. Para tanto, utilizam como variáveis dependentes, um índice de conhecimento político com questões sobre a campanha política em curso e uma mensuração de regularidade do voto. Já como variáveis explicativas, os autores utilizam um indicador de status socioeconômico construído a partir de mensurações sobre renda e escolaridade e uma escala de acesso à internet, formulada pelas seguintes perguntas: se utiliza a internet, se acessa internet via dispositivo móvel, se manda e recebe e-mails, se usa twitter e se utiliza outros sites de redes sociais. Além disso, utilizam as categorias de interesse por política, raça e região do país como variáveis de controle.

Os resultados da análise para explicar o conhecimento político, mostram que o acesso à internet é positivamente associado ao conhecimento político independente do status socioeconômico. A interação entre acesso à internet e status socioeconômicos também se mostrou significativa, indicando que aqueles com menores vantagens socioeconômicas tendem a ter maiores ganhos relativos de conhecimento político. Já os resultados do modelo sobre a regularidade do voto mostram que os com maior vantagem socioeconômica são prováveis de votarem independente do acesso à internet. Assim como para o conhecimento político, a interação entre acesso à internet e status socioeconômicos, mostrou que aqueles nos

estratos sociais mais baixos são os que possuem mais ganhos conforme o acesso à internet aumenta.

Os resultados encontrados por Morris e Morris (2013) apontam que o acesso à internet ajuda a reduzir a distância entre os níveis de conhecimento político e participação entre as classes de renda, os quais vão contra os resultados de várias pesquisas do campo do *digital divide* que indicam para uma reprodução digital das desigualdades sociais. Os autores concluem que no contexto de grandes eventos políticos, o acesso à internet pode atuar como redutor das desigualdades acerca de conhecimento político e comparecimento eleitoral produzidas pelo status socioeconômico.

A partir de um diálogo com a literatura sobre o segundo nível da divisão digital, Hoffman e Schechter (2016) buscam elementos para compreender o comportamento político online. Com base nesta literatura, as autoras argumentam que os usos do ambiente online, assim como os processos de participação política, são relacionados com o sentimento de eficácia. As autoras partem do pressuposto que aqueles indivíduos que são mais habilidosos, também se sentem mais confortáveis com a tecnologia de modo a ter uma participação no ambiente online mais engajada politicamente e civilmente. Neste sentido, a pesquisa realizada pelas autoras teve como objetivo criar uma escala de eficiência tecnológica e compreender como essa dimensão das habilidades digitais afeta o comportamento político.

A hipótese levantada pelas autoras é que o aumento na eficácia tecnológica é positivamente relacionado com um comportamento político online. Para tanto, elas realizam uma análise fatorial para formação do índice de eficácia tecnológica e política e uma Análise Múltipla de Regressão. Na análise fatorial, as autoras utilizam oito atividades realizadas no ambiente online que representam habilidades e usos para criar o conceito de eficácia tecnológica, sendo eles: procurar informações online, comunicar-se com outras pessoas, baixar e enviar arquivos online, conversar sobre hardware da internet, conversar sobre os softwares da internet, como mecanismos de buscas ou browser, solucionar problemas da internet; usar um programa ou aplicativo específico, saber onde buscar ajuda com questões da internet se for preciso (HOFFMAN e SCHECHTER, p. 491/492, 2016). Além disso, também utilizam uma escala de cinco pontos para mensurar a eficácia política. Os resultados dessa análise mostram que eficácia política e eficácia tecnológica são constructos diferentes.

As autoras avançam para a análise múltipla de regressão para testar os efeitos dessas duas modalidades de eficácia sobre o comportamento político online. Para tanto, elas

diferenciam em três tipos de comportamento político online: consumo de notícias políticas online, atividade política online e conversa sobre política. O indicador de consumo de notícias online foi criado a partir de uma média do número de dias que o entrevistado viu notícias em alguma plataforma online. Já o indicador de atividade política online foi mensurado pela contagem de comentários sobre política ou eleições nas seguintes situações: discussão online ou numa lista de e-mails, em blogs (próprios ou de outras pessoas), em SRS e em websites de qualquer tipo. O indicador de conversa sobre política é uma mensuração de quantas vezes ao dia o entrevistado utiliza dos sites de redes sociais para se comunicar sobre política com familiares e amigos. Além disso, as autoras acrescentam ao modelo mensurações de ideologia, interesse por política, idade, raça, escolaridade, conhecimento político, gênero como variáveis controles.

Os resultados da análise de regressão mostram que o consumo de notícias online é um comportamento que tende a ser executado por homens, mais jovens, com alta eficácia tecnológica e que executam outros comportamentos online. Já a atividade política online se mostrou um comportamento mais comum entre os que possuem eficácia tecnológica, interessados em política, de ideologia liberal e que usam sites de redes sociais e consomem notícias online. Por fim, conversar sobre política nos sites de redes sociais é uma atividade que tende a ser executada pelos mais jovens, com baixa escolaridade e que fazem outros usos do ambiente online, sendo assim o único comportamento online que não teve a eficácia como preditor.

A análise dos resultados permitiu às autoras confirmarem a hipótese levantada. Elas argumentam que apesar do interesse por política ser um motivador intrínseco da produção de conteúdo político online, os resultados mostram que sentimentos de eficácia com a tecnologia podem contribuir positivamente para a atividade política. Deste modo, Hoffman e Schechter (2016) concluem que o comportamento político online está mais relacionado com a eficácia e com a tecnologia do que com a eficácia política em si.

2.4. Considerações finais

A revisão aqui apresentada mostra que o campo de pesquisas sobre o *digital divide* migrou de uma concepção simplificada do acesso à internet, para uma noção mais complexa de desigualdades digitais expressas em três níveis (SCHEERDER et all, 2017). Isto acontece porque as modificações das tecnologias de comunicação e informação e o constante aumento dos números de usuários pelo planeta, evidenciou a força das continuidades entre os

ambientes online e off-line. Inicialmente, a internet era considerada um ambiente virtual em oposição a um mundo off-line real, entretanto, a emergência dos sites de redes sociais que incentivam a produção e o compartilhamento de conteúdo e desenvolvimento smartphones que permitem uma conexão constante, quebraram essa separação entre virtual e real. Em função destes aspectos mostrou-se necessário o desenvolvimento de uma abordagem mais complexa que considerasse as desigualdades digitais em termos de acesso, habilidades e usos da internet e de resultados.

Sobre as relações entre desigualdades digitais e desigualdades sociais, os estudos apresentados nessa revisão mostram que as diferenças em termos de acesso, habilidades, usos e resultados são altamente relacionadas e marcadas por diferenças sociais como renda, escolaridade, idade e sexo (BRAKE, 2014; HARGITTAI e JENNRICH, 2016; LITT, 2013; VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2011;2014; VAN DEURSEN e HELSPER, 2015). Em relação às habilidades, os resultados das pesquisas indicam que essa é uma dimensão que inicialmente reproduz desigualdades sociais, os indivíduos com acesso a mais recursos tendem a ser mais habilidosos. A experiência com o ambiente pode ser educativa, de modo que aqueles que possuem desvantagens iniciais podem aprimorar suas habilidades digitais em relação ao meio com o tempo. Entretanto, o mesmo não parece ser verdade em relação às habilidades com conteúdo e com tipos de uso (VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2011;2014).

Além disso, os estudos apresentados mostram que as desigualdades sociais e as habilidades digitais estão relacionadas com os tipos de uso do ambiente online, se ele é mais ativo e criativo. Essa relação indica para a existência de um *participation divide* (HARGITTAI e WALEJKO, 2008; HARGITTAI e JENNRICH, 2016) ou um *gap de uso* (VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2014). Uma vez que aqueles indivíduos com maior renda, escolaridade e empregados são os mais prováveis de serem usuários engajados em atividades que geram conteúdo online e que resultam em benefícios, isto implica na reprodução de desigualdades sociais em desigualdades digitais.

Em relação às pesquisas que abordam as relações entre desigualdades sociais, desigualdades digitais e desigualdades políticas, estes indicam que as habilidades digitais são importantes para compreender as desigualdades políticas online, isto é, a participação online como tratada neste capítulo. Entretanto, o estudo de Morris e Morris (2013) mostra que em contextos como de campanhas eleitorais, em que os assuntos políticos encontram-se na pauta midiática em maior densidade, e, portanto os cidadãos podem "esbarrar" neles mais

facilmente. As habilidades digitais e usos do ambiente online podem ajudar a diminuir as desigualdades em relação ao comportamento eleitoral.

A partir desta revisão é possível perceber o caráter sequencial entre as dimensões de acesso, habilidades, usos e resultados. O acesso é um aspecto essencial, mas não suficiente para a plena inclusão, sendo este o início da cadeia de reprodução. Primeiro é preciso ter acesso, em segundo lugar é preciso ter habilidades com tecnologia, o qual é determinado por acesso à recursos off-line anteriores, sendo assim um outro elemento dentro da cadeia de reprodução de desigualdades. Já os usos e benefícios obtidos dele são também determinados pelas habilidades e desigualdades categóricas prévias, de modo que o resultado é a última etapa das cadeias de reprodução.

Diante disto, os pesquisadores da área argumentam que apesar de algumas evidências de que em momentos específicos e com questões específicas existe a possibilidade de que as desigualdades sociais sejam relativizadas no processo de inclusão ao ambiente online, o que parece ser o padrão mais forte é o processo não só de reprodução dessas desigualdades, mas de aprofundamento das mesmas (BRAKE, 2014; LITT, 2013; MIN, 2010; VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2014; VAN DEURSEN e HELSPER, 2015).

A revisão realizada neste capítulo mostra que a abordagem do *digital divide*, assim como a do campo do comportamento político, centra sua análise acerca das desigualdades digitais com os aspectos revolucionários comunicação muitos para muitos, propiciado pela emergência do ambiente online, um enquadramento que acaba por priorizar o indivíduo e as oportunidades de uso das tecnologias digitais, são caracterizadas em função de questões sociais e econômicas, trazendo poucas considerações acerca das estruturas técnicas do ambiente online. Embora em sua construção da *Teoria dos Recursos e Apropriações,* van Dijk (2012) argumente que o acesso desigual às tecnologias é perpassado pelas características destas. A discussão é mais sobre estrutura de rede multimodal da internet, do que sobre o processo de plataformização da web e sua influência nos comportamentos humanos nos ambientes online e off-line.

As duas principais abordagens teóricas utilizadas nesta pesquisa apresentam a mesma lacuna, ambas focam no aspecto comunicacional de muitos para muitos, sem discutir como esses grupos de muitos são definidos. Esse enquadramento leva à percepção do ambiente online como uma extensão do off-line sem considerar o papel que as estruturas técnicas possuem na construção da experiência vivida online.

Por conta deste diagnóstico, o próximo capítulo apresenta os caminhos teóricos e metodológicos para descrever as relações entre desigualdades digitais, políticas e sociais, também conta com um tópico específico para discutir qual o papel das estruturas técnicas das plataformas de web na construção da vivência digital, através da abordagem sociotécnica dos estudos de internet.

Assim, a construção do quadro interpretativo que orienta a exploração e descrição das relações entre desigualdades digitais, políticas e sociais nos capítulos empíricos é executado através do diálogo com as perspectivas do *Modelo do Voluntarismo Cívico,* da *Teoria dos Recursos e Apropriações,* do *Modelos dos Campos Correspondentes* e da abordagem sociotécnica.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS E TEÓRICOS PARA EXPLORAR A RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADES DIGITAIS, POLÍTICAS E SOCIAIS.

Este capítulo dedica-se a construir um quadro interpretativo que guiará as análises empíricas sobre a relação entre desigualdades sociais, digitais e políticas a partir das literaturas discutidas nos capítulos anteriores. Para tanto, inicia-se com uma discussão metodológica acerca do desenho de pesquisa exploratório-descritivo como a abordagem adequada para responder à pergunta de pesquisa e os objetivos propostos para a tese. Em seguida, apresenta-se as especificidades do ambiente online e o que é preciso considerar para construção de uma análise realista, trazendo as contribuições da abordagem sociotécnica[39] para o debate. Segue-se com a discussão teórica para construção do enquadramento das atividades de produção de conteúdo no ambiente online, como uma oportunidade do desenvolvimento de habilidades cívicas e da participação política ser um benefício derivado desse uso, explorando as possíveis fontes de constrangimentos oriundas de aspectos individuais, sociais e técnicos. Além disso, discute-se porque o Brasil é um bom país para construção de inferências descritivas da relação entre desigualdades digitais e políticas através dessas chaves interpretativas e apresenta-se as características da inclusão ao ambiente online e da participação política entre os brasileiros através dos dados da TIC-Domicílios e do *Latin American Public Opinion*, respectivamente.

3.1. Acessando as relações entre desigualdades categóricas através de um desenho de pesquisa descritivo e exploratório

A construção do conhecimento científico distingue-se do conhecimento ocasional por ter como objetivo a produção de inferências válidas para além das observações específicas. A ciência apoia-se em diferentes métodos quantitativos e qualitativos para inferir, e utilizar de fatos que são conhecidos para responder sobre relações e causações até então desconhecidas ou inexploradas. Assim, todo conhecimento científico possui um grau de incerteza, de modo que possa-se sempre ser questionado, repensado e validado.

39 A abordagem sociotécnica refere-se à perspectiva, dentro do campo de estudos de internet, que considera o ambiente online das plataformas de web interativas, tais quais o Google, o Facebook, o Twitte e o Youtube, como artefatos sociotécnicos e não apenas ferramentas. Este enquadramento identifica que a configuração da web não é neutra, que estes artefatos possuem um papel de agência, e não apenas instrumental. Deste modo, para esta perspectiva a plataformização da web leva a um processo que os códigos e objetos técnicos (algoritmos e métricas de interação, por exemplo) são dotados de agência e possuem papéis ativos nos processo de construção e efetivação de interações sociais (MILAN, 2015).

De Vauss (2001) argumenta que a construção do conhecimento científico segue dois desenhos fundamentais que diferem em função do tipo de questão que buscam responder. Os *desenhos de pesquisa descritivos* buscam analisar relações a fim de responder "o que está acontecendo", já os *desenhos de pesquisa explicativos* buscam responder questões sobre "o porquê está acontecendo". A pesquisa descritiva envolve perguntas que buscam a exploração e descrição de relações, enquanto as pesquisas explicativas envolvem perguntas que buscam determinar as causas das relações. De acordo com este autor, é necessária uma boa descrição para que os porquês do desenho explicativo possam surgir.

Em um enquadramento semelhante King, Keohane e Verba (1994), argumentam que ao caracterizar a ciência como um conhecimento fundado na inferência, a mesma ganha dois objetivos, descrever e explicar, e, portanto, as inferências produzidas por uma pesquisa podem caracterizar-se por serem descritivas ou causais. As inferências descritivas sustentam-se em análises que buscam distinguir os componentes sistemáticos e não sistemáticos de uma relação e, deste modo, permitem compreender de que maneira as observações acerca da realidade refletem fenômenos típicos e atípicos na sociedade, indicando como as relações ocorrem. Já as inferências causais buscam explicitar os mecanismos através dos quais as relações acontecem, cumprindo assim o objetivo de determinar o porquê determinadas relações acontecem.

As construções das pesquisas em Ciências Sociais devem enquadrar os problemas de pesquisa em uma triangulação que envolve teoria-método-dados, pois é essa triangulação que permite que a lógica da inferência esteja explícita e, deste modo, possa-se fazer afirmações sobre aspectos sistemáticos não necessariamente visíveis, sem a mobilização de determinadas teorias e métodos para a análise dos dados.

Embora o conhecimento científico possa ser construído de maneira generalizável - isto é, a partir de um conjunto limitado de observações que cumprem requisitos representativos, obter conclusões sobre uma população maior através dos usos de inferências estatísticas -, a inferência e a generalização não são sinônimos na ciência. É possível produzir inferências descritivas com alta validade interna acerca de relações que não necessariamente buscam produzir uma informação que seja generalizável a um grupo maior, e que, portanto, tenha uma validade externa.

Diante disso, uma inferência descritiva ou causal não necessariamente pressupõe a generalização para uma população maior. Uma inferência válida é aquela que utiliza-se dos

métodos corretos para responder à questão de pesquisa, bem como, tem clareza de seu alcance.

Como explicitado na introdução, esta pesquisa possui um desenho de pesquisa descritivo e, deste modo, as inferências a serem produzidas têm por objetivo descrever as relações entre as desigualdades categóricas – digital, política e social- e, nas palavras de De Vauss (2001) explorar o que está acontecendo. Portanto, não está nos objetivos desta tese explicar porque desigualdades sociais, políticas e digitais relacionam-se, mas sim, explorar e descrever como essa relação acontece em contextos de amplas desigualdades, como o brasileiro.

Na introdução também foi abordado quais as técnicas serão utilizadas para que a produção de inferências seja válida, considerando as especificidades do recorte analítico a acerca das relações de dependência e interdependência entre as variáveis. Este ponto será retomado nos capítulos de apresentação das análises empíricas, momento em que os objetivos e questionamentos específicos de cada análise serão retomados e os métodos e dados serão apresentados. Neste momento, o foco está em compreender as particularidades do ambiente online, apresentar os diálogos entre as teorias que guiam a análise e, a partir dela, desenhar o quadro interpretativo que será utilizado para a significação das inferências produzidas.

3.2. Características e especificidades do ambiente online a partir da abordagem sociotécnica

A internet é uma tecnologia que surge como um potencial espaço de libertação em função de dois aspectos: propiciar um fluxo comunicacional de muitos para muitos e permitir não apenas consumir os conteúdos disponíveis, mas também contribuir criando esses conteúdos, caracterizando-se como uma mídia interativa e participativa. Entretanto, desde a primeira comunicação mediada por computadores na década de 1960 até hoje, isso que chamamos de internet e que criou um novo ambiente, diferente do off-line, passou por muitas modificações (GOMES, 2018).

Já existiram diferentes tipos de internet. Como abordado no capítulo anterior, nos primeiros anos, os espaços que tinham infraestrutura para conexão eram poucos e, além disso, utilizar de tal tecnologia requeria conhecimentos computacionais e de programação. O desenvolvimento do HTTP e do HTML, no início da década de 1990, foi o que permitiu a criação de uma interface em que a programação necessária fosse executada de maneira automatizada, facilitando o uso. Neste segundo momento, o ambiente online era estruturado

em espaços como a blogosfera e as salas de bate papo, o que levou o mesmo a ser tratado pela ideia de virtual, como um espaço que se opunha à realidade off-line e que poderia ser constituído de forma diferente, pois ainda não percebia-se sua continuidade com a realidade off-line.

Porém, ao passo que mais pessoas no mundo ficaram conectadas, criou-se uma correspondência online dos campos de interações sociais, culturais, econômicas e política, existentes no mundo off-line, isto é, as relações sociais passaram a acontecer nestes dois campos. Isso evidenciou as continuidades entre os ambientes online e off-line, refutando assim a ideia da internet enquanto um ambiente virtual e desprovido de materialidade real. Já no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o surgimento mídias sociais e dos aplicativos de mensagens instantâneas[40] intensificou os processos de continuidades entre os ambientes online e off-line. Estas ferramentas facilitaram as interações entre muitos, incentivaram a produção e circulação de conteúdo e propiciaram tanto a reprodução das redes sociais já existentes, como a criação de novas redes, muitas vezes distantes fisicamente (GOMES, 2018).

O desenvolvimento de smartphones, pequenos computadores que se conectam à internet através da infraestrutura de banda larga, fibra ótica e móvel, colocou a internet em nossas mãos e massificou o uso pelo mundo (GOMES, 2018). Tal tecnologia teve um papel especial em países com amplas desigualdades econômicas como o Brasil, em que muitos indivíduos não têm condições financeiras de contratar um plano de internet banda-larga, nem de comprar um computador. Ter um smartphone com plano de internet móvel é mais acessível.

Portanto, o ambiente online que utilizamos e interagimos na década de 2010, não é o mesmo do início da década de 1990, não podendo mais ser tratado como algo em oposição ao real. É preciso considerá-lo como um espaço integrado às atividades sociais diárias, que propicia ambientes de interação, conversação, produção e consumo de conteúdo (CHADWICK, 2019; GOMES, 2018; LIVINGSOTONE, 2011; PAPACHARISSI, 2009, 2015; BLUMLER E COLEMAN, 2017). Atualmente, é possível fazer basicamente tudo

40 Em 1996 surgiu o primeiro aplicativo de mensagens instantâneas online, o ICQ. Já em 1997 surgiu o SixDegrees, primeiro site que permitia a criação de redes online, através de perfis que poderiam ser visualizados, adicionados, com os quais se interage através de mensagens e organização de grupos, reproduzindo assim a ideia das nossas redes sociais off-line. Desde então surgiram várias outras redes sociais: MySpace, Fotolog, Orkut, Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, TikTok entre outras. Os aplicativos de mensagem também se amplificaram, como Messenger, WhatsApp, Telegram, além de as redes sociais permitirem também a troca de mensagens privadas e em grupo internamente.

online, desde aprender a cozinhar, aprender um novo idioma, ou algum outro tópico de interesse, até procurar emprego – e trabalhar -, ou parceiros amorosos – e efetivar esses relacionamentos, bem como fazer compras, produzir diferentes conteúdos com diferentes objetivos, interagir com representantes políticos, utilizar das ferramentas digitais para organização de grupos entre tantas outras coisas.

Apesar das diferentes possibilidades que o ambiente online dispõe para os usuários, isso não significa que todos terão a mesma experiência e todos farão o mesmo uso. Como vimos no capítulo anterior, Cardon (2012) argumenta que o ambiente da internet foi estruturado com o objetivo de facilitar trocas entre indivíduos e grupos, e com isso delimita a existência de dois tipos de usuários: uma minoria engajada na produção de conteúdo e uma maioria silenciosa que apenas beneficia-se dos conteúdos existentes.

Dentro desse enquadramento, a literatura do *digital divide* mostra que ser um internauta mais ou menos participativo e engajado com o ambiente online, é diretamente relacionado com as posições sociais que influenciam na construção dos interesses pessoais. Em outras palavras, os usos e benefícios que os indivíduos têm com o ambiente online são dependentes de quem são esses cidadãos e dos lugares que eles ocupam na sociedade. Portanto, como as pessoas não ocupam lugares iguais no ambiente off-line, elas também não ocupam lugares iguais no ambiente online (HELSPER, 2012; VAN DIJK, 2012; VAN DEURSEN e HELSPER, 2015; SCHEERDER, *et all*, 2017).

Já o enquadramento do Modelo do Voluntarismo Cívico, abordado no segundo capítulo, identifica que a inclusão e usos da internet tendem a manter ou ampliar as desigualdades políticas, ou seja, as oportunidades democráticas do ambiente online são aproveitadas em maior medida por aqueles que já são capacitados e motivados a participar offline (SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012; BRADY, SCHLOZMAN e VERBA, 2018).

Tanto na perspectiva do Voluntarismo Cívico como na do *Digital Divide*, os autores fazem poucas considerações sobre a estrutura da internet, ou seja, seus códigos, configurações e modo de funcionamento. Pensam mais dentro de um enquadramento da revolução comunicacional que propiciou a comunicação de muitos para muitos e a possibilidade de produção de conteúdo. Assim, os usos do ambiente online são tratados apenas como escolhas individuais. Embora esses enquadramentos possam ter uma carga alta de pessimismos diante das potencialidades democráticas da web, essas abordagens não tratam efetivamente das

limitações e constrangimentos que a estrutura técnica do ambiente online pode impor às relações entre as desigualdades. Neste sentido, pode-se dizer que essas abordagens trabalham com um paradigma centrado no usuário (LANGLOIS, 2013), de forma que mesmo quando fazem considerações sobre as características da tecnologia e suas mudanças ao longo do tempo, não discutem o papel da tecnologia em si nas relações e, de certa maneira, a tratam como amorfa.

De acordo com Langlois (2013), na perspectiva centrada no usuário e com o foco na comunicação de muitos para muitos, existe uma crítica às mídias de massa que caracterizam-se por uma relação desigual entre a elite que controla a mídia e a massa que consome, sendo que a última tem uma capacidade limitada de criar significados alternativos aos ali apresentados, ficando assim confinados às posições culturais e sociais dominantes. À primeira vista, a configuração da internet enquanto uma web 2.0[41], através de plataformas como Facebook, Twitter e Youtube, que incentivam o usuário a gerar conteúdo, se coloca como uma libertação do controle das elites midiáticas sobre os fluxos de informação e amplia a capacidade de criar novos significados.

O autor aponta que embora os usuários gerem muitos conteúdos nesses ambientes, o controle sobre como esses conteúdos circulam e o que é relevante ou não, está na mão dessas empresas, e é acatado pelo usuário através de termos de serviço e termos de uso que podem ser muito confusos. Langlois (2013) enfatiza um aspecto fundamental acerca do ambiente formado pelas plataformas online: sua emergência suscitou questões acerca do controle privado dos fluxos de informação e do acesso ao conhecimento. Essas plataformas online interativas com interesses comerciais, são as responsáveis por delimitar o que o usuário vê no universo online, qual conteúdo é relevante, qual pessoa irá ser mostrada em sua rede, em suma, com quem esse usuário vai interagir. Elas fazem tudo isso através da categorização dos rastros digitais, isto é, as informações que o usuário deixa acerca de seus interesses e posições sociais por meio dos sites que entra, das postagens que curte nos sites de redes sociais e links que clica. Diante disso, é necessário compreender alguns aspectos da internet atual como a plataformização, o papel dos algoritmos, a datificação[42] e vigilância de dados para uma

41 Web 2.0 é um termo cunhado por Tim O'Reilly para designar a configuração de um ambiente online altamente interativo, com mais oportunidades de produção de conteúdo, tanto individualmente como de forma colaborativa. Além disso, a configuração da web 2.0 diferencia-se da web 1.0 em função do dinamismo. Enquanto a configuração 1.0 é fixa e composta de elementos estáveis, a configuração 2.0 caracteriza-se por transformar-se constantemente através das interações do usuário, adquirindo um caráter dinâmico (MARTINO, 2015).

análise realista, que considere tanto os aspectos individuais, sociais e tecnológicos nas relações entre desigualdades.

Uma das modificações que a emergências dos sites de redes sociais trouxe para a web foi a transformação da arquitetura da internet em uma arquitetura de plataformas, que se tornou o modelo dominante de infraestrutura e economia da web (HELMOND, 2019). Essa infraestrutura é baseada em aplicativos que permitem a comunicabilidade entre websites, como quando, por exemplo, em um site aparece o ícone curtir do Facebook, que se clicado leva o usuário ao perfil desse site dentro do Facebook. Esse modelo arquitetônico permite que sites terceiros ao Facebook acessem sua programabilidade, façam uso dos dados coletados pela plataforma e até mesmo criem novas programações e coletem novos dados através da Interface de Programação de Aplicativos, ou APIs [43]. De acordo com Helmond (2019), essa infraestrutura permite que as plataformas tenham controle sobre um conjunto enorme de informações sobre os usuários, e os utilizem conforme seus interesses econômicos. A autora propõe conceituar essas plataformas como um sistema de fluxo de dados. Nas palavras da autora.

> "(...) plataformas (funcionam) como um sistema de fluxos de dados que configuram canais de dados, os quais possibilitam fluxos de dados com terceiros. Esses fluxos de dados não apenas configuram canais para que os dados fluam entre plataformas de mídias sociais e terceiros, mas também funcionam como canais de dados que preparam os dados externos para a configuração de plataformas". (HELMOND, p. 50, 2019)

A plataformização da web também trouxe para esse cenário um velho conhecido da matemática e da computação, mas um desconhecido da população em geral, os algoritmos. No sentido amplo, algoritmos são os processos de um cálculo para chegar a um resultado através de um conjunto de regras de operação, são ferramentas matemáticas utilizadas para diferentes fins[44]. Pode-se citar como exemplo, o algoritmo de Euclides, que tem como função determinar o máximo divisor comum de dois números, e os algoritmos dos pacotes

42 Refere-se ao termo em inglês *datafication*. Atualmente, existem duas traduções para o português que são utilizadas pela literatura especializada: datificação, como aplicado na tradução do artigo da pesquisadora José Van Dijck (2017) "In data we trust? The implications of datafication for social monitoring"; e,dataficação, como utilizado por Sérgio Amadeu da Silveira em seus trabalhos. Neste trabalho, optou-se por utilizar datificação.

43 Google, Twitter, Youtube, Amazoon, são exemplos de empresas de tecnologia que são plataformas da web e utilizam dessa infraestrutura de APIs.

44 Inspirado nas definições de algoritmo do dicionário Michaelis

http://michaelis.uol.com.br/palavra/4lD9/algoritmo/

estatísticos utilizados nas análises de dados desta tese, os quais realizam o procedimento matemático por trás das técnicas de análise de regressão e análise de correspondência.

Como a lógica computacional e da informática são fundadas na matemática, a emergência dos computadores e internet colocou o foco nos algoritmos, uma vez que eles são fundamentais para que diferentes tarefas sejam executadas. Neste sentido, Dominique Cardon (2018), define que os algoritmos utilizados pelas plataformas da web por si só são programações matemáticas criadas para ordenar, classificar e personalizar conteúdos e informações com base em grandes agregações de dados. Em enquadramento semelhante, Sérgio Amadeu da Silveira (2019) pontua que os algoritmos são funções capazes de solucionar um problema abstrato através de uma sequência de passos delimitados e definidos, executados em um período de tempo.

Os algoritmos são ferramentas importantes para organizar a abundante quantidade de informações digitais que existem. Essas programações executam o trabalho de encontrar informações e conteúdo. Por exemplo, quando alguém faz uma pergunta ao Google, o algoritmo da plataforma seleciona, classifica e ordena as informações em função do que foi perguntado. A partir dessa pergunta, ele também personaliza os resultados e pode fazer recomendações ao usuário, ou seja, o algoritmo funciona como um organizador personalizado. Deste modo, algoritmos são importantes filtros informacionais estruturados em programações matemáticas que podem ser probabilísticas, descritivas ou determinísticas (SILVEIRA, 2019).

Em certa medida, o usuário necessita dos algoritmos para lhe ajudar a lidar com a quantidade de informações que existem online. Isso o torna uma ferramenta muito poderosa, e é nesse sentido que Cardon (2018) argumenta que é necessário olhar para os algoritmos das plataformas de web como Amazon, Facebook, Google e Twitter, como uma questão pública, uma questão de interesses públicos e não só individuais ou comerciais. Isso porque, ao receber o papel de agente que categoriza e seleciona o que é relevante para determinado usuário dentro de um conjunto massivo de informações, a maneira como as empresas constroem seus algoritmos traz implicações relevantes para questões relativas às liberdades individuais, à privacidade, à autonomia e à execução do projeto democrático (SILVEIRA, 2019).

Cardon (2018) realiza o exercício de clarificar as características dos algoritmos das plataformas de web a partir de três aspectos centrais, e assim esclarecer o tipo de poder que

está centralizado neste objeto técnico, com potencial de grandes efeitos públicos. O primeiro aspecto é que os algoritmos não são programações neutras, mas sim leais ao seu objetivo de filtrar, selecionar, ordenar e classificar. Neste sentido, exigir neutralidade do algoritmo, como por exemplo, que ele não personalize resultados, vai contra o princípio de existência do algoritmo. Além disso, exigir neutralidade do algoritmo não limita a capacidade do seu poder, de acordo com o autor, o que pode funcionar como controle é a publicidade da maneira como o algoritmo toma suas decisões, ou seja, que o usuário compreenda de que maneira ele filtra, seleciona, ordena e classifica.

O segundo aspecto levantado por Cardon (2018) versa sobre as decisões dos algoritmos, pois estas são processuais e não substantivas, ou seja, o algoritmo atua matematicamente para executar os processos, mas não é capaz de tornar os resultados substantivos. Neste sentido, o autor defende que é ingênuo achar que o algoritmo é apenas um reflexo dos interesses econômicos da empresa que o desenhou, ele é isso, mas não só. Considerar apenas esse lado é apagar o papel de mediação e tradução dos algoritmos.

Como apontado anteriormente, dada a quantidade de informações online, o algoritmo é necessário para selecionar, filtrar e organizar essas informações, e esse é o trabalho de mediação e tradução que eles executam. O algoritmo implementa as prioridades definidas por seus programadores, mas essas prioridades não são trabalhadas de maneira substantiva pelo algoritmo, e sim de maneira processual, isto é, eles aplicam as informações a um processo para encontrar o material. Diante disso, Cardon (2018) busca chamar atenção para o fato que, por mais que existam interesses coletivos e humanos por trás do algoritmo, ele não faz interpretações substantivas como os humanos, sua programação de cálculo é mais friamente racional e baseada nos processos. De acordo com ele, quem atribui significado a resposta do algoritmo não é o algoritmo em si, mas o usuário, é ele quem interpreta de maneira substantiva a resposta encontrada para sua pergunta.

O terceiro aspecto levantado pelo autor é que os modelos algorítmicos aprendem com os vieses dos dados, ou seja, eles reproduzem os padrões encontrados nos dados, e como os dados são oriundos de pessoas, a nossa complexidade social vai ser reproduzida de alguma maneira na tomada de decisão do algoritmo. Essa é a característica que nos faz levar a crer que ele possui características humanas, como por exemplo ser racista. Além disso, essa auto aprendizagem apresenta uma carga de incerteza e de resultados inesperados, que não são controlados pelos desenvolvedores.

Portanto, para Cardon (2018) o poder do algoritmo está justamente na sua capacidade de lidar com grandes aglomerados de dados, categorizando e classificando aquilo que é relevante de acordo com sua programação. Deste modo, é necessário tornar os algoritmos das plataformas de web uma questão pública, porque, ao ser o agente selecionador, a determinação do que é relevante fica na mão dos que desenvolvem as programações desses algoritmos, que por sua vez respondem aos interesses econômicos de suas empresas. Como não podemos abdicar dos algoritmos, devemos concentrar esforços para que suas funções e programações sejam explicitadas de maneira clara.

Em perspectiva semelhante, Gillespie (2018) argumenta que a questão em si não é a existência de algoritmos, uma vez que eles existem matematicamente desde muito tempo. A questão que surge com o ambiente online e as ferramentas computacionais, é a aplicação e a ampliação dos mesmos na vida cotidiana, pois ao possibilitar que toda informação seja digital, o discurso e conhecimento humano passa a sujeitar-se às lógicas procedimentais que sustentam a computação. Ao passo que essas lógicas e procedimentos da computação são responsáveis por organizar as informações no ambiente online, a seleção do que é mais relevante passa a ser executado pelas ferramentas computacionais e não mais por humanos em suas posições de poder, como na mídia. Deste modo, o foco do discurso e do poder mudam e geram implicações na atividade e comportamento humano.

Gillespie (2018) argumenta que nossos rastros digitais formam um banco de dados sobre nossas atividades, preferências e expressões, e são utilizados não apenas para categorizar o que vemos, mas também para nos categorizar. Com isso, surge um ciclo que as ferramentas computacionais determinam o que é relevante e para quem, tornando-se assim um elemento determinante do ecossistema informacional e ganhando relevância pública. Diante disso, o autor define seis aspectos que evidenciam a relevância pública dos algoritmos das plataformas da web, e a necessidade de enquadrar os mesmo como agentes de poder na sociedade.

> “1. Padrões de inclusão: as escolhas por trás do que gera um índice, em primeiro lugar; o que é excluído; e como os dados são preparados para o algoritmo.
> 2. Ciclos de antecipação: as implicações das tentativas dos provedores dos algoritmos de conhecer a fundo e prever completamente os seus usuários; e como importam as conclusões às quais eles chegam.
> 3. Avaliação de relevância: os critérios pelos quais os algoritmos determinam o que é relevante; como esses critérios nos são ocultados; e como eles implementam escolhas políticas acerca de um conhecimento considerado apropriado e legítimo.

> 4. A promessa da objetividade algorítmica: a maneira como o caráter técnico do algoritmo é situada como garantia de imparcialidade; e como essa alegação é mantida diante de controvérsias.
> 5. Entrelaçamento com a prática: como os usuários reconfiguram suas práticas para se adequar aos algoritmos dos quais dependem; e como podem transformar algoritmos em espaços de disputa política, às vezes até mesmo para questionar as políticas do próprio algoritmo.
> 6. A produção de públicos calculados: como a apresentação algorítmica dos públicos, para eles mesmos, molda uma noção de si desse público; e quem está em melhor posição para se beneficiar desse conhecimento." (GILLESPIE, p. 98, 2018)

De acordo com o autor, esses seis aspectos ajudam a enquadrar os algoritmos como um mecanismo que evidência uma nova lógica de conhecimento, não mais baseada nas escolhas subjetivas dos especialistas do mercado editorial, mas nas escolhas de uma máquina, que são determinadas através de procedimentos projetados por operadores humanos, dotados de valores e interesses.

Dentro deste mesmo enquadramento, Cheney-Lippold (2011) argumenta que o trabalho dos algoritmos permite a construção de categorias de identidade a partir de dados digitais e representam um novo eixo para analisar o poder na sociedade. O argumento do autor é que os códigos da internet e sua atuação na classificação e reclassificação formam uma "nova identidade algorítmica", ou seja, o "eu" (self) formado e identificado por meio dos rastros digitais, que são deixados através das ações realizadas na internet. A forma como um indivíduo é identificado e colocado em categorias sociais é por meio das informações que são coletadas através da sua atividade e dos usos do ambiente online. Em outras palavras, é o algoritmo determinando a identidade e o tipo de conteúdo que essa identidade consome.

Segundo o argumento de Cheney-Lippold (2011), essas práticas são possíveis em função da tecnologia atuar como mecanismos de controle regulatório. A ideia defendida pelo autor é que o mecanismo de sugestão dos algoritmos - o clássico talvez você goste disso - é o que mantém o sistema de controle algorítmico funcionado, pois, ao aceitar a sugestão, o usuário está confirmando para o algoritmo que a categorização que ele fez está correta, e ele vai seguir nessa lógica, se o usuário não confirmar a categorização, o algoritmo vai continuar buscando outras informações no comportamento online para categorizar o indivíduo, criando um cenário em que estamos presos no mecanismo de controle algoritmo.

Assim, a plataformização da web e o papel central dos algoritmos no ecossistema informacional digital e off-line, levam ao processo de datificação e vigilância dos dados. A datificação é definida como "a transformação da ação social em dados online quantificados" (MAYER-SCHOENBERGER e CUKIER, 2013 apud VAN DIJK, 2017), já a vigilância de

dados é uma forma continua de vigilância dos indivíduos, através dos metadados formados pelos rastros digitais (VAN DIJCK, 2017).

A partir desses conceitos, a pesquisadora José Van Dijck (2017) argumenta que a web 2.0 e seu caráter mais interativo, por meio dos sites de redes sociais, permitiu codificação e quantificação de aspectos da vida, que antes só podiam ser acessados através dos relatos do indivíduo, como por exemplo, amizades, interesses, conversações, expressões, gostos, respostas emocionais. Neste sentido, o ambiente online propicia um novo jeito de "contar" essas coisas, sem ser falando e criando uma narrativa consciente e racionalizada, mediada por aquilo que o indivíduo escolhe ou não compartilhar. O que a datificação permite, é que essas informações sejam compartilhadas e acessadas num conjunto agregado de dados, em que as categorias que diferenciam os indivíduos permitam criar padrões de caracterização dos indivíduos.

O processo em que transferimos nossas interações para o ambiente online através de diferentes plataformas, cada uma com sua especificidade, permitiu que fossem produzidos metadados sobre como a comunicação na rede aconteceu, para que lado, de quem, com quem e de que maneira. Deste modo, essas informações gradualmente passaram a ganhar mais valor e estão cada vez mais sendo exploradas para compreender, prever e influenciar comportamentos.

Além disso, Van Dijck (2017) aponta que as plataformas não apenas medem o comportamento humano através dos rastros que o usuário deixa, ou seja, elas não apenas compreendem os indivíduos e preveem seus próximos passos, elas manipulam esses passos e monetarizam esses dados, ao passo que os metadados produzidos pelos rastros digitais são vendidos para outras empresas e para governos. Outro aspecto levantado pela autora, é que os metadados podem sim refletir o comportamento humano, mas este comportamento não é neutro, ele ocorre na interação com os algoritmos dessas plataformas, que são intrinsecamente seletivos, pois são desenhados para inferir preferências e gostos individuais através dos rastros, e com isso propiciar uma experiência cada vez menos plural e mais individualizada, de modo que eles são responsáveis por selecionar e manipular o que cada usuário vê e consome. Assim, o argumento da autora é que embora atualmente seja importante ter como organizar toda informação que existe online, os algoritmos das plataformas de web não são neutros, eles têm orientações para seguir e isso molda o que vemos e interfere em como nos comportamos.

Em diálogo com essas perspectivas, Silveira (2019) argumenta que a plataformização da web, que permitiu os processos de datificação e mineração da vida social, propicia um *sistema de algoritmos* capaz de atuar na modulação do comportamento dos usuários. Este sistema é formado pelos próprios algoritmos, os bancos de dados que eles operam e os softwares que os utilizam, e atua no processo de categorização dos conteúdos e usuários. Para que consiga classificar com maior sucesso os usuários, esse sistema de algoritmos utiliza de uma vigilância constante que permite conhecer minuciosamente o usuário, seus interesses, desejos e padrões de comportamento. Com o controle dessas informações o sistema de algoritmos produz um processo de comunicação assimétrico e concentrado, em que as regras que delimitam relevância não são claras e são personalizadas aos usuários. Isso leva à uma modulação do comportamento através do controle dos conteúdos que os indivíduos visualizam.

Como não existe neutralidade algorítmica, a datificação e mineração da vida também não são ações neutras, e, além disso, essas programações não ocorrem pensando no bem comum, mas em uma lógica de mercado e em pressupostos ideológicos que estão fundados nas normas sociais dominantes. Portanto, refletem uma estrutura social existente, e produzem padrões de categorias que têm o potencial de manter as pessoas em suas categorias de origem, gerando e aprofundando desigualdades categóricas no sentido proposto por Tilly e abordado na introdução. Nesse sentido, a categorização a partir dos dados apresenta potencial de manutenção de grupos em vantagem e grupos em desvantagem.

Diante disso, é primordial trazer para o debate, que esta tese se propõe essa perspectiva desenhada da abordagem sociotécnica. O foco do argumento é que o ambiente online não é o mesmo para todos, em função de sua estrutura técnica de plataformização da web, baseada em algoritmos e cruzamento de dados. Além disso, essa abordagem também discute como essas modificações do ambiente online modificam as estruturas de poder e controle na sociedade atual, aspectos relevantes para o objetivo desta pesquisa, compreender as relações entre os três campos de desigualdades.

3.3. As relações entre desigualdades digitais e políticas: o ambiente online como um espaço de oportunidades e a voz política como um benefício de inclusão.

Para cumprir o objetivo dessa tese - descrever e explorar como a inclusão ao ambiente online e diferentes usos das ferramentas disponíveis relaciona-se com as atividades de participação política e constituição de uma voz capaz de influenciar os processos

decisórios -, trabalha-se com o seguinte quadro interpretativo: o ambiente online caracteriza-se por ser interativo e participativo, e já compõe a rotina diária de milhares de pessoas, sendo assim um importante espaço de socialização na atualidade. O fato de o ambiente online trazer a oportunidade para que o usuário seja um consumidor dos conteúdos disponíveis, e também um produtor desse conteúdo, marcou nosso olhar para ele como um ambiente democrático, com a possibilidade de todos produzirem. De fato, muitos produzem, entretanto, poucos são os que ultrapassam as barreiras de suas bolhas, e algumas modalidades de produção de conteúdo exigem um arsenal de habilidades anteriores (HINDMAN, 2008; CHADWICK, 2019).

Apesar disso, essa produção de conteúdo pode ser entendida como um exercício de habilidades de escrita, comunicação e organização, as mesmas habilidades que são necessárias à participação política e que são apreendidas em instituições sociais como família, escola, grupos associativos e trabalho. Como visto no primeiro capítulo, de acordo com o Modelo *do Voluntarismo Cívico,* a participação política é relacionada com possuir habilidades cívicas, isto é, capacidades de expressão, comunicação e organização. *A Teoria dos Recursos e Apropriações* argumenta que um uso participativo do ambiente online, capaz de resultar em maiores benefícios, depende de habilidades digitais com o meio e com o conteúdo, de modo que a produção de conteúdo online, apesar de ser possível a todos, é executada por aqueles que possuem essas habilidades. Portanto, ambas as teorias mostram que, para ser participativo, é preciso ter habilidades e estas habilidades têm suas raízes na origem social dos indivíduos.

Percebendo a interconexão entre a participação política e a participação online (produção de conteúdo), através dessa característica, de serem duas modalidades de engajamento com campos sociais que estão imbricadas à noção de habilidades, esta tese se propõe a descrever a relação entre as desigualdades políticas e digitais pelas chaves de habilidades presentes no campo de estudos do comportamento político e do *digital divide*.

Nesse sentido, une-se a essas interpretações à perspectiva do *Modelo dos Campos Correspondentes,* em que o ambiente online produz espaços e configurações sociais semelhantes ao off-line. Além disso, considera-se que ele é integrado às atividades sociais diárias e propicia um espaço para conversações e interações (GOMES, 2018; PAPACHARISSI, 2009; 2015). Sustentado nessa perspectiva, defende-se que o ambiente online proporciona campos correspondentes aos das instituições da vida adulta, identificadas

pelo *Modelo do Voluntarismo Cívico,* para o desenvolvimento e aprimoramento de habilidades cívicas. Tal argumento é fundamentado na ideia de que o ambiente online, assim como as instituições sociais, é um espaço de oportunidades para desenvolver um comportamento participativo, através de usos que produzem conteúdo. Estes usos fundam-se em habilidades de escrita, comunicação e organização, e são correspondentes às habilidades cívicas, como mostrado no quadro abaixo.

Quadro 1. Habilidade cívicas off-line e online

Tipo de Habilidade	Atividades off-line que desenvolvem essa habilidade[1]	Atividades online que desenvolvem essa habilidade[2]
Habilidade de escrita	Mandar uma carta	Editar conteúdo da Wikipédia; Escrever uma postagem sobre uma notícia que leu; Participar de uma discussão online em um fórum sobre sua comunidade local.
Habilidade de comunicação	Fazer uma apresentação ou discurso	Escrever uma postagem sobre uma notícia que leu; Produzir conteúdo próprio de texto, imagem e som;
Habilidade de organização	Planejar uma reunião ou participar de uma reunião em que decisões são tomadas	Criar grupos no Facebook; Participar de uma discussão online em um fórum sobre sua comunidade local

FONTE: Elaboração da autora.

[1] Mensurações do Modelo do Voluntarismo Cívico (Verba, Shclozman e Brady, 1995)

[2] Inspirado no debate do campo do *digital divide* sobre atividades e usos do ambiente online que produzem conteúdos e que são enquadradas no conceito de participação online (Hargittai e Jenrich, 2016; Litt, 2013, Brake, 2014) e nas variáveis usadas como engajamento online pelos autores do Modelo do Voluntarismo Cívico nas obras mais recentes (Shclozman, Verba e Brady, 2012; Brady, Shclozman e Verba, 2018).

Entretanto, assim como no trabalho, na Igreja e nos grupos associativos, que são as instituições da vida adulta, no ambiente online também não basta estar incluído para garantir que habilidades cívicas sejam desenvolvidas, é preciso desenvolver nesses espaços atividades específicas. Assim como não basta ter um emprego, é necessário que esse emprego dê oportunidades para escrever, desenvolver argumentos, comunicar-se, organizar eventos e pessoas, no ambiente online não basta estar conectado, é necessário que o uso seja no sentido de aproveitar essas oportunidades.

Estas duas teorias se complementam, pois tanto o *Modelo do Voluntarismo Cívico* como a *Teoria dos Recursos e Apropriações* argumentam que existe uma auto seleção entre aqueles que aproveitam as oportunidades de desenvolver habilidades, tanto nas instituições sociais off-line como nas modalidades de uso do ambiente online. Isto é, aqueles que já possuem um estoque mínimo dessas habilidades, que foram desenvolvidas em outros ambientes, em especial no processo de escolarização, possuem uma vantagem no processo de apropriação das oportunidades vindas destes ambientes em relação àqueles que não possuem esse estoque.

Portanto, a combinação do *Modelo do Voluntarismo Cívico*, da *Teoria dos Recursos e Apropriações* e do *Modelo dos Campos Correspondentes,* forma uma sustentação teórica para reflexão sobre a inclusão e os usos do ambiente online estar associada a ter um comportamento politicamente ativo e expressar uma voz política. Essas teorias se completam, pois elas identificam que os processos de exclusão social são as bases para entender os processos de exclusão digital e política. Neste sentido, elas evidenciam que as desigualdades sociais se reproduzem em desigualdades de voz política e desigualdades digitais, bem como ambas trabalham com a ideia de que é preciso ter habilidades para ser participativo tanto na política como no ambiente digital.

Além disso, a *Teoria dos Recursos e Apropriações* identifica três níveis de inclusão digital que são úteis para construção do entendimento da relação entre desigualdades digitais e políticas. Como explicado no capítulo anterior, a inclusão digital tem um primeiro nível relativo ao acesso, um segundo nível relacionado às habilidades e usos, e um terceiro nível referente aos benefícios que o indivíduo obtém das atividades que ele realiza online. Colocando essa perspectiva em diálogo com o *Modelo do Voluntarismo Cívico*, a inclusão ao ambiente online representa o estar incluso nas instituições da vida adulta, que propicia que as oportunidades participativas, as habilidades com o meio e o conteúdo e usos efetivados, representem o envolvimento com as instituições em atividades que possibilitam o aprimoramento de habilidades cívicas. Como no enquadramento do voluntarismo cívico, a voz política é um benefício que os indivíduos têm da combinação das capacidades, motivações e oportunidades e se expressa através dos atos de participação política. O terceiro nível da inclusão digital é equiparado a esse enquadramento e a participação política compreendida como um possível benefício da inclusão, habilidades e usos do ambiente online.

A partir desta argumentação trabalha-se a dimensão da inclusão enquanto acesso material ao ambiente online, e assim ter a oportunidade de exercitar, e até mesmo desenvolver, habilidades. Já a dimensão das habilidades e usos é trabalhada através do comportamento participativo no ambiente online, isto é, na perspectiva do internauta, que nas suas atividades no ambiente online produz conteúdos para os mais diversos fins. Como a literatura da área aponta que nesse tipo de uso é necessário habilidades com o meio e com os conteúdos em si, ele é trabalhado em sua dimensão completa, ou seja, representa tanto as habilidades digitais como as modalidades de uso. Já o comportamento politicamente ativo é trabalhado com um possível benefício dos usos para produção de conteúdo, pois considerando que entre as dimensões importantes para compreender a participação política, estão as habilidades cívicas e que o uso do ambiente online para produção de conteúdo é uma atividade que permite desenvolver e aprimorar habilidades de escrita, comunicação e organização, aqueles que desenvolvem esse tipo de atividade estão aumentando seu estoque de capacidades para participação, que podem ser ativadas se houver motivação para tal.

Além disso, utiliza-se o *Modelo do Voluntarismo Cívico* e a *Teorias dos Recursos e Apropriações* como apoio teórico para o pressuposto que ambos os comportamentos participativos, na política e no ambiente online, são condicionados por características sociais e individuais. Deste modo, a raiz dessas diferenças está nas desigualdades categóricas que estruturam a sociedade, indicando a necessidade da análise se estruturar em torno, dessas três categorias de desigualdades: sociais, digitais e política, possibilitando o enfoque no relacionamento entre as desigualdades digitais e políticas.

As desigualdades políticas são definidas nesta pesquisa pela ideia de voz política, os indivíduos que participam de diferentes modalidades de ação política são aqueles que ativam sua voz e procuram se comunicar com os representantes, enquanto os indivíduos que não participam, não ativam suas vozes e, sem se comunicar com os representantes acabam muitas vezes tendo seus interesses sub representados e/ou excluídos do processo. Já as desigualdades digitais são definidas em termos de usos participativos do ambiente online, isto é, focados na produção de conteúdo, os quais são os mais passíveis de produzir benefícios para o usuário. Portanto, em termos de internautas, esta pesquisa faz uma diferenciação em usuários mais interativos e produtivos, e usuários mais passivos e instrumentais, apenas recebedores e propagadores de conteúdo.

Diante disso, a análise das relações entre desigualdades digitais e políticas parte do pressuposto teórico que essas desigualdades são determinadas por desigualdades sociais. E, deste modo, a categoria de desigualdades sociais é trabalhada nessa pesquisa a partir da dimensão da escolaridade, partindo do pressuposto teórico que a alta escolaridade é relacionada com possuir renda alta, e uma posição de destaque na sociedade dentro dos campos econômicos, culturais e políticos. Portanto, nesta pesquisa os níveis de escolarização representam as capacidades do indivíduo de estar incluído em diferentes campos sociais, off-line e online, e tirar benefícios desta inclusão.

Dado o interesse em compreender como desigualdades digitais relacionam-se com desigualdades políticas, a presente pesquisa considera que experiências participativas com o ambiente online podem resultar em benefícios para a voz política, por serem capazes de desenvolver habilidades de escrita, comunicação e organização, que são importantes para a efetivação da voz política. Assim, as desigualdades sociais são tratadas de maneira ampliada, considerando não só a dimensão dos recursos, mas também as dimensões de motivações individuais e das oportunidades advindas dos espaços de inserção social off-line. Essa ampliação sustenta-se teoricamente no *Modelo do Voluntarismo Cívico*, que mostra a importância dos interesses individuais nos assuntos políticos e o pertencimento a grupos associativos para um comportamento politicamente ativo.

Deste modo, as variáveis selecionadas para expressar as dimensões de desigualdades sociais, digitais e política são uma combinação da maneira como o campo da participação política mensura tais dimensões, como discutido no capítulo 01, e da maneira que o campo do *digital divide* discute tais dimensões, como apresentado no capítulo 02. Essas dimensões estão sintetizadas no quadro abaixo.

Quadro 1. Operacionalização das dimensões em variáveis

Modalidade de desigualdade	Operacionalização
Desigualdades sociais que estão na origem de desigualdades digitais e políticas	Dimensão dos recursos: • Escolaridade Dimensão das motivações: • Interesse por política Dimensão das oportunidades: • Pertencimento a grupos associativos Outras dimensões sociais relevantes: • Sexo • Idade
Desigualdades digitais	Primeiro nível: • Acesso à internet Segundo e terceiro nível, os usos que representam habilidades digitais e cívicas:

	• Editar conteúdo da Wikipédia • Escrever uma postagem sobre uma notícia que leu; • Produzir conteúdo próprio de texto, imagem e som; • Criar grupos no Facebook; • Participar de uma discussão online em um fórum sobre sua comunidade local
Desigualdades políticas	Modalidades de participação política que representam um benefício dos primeiros níveis de inclusão digital: • Audiência Pública • Partidos • Petições • Protesto

Fonte: Elaboração da autora.

Como o quadro e as discussões acima expressam, os enquadramentos do Modelo do Voluntarismo Cívico e das Desigualdades Digitais, derivam do indivíduo e da sociedade, as categorias para compreender as relações entre desigualdades sociais e políticas. De acordo com o que foi abordado nos capítulos anteriores, ambas as teorias enquadram que as oportunidades de participação, tanto no sistema político como no ambiente online, estão relacionadas às posições sociais e preferências individuais. Contudo, esse enquadramento é orientado por uma concepção da internet como um ambiente neutro que propiciou revolução comunicacional, colocando o foco na ideia das trocas entre indivíduos e nos constrangimentos sociais, abafando os constrangimentos técnicos.

Para a relação entre as desigualdades sociais e políticas, os aspectos técnicos da web talvez tenham um papel menos proeminente, uma vez que, como vimos no capítulo das desigualdades políticas, para o campo comportamental, a internet é apenas mais uma dimensão a ser considerada para pensar os seus objetos. Entretanto, quando se traz para a análise as desigualdades digitais e coloca-se foco na relação entre as desigualdades digitais e políticas, os aspectos técnicos da internet atual precisam ser colocados à mesa. Neste sentido, uma das contribuições dessa tese é também trazer o olhar da literatura sociotécnica dos estudos de internet para pensar a relação entre desigualdades digitais e políticas, pois a mesma permite considerar junto dos constrangimentos sociais, os possíveis constrangimentos técnicos e a ideia do ambiente online como um espaço de oportunidades.

Como abordado na seção 4.2 deste capítulo, a literatura sociotécnica dos estudos de internet chama atenção para a necessidade de olhar para a maneira que a estrutura técnica e arquitetônica da internet influência nossos comportamentos e a interação com o ambiente

online. Atualmente, o ambiente online não é mais caracterizado como era no início, na internet dos pioneiros, em que havia uma relação de troca entre pessoas com valores e concepções homogêneas sobre aquele ambiente (CARDON, 2012). A popularização e mercantilização do ambiente online não só tornou os usuários um grupo heterogêneo, como é considerado pelo campo do *digital divide* e do comportamento político, mas também modificou as estruturas de interação através da plataformização da web, que colocou em posição proeminente as programações dos algoritmos destas plataformas.

Quando alguém utiliza a internet está também interagindo com esses algoritmos e passando informações através desse uso. Os algoritmos destas plataformas de web, por sua vez, utilizam essas informações para classificar essa pessoa dentro de categorias de grupos e, a partir disso, disponibilizar à ela as informações consideradas relevantes para este grupo, evidenciando que a estrutura técnica do ambiente online tem influência no ecossistema informacional atual. É importante lembrar que esta estrutura técnica não está no vácuo, ela responde aos interesses mercadológicos das plataformas da web, como Amazoon, Facebook, Google e Twitter e assim influenciam nossos comportamentos online através destes princípios.

O que a literatura sociotécnica coloca em evidência, é que o ambiente online não é um meio neutro, mas sim, um meio que possibilita um papel de agência para objetos técnicos e computacionais a medida que a programação dos algoritmos das plataformas de web são estruturadas de maneira que eles não apenas classificam, colocam em categorias e ordem os conteúdos disponíveis no ambiente online, mas também os usuários da internet, criando assim grupos e determinando o que cada um deles consome e com quem e com o que interagem. Isso propicia a construção de uma nova identidade algorítmica, conhecida apenas pelas empresas de tecnologia e pelos desenvolvedores dos algoritmos dessas plataformas de web.

Além disso, o uso das plataformas de internet pressupõe a interação do usuário com o algoritmo, essa interação acontece através dos rastros digitais deixados pelo usuário, as quais alimentam o banco de dados que o algoritmo opera. Como abordado anteriormente, isso propicia um processo de datificação e vigilância de dados que concede um poder considerável as empresas de tecnologia na modulação de interesses, usos do ambiente online e comportamentos. Assim sendo, este processo de controle dos conteúdos a serem visualizados e categorização dos usuários tem implicações sob as condutas individuais, ao passo que a opinião pública e comportamentos são modulados coma finalidade de reorientar ações

individuais, para responder a fins específicos almejados pelas empresas de tecnologia (SILVEIRA, 2019).

Portanto, a construção das regras e protocolos executados pelos algoritmos não acontecem no vácuo, elas são perpassadas pelas desigualdades categóricas de posição social e experiências individuais, que propiciam a manutenção de um sistema social baseado em grupos em posição de vantagem em detrimento a outros grupos em posição de desvantagem. É em função desse enquadramento da estrutura técnica e arquitetônica do ambiente online como algo de relevância pública, que encontra-se imbricado com as estruturas sociais e atuante na determinação de posições de poder e vantagem na sociedade, que essa literatura é mobilizada para ajudar a descrever as relações entre desigualdades digitais e políticas. Como apontado anteriormente, a construção teórica desta tese é que o ambiente online apresenta as características necessárias para ser um espaço de oportunidades como as instituições da vida adulta, entretanto, as oportunidades oriundas dessas instituições sofrem apenas constrangimentos sociais, enquanto as oportunidades oriundas do ambiente online estão suscetíveis a constrangimentos sociais e técnicos.

Deste modo, esta tese sustenta-se na combinação das perspectivas do Modelos do Voluntarismo Cívico e das Desigualdades Digitais, tanto para o suporte teórico como para a seleção das variáveis, e do Brasil como um caso de apreciação, como abordado na seção a seguir. Já para o processo de análise dos dados será combinada a essas duas abordagens as discussões efetivadas pela literatura sociotécnica a fim de analisar as relações entre desigualdades digitais e políticas, considerando os constrangimentos sociais e técnicos.

3.4. Por que o Brasil é um bom caso para análise?

Como visto nos capítulos anteriores, o Brasil é um país com uma ampla desigualdade política, especialmente em função do fato da participação estar relacionada com recursos, motivações e oportunidades e daqueles que são ativos tenderem a combinar diferentes modalidades em seu repertório participativo, levando as suas vozes políticas a terem um alto volume e seus interesses a serem mais representados. Além disso, o Brasil apresenta uma ampla desigualdade digital nos três níveis identificados pela literatura do *digital divide.*

Apesar de entre 2008 e 2019 ter dobrado o número de usuários de internet no país, ainda existem mais de 20% de cidadãos que não têm acesso à infraestrutura que possibilita utilizar o ambiente online, como é possível ver na Tabela 01 abaixo. A não inclusão acontece porque, muitas vezes, no lugar em que essas pessoas vivem a infraestrutura não foi instalada,

ou, apesar de existir a possibilidade de acesso, muitas pessoas não estão conectadas por não possuírem recursos financeiros suficientes para adquirir um plano de conexão móvel ou banda larga. Os dados mais recentes da TIC Domicílios (2019) mostram a existência dessa relação entre classe social e acesso ao ambiente online: entre os indivíduos das classes A e B, 95% e 93% são internautas, enquanto na classe D/E são 57% que utilizam da internet, e na classe C 78%.

Tabela 1. Porcentagem de internautas na população brasileira 2008-2019[45]

Ano	Porcentagem (%)
2008	34%
2009	39%
2010	41%
2011	46%
2012	49%
2013	51%
2014	55%
2015	58%
2016	61%
2017	67%
2018	70%
2019	74%

Fonte: Elaboração da autora. Dados: Relatório TIC-Domicílios 2019[46].

Quando trata-se do dispositivo de acesso, os dados da TIC Domicílios (2019) indicam que 99% dos usuários de internet no Brasil acessam a mesma via celular. Contudo, entre os internautas, 58% têm um acesso exclusivo pelo celular, ou seja, não o fazem através de computadores, tablets e outros dispositivos. Essa relação também é fortemente marcada por questões de escolaridade e classe social. Enquanto dos que possuem ensino superior, apenas 19% possuem seu acesso limitado ao aparelho celular, 61% dos que possuem ensino médio acessam apenas por esse dispositivo. Esse percentual aumenta entre os com ensino

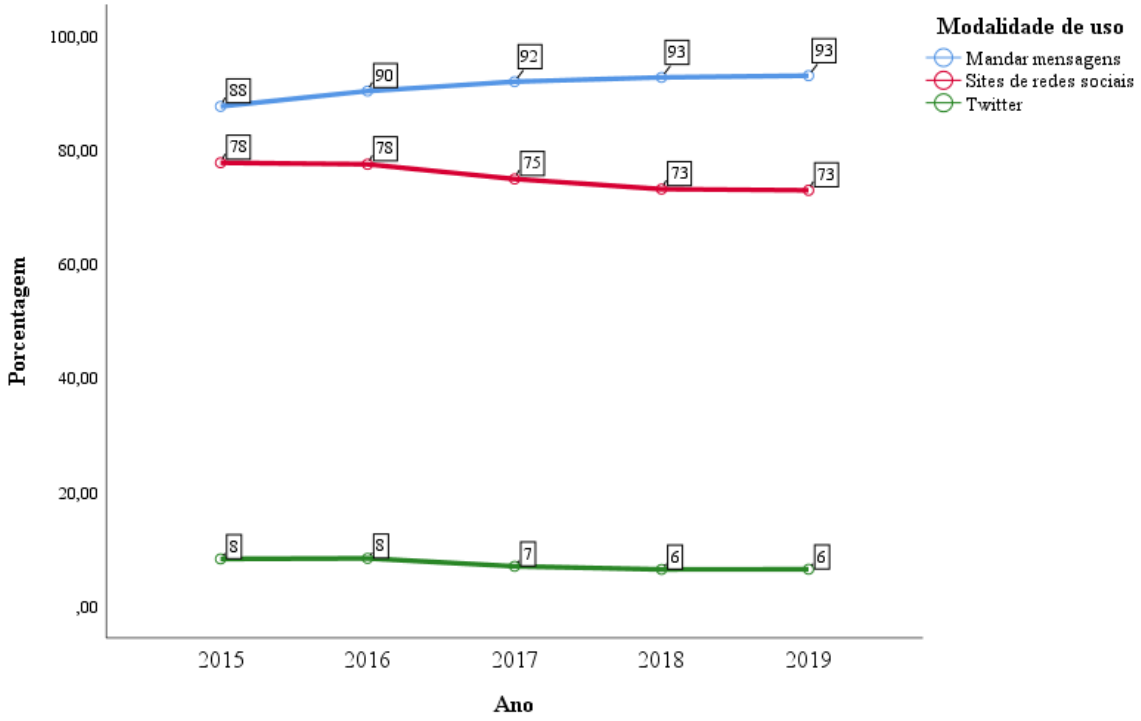
45 Apesar da pesquisa da TIC Domicílios ocorrer desde 2008, os microdados estão disponíveis apenas a partir de 2015. Assim, para mostrar a variação da porcentagem de internautas no Brasil em um período de tempo maior optou-se por retirar as informações do relatório de 2019 e condensá-las em uma tabela.

46 https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123115919/resumo_executivo_tic_dom_2019.pdf

fundamental e os analfabetos, onde 78% e 90%, respectivamente, têm o acesso apenas pelo celular. Quando analisadas as classes sociais, a relação entre dispositivo de acesso e desigualdades sociais fica mais evidente: 85% dos indivíduos classificados na classe D/E têm o acesso à internet exclusivamente pelo celular e conforme a classe aumenta este percentual diminui: 61% na classe C, 26% na classe B e apenas 11% na classe A.

Em relação aos usos, os mais amplos, de comunicação e interação, são os mais comuns entre os brasileiros. Os dados longitudinais da TIC Domicílios de 2015 a 2019, apresentados no gráfico abaixo, mostram que nesse período, o uso da internet para mandar mensagens[47] cresceu 5%. No ano de 2015, 88% dos internautas utilizavam o ambiente online para este fim, porcentagem que aumentou para 93% em 2019. O uso de sites de redes sociais teve uma queda de 5% ao longo dos anos e o uso do Twitter também apresentou uma queda gradual, em 2015 eram 8% e em 2019 passaram à 6%.

Gráfico 1. Uso do ambiente online para comunicação e interação de 2015 a 2019



Fonte: Elaboração da autora. Dados: TIC Domicílios 2015 – 2019.

Já os usos definidos como oportunidades de aprimorar habilidades cívicas no ambiente online são menos comuns entre os internautas brasileiros. No gráfico abaixo é possível perceber que, ao longo dos anos, os internautas brasileiros se engajaram mais compartilhando conteúdos disponíveis online, com taxas acima de 67%, sendo que o pico

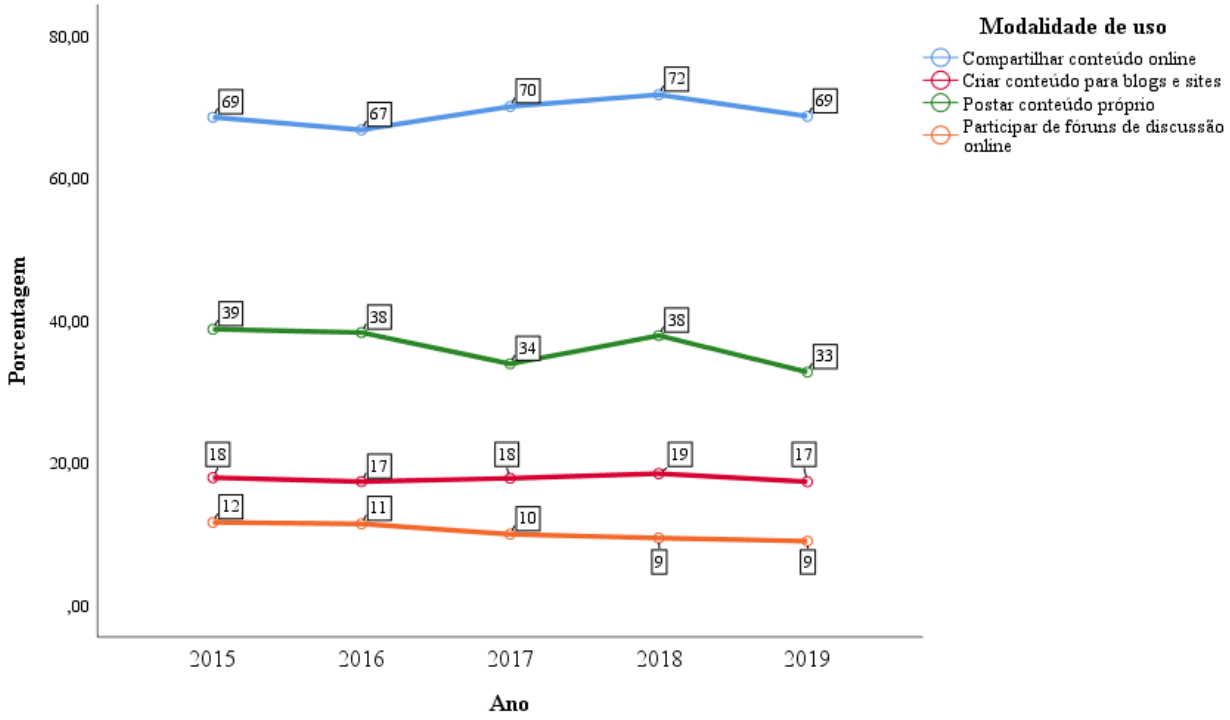
47 A TIC Domicílios mensura utilizar a internet para mandar mensagens através dos usos do Whatsapp, Skype e chat do Facebook.

maior foi no ano de 2018, no qual 72% dos internautas compartilharam conteúdos no ambiente online. Vale salientar que 2018 foi o ano em que a mobilização e uso do ambiente online para campanhas políticas teve saliência maior que nos anos anteriores. Embora não seja possível determinar a existência de relação entre o crescimento no compartilhamento de conteúdo e as características deste pleito eleitoral, é interessante que o maior pico tenha ocorrido justamente neste ano.

Já a postagem de conteúdo próprio manteve estabilidade entre 2015 e 2016, e apresentou uma queda de 4% em 2017, cresceu 4% em 2018 e em 2019 voltou a cair, desta vez 5%. A produção de conteúdo para blogs e sites manteve-se estável ao longo dos anos, em torno de 18%. Já a participação em fóruns de discussão online apresenta queda gradual nos últimos quatro anos.

Os dados sobre os usos de internet no Brasil mostram que em contextos salientes, como os anos eleitorais e o período do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, os brasileiros adultos apresentam percentuais maiores de engajamento no ambiente online através das atividades com potenciais de desenvolver habilidades cívicas. Embora por meio da análise das frequências simples dessas atividades não seja possível tirar conclusões acerca dessas relações, as variações dos dados no tempo nos permitem visualizar as continuidades entre os ambientes online e off-line, suas correspondências e influência mútua.

Gráfico 1. Uso do ambiente online para compartilhamento de conteúdo de 2015 a 2019



Fonte: Elaboração da autora. Dados: TIC Domicílios 2015 – 2019.

Diante disso, pela distribuição dos usos do ambiente online, os dados longitudinais indicam que o internauta brasileiro não modificou o seu comportamento online com a passagem dos anos. Para complementar essa análise, apresenta-se a seguir os cruzamentos entre os usos enquadrados como os que aprimoram habilidades de escrita, comunicação e organização, e as características sociodemográficas com dados referentes ao ano de 2016. A escolha de olhar para este ano específico é em função de que os bancos de dados que estão disponíveis para as análises de dependência e interdependência entre as desigualdades sociais, digitais e políticas são referentes a este ano.

O gráfico 02 mostra que o compartilhamento do conteúdo que está disponível online é uma atividade amplamente realizadas pelos internautas brasileiros. Já na Tabela 02 é possível ver que em 2016, esse tipo de atividade era executada por homens e mulheres em taxas semelhantes. Em relação à escolaridade, o grupo dos menos escolarizados caracterizava-se como os que menos desenvolviam estas atividades. Além disso, existe uma associação entre essas dimensões, conforme o nível de escolaridade avança, aumenta a proporção dos que compartilham conteúdo online. Em relação à idade, internautas com mais de 60 anos são os que menos compartilham conteúdo online, embora ainda assim, 44% dos que estavam nessa faixa etária realizassem essa atividade. Contudo, os internautas de 18 a 24 anos, são em torno de 30% mais ativos nesta modalidade que os idosos. Os das classes mais altas também compartilhavam mais conteúdo que os das classes mais baixas, isso muito provavelmente é em função de que a classe mais alta tem uma inserção mais ampla ao ambiente online: disponibilidade de acesso em diferentes dispositivos por diferentes tipos de conexão, de modo que eles acabam tendo oportunidades mais frequentes e melhores de realizar essas atividades.

O engajamento no ambiente online através da produção de conteúdo para blogs e sites é uma atividade pouco realizada pelos internautas brasileiros. Considerando as características sociodemográficas, é possível ver que, conforme aumenta a escolaridade do internauta, maior é a porcentagem de indivíduos que produzem conteúdos para blogs ou sites, a diferença entre os mais escolarizados e os menos escolarizados é de 20%. Essa relação também aparece com a classe social, uma vez que enquanto os que estão na classe A 30% realizam esta atividade, na classe D/E apenas 11%. Na faixa etária, os que tem entre 18 e 44 anos são os que mais realizam essa atividade. Assim, os dados indicam que a oportunidade de desenvolver habilidades cívicas atualizando conteúdo de blogs e páginas, são mais aproveitadas por aqueles que possuem melhores recursos e tiveram mais oportunidade de escolarização.

Postar conteúdo próprio era uma atividade realizada por 39% das mulheres em 2016 e por 38% dos homens. Neste ano, quanto mais alta a escolaridade, maior a porcentagem de internautas que realizavam essa atividade, sendo que o mesmo expressa-se em relação à renda, nos dois casos as diferenças entre os extremos são em torno de 20%. Isto indica para a relação entre ter desenvolvido habilidades úteis para esse tipo de atividade em outras esferas da vida, o processo de escolarização e as oportunidades obtidas em função da classe social. As pessoas entre 18 e 34 anos caracterizavam-se como as que mais realizavam essa atividade. Neste ano, a porcentagem de jovens adultos que produziam conteúdos para o ambiente online foi 20% maior que entre os com mais de 45 anos.

A participação em fóruns e listas de discussões online em 2016 também era uma atividade pouco realizada pelos internautas brasileiros e marcada pela escolaridade e classe social: 24% dos internautas com ensino superior, e 30% estão Classe A. Enquanto isso, os internautas com menos que o ensino médio não chegavam a 10% de participação, o mesmo sendo verdadeiro para os internautas das Classes C e D/E. Mesmo entre os internautas da Classe B essa participação não era alta, chegando apenas a 18%. A faixa etária que mais realizava essa atividade em 2016 eram os entre 25 e 34 anos, e os homens participavam mais de fóruns de discussão online que as mulheres. Essa atividade online que aprimora habilidades cívicas online, aparenta também ter a característica de selecionar aqueles que estão nas melhores posições sociais e que já possuem um arsenal dessas habilidades.

Portanto, os dados da TIC Domicílios mostram que entre os brasileiros, no ano de 2016, os usos da internet eram mais intensos para comunicação, interação em sites de redes sociais e compartilhamento de conteúdo disponível online, do que para os usos que aprimoram habilidades de escrita, comunicação e organização, como definido anteriormente. Além disso, a distribuição dos dados indica que existe uma relação entre capacidades oriundas do processo de escolarização e as oportunidades de interação nos campos sociais relacionadas com a classe social.

Tabela 1. Características sociodemográficas e usos participativos do ambiente online

		Compartilhou conteúdo online			Criou conteúdo para blogs e sites			Postou conteúdo próprio de texto, imagem, vídeo e som			Participou de fóruns de discussão online		
		Sim	**Não**	**Teste de significância**	**Sim**	**Não**	**Teste de significância**	**Sim**	**Não**	**Teste de significância**	**Sim**	**Não**	**Teste de significância**
Sexo	Masculino	66%	34%	0,213	19%	81 %	0,000	39%	61%	0,000	14 %	86%	0,000
(n = 9360)	Feminino	67%	33%		16%	84 %		38%	62%		9%	91%	
Escolaridade (n = 9360)	Analfabeto / Educação infantil	39%	61%	0,000	6%	94 %	0,000	22%	78%	0,000	2%	98%	0,000
	Ensino Fundamental	55%	45%		10%	90 %		31%	69%		4%	96%	
	Ensino Médio	67%	33%		17%	83 %		39%	61%		9%	91%	
	Ensino Superior	78%	22%		26%	74 %		46%	54%		24 %	76%	
Faixa etária (n = 9360)	De 18 a 24	73%	27%	0,000	21%	79 %	0,000	48%	52%	0,000	12 %	88%	0,000
	De 25 a 34	72%	28%		21%	79 %		44%	56%		15 %	85%	
	De 35 a 44	66%	34%		16%	84 %		36%	64%		12 %	88%	
	De 45 a 59	60%	40%		12%	88 %		28%	72%		8%	92%	
	60 ou mais	44%	56%		9%	91 %		21%	79%		4%	96%	
Classe Social (n = 9360)	Classe A	76%	24%	0,000	30%	70 %	0,000	50%	50%	0,000	30 %	71%	0,000
	Classe B	75%	25%		22%	78 %		42%	58%		18 %	82%	
	Classe C	66%	34%		17%	83 %		38%	62%		10 %	90%	

	Classe D/E	57%	43%		11%	89 %		33%	67%		5%	95%	

Fonte: Elaboração da autora. Dados: TIC Domicílios, 2016.

Já em relação à participação política, os dados longitudinais do Latin America Public Opinion (LAPOP), de 2006 a 2019, mostram que a participação nas modalidades dentro do sistema político ou que possuem o mesmo como alvo, não são populares entre a população brasileira, apresentado taxas menores de 25% ao longo dos anos. O gráfico 03 abaixo indica que a modalidade de participação que mais cresceu ao longo dos anos foi o envolvimento com partidos e movimentos políticos, que era em torno de 8% em 2006 e manteve-se estável até 2012, depois disso começou a apresentar aumentos graduais, ultrapassando os 20% em 2016 e 2019.

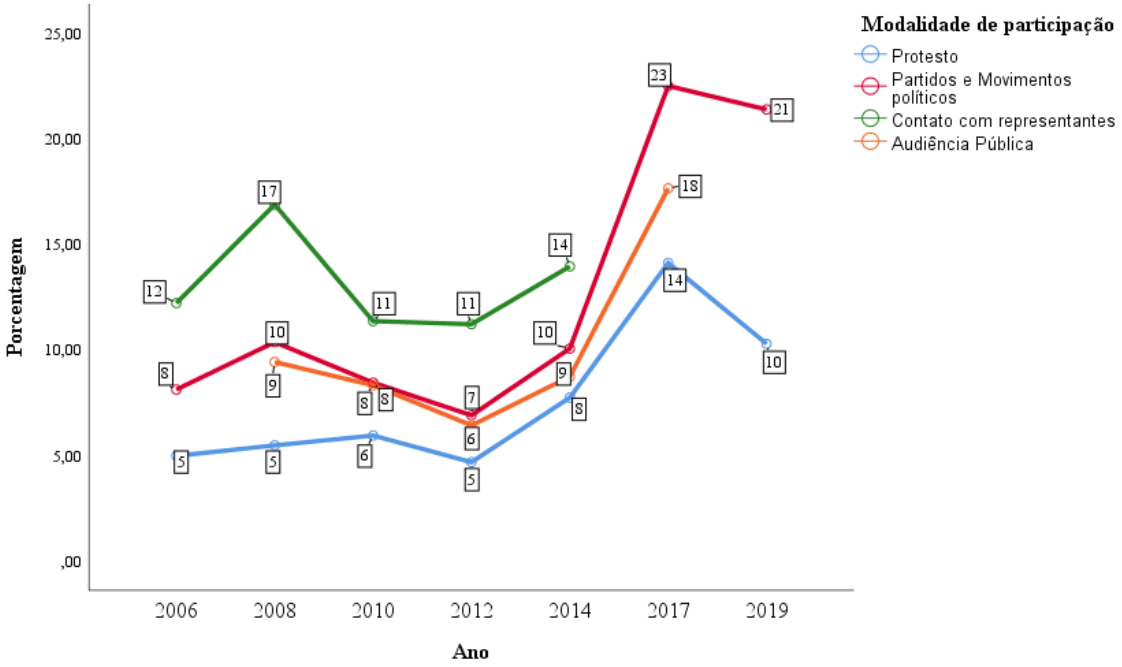
Este crescimento pode estar relacionado a duas questões que encontram-se imbricadas no contexto de 2016. Primeiro, a pergunta efetivada pelo LAPOP indaga não apenas sobre a participação em partidos políticos, mas também em movimentos políticos não partidários ou vinculados à diferentes legendas, além disso, este foi um contexto no qual houve um aumento dos grupos de movimentos políticos, especialmente relacionados ao processo de construção do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Portanto, considerar os movimentos políticos de direita como o MBL – Movimento Brasil Livre – e outros que emergiram neste contexto e mobilizaram muitos brasileiros, que anteriormente não estavam vinculados à movimentos ou partidos políticos, ajuda a compreender e significar o crescimento dessa modalidade de participação entre os brasileiros.

A participação em protestos também cresceu no período. Em 2006 apenas 5% dos brasileiros frequentavam protestos, e essa taxa manteve-se estável até a 2012. Na pesquisa realizada em 2014, 8% afirmaram ter ido a um protesto, já em 2016 foram 14% e em 2019, 10%. Mostrando que o contexto de instabilidade política e econômica que o país enfrenta desde 2013 refletiu no engajamento dos cidadãos brasileiros com a política partidária e contestatória. Em relação à modalidade de participação através de contato com os representantes, esta teve um pico em 2008, quando 17% relataram participar desta maneira, nas ondas seguintes houve uma queda, voltando a subir em 2014. A participação em audiências públicas manteve-se estável de 2006 a 2014 e apresentou um salto de nove pontos percentuais em 2016.

Já em relação à participação política para resolver problemas comunitários, ou seja, a participação em associativismo religioso, escolar e comunitário, percebe-se que são modalidades de engajamento mais generalizada entre os brasileiros. No gráfico 4 abaixo, é possível ver que a modalidade de engajamento associativo mais popular entre os brasileiros é

o associativismo religioso, o qual apresenta taxas acima de 56% desde 2006, chegando a um pico de 72% de brasileiros envolvidos com essa modalidade de associativismo em 2014. A participação em grupos de pais e professores manteve-se estável, em torno dos 35% de 2006 a 2014, mas nas pesquisas realizadas em 2016 e 2017 essa taxa aumentou em torno de 10% e ultrapassou 44% de brasileiros. O aumento da participação em grupos de pais e professores nestes anos coincide com a emergência das discussões e propostas do Movimento Escola Sem Partido, que foi institucionalizado em 2015, e ganhou espaço com o surgimento de projetos guiados por essa lógica em casas legislativas nas esferas municipal, estadual e federal[48]. Por fim, o associativismo comunitário é menos comum, e apresenta estabilidade ao longo dos anos, variando em torno de 5%. O ano de 2016 foi o ano em que os brasileiros mais relatam participar de grupos associativos em suas comunidades locais, atingindo 23% da população.

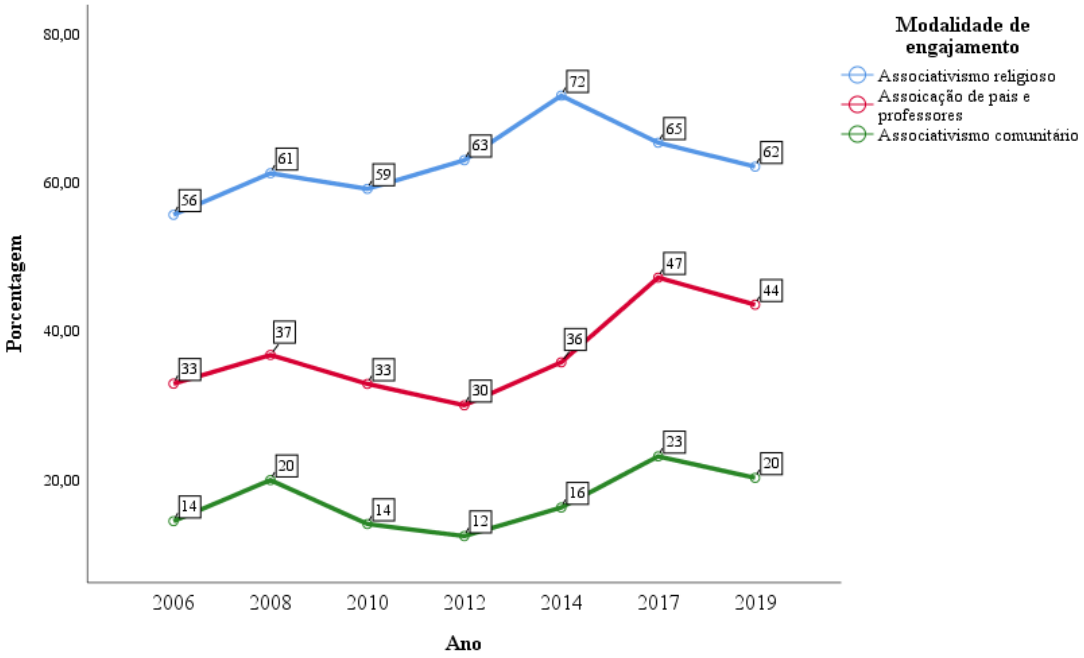
Gráfico 1. Participação política entre os brasileiros 2006 à 2019



Fonte: Elaboração da autora. Dados: LAPOP, 2006-2019.

48 http://www.escolasempartido.org/quem-somos/

Gráfico 1. Engajamento associativo entre brasileiros 2006 à 2019



Fonte: Elaboração da autora. Dados: LAPOP, 2006-2019.

A descrição dos dados sobre a participação política dos brasileiros e o comportamento dos internautas brasileiros, indicam que o Brasil apresenta uma característica necessária para o debate no enquadramento teórico proposto, pois é um caso que apresenta taxas baixas de participação política, taxas mais elevadas de envolvimento comunitário e retrata os três níveis de desigualdades digitais. No Brasil, como foi possível verificar pelos dados da TIC Domicílios, existem pessoas que não estão conectadas, e entre as conectadas existem diferenças quanto aos usos e habilidades, que levam os indivíduos conectados a terem diferentes tipos de benefícios do seu processo de inclusão online. Neste sentido, analisando o caso brasileiro, é possível executar o primeiro objetivo desta pesquisa, de discutir se apenas a inclusão ao ambiente online tem alguma relação de determinação com a participação política analisada aqui enquanto um benefício resultante da combinação de recursos, motivações e oportunidades, sendo que as últimas se materializam off-line e online. Este exercício analítico será realizado no capítulo 05 utilizando os dados do LAPOP para o ano de 2017.

Além disso, o caso brasileiro também permite abordar os aspectos do segundo objetivo, e discutir as relações de interdependência entre desigualdades digitais e desigualdades políticas, propiciando compreender se existe um processo de reforço entre essas duas desigualdades, através do enquadramento das atividades de produção de conteúdo online como atividades de habilidades cívicas. Tal análise será realizada no capítulo 06, utilizando os dados da Network Culture Survey (2016).

4. AS RELAÇÕES ENTRE O PRIMEIRO NÍVEL DE DESIGUALDADES DIGITAIS E AS DESIGUALDADES SOCIAIS E POLÍTICAS.

Este capítulo se dedica ao primeiro objetivo proposto por esta tese: *explorar quando o primeiro nível das desigualdades digitais, isto é, ser internauta, afeta a relação entre desigualdades sociais e políticas.* Como elaborado no capítulo anterior, esta pesquisa possui um caráter descritivo exploratório, ou seja, seu desenho busca responder perguntas de como e quando, estando fora dos objetivos da pesquisa, explicar os porquês, as relações de causalidade e seus caminhos. Portanto, as escolhas das técnicas de análise orientam-se pelo objetivo de descrever como os grupos distinguem-se em termos de desigualdades políticas, sociais e digitais.

A construção teórica desta tese firma-se em dois campos para analisar a relação entre essas três desigualdades categóricas. De um lado a abordagem do *digital divide* acerca da internet propiciar um ambiente para um comportamento participativo através da produção de conteúdo. Essa modalidade de engajamento depende da inclusão digital não apenas em termos de acesso, mas também de habilidades com o meio e com conteúdo (VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2011; VAN DIJK, 2012; VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2014; VAN DEURSEN e HELSPER, 2015). Do outro lado, a abordagem do *Modelo do Voluntarismo Cívico* acerca do papel dos recursos, motivações e oportunidades - entendidos aqui como uma construção ampliada de desigualdades sociais – no processo de participação política e construção de pautas junto aos representantes eleitos, que representam as desigualdades políticas (VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, 1995; SCHLOZMAN, VERBA E BRADY, 2012; BRADY, SCHLOZMAN E VERBA, 2018).

A partir da argumentação do *Modelo do Voluntarismo Cívico,* que existem ambientes off-line na vida adulta que propiciam oportunidades para participação através do desenvolvimento de habilidades cívicas e recrutamento, mas que nem todos que estão inclusos estão tendo o mesmo nível de oportunidades, enquadra-se o ambiente online como um espaço para desenvolver habilidades cívicas. Essa interpretação sustenta-se no argumento *do Modelo dos Campos Correspondentes* (HELSPER, 2012), que considera o ambiente online como um espaço com campos correspondentes aos dos ambientes off-line. Deste modo, é plausível a suposição de que experiências de escrita, comunicação e organização vividas no ambiente online sejam correspondentes às vividas no off-line e que possam ter relações com o processo de participação política. Além disso, também considera-se que o ambiente online, assim como

as instituições da vida adulta, sofre um processo de auto seleção, uma vez que aqueles que já estão capacitados tendem a tirar mais benefícios do processo.

Busca-se explorar a relação entre estar incluso no ambiente online, e suscetível a estas oportunidades, e a participação política. Para tanto, trabalha-se com o primeiro nível de inclusão digital, pois este engloba na análise aqueles que não estão tendo a oportunidade de ter um comportamento participativo online porque não estão inclusos ao ambiente online, e os que têm acesso e, portanto, a oportunidade, e mesmo assim não desfrutam da mesma, e por consequência não tem como benefício tornarem-se mais ativos.

A primeira dimensão da inclusão digital é considerada análoga a inclusão às instituições off-line da vida adulta. Ou seja, a inclusão ao ambiente online *per se* não basta para que as habilidades cívicas sejam construídas, são necessários usos específicos, assim como não basta ter um trabalho, ir à Igreja ou a reunião de um grupo associativo, é necessário que se desenvolvam atividades específicas. Deste modo, este enquadramento permite discutir a relação entre desigualdades digitais e desigualdades políticas pela ótica das análises de dependência (HAIR *et all*, 2005), uma vez que é presumível que ser ativo politicamente não tem interdependência no acesso material ao ambiente online. O fato das pessoas possuírem acesso às infraestruturas e equipamentos que permitem a efetivação da conexão depende das características sociodemográficas, como é mostrado pela *Teoria dos Recursos e Apropriações* (VAN DIJK, 2005; 2012), e não possui determinação pela participação política.

A partir da combinação entre o *Modelo dos Campos Correspondentes*, o *Modelo do Voluntarismo Cívico* e a *Teoria dos Recursos e Apropriações* é possível determinar teoricamente que o acesso à internet compõe um aspecto de oportunidades para participação política. Deste modo, caracteriza-se a inclusão como uma dimensão independente tal qual as oportunidades oriundas das instituições da vida adulta e as dimensões de capacidades e motivações. Como a inclusão digital depende das características sociais, assim como a participação política, a análise da diferenciação dos grupos participativos e não participativos considera a relação de interdependência entre as variáveis independentes, isto é, trabalha o efeito das variáveis independentes sobre a variável dependente de maneira combinada. Por conseguinte, espera-se que o primeiro nível de desigualdades digitais – por ser influenciado pelas desigualdades sociais -, atue como um moderador da relação entre desigualdades sociais e políticas, a qual já é reconhecida teórica e empiricamente.

Para cumprir o objetivo de discutir como os grupos diferenciam-se em termos da relação entre as desigualdades digitais, sociais e políticas, utiliza-se da *Análise de Moderação através da Análise de Regressão Logística* (HAIR *et* all, 2005; HAYES, 2013; OSBORNE, 2015;2016), técnicas que serão apresentadas a seguir. Após isto, apresenta-se os dados, os resultados das análises descritivas e de dependência e discute-se os mesmos à luz deste quadro teórico.

4.1. Análise de Moderação através da Regressão Logística

Para dar conta de responder ao questionamento acerca de quando as desigualdades digitais afetam a relação entre desigualdades sociais e desigualdades políticas, será utilizada uma Análise de Moderação através da Análise de Regressão. Segundo Hair et all (2005) a Análise de Regressão é uma abordagem multivariada que permite discutir relações de dependência, analisando se um conjunto de variáveis independentes afetam uma variável dependente. Já a Análise de Moderação, segundo Hayes (2013), é a abordagem adequada para responder perguntas que visam discutir quando uma variável moderadora (M) afeta a relação entre uma variável independente (X) e uma variável dependente (Y), pois ela permite discutir se a variável moderadora afeta a magnitude da relação entre as variáveis dependentes e independentes. No mesmo sentido, Osborne (p. 245, 2016) define a análise de moderação como:

> "Moderação é o conceito que uma variável modera ou afeta a relação entre outras duas variáveis. Em outras palavras, é a 'curva de regressão (declive de regressão)' de uma variável prevendo outra. Pode ser diferente para diferentes grupos ou diferentes níveis da outra variável" [49]

De acordo com Hayes (2013) e Osborne (2015;2016), a análise de moderação é estatisticamente construída através da interação entre a variável X e a variável M, sendo, portanto, uma multiplicação entre as duas variáveis dentro de um modelo de regressão. Aqui, é importante ressaltar que a Análise de Moderação é diferente da Análise de Mediação porque buscam responder perguntas diferentes. Ainda de acordo com Hayes (2013), a análise de mediação é uma abordagem que permite discutir questões de "como", isto é, como a relação causal entre a variável dependente e a independente ocorre, descrevendo quais seriam os mecanismos por trás dessas relações. Deste modo, pressupõe uma relação causal entre a

49 Tradução livre de: "Moderation is the concept that a variable moderates or affects the relationship between two other variables. In other words, it is the 'regression curve (regression slope)' of one variable predicting another. It can be different for different groups or different levels of the other variable"

variável independente e a variável mediadora, bem como entre a variável mediadora e a variável dependente.

Já a moderação, diferente da mediação, não fala de causalidade. O fato de a moderação não poder falar de causalidade é justamente por conta de sua construção vir da multiplicação de dois fatores. Portanto, o que não permite falar de causa e efeito é princípio matemático por trás da construção do modelo estatístico. Como uma interação é uma multiplicação, não importa a ordem dos fatores, o resultado será sempre o mesmo. Assim, através da multiplicação não é possível captar a direção desse efeito. Por isso, na análise de moderação é necessário definir teoricamente qual variável possui o papel de moderador e a partir disso construir a interpretação do resultado. Além disso, o pressuposto da análise de mediação é que exista uma relação causal de X sobre M e aí sobre Y, já na análise de moderação não existe esse o pressuposto.

Embora a existência de uma associação entre X e M, possa ser um indicativo para que exista um efeito de moderação, Hayes (2013) diz que não é um pressuposto, é possível fazer uma análise de moderação sem que exista associação entre X e M. Por outro lado, a moderação diferente da mediação permite que exista uma relação endógena entre as variáveis sem a necessidade de assumir causalidade entre elas. Na análise de moderação considera-se que X afeta Y e essa relação entre X e Y é moderada por M. Portanto, na análise de moderação o efeito de M é sobre a relação entre X e Y e não sobre o Y através de um efeito causal de X.

Dado o desenho descritivo-exploratório desta pesquisa, a Análise de Moderação apresenta-se como o método adequado para explorar e descrever as relações entre desigualdades sociais, digitais e políticas. Além disso, pela natureza categórica das variáveis dependentes, é indicado o uso da regressão logística para a análise de moderação. De acordo com Osborne (2015;2016), a regressão logística é um procedimento interativo que estima qual é a máxima verossimilhança entre os casos, ou seja, maximiza as probabilidades de pontuação na variável dependente e consegue determinar quais são as probabilidades de indivíduos com determinadas características pertencerem a um grupo ou outro. Assim, uma regressão logística com múltiplas variáveis independentes permite dizer qual é o preditor mais importante do resultado, ou seja, aquele que além de ter a significância estatística, que indica para existência de um efeito único, também tem a maior razão e chances de condicionar a variável dependente para um determinado conjunto de dados.

Além disso, Osborne (2015;2016) define que com uma análise de regressão logística, é possível discutir a interação entre duas variáveis, de modo a dizer o quanto da variável independente X depende dos níveis da variável moderadora M para ter efeito sobre a variável dependente Y. Deste modo, a interação pressupõe que os valores de X e M variam em conjunto, ou seja, o efeito de X depende de onde a pessoa está em M. Por isso, a análise de moderação através da regressão é uma abordagem que permite discutir a diferença entre grupos.

Hayes (2013) e Osborne (2015;2016) definem que, quando se constrói um modelo de regressão de moderação, com termo interativo, é necessário que a construção do modelo contenha a variável X sozinha, a variável M sozinha e a variável X*M. Isso é importante em termos estatísticos porque a ausência de X e M no modelo afeta a estimativa da moderação de X por M, ou seja, sem a presença de X e M sozinhos na equação o efeito de X*M pode ser enviesado, isto é, maior ou menor. Além disso, também é importante manter as variáveis em separado, porque assim é possível saber qual o efeito delas sozinhas e delas combinadas.

Para discutir qual modelagem descreve melhor a relação entre desigualdades digitais, sociais e políticas é necessário utilizar um indicador de ajuste do modelo. Os indicadores servem para explicitar, em termos estatísticos, qual conjunto de variáveis compõe o modelo com melhor ajuste. Como o objetivo não passa por quantificar o quanto as variáveis independentes explicam a variação da variável dependente, mas sim, por escolher a modelagem que melhor descreve as relações, não será utilizado o pseudo R^2 e sim o Critério de Informação de Akaike (Akaike Information Criterion - AIC) como indicador. Tal critério considera que, qualquer modelo que seja construído, nenhum deles irá descrever a verdadeira relação entre as variáveis dependentes e independentes, uma vez que o modelo "real" é inexistente. Assim, o Critério de Informação de Akaike possibilita saber qual é o modelo que mais minimiza divergências, e, portanto, que tem o melhor ajuste e faz a descrição mais próxima da realidade. Na lógica deste critério, o modelo com o melhor ajuste será aquele que apresentar o menor valor no AIC.

4.2. Apresentação dos dados

Para discutir as relações de dependência entre o primeiro nível de inclusão digital e a participação política como um benefício das oportunidades oriundas da inclusão a este meio, utiliza-se do banco de dados do Latin America Public Opinion no ano de 2016 para o Brasil. Como dito anteriormente, este banco de dados foi escolhido por congregar questões capazes

de mensurar a concepção ampliada de desigualdades sociais desenvolvida a partir das noções de capacidades, motivações e oportunidades advindas do Modelo do Voluntarismo Cívico; a concepção de desigualdade política baseada na dimensão de voz política, também oriunda do Modelo do Voluntarismo Cívico, que expressa-se em três modalidades de participação: duas dentro do sistema político – participação em partidos e audiências públicas -, e uma com o sistema político como alvo – participação em protestos; e, as desigualdades digitais de primeiro nível, o acesso ao ambiente online, derivadas da Teoria do Recursos e Apropriações.

No tocante às dimensões do Modelo do Voluntarismo Cívico, a dimensão dos recursos, que representa uma noção das capacidades individuais é operacionalizada através da variável de escolaridade, uma vez que o aumento da escolaridade está relacionado com mais oportunidades de desenvolver atividades que resultam em habilidades cívicas, bem como relacionada com incrementos na renda, que permitem ao indivíduo disponibilizar não apenas tempo, mas também dinheiro para o engajamento político. Para esta variável utilizou-se da questão "Qual foi o último ano de escola que o(a) sr./sra. terminou?". Para melhor atender os propósitos dessa pesquisa, a variável foi recodificada para categorias que representam faixas de escolaridade em que zero a dez anos de estudos representam o ensino básico; onze a catorze anos o ensino médio e quinze a dezessete anos o ensino superior. Assim, nos termos de nossa noção complexa de desigualdades sociais, essa mensuração representa os níveis de capacidades que o cidadão desenvolve em função da escolaridade que ele possui, e, portanto, capacidades básicas, médias e superiores.

Já a dimensão das motivações individuais é representada pelo engajamento psicológico e operacionalizada por uma variável de interesse por política que indaga: "O quanto o(a) sr./sra. se interessa por política: muito, algo, pouco ou nada?" Assim, primeiramente a variável foi codificada iniciando com 0 para nada interessado e 3 para muito interessado, e depois, para atender os fins da análise, foi binarizada considerando os que responderam ser pouco ou nada interessados como não interessados e atribuído o valor 0, e aqueles que se disseram algo ou muito interessados, foram classificados com interessados e atribuído o valor 1.

A dimensão das redes de recrutamento é operacionalizada através do somatório simples de três variáveis, que indagam sobre a participação em grupos e organizações, a partir dos seguintes questionamentos: a) "Reuniões de alguma organização religiosa? Assiste às reuniões dessa organização pelo menos uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano, ou nunca."; b) "Reuniões de uma associação de pais e mestres da escola ou colégio? Assiste às reuniões dessa organização pelo menos uma vez por semana, uma ou

duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano, ou nunca."; c) "Reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade? Assiste às reuniões dessa organização pelo menos uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano, ou nunca." Para fins de análise, primeiro as três variáveis foram dicotomizadas em: assiste, para aqueles que responderam acompanhar essas reuniões uma vez por semana; e não assiste, para aqueles que acompanham essas reuniões uma vez por mês, uma vez por ano e nunca. A partir desta dicotomização as três variáveis foram somadas, procedimento que resultou em uma escala que vai de 0 para aqueles que não pertencem a nenhuma rede de recrutamento à 3 para aqueles que pertencem às três redes de recrutamento. Para a análise, a variável foi tornada binária, considerando aqueles que não pertencem a nenhuma associação como 0 e aqueles que pertencem a uma, duas ou três associações como 1. Assim, a variável mensura o não associativismo como 0 e o associativismos como 1.

A escolha de considerar como participantes de grupos associativos apenas aqueles que frequentam reuniões uma vez por semana, é em função dessas variáveis representarem a dimensão de oportunidades. Como visto na discussão sobre o Modelo do Voluntarismo Cívico, as oportunidades vindas da inclusão nas instituições da vida adulta não referem-se a inclusão *per se,* mas sim a desenvolver atividades específicas nestes espaços. Como o banco de dados não tem uma mensuração direta sobre essas atividades, utiliza-se o frequentar reuniões como *proxy*, e para isso considera-se que apenas aqueles que se envolvem semanalmente com essas organizações são os que não apenas assistem a reunião, mas participam dos processos organizativos das associações e, por esse motivo, desenvolvem atividades de escrita, comunicação e organização. Em outras palavras, entende-se que aquelas que envolvem-se semanalmente são diferentes dos que envolvem-se mensalmente, porque os primeiros são os que organizam, convocam e executam as reuniões mais gerais que acontecem em períodos mais espaçados do tempo. Portanto, considera-se que envolvimento semanal é a *proxy* para as oportunidades, tanto de desenvolver habilidades cívicas como ser recrutado a participação nestes ambientes.

Já as dimensões sociodemográficas de controle foram operacionalizadas pela variável de sexo, a qual o entrevistador anota o sexo do entrevistado sem perguntar, e para fins da análise foram codificadas como 0 ser homem e 1 ser mulher. Já a variável de idade pergunta "Quantos anos o(a) sr./sra. tem?", em que a idade mínima é 16 anos.

As dimensões do comportamento político, que compõe as dimensões dependentes da análise, foram operacionalizadas em três tipos de participação: participação em audiências públicas, participação em partidos ou movimentos políticos e participação em protestos. Tais

comportamentos foram mensurados através das seguintes questões:" Nos últimos doze meses, o(a) sr./sra. compareceu a alguma audiência pública, reunião do conselho da cidade ou alguma outra reunião deste tipo?"; "Por favor, diga se o(a) sr./sra. assiste às reuniões de um partido ou movimento político? Assiste às reuniões dessas organizações pelo menos uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano, ou nunca"; "Nos últimos doze meses, o(a) sr./sra., participou de alguma manifestação ou protesto público? Sim ou Não". Para fins de análise, a participação em partidos ou movimentos políticos foi dicotomizada em: participar, para aqueles que responderam acompanhar essas reuniões uma vez por semana; e não participar, para aqueles que acompanham essas reuniões uma vez por mês, uma vez por ano e nunca. Por fim, as duas foram padronizadas em 0 para aqueles que não participam e 1 para aqueles que participam.

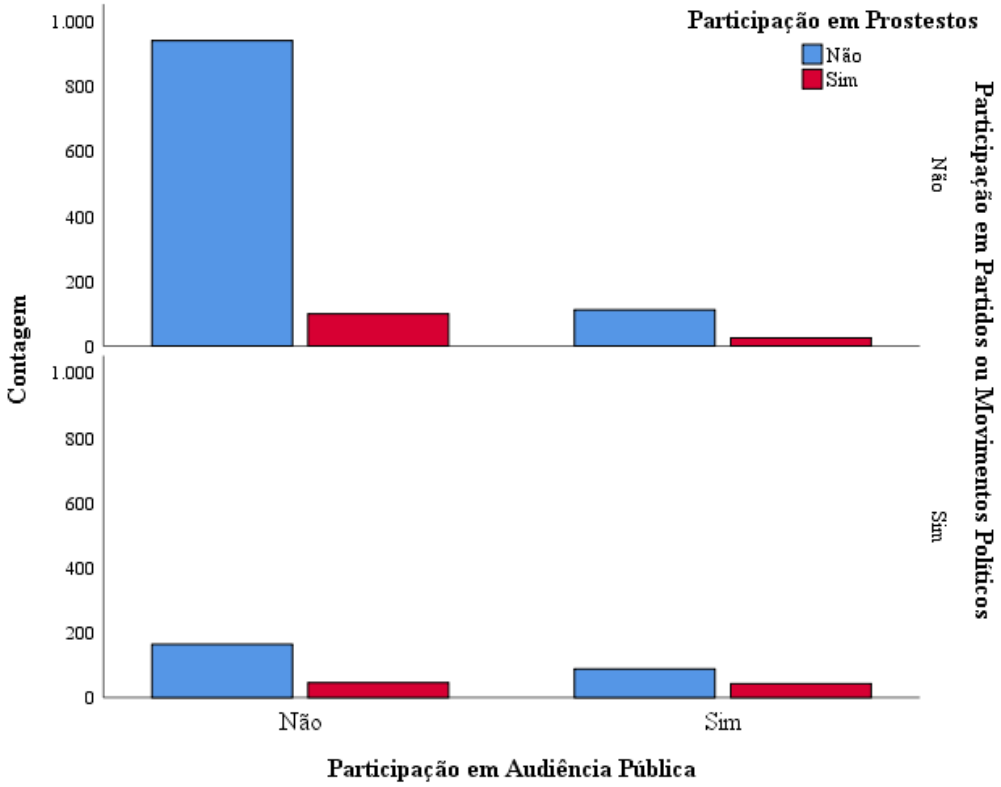
A dimensão da inclusão digital é mensurada através da questão: "Falando de outras coisas, com que frequência o(a) sr./sra. usa a Internet?", a qual contém as seguintes categorias: diariamente, algumas vezes por semana, algumas vezes ao mês, raramente, nunca. Para fim de análise, se buscou por um indicador de internautas e, assim, partiu-se da frequência de uso para uma variável dicotômica de acessar ou não a internet. Para isso, tomou-se com base a categoria de internautas, utilizada pelo International Telecomunication Union (ITU) da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo a ITU, internautas são aqueles cidadãos que acessaram a internet pelo menos uma vez nos últimos três meses. Como as classificações iniciais limitam-se a perguntar sobre o uso por mês ou raramente, e como raramente é uma categoria muito ampla, optou-se por classificar como não internauta aqueles que usam raramente ou nunca, e como internautas aqueles que usam diariamente, algumas vezes por semana, algumas vezes ao mês. Assim, codificou-se o não internauta como 0 e o internauta como 1.

4.3. Análise descritiva: as modalidades de participação política, os condicionantes e as suas relações

O primeiro passo para descrever as relações entre as desigualdades sociais, digitais e políticas é compreender o padrão de participação política entre os brasileiros, informação acessada através do cruzamento entre as três modalidades de participação. No gráfico 5 abaixo, é possível visualizar que entre os brasileiros existe uma tendência em não participar em nenhuma das modalidades, como expressa a maior barra azul. Entre os que participam, um pequeno grupo participa de todas as modalidades, expresso na barra vermelha no quarto quadrante do gráfico. Por outro lado, um conjunto expressivo participa de apenas uma das

modalidades. Para além das extremidades, a análise gráfica mostra ainda que existem indivíduos que combinam apenas duas modalidades de participação. Diante disso, os dados mostram que, entre os brasileiros, existe uma desigualdade participativa em termos de pessoas que não participam e entre os ativos em termos de combinação nas modalidades de participação.

Gráfico 1. As relações entre participação em Audiências Públicas, Partidos e Protestos



FONTE: Elaboração da autora. Dados: LAPOP – 2017.

As análises descritivas bivariadas são apresentadas na Tabela 3 abaixo, na qual encontram-se as associações entre as dimensões das desigualdades políticas, da inclusão digital e da dimensão ampliada das desigualdades sociais. A análise da relação entre as desigualdades sociais e políticas mostram que a participação em audiências públicas possui associação estatisticamente significativa com as categorias de capacidades individuais (escolaridade), de motivações (interesse política) e de oportunidades off-line (associativismo). Na análise descritiva, o primeiro nível de inclusão digital, a idade e o sexo não são associados à participação em audiências públicas. A partir desta análise é possível perceber que as desigualdades sociais, representadas pelas categorias das motivações e capacidades do Modelo do Voluntarismo Cívico, são todas associadas com a desigualdade de voz política, representada pela participação em audiência, ou seja, os mais escolarizados, interessados em

política e pertencentes a grupos associativos tendem a ser ativos nessa modalidade de participação. Entretanto, neste caso, as desigualdades digitais e políticas não apresentam associação estatisticamente significativa.

Já em relação a participação em partidos e/ou movimentos políticos, a análise descritiva bivariada indica que essa dimensão das desigualdades políticas possui associação estatisticamente significativa com as desigualdades sociais, através das categorias de motivações individuais (interesse política) e de oportunidades (associativismo), entretanto, não está associado à categoria das capacidades (escolaridade). Além disso, a participação em partidos também se mostrou associada à categoria sexo, indicando que os homens participam mais dessa modalidade que as mulheres. Neste caso, as desigualdades digitais e políticas também não apresentam associação estatisticamente significativa. Portanto, a partir da análise descritiva é possível perceber que, para esta modalidade de participação, as desigualdades sociais representadas pelas categorias do modelo do voluntarismo cívico, possuem associação com as desigualdades políticas, uma vez que os homens, interessados em política e participantes de grupos associativos, tendem a ter mais voz política através da participação em partidos.

Em relação à participação em protestos, a análise descritiva bivariada mostrou que essa dimensão das desigualdades políticas possui associação estatisticamente significativa com as desigualdades sociais, através das categorias capacidades (escolaridade), motivações individuais (interesse política) e oportunidades (associativismo). Neste caso, as desigualdades digitais também se mostraram associadas às desigualdades de voz política e, além disso, as variáveis de controle, idade e sexo, também apresentaram associação estatisticamente significativa. Portanto, a partir desta análise descritiva, é possível perceber que as desigualdades sociais e digitais estão associadas às desigualdades políticas na modalidade protestos, uma vez que os homens, mais jovens, que são internautas, mais escolarizados, interessados em política e pertencentes a grupos associativos tendem a expressar mais sua voz política através desta modalidade de participação.

Deste modo, as análises descritivas indicam para existência de relação entre desigualdades sociais e políticas, estabelecidas pelos autores do Modelo do Voluntarismo Cívico. Tal resultado e a importância deste modelo para entender a participação política dos brasileiros já comprovada em outros trabalhos (RIBEIRO e BORBA, 2015), permitem tomar

a influência das dimensões das capacidades e motivações sobre a participação política como pressuposto na análise.

Tabela 1. As relações entre as desigualdades sociais, inclusão digital e participação em audiências púbicas, partidos políticos e protestos.

Modalidades de participação		**Audiência Pública**		Nível de Significância	**Partidos**		Nível de Significância	**Protesto**		Nível de Significância
Voluntarismo Cívico		Não (%)	Sim (%)	Chi-quadrado	Não (%)	Sim (%)	Chi-quadrado	Não (%)	Sim (%)	Chi-quadrado
Sexo (n = 1520)	Homem	49,6	49,6	0,994	47,6	56,4	0,004	48,4	57,4	0,014
	Mulher	50,4	50,4		52,4	43,6		51,6	42,6	
Interesse por política (n = 1518)	Nenhum	35,2	22,6	0,000	37,8	17	0,000	36	16,7	0,000
	Pouco	44,7	40,7		42,4	50		44,5	41,2	
	Algum	10,3	11,9		10,1	12,3		9,9	13,9	
	Interessado	9,5	24,8		9,6	20,8		9,6	28,2	
Associativismo (n = 1481)	Não	19,5	10,4	0,001	20,8	7,9	0,000	19,2	9,9	0,001
	Sim	80,5	89,6		79,2	92,1		80,8	90,1	
Inclusão digital (n = 1520)	Não Internauta	31,6	28,1	0,267	31	31,3	0,915	33,2	18,1	0,000
	Internauta	68,4	71,9		69	68,7		66,8	81,9	
Escolaridade (n= 1487)	Media	8,69	9,27	T-test 0,021	8,71	9,11	T-test 0,089	8,54	10,3	T-test 0,00
Idade (n=1520)	Média	38,25	39,87	T-test 0,119	38,67	37,72	T-test 0,311	39,11	35,29	T-test 0,001

4.4. Os impactos do primeiro nível da desigualdade digital nas relações entre desigualdades sociais e políticas

As primeiras análises descritivas apontam uma forte relação das capacidades, motivações e oportunidades com as três modalidades de participação política. Entretanto, a inclusão ao ambiente online possui associação apenas com uma das modalidades, a de protesto. Para avançar na exploração das relações entre as três categorias de desigualdades, passamos agora para a Análise de Moderação através da Regressão Logística. Como dito anteriormente, a combinação destas técnicas estatísticas é a abordagem adequada para o objetivo desta pesquisa, de discutir as relações entre grupos categóricos, representados pelas três dimensões de desigualdades. Com essa abordagem é possível discutir com qual das modalidades de participação existe uma relação de dependência entre o primeiro nível de inclusão digital, bem como determinar se existe um efeito combinado das dimensões das desigualdades sociais e digitais sobre as desigualdades de voz política.

Para tanto, utiliza-se da abordagem *stepwise,* isto é, a construção de modelos a partir da inserção de variáveis. Como já é documentado, o papel das capacidades, motivações, oportunidades e outras desigualdades categóricas, no entendimento das modalidades de participação, parte de um modelo base, composto pelas variáveis oriundas do Modelo do Voluntarismo Cívico. No segundo modelo, acrescenta-se a dimensão das desigualdades digitais em seu primeiro nível. Os quatro modelos seguintes contêm os termos interativos entre as desigualdades sociais e desigualdades digitais, como orientado por Hayes (2013) e Osborne (2015;2016). Os modelos foram construídos mantendo as variáveis da interação sozinhas, para que seus efeitos individuais e combinados sejam acessados. Diante disso, foram construídas três modelagens com as interações individuais e uma com as três interações ao mesmo tempo. No quadro 3 abaixo, encontra-se as equações de cada um dos modelos.

Quadro 1. Equações dos seis modelos de relação dependência e moderação entre desigualdades sociais, digitais e políticas.

Modelo 01 – voluntarismo cívico (base):
Modelo 02 – inclusão variável moderadora internauta:
Modelos 03 – interação entre ser internauta e escolaridade:
Modelos 04 - interação entre ser internauta e interesse por política:
Modelos 05 - interação entre ser internauta e associativismo:
Modelo 06 – todas as interações:

Fonte: Elaboração da autora.

Para saber qual desses seis modelos representa melhor as relações entre as desigualdades sociais, digitais e políticas no contexto brasileiro, utiliza-se do Critério de Informação de Akaike. Como citado anteriormente, o critério parte do pressuposto que nenhum modelo descreve a real relação entre as dimensões, mas aqueles com o menor valor são os que mais aproximam-se da realidade. Com este critério será determinado qual modelo melhor descreve como grupos participativos distinguem-se em termos de capacidades, motivações, oportunidades e inclusão digital. A partir disto, é possível compreender em quais contextos a inclusão ao ambiente online, entendido aqui como um espaço de oportunidades, tem um papel determinante na participação política, explorando se a participação seria um benefício da inclusão digital.

Para cada uma das modalidades de participação - Audiências Públicas, Partidos e Protesto –, foram construídos os seis modelos e escolhido o com melhor ajuste. Os resultados dos seis modelos serão apresentados em uma tabela, a qual será descrita em linhas gerais. Já para o modelo mais ajustado, será utilizada a visualização gráfica para apresentação e discussão dos resultados, pois, deste modo, é possível visualizar a distribuição dos casos através das barras de erro, e perceber a acurácia do resultado. Os valores que aparecem no gráfico referem ao valor exponencial do beta, a partir deste valor é possível acessar a porcentagem, através de $Exp(\beta) - 1 * 100$. Na análise, apresenta-se como cada variável altera as chances de os indivíduos estarem na categoria ativos e na modalidade de participação, através da porcentagem.

Tais análises foram realizadas no software R, utilizando do pacote *stats* para a Análise de Moderação através da Regressão Logística, do pacote *stargazer,* para a construção das tabelas de resultados e do pacote *sjPlot,* para construção dos gráficos com valores preditos dos resultados das análises de regressão.

4.4.1. Participação em Audiências Públicas

Os resultados dos seis modelos com a modalidade e participação em Audiências Públicas como dependente estão apresentados na Tabela 4. É possível perceber que no modelo base, as dimensões das motivações (interesse por política), oportunidades (associativismo) e idade, são as que possuem significância estatística e, portanto, efeitos únicos sobre a participação em Audiências Públicas. Nos modelos seguintes, essa combinação de variáveis mantém-se como os principais fatores determinantes, sendo que o único modelo em que a interação apresenta efeitos únicos, isto é, efeitos da combinação das dimensões, é o modelo cinco, que contém a interação entre inclusão digital e motivações,

sendo que neste, as motivações e a idade perdem seus efeitos individuais. Pela análise geral dos resultados é possível perceber que a dimensão das capacidades (escolaridade) e das desigualdades digitais (acesso à internet) não apresentam efeitos únicos em nenhum dos contextos.

Ao final da tabela encontra-se o valor que cada modelo recebeu no Critério de Informação de Akaike, sendo que o com menor valor e, portanto, o que mais se aproxima na descrição das relações reais entre as categorias em análise, é o modelo 5, o qual contém as dimensões das desigualdades sociais e digitais e a interação entre motivações e inclusão digital.

Tabela 1. Modelos para Participação em Audiência Pública

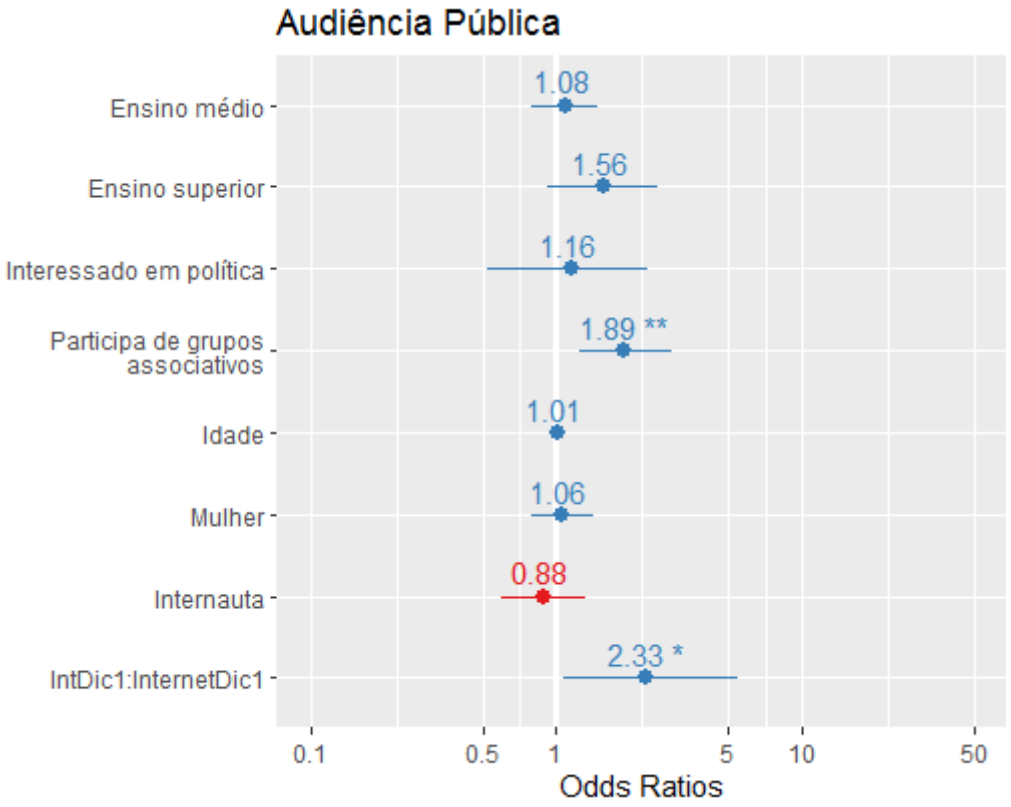
	Variável Dependente: Participação em Audiência Pública					
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Escolaridade 1 (Ensino Médio)	0.095 (0.156)	0.083 (0.161)	-0.202 (0.362)	0.083 (0.161)	0.076 (0.162)	-0.126 (0.360)
Escolaridade (Ensino Superior)	0.504* (0.257)	0.486* (0.265)	- 0.364 (1.101)	0.486* (0.265)	0.444* (0.267)	-0.329 (1.093)
Interesse por política	0.830*** (0.158)	0.826*** (0.158)	0.817*** (0.159)	0.826*** (0.159)	0.149 (0.379)	0.175 (0.380)
Associativismo	0.651*** (0.220)	0.647*** (0.221)	0.653*** (0.221)	0.641* (0.366)	0.636*** (0.221)	0.635* (0.365)
Idade	0.010** (0.005)	0.010** (0.005)	0.010* (0.005)	0.010** (0.005)	0.010* (0.005)	0.010* (0.005)
Sexo	0.053 (0.144)	0.053 (0.144)	0.058 (0.144)	0.053 (0.144)	0.056 (0.145)	0.061 (0.145)
Acesso à Internet		0.052 (0.185)	-0.073 (0.216)	0.043 (0.437)	-0.126 (0.202)	-0.221 (0.458)
Ensino médio x Internet			0.374 (0.404)			0.269 (0.405)
Ensino superior x Internet			0.959 (1.135)			0.868 (1.129)
Associativismo x Internet				0.010 (0.457)		0.010 (0.456)
Interesse x Internet					0.844** (0.415)	0.800* (0.419)
Constante	-2.838*** (0.303)	-2.887*** (0.351)	-2.807*** (0.359)	-2.882*** (0.430)	-2.747*** (0.355)	-2.688*** (0.440)
Observações	1,455	1,455	1,455	1,455	1,455	1,455
Log Likelihood	-644.350	-644.310	-643.526	-644.310	-642.083	641,563
Akaike Inf. Crit	1,302.699	1,304.621	1,307.052	1,306.620	1,302.166	1,307.126

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração da autora. Dados: LAPOP – 2017.

Abaixo encontra-se a representação gráfica dos resultados do modelo 5, no gráfico 6, o qual mostra que as oportunidades oriundas da participação em grupos associativos e a interação entre interesse por política (motivações) e acesso à internet (desigualdades digitais), possuem efeitos únicos sobre a participação em Audiências Públicas. Portanto, aqueles que pertencem a grupos associativos possuem 89% mais chances de participar de uma audiência pública que aqueles que não participam destes grupos. Além disso, é interessante notar que se a categoria ser internauta fosse significante, seu efeito sobre esta modalidade de participação seria negativo, e, portanto, o internauta teria 12% menos chances de participar de uma Audiência Pública.

Gráfico 1. Determinantes da participação em Audiência Pública



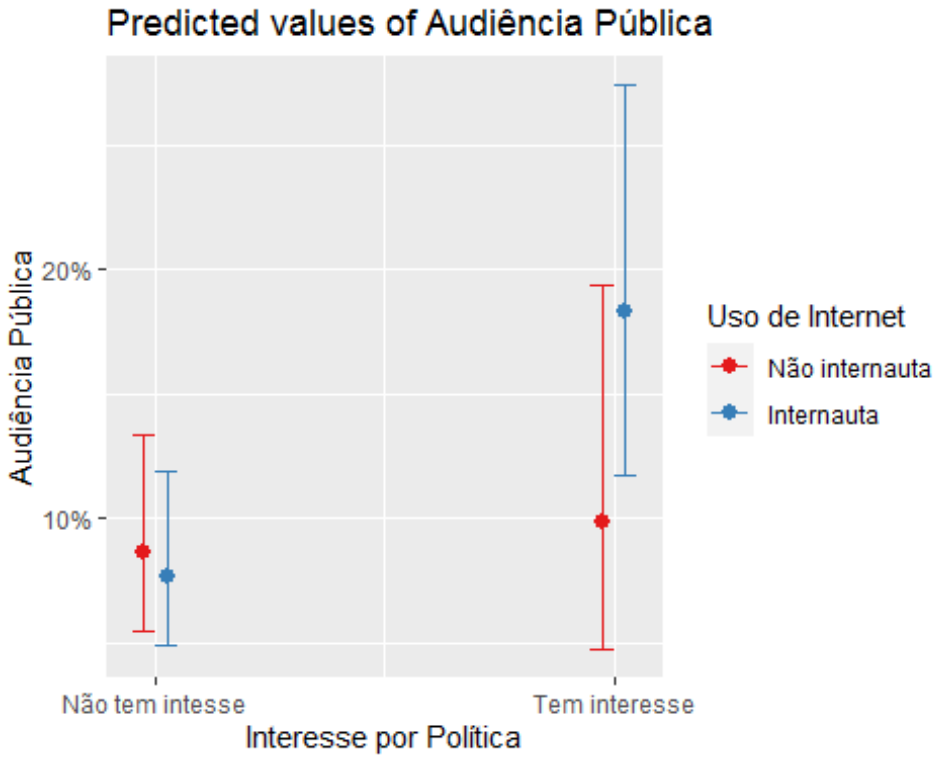
Fonte: Elaboração da autora. Dados: LAPOP – 2017.

No tocante a interação, o gráfico 7 nos mostra que o efeito da inclusão digital na relação entre interesse por política e participação em audiências públicas é positivo. Já no gráfico 8 é possível visualizar como esse efeito ocorre. Um primeiro detalhe importante é o tamanho das barras de erro, em especial entre os interessados por política, isso representa uma maior dispersão dos indivíduos nessas duas categorias. Uma análise bivariada mostra que das 1529 pessoas que compõe essa amostra, 348 são interessadas em política, e destas, 287 são internautas e 61 não internautas, enquanto os não interessados em política concentram 1181

casos, em que 769 são internautas e 412 são não internautas. Isso, além de indicar um baixo interesse por política entre os brasileiros, justifica também a variação na dispersão dos casos nas categorias, aqueles que tem menos casos e tem maior variação.

Entretanto, a grande variação na dispersão dos casos não invalida o efeito único presente na interação, apenas indica que, apesar de haver um efeito de moderação e da maioria dos indivíduos da amostra estarem concentrados onde está a bolinha, não é possível precisar com exatidão e total confiança a magnitude deste efeito.

Gráfico 1. Interação entre inclusão digital e motivações política na determinação do comparecimento em Audiências Públicas



Fonte: Elaboração da autora. Dados: LAPOP – 2017.

Apesar disto, é possível perceber por este gráfico, que entre os não interessados por política a categoria ser internauta não altera as chances de participação em audiências, já que as barras são muito semelhantes e as bolinhas encontram-se mais ou menos no mesmo lugar. Já na relação entre possuir motivações individuais e inclusão digital, o gráfico mostra que as barras estão menos alinhadas e as bolinhas que expressam o ponto em que se têm maior concentração dos casos estão em pontos distintos. Isso indica que, apesar de são ser preciso, os internautas com interesse por política possuem cerca de 20% de chances de participar de uma audiência pública, enquanto os não internautas com interesse por política, possuem 10% de chances. Portanto, entre os motivados, isto é, interessados por política, a inclusão ao

ambiente online apresenta um incremento de 10% na probabilidade de participação em audiências, indicando que para os motivados, ou seja, aqueles com vantagens iniciais, o ambiente online representa um espaço de oportunidades e recrutamento, e a participação em audiências públicas torna-se um benefício da inclusão.

Além disso, na comparação entre os internautas, os que são interessados em política ganham mais com a inclusão a esse ambiente que os não interessados, como é possível visualizar pelas barras azuis. Um internauta não interessado em política apresenta em torno de 5% de chances de comparecer a uma audiência, e um internauta interessado em política apresenta em torno de 20% chances de participação em audiências, ou seja, a inclusão ao ambiente online resulta em um ganho de em torno de 15% para os interessados em política no comparecimento a uma audiência pública. Sendo assim, a participação em audiências apresenta-se como um benefício da inclusão digital apenas para os que possuem a vantagem motivacional e, portanto, atua ampliando as desigualdades políticas.

Neste sentido, os dados apresentados nos gráficos 7 e 8 indicam que as desigualdades digitais estão fortalecendo a relação entre as desigualdades sociais e políticas pela categoria das motivações individuais, trazendo mais vantagens participativas para aqueles que já possuem vantagens iniciais vindas das desigualdades sociais. Isso porque o internauta interessado em política é o que tem mais ganhos participativos em relação aos outros grupos. Deste modo, a participação é um benefício maior para os internautas que são interessados em política. Parte deste efeito pode ser em função desta modalidade de participação possuir correspondentes online, no caso brasileiro, as casas legislativas federais desenvolveram o hábito de realizar audiências públicas online, permitindo assim a participação política online desses indivíduos.

Com isso, pode-se afirmar que na modalidade de participação em audiências públicas, a relação entre as desigualdades sociais e desigualdades políticas está sendo moderada pelas desigualdades digitais, e mais que isso, em um sentido de reforço, pois os internautas que possuem interesse por política são aqueles que mais ganham nesse processo, ou seja, os que possuem mais chances de participar em audiências. Neste sentido, para esta modalidade de participação, é possível dizer que a inclusão ao ambiente online reforça as vantagens das motivações individuais.

Este quadro indica que, apesar do ambiente online trazer oportunidades para desenvolvimento de habilidades cívicas através de usos participativos e colaborativos, para a

grande massa de usuários, que estão utilizando a internet para consumir informações e compartilhar conteúdo de terceiros através das plataformas de web, o ambiente online não caracteriza-se necessariamente como um espaço de construção de oportunidades políticas. Olhar para estes resultados através da literatura sócio técnica ajuda a compreendê-los, pois, na interação do usuário das plataformas de web com os algoritmos das mesmas, ele está sendo classificado por esse algoritmo, e recebendo informações e conteúdos considerados relevantes na programação do algoritmo a esse grupo. Assim, o uso da internet via plataformas de web constrange tecnicamente a possibilidade de o usuário desenvolver habilidades e tornar-se participativo no ambiente, ao reforçar a sua posição de desvantagem através da classificação algorítmica. Portanto, o que o processo de plataformização da web e datificação parece propiciar, é que, ao classificar indivíduos dentro da noção de desigualdades categóricas, produzindo ambientes altamente personalizados, ele fortalece o papel das motivações individuais e constrange tecnicamente a possibilidade de não reprodução de desigualdades sociais na relação entre desigualdades digitais e políticas.

4.4.2. Participação em Partidos e/ou Movimentos Políticos

Os resultados dos seis modelos com a modalidade de participação em Partidos e Movimentos Políticos como variável dependente estão apresentados na Tabela 5. É possível perceber que, no modelo base, as dimensões das motivações (interesse por política), oportunidades (associativismo) e o sexo são as que possuem significância estatística, e, portanto, efeitos únicos sobre a participação em Partidos. Nos modelos seguintes, essa combinação de variáveis mantém-se como os principais fatores determinantes, sendo que apenas no modelo 2, o que conta com a dimensão das desigualdades digitais sozinhas, a mesma ganhou significância estatística. Para esta modalidade de participação, nenhuma das interações apresentou significância, bem como a dimensão das capacidades, também não apresenta efeitos únicos em nenhuma das modelagens. O Critério de Informação de Akaike informa que o modelo mais ajustado e, portanto, que descreve a relação mais próxima da realidade é o modelo 2.

Tabela 1. Modelos para Participação em Partidos e Movimentos Políticos

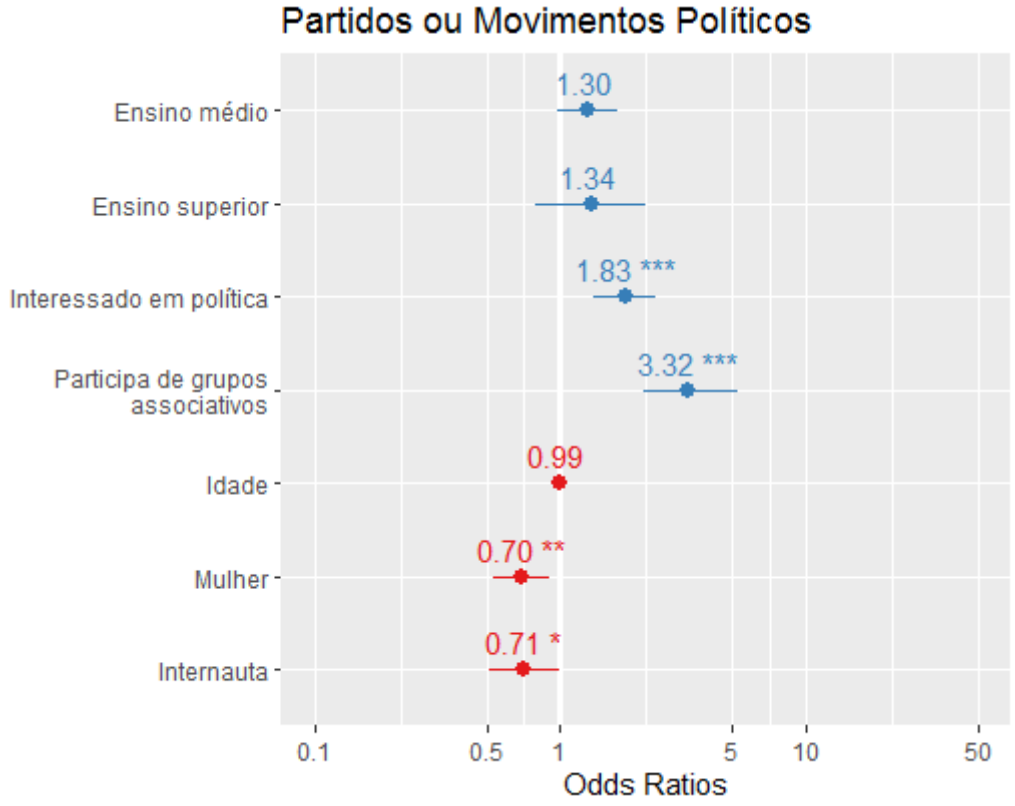
	Variável dependente: Participação em Partidos Políticos e Movimentos Políticos					
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Escolaridade 1 (Ensino Médio)	0.183	0.259*	0.199	0.259*	0.262*	0.165
	(0.140)	(0.145)	(0.300)	(0.145)	(0.145)	(0.305)
Escolaridade 2 (Ensino Superior)	0.175	0.293	1.039	0.293	0.315	1.043
	(0.259)	(0.266)	(0.787)	(0.266)	(0.266)	(0.795)
Interesse por política	0.575***	0.606***	0.613**	0.606***	0.906***	0.917***
	(0.148)	(0.149)	(0.149)	(0.149)	(0.310)	(0.312)
Associativismo	1.170***	1.199***	1.193***	1.190***	1.207***	1.187***
	(0.224)	(0.225)	(0.225)	(0.360)	(0.225)	(0.363)
Idade	-0.004	-0.008*	-0.008*	-0.008*	-0.008*	-0.008*
	(0.004)	(0.005)	(0.005)	(0.005)	(0.005)	(0.005)
Sexo	-0.362***	-0.360***	-0.367***	-0.360***	-0.361***	-0.368***
	(0.132)	(0.132)	(0.133)	(0.132)	(0.132)	(0.133)
Acesso à Internet		-0.339**	-0.332*	-0.352	-0.257	-0.283
		(0.167)	(0.199)	(0.443)	(0.184)	(0.465)
Ensino médio x Internet			0.066			0.113
			(0.342)			(0.347)
Ensino superior x Internet			-0.821			-0.794
			(0.837)			(0.845)
Associativismo x Internet				0.015		0.022
				(0.458)		(0.460)
Interesse x Internet					-0.384	-0.391
					(0.351)	(0.354)
Constante	-2.170***	-1.859***	-1.853***	-1.851***	-1.927***	-1.899***
	(0.285)	(0.323)	(0.332)	(0.409)	(0.330)	(0.424)
Obeservações	1,448	1,448	1,448	1,448	1,448	1,448
Log Likelihood	-731.492	-729.456	-728.949	-729.455	-728.861	-728.343
Akaike Inf. Crit.	1,476.984	1,474.911	1,477.897	1,476.910	1,475.723	1,480.685

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração da autora. Dados: LAPOP-2017.

O Gráfico 8 mostra os resultados do modelo de regressão logística, que descreve a relação mais próxima da realidade, sendo ele o que contém a dimensão das desigualdades digitais pela categoria internauta. Neste modelo, as mesmas categorias representantes das motivações, oportunidades e gênero, sobressaem-se com efeitos únicos, ou seja, possuem um efeito para além da influência conjunta de todas as variáveis da análise. Além disso, a inclusão digital possui efeitos únicos sobre essa modalidade de participação. Essa análise multivariada apresenta uma diferença em relação a análise bivariada, pois, a inclusão ao ambiente online não apresentava associação individual com a participação em partidos, mas quando controlada por outras categorias, a dimensão das desigualdades digitais mostrou-se determinante para este comportamento político.

Gráfico 1. Determinantes da participação em Partidos ou Movimentos Políticos



Fonte: Elaboração da autora. Dados: LAPOP – 2017.

Neste sentido, a modelagem mostra que pessoas com interesse por política, possuem 83% mais chances de participar em partidos ou movimentos políticos que uma pessoa não interessada em política. Em relação à dimensão das oportunidades, uma pessoa que participa de grupos associativos, passa a ter 232% mais chances de participar de partidos e movimentos políticos do que uma pessoa que não participa desses grupos. Já a categoria sexo, indica que ser mulher diminui em 30% as chances de participação em partidos. Em relação à dimensão das desigualdades digitais, o gráfico mostra que os internautas têm 29% menos chances de participar de partidos que aqueles que não são internautas. Isso pode ser um indicativo de que o processo de personalização que o ambiente online proporciona, através do processo de plataformização e datificação, afasta os brasileiros dessa modalidade de participação, que é essencialmente coletiva.

Com isso, podemos afirmar que, na modalidade de participação em partidos e movimentos políticos, a relação entre as desigualdades sociais e desigualdades políticas não está sendo moderada pelas desigualdades digitais. Para esta modalidade de participação, existe um efeito único da dimensão das desigualdades digitais, a inclusão ao ambiente online

diminui as chances de um indivíduo participar na modalidade de partidos, ou seja, afasta os indivíduos desse tipo de participação.

Portanto, neste contexto, a participação não constitui-se como um benefício da inclusão digital, tendo um efeito contrário, isto é, a inclusão digital afasta os cidadãos deste tipo de engajamento e atua aumentando as desigualdades políticas. Assim sendo, esse resultado indica que a simples inclusão ao ambiente online não garante que o mesmo seja um ambiente de oportunidades, muito provavelmente em função das continuidades entre espaços off-line e online. Assim, a superação da primeira barreira da inclusão digital não implica em um benefício automático em termos participativos.

Deste modo, o que parece acontecer em relação à esta modalidade é que em um ambiente online plataformizado, em que programações algorítmicas selecionam os grupos de interação e o conteúdo a ser consumido por estes grupos através da categorização dos usuários, a partir de suas características sociais e individuais, restringe a capacidade dos indivíduos de apropriarem-se civicamente deste ambiente e ampliar suas redes de interação. Como o peso da participação em grupos associativos off-line é alto na determinação da participação em partidos e movimentos políticos, e a simples inclusão ao ambiente online apresenta uma relação de restrição no pertencimento ao grupo dos participativos, esse resultado parece indicar que, para essa modalidade, o ambiente online não propicia oportunidades de participação política porque restringe a oportunidade de construir uma rede propícia ao recrutamento para esta ação.

4.4.3. Participação em Protesto

Os resultados dos seis modelos com a modalidade e participação em Protesto como dependente, estão apresentados na Tabela 6. É possível perceber que, no modelo base, as dimensões das capacidades (escolaridade), motivações (interesse por política), oportunidades (associativismo) e a idade são as dimensões que apresentam feitos únicos sobre a participação em Protesto. Nos modelos seguintes, a idade e a categoria ensino médio da escolaridade perdem significância estatística, enquanto a categoria ensino superior e as representantes das motivações e oportunidades, mantêm seus efeitos únicos. A inclusão ao ambiente online não apresenta efeitos únicos em nenhum dos modelos, entretanto, a interação entre desigualdades digitais e capacidades são significantes nos modelos em que aparecem. O Critério de Informação de Akaike informa que o modelo mais ajustado e, portanto, que descreve a

relação mais próxima da realidade, é o modelo 3, aquele que contém a interação entre escolaridade e inclusão digital.

Tabela 1. Modelos para Participação em Protestos

	Variável dependente: Participação em Protestos					
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Escolaridade 1 (Ensino médio)	0.332**	0.268	0.212	0.269	0.268	0.265
	(0.167)	(0.172)	(0.433)	(0.172)	(0.172)	(0.437)
Escolaridade 2 (Ensino superior)	0.931***	0.831***	2.902***	0.825***	0.821***	2.823***
	(0.266)	(0.274)	(0.806)	(0.273)	(0.275)	(0.803)
Interesse por política	0.872***	0.848***	0.873***	0.852***	0.568	0.595
	(0.165)	(0.166)	(0.167)	(0.166)	(0.431)	(0.448)
Associativismo	0.757***	0.736***	0.713***	1.346**	0.732***	1.245**
	(0.247)	(0.247)	(0.247)	(0.616)	(0.247)	(0.619)
Idade	-0.014***	-0.011*	-0.011*	-0.011*	-0.011*	-0.011*
	(0.005)	(0.006)	(0.006)	(0.006)	(0.006)	(0.006)
Sexo	-0.249	-0.252	-0.280*	-0.255	-0.252	-0.283*
	(0.157)	(0.157)	(0.158)	(0.157)	(0.157)	(0.158)
Acesso à internet		0.319	0.435	1.001	0.238	0.959
		(0.218)	(0.266)	(0.650)	(0.244)	(0.676)
Ensino médio x Internet			0.027			-0.035
			(0.471)			(0.476)
Ensino superior x Internet			-2.287***			-2.228***
			(0.857)			(0.854)
Associativismo x Internet				-0.765		-0.664
				(0.673)		(0.675)
Interesse x Internet					0.330	0.329
					(0.465)	(0.482)
Constante	-2.268***	-2.565***	-2.618***	-3.113***	-2.495***	-3.039***
	(0.325)	(0.385)	(0.406)	(0.651)	(0.396)	(0.670)
Observações	1,455	1,455	1,455	1,455	1,455	1,455
Log Likelihood	-561.129	-560.024	-556.497	-559.291	-559.764	-555.707
Akaike Inf. Crit.	1,136.258	1,136.048	1,132.995	1,136.582	1,137.529	1,135.415

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

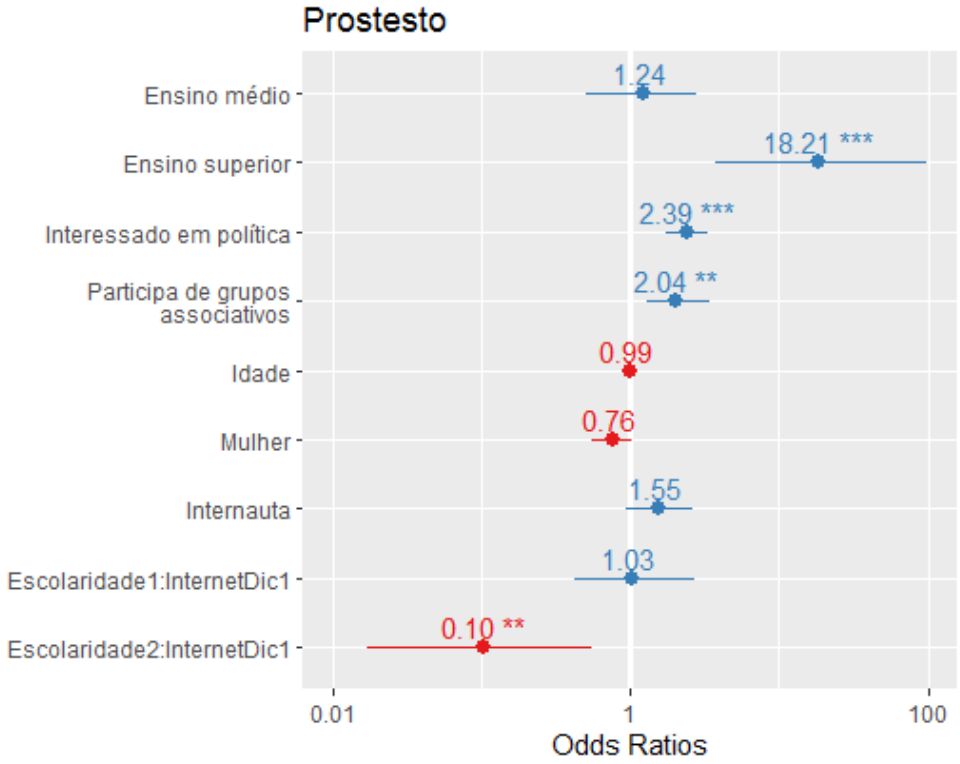
Fonte: Elaboração da autora. Dados: LAPOP-2017.

O gráfico 9 mostra os coeficientes para a modelagem, que inclui a interação entre as dimensões das desigualdades digitais e as das desigualdades sociais através das capacidades, o modelo que mais se aproxima da realidade. Nele é possível notar que as três dimensões do voluntarismo cívico: capacidades, motivações e oportunidades, bem como interação entre possuir escolaridade superior e ser internauta, são as dimensões com efeitos únicos, e, portanto, as que possuem relação de determinação com a participação em protestos.

Os dados indicam que aqueles que possuem ensino superior têm 1.721% mais chances de participar de um protesto que aqueles que não possuem. Isso é um importante indicativo da importância da dimensão dos recursos e capacidades individuais para o entendimento desta modalidade de participação, uma vez que mesmo com a presença da

interação, e apesar desta ser significativa, o efeito dessa categoria sobre a participação em protesto é substancial. Portanto, esse modelo indica que os brasileiros mais escolarizados estão preferindo essa modalidade mais individualizada de participação.

Gráfico 1. Determinantes da participação em protesto



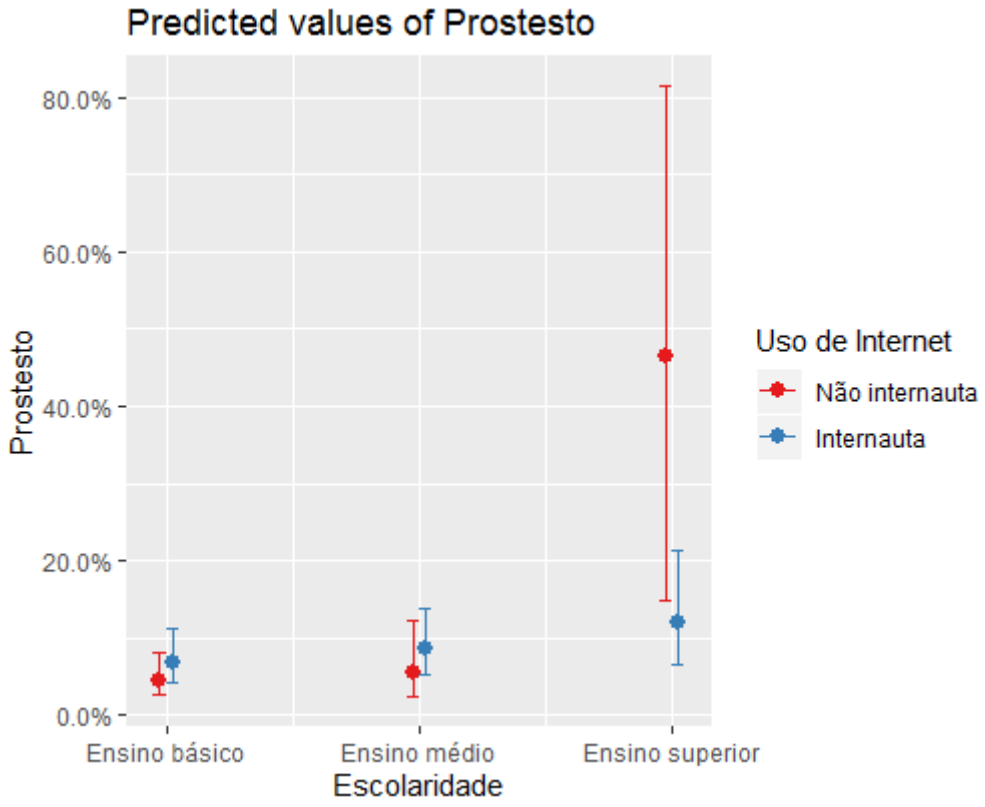
Fonte: Elaboração da autora. Dados: LAPOP-2017.

Já em relação às motivações individuais, o gráfico mostra que, para esse conjunto de dados, aqueles que são interessados em política, possuem 139% mais chances de participar de um protesto do que os que não são. No tocante às oportunidades, o gráfico mostra que aqueles que participam de grupos associativos, possuem 104% mais chances de participarem de um protesto do que aqueles que não estão imersos nessas redes de oportunidades. Outro aspecto interessante, é que se a variável ser internauta possuísse significância estatística, seu efeito único seria positivo, entretanto, apresentaria um efeito pequeno, aumentando em 3% a chances de participação em protestos.

No tocante ao efeito moderador da dimensão das desigualdades digitais, o Gráfico 9 mostra que a interação entre capacidades individuais e inclusão ao ambiente online, possui significância estatística na multiplicação entre possuir ensino superior e ser internauta, e que esse efeito interativo é negativo sobre o comparecimento em protesto. No gráfico 10 é

possível entender como essa moderação acontece, um primeiro aspecto que chama atenção neste gráfico é o tamanho da barra de erro dos não internautas com ensino superior. Como sabemos, essa alta variação se deve ao fato de existirem poucos casos nessa categoria, uma vez que são apenas sete indivíduos que possuem ensino superior, mas não são internautas[50], e assim, possuem uma alta dispersão. Entretanto, esse erro é muito menor nas categorias que possuem mais casos.

Gráfico 1. Interação entre inclusão digital e capacidades na determinação na participação em protesto



Fonte: Elaboração da autora. Dados: LAPOP-2017.

Além disso, no gráfico é possível ver que entre os que possuem ensino básico e ensino médio, a interação com ser internauta não modifica as chances de participação em protestos. Entretanto, na interação entre ser internauta e possuir ensino superior, apesar da grande dispersão dos casos de não internautas, fica evidente que a inclusão ao ambiente online atua negativamente, pela posição das barras, que não estão alinhadas. Ou seja, o gráfico

50 A análise bivariada mostra que dos 1498 indivíduos existem 376 não internautas com ensino básico e 468 internautas nessa faixa de escolaridade. Já entre os com ensino médio existe, 80 pessoas não internautas e 478 internautas. Entre os com ensino superior, 7 não são internautas e 89 são.

mostra que a inclusão ao ambiente online diminui as chances de participação em um protesto entre aqueles que possuiriam capacidades e vantagens iniciais.

No gráfico 10 é possível perceber que uma pessoa que possui ensino superior e não é internauta, tem aproximadamente 50% de chances de comparecer a um protesto, entretanto, quando o indivíduo passa a ser também um internauta, há uma queda de 40% desse efeito, já que um internauta com ensino superior tem 10% chances de comparecer a um protesto. Isso implica que existe um efeito de moderação das desigualdades digitais sobre a relação entre desigualdades sociais e desigualdades políticas, mas no sentido de afastar dessa modalidade de participação aqueles que teriam capacidades individuais para tal. Uma possível explicação para isso é que entre os mais escolarizados pode estar havendo uma troca das modalidades de participação, em que eles passam a ocupar menos as ruas e mais as redes através de mobilizações de protestos online.

Além disso, no gráfico também é possível perceber que as barras azuis estão em pontos muito próximos, isso é um indicativo que a inclusão ao ambiente online traz pouco ou nenhum ganho participativo na modalidade de protesto, pois não existe uma potencialização dos efeitos da escolaridade, já que os internautas que possuem ensino básico, médio ou superior, possuem uma chance semelhante de participação em protestos, embora os com ensino superior sejam os que estão ganhando mais.

Os fatores que diferenciam os grupos que participam de protesto e os que não participam, são as três dimensões do voluntarismo cívico - capacidades, motivações e oportunidades-, as quais possuem efeitos únicos. Além disso, o gráfico também mostrou que ser internauta não tem um efeito único sobre a participação em protestos, entretanto, existe um efeito de moderação das desigualdades digitais, uma vez que a relação entre as desigualdades sociais e políticas é impactada por essa dimensão. A moderação da relação entre desigualdades sociais e políticas pelas desigualdades digitais acontece de maneira negativa: em vez de aumentar os efeitos da escolaridade a inclusão digital, atua afastando da participação em protestos aqueles que teriam condições iniciais de participar.

Como as dimensões das motivações e oportunidades tiveram efeitos únicos sobre essa modalidade de participação, e existe pouca diferença na probabilidade de participação entre os internautas de diferentes níveis de escolarização, é possível desenhar dois caminhos interpretativos acerca das relações entre desigualdades digitais, políticas e sociais. Um primeiro, em que os internautas mais escolarizados, mas que não são interessados em política

e não participam de grupos associativos têm suas chances de aproveitar de um sistema de oportunidades online comprometida, em especial pela falta de um campo off-line de oportunidades, que tenha sua correspondência online, em outras palavras, faltam as redes sociais para esse internauta e elas parecem não se construir no ambiente online.

Um segundo quadro interpretativo seria que os internautas mais escolarizados poderão adotar um comportamento participativo online, engajando-se em modalidades de protesto digital, em detrimento da participação em protestos nas ruas. Assim, esses internautas podem escolher dedicar seu tempo para a participação online, tanto em um sentido de produção de conteúdo e de interação social, quanto em um sentido político de interação com o sistema político, mas estão restritos a este espaço de participação, sem gerar correspondência com a participação off-line em protestos. Contudo, nesse contexto, é provável que essa expressão da voz política online não seja alta o suficiente para ser ouvida pelos representantes políticos, uma vez que podem não estar sendo dirigidas exatamente a eles, e, quando são dirigidas a eles, por exemplo, através de comentários em perfis dos políticos nas plataformas de web, podem se perder na cacofonia de vozes online.

Nessas duas linhas interpretativas, o processo de plataformização da web e datificação parece atuar em um sentido semelhante. Ao passo que os algoritmos dessas plataformas são desenhados para determinar com quais pessoas e com quais conteúdos um internauta irá interagir online, através de uma identidade definida pelo algoritmo, essa identidade desconhecida pelo usuário pode ser a fonte de constrangimento que afasta as oportunidades de interação com indivíduos que são engajados também off-line, e aproxima dos que estão engajados apenas online.

4.5. Considerações finais sobre os resultados da análise de moderação

As análises multivariadas apresentadas até aqui, utilizando de uma abordagem de moderação pela análise de regressão, levantam um aspecto fundamental sobre as relações das desigualdades digitais com as desigualdades políticas: elas são ambíguas e ocorrem em sentidos diferentes, a depender da modalidade de participação em análise. Como defendem as abordagens mais realistas sobre a relação entre internet e participação política, essa análise de dados indica que uma descrição minuciosa da relação entre desigualdades digitais e desigualdades políticas desmistificam uma perspectiva inicial de que a simples inclusão ao ambiente online traria efeitos positivos e indiscriminados à participação política. Esses resultados são congruentes com as posições defendidas por Xenos e Moy (2007) e Bimber *et*

all (2015) apresentados no capítulo sobre desigualdades políticas, os quais argumentam que a relação entre uso de internet e participação política possui efeitos distintos, a depender da maneira como está se tratando o conceito de participação política.

Portanto, os dados indicam, em congruência com os estudos recentes sobre a temática, que a internet não é *per se* um ambiente democrático, e suas relações com a democracia não se expressam apenas no sentido de fortalecimento dessas práticas e valores (CHADWICK, 2019; TUCKER *et all*, 2017; HANSEN e FERREIRA, 2018; BIMBER *et all*, 2015). Além disso, a análise de moderação também mostra que as dimensões de capacidades, motivações e oportunidades são aspectos com maior importância para o entendimento, de o que determina a participação em diferentes modalidades entre os brasileiros, explicitando a resiliência da força explicativa do Modelo do Voluntarismo Cívico.

Os resultados confirmam a perspectiva apresentada inicialmente através do Modelo do Voluntarismo Cívico (SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012 e BRADY, SCHLOZMAN e VERBA, 2018), de que o ambiente online, assim como as instituições da vida adulta, sofre de um processo de auto seleção, ou seja, estar online não garante que os indivíduos sejam mais participativos nas modalidades ligadas ao sistema político e, portanto, não garante que desigualdades de voz política sejam dirimidas nesse processo. Como apresentado anteriormente, a simples inclusão ao ambiente online teve efeitos estatisticamente significativos e determinantes, apenas para a modalidade de participação em partidos, sendo que esse efeito apresenta-se como negativo. Assim, ser internauta é uma condição que diminui o engajamento nesta modalidade, enquanto as dimensões de motivações e oportunidades aumentam as chances.

Uma explicação para esse resultado é relacionada às escolhas individuais de investimento de tempo. Pode ser que o tempo dedicado a usos da internet para fins não políticos – diversão, comunicação, consumo de informações, uso de sites de redes sociais -, esteja consumindo o tempo que os indivíduos teriam disponível para dedicar ao engajamento em partidos ou em protestos, que foi uma modalidade que também teve impactos negativos da inclusão. Além disso, como é possível expressar-se dentro de suas bolhas no ambiente online, é provável que essa participação online, produzindo conteúdo, gere uma sensação ao indivíduo de que ele está participando e expressando sua voz política. Contudo, apesar de existir uma expressão de vozes nessas atividades, o alcance e o volume das mesmas são tão baixos que causa uma falsa sensação de engajamento com o sistema político. O representado

acredita que está passando uma informação e contenta-se com essa atividade. Entretanto, o representante pode não conseguir ouvir o que ele está dizendo, e essas demandas se perdem em uma diversidade de vozes no ambiente online.

Os efeitos da inclusão digital *per se,* apresentam-se como negativos para a participação em audiências públicas, e como positivos para participação em protesto, contudo por não terem significância estatística, não apresenta-se como uma categoria determinante para essas modalidades de participação. Apesar disso, este é um dado importante, pois como definido no primeiro capítulo, através do mapa conceitual, a participação em audiências públicas e em partidos são modalidades de participação dentro do sistema político, e a participação em protesto é uma modalidade que possui esse sistema como alvo. Portanto, o que os resultados indicam é que o efeito positivo que a internet poderia ter individualmente em relação à participação, é associado apenas a modalidade que possui o sistema político como alvo, e não aquelas que efetivam-se dentro dele.

Tais perspectivas ajudam a contextualizar o resultado encontrado em relação à participação em audiências públicas. Para esta modalidade, a inclusão digital apresenta-se como um moderador da relação entre desigualdades sociais e políticas, através da categoria das motivações individuais. Isso implica que o ambiente online funciona como um espaço de oportunidades apenas para aqueles que possuem vantagens iniciais, bem como, evidência a importância da relação de continuidades e correspondências com o ambiente off-line. Portanto, para esta modalidade de participação, embora o ambiente online não afaste os indivíduos do engajamento, ele amplia desigualdades de voz política porque traz vantagens para aqueles que já participariam mesmo que não estivessem online, contribuindo então para que os participativos tornem-se cada vez mais participativos, ajudando a aumentar o volume de suas vozes e indicando, como apontam Schlozman, Verba e Brady (2012), que o ambiente online pode configurar-se como *uma arma para os mais fortes*.

O resultado encontrado em relação à participação em protestos também ganha significado nesta perspectiva, e, como apontado anteriormente, essa é a única modalidade que a inclusão por si só teria um efeito positivo. Contudo, a modelagem mais próxima da realidade é aquela em que, além da inclusão sozinha não possuir significância estatística, a interação com a dimensão das capacidades revelou-se como determinante. Diferente da participação em audiências públicas, o efeito moderador do primeiro nível de desigualdades digitais sobre a relação entre desigualdades sociais e políticas, mostra que ser internauta

apresenta ganhos pequenos em relação às três faixas de escolaridade, os internautas com ensino superior têm chances de participar de protestos quase na mesma intensidade que os internautas com ensino médio ou básico. Entretanto, entre os com ensino superior, a qualidade de internauta diminui as chances de participação em protesto.

Para esta modalidade de participação, a inclusão ao ambiente online afasta do engajamento aqueles que teriam capacidade para tal, e, portanto, a principal vantagem inicial. O que o resultado indica é que a diminuição da desigualdade de voz política ocorre em um sentido pouco abordado pela literatura, pois ser internauta faz com que aqueles que têm capacidades para a participação, não necessariamente dediquem tempo para essa modalidade off-line. Assim, o ambiente online aproxima os que possuem vantagens dos que não possuem, não por tornar os menos escolarizados mais engajados, mas por diminuir a probabilidade de engajamento dos que possuem capacidades. Ou seja, o ambiente online atua na relação entre desigualdades sociais e políticas como um freio no efeito das capacidades.

Analisando o sistema de oportunidades que teoricamente o ambiente online pode produzir, através da abordagem sociotécnica, o que os resultados da análise de moderação indicam é que o processo plataformização da web, categorização dos usuários e seleção dos conteúdos consumidos por eles, realizados através da datificação e dos algoritmos, podem aprofundar o aspecto de auto seleção dos já motivados e interessados pela política, inclusive constrangendo o engajamento daqueles que possuem as capacidades e recursos. Neste sentido, a estrutura técnica do ambiente online propicia constrangimentos a este sistema de oportunidades, os quais acontecem diretamente, ou seja, pelo próprio ambiente plataformizado, via o efeito único e negativo sobre a participação em partidos, e através das desigualdades sociais, por meio do efeito moderador na inclusão digital na relação entre as dimensões de capacidades e motivações e a dimensão da participação política.

Estes resultados confirmam a perspectiva apontada por Chadwick (2019), que os estudos que versam sobre política e internet concentram-se em compreender os benefícios que as estruturas e possibilidades do ambiente online trazem para o engajamento e para democracia, levando assim a amplificar os potenciais democráticos do ambiente online e deixar de lado o entendimento sobre seus aspectos negativos. Essa análise mais minuciosa, em um contexto de amplas desigualdades como o Brasil, indica que o ambiente online, longe de tornar os cidadãos comuns mais engajados, através de suas potenciais oportunidades de desenvolvimento de habilidades cívicas e de recrutamento para ação, acaba ou por amplificar

as desigualdades, trazendo mais oportunidade de engajamento para aqueles que já seriam participativos de qualquer forma, ou por trazer para mais perto dos não participativos aqueles que teriam capacidades e oportunidades para tal.

Portanto, a análise indica que a relação entre as desigualdades digitais e políticas podem estar sendo constrangidas não apenas pelas questões sociais, mas também pelas questões técnicas, uma vez que o benefício participativo da inclusão só ocorre perpassado pela dimensão das motivações, isto é, o interesse por política. Nos outros contextos, a relação de determinação entre as desigualdades sociais, digitais e políticas mostram um efeito negativo da inclusão, indicando que estar incluso ao ambiente online por si só não ajuda a ser mais ativo.

5. AS RELAÇÕES ENTRE O SEGUNDO NÍVEL DA INCLUSÃO DIGITAL E AS DESIGUALDADES POLÍTICAS E SOCIAIS.

No capítulo anterior foi mostrado que a inclusão ao ambiente online *per se* tem uma relação de determinação com efeitos dúbios sobre a atividade de participação política, de modo que essa relação efetiva-se de maneiras distintas, a depender da modalidade de participação em análise. Para dar continuidade ao objetivo geral desta pesquisa, descrever a relação entre desigualdades digitais, políticas e sociais no contexto brasileiro, este capítulo dedica-se à discussão do segundo objetivo específico desta tese: *descrever e explorar como o segundo nível de inclusão digital, ou seja, as habilidades digitais e usos do ambiente online, se relaciona com as desigualdades políticas e sociais.*

Como já abordado nos capítulos anteriores, as teorias que suportam as discussões dessa tese, argumentam que existe uma auto seleção tanto nas instituições da vida adulta, que propiciam o desenvolvimento de habilidades cívicas, quanto nos usos criativos e de produção de conteúdo no ambiente online. O *Modelo do Voluntarismo Cívico* indica que pessoas que possuem mais acesso aos recursos que permitem o desenvolvimento dessas habilidades nas fases iniciais da vida, tendem a ter mais entrada e uma ação mais contundente nos ambientes das instituições da vida adulta – igreja, trabalho, grupos associativos -, as quais possibilitam que as habilidades sejam desenvolvidas e aprimoradas. De acordo com esse enquadramento teórico, por mais que seja possível que indivíduos com um arsenal menor de habilidades desenvolvam-nas nesses locais, aqueles que já possuem essas habilidades continuam em vantagem.

Já o *Modelo dos Campos Correspondentes* postula que ambiente online e off-line possuem continuidades e, deste modo, o ambiente online é formado à partir de campos sociais correspondentes, existentes no mundo off-line. Essa perspectiva sustenta o argumento que assim como existem espaços off-line que desenvolvem habilidades cívicas, esses espaços possuem campos correspondentes no ambiente online e, portanto, propicia a execução de atividades de escrita, comunicação e organização que oportunizam o desenvolvimento e aprimoramento de habilidades cívicas. As instituições da vida adulta têm seus próprios campos correspondentes, porém, o argumento desta tese é que as habilidades cívicas podem ser desenvolvidas no ambiente online em um campo correspondente próprio, que inclui atividades relacionadas às instituições da vida adulta e atividades desvinculadas desses campos, como expresso através das atividades selecionadas para representar essa dimensão, apresentadas no Quadro 2, página 128, capítulo 4.

Como visto anteriormente, a *Teorias dos Recursos e Apropriações* argumenta que existem três níveis de inclusão digital: um primeiro relacionado ao acesso ao meio, um segundo relacionado às habilidades e usos do ambiente online e um terceiro relacionado aos benefícios do uso. No capítulo anterior, trabalhamos o primeiro nível de inclusão relacionado ao terceiro, enquadrando a participação política como um possível benefício da inclusão online, e analisando a relação de dependência entre desigualdades sociais, digitais e políticas. Neste capítulo será trabalhado o segundo nível de inclusão digital e às relações com o terceiro, mantendo o enquadramento da participação política como benefício das habilidades digitais – habilidades com o meio e com o conteúdo – e dos usos criativos e de produção de conteúdo, para tanto, as mensurações de produção de conteúdo online são consideradas uma dimensão que representa tanto as habilidades, quanto os usos do ambiente online, como definido no capítulo 3.

Neste sentido, mantendo o enfoque da discussão acerca de como os grupos sociais diferenciam-se, em termos dessas três desigualdades categóricas, este capítulo dedica-se especificamente à análise acerca das diferenças entre os grupos que estão incluídos no ambiente online, ou seja, trabalha apenas com os que são internautas. Aqui o enfoque é nas atividades online, que são denominadas de participação online pela literatura do *digital divide*, isto é, os usos do ambiente online para produção de conteúdo que são relacionados às habilidades de escrita, comunicação e organização como definido no Quadro 1, página 125, capítulo 4.

A abordagem metodológica deste capítulo difere da anterior, em função das diferenças entre as relações a serem descritas. Enquanto a relação entre inclusão ao ambiente online e desigualdades políticas pode ser descrita a partir de uma chave de dependência, uma vez que é possível determinar teoricamente quais dimensões são consideradas dependentes e quais são consideradas independentes, o mesmo não ocorre no que se refere à relação entre habilidades e usos do ambiente online e as modalidades de participação política. Isso porque não é possível determinar teoricamente qual dimensão antecede a outra, bem como, também não é plausível supor que o engajamento político não tenha relação com a maneira como os indivíduos escolhem dedicar o tempo que passam online e o tipo de atividades que realizam neste ambiente.

Portanto, quando se trata da diferenciação entre os grupos em termos do segundo nível de habilidades digitais, é necessário considerar a endogeneidade existente entre as três

dimensões de desigualdades categóricas em análise e a multicolinearidade teoricamente identificada na relação entre desigualdades sociais e políticas e desigualdades sociais e digitais. Deste modo, uma análise multivariada de interdependência é a mais adequada, uma vez que esta permite explorar e descrever a inter-relação entre as dimensões em análise, sem a necessidade determinar teoricamente quais variáveis são consideradas dependentes e quais são consideradas independentes.

Para cumprir o objetivo de discutir como os grupos diferenciam-se em termos da relação entre as desigualdades digitais, sociais e políticas, considerando a relação de interdependência, utiliza-se da *Análise de Correspondência* (GREENACRE e BLAUSIS, 2006; HAIR *et all*, 2005; KASSAMBARA, 2017), técnica que será apresentada a seguir. Após isto, apresentam-se os dados, os resultados das análises descritivas e de dependência e discute-se os mesmos à luz deste quadro teórico.

5.1. Análise de Correspondência: uma abordagem acerca das relações[51]

A Análise de Correspondência (AC) é uma abordagem exploratória multivariada para dados categóricos, que é utilizada para explorar como as categorias de uma matriz de dados se relacionam e quais são os aspectos distintivos desta relação. Neste sentido, a AC é uma abordagem que objetiva analisar um espaço relacional em um gráfico, sem quantificar essa relação. Embora seja possível uma definição estatística para a AC, ela ainda assim não permitiria um teste de hipóteses. Deste modo, as maiores potencialidades desta técnica são relacionadas à sua capacidade de explorar as relações de interdependência entre categorias. De acordo com Greenacre e Blausis (2006, p. 5), a AC pode ser definida como:

> "(...) um tipo de análise de componentes principais (ACP) para dados categóricos, onde nós consideramos a definição geométrica da ACP em vez da definição estatística. Semelhante a ACP, as linhas ou colunas da matriz de dados são assumidos como pontos em um espaço Euclidiano de alta dimensão, e o método tem como objetivo redefinir a dimensão do espaço para que as principais dimensões capturem a maior variância possível permitindo reduzir as dimensões para a descrição dos dados." [52]

A AC é um tipo de análise multivariada exploratória realizada a partir da distribuição geométrica, ao passo que coloca em um plano duas variáveis e suas categorias, as distribui

51 Esta seção é baseada nas obras: Greenacre e Blausis (2006); Hair et al (2005) Kassambra (2017).

52 Tradução livre de: "We like to think of CA as a type of principal component analysis (PCA) of categorical data, where we consider the geometric definition of PCA rather than its statistical one. Similar to PCA, the rows or columns of a data matrix are assumed to be points in a high-dimensional Euclidean space, and the method aims to redefine the dimensions of the space so that the principal dimensions capture the most variance possible, allowing for lower-dimensional descriptions of the data."

nesse plano e a partir do cálculo das distâncias entre elas, as reduz em dimensões. A distribuição das dimensões é feita a partir dos valores que cada categoria possui nos eixos X e Y do plano. Esses eixos são formados pelas linhas e colunas da matriz base. Assim, a reta do gráfico que representa o eixo Y, representa também as linhas da tabela; já a reta do gráfico que representa o eixo X, representa também as colunas da tabela. O ponto do meio do gráfico é o valor zero tanto para X quanto para Y, e, sendo esta uma análise geométrica, as distâncias entre os pontos são aspectos importantes. As categorias mais importantes e que possuem maior correspondência são as que possuem maior contribuição para a formação das dimensões, e são aquelas que estão mais distantes do ponto do meio ou ponto de origem.

Diante disto, a abordagem da AC, ao reduzir o conjunto de dados às dimensões, permite discutir as relações entre as categorias a partir de três chaves: a relação de atração e repulsão entre as categorias, que nos permite explorar as relações de similaridade e dissimilaridade; a qualidade da representação das linhas e colunas nas dimensões, que nos permite explorar a distinção entre as categorias; e a contribuição de cada categoria para a formação das dimensões, que nos permite explorar como as relações entre as categorias se expressam.

A partir do espaço relacional gerado pela AC é possível discutir também acerca da relação de atração e repulsão[53] entre as categorias. Aqui é importante ressaltar que a relação de atração e repulsão é entre as categorias, ou seja, categorias que se atraem por possuírem correspondência e estarem próximas, automaticamente tem uma relação de repulsão com as categorias que estão distantes, elas inclusive estão plotadas no gráfico em função dessa relação. Como gráficos são planos bidimensionais em que existem lados positivos e negativos, a relação de atração e repulsão é feita analisando a distribuição entre os quadrantes e seus opositores.

Neste sentido, as categorias que estiverem no mesmo quadrante exercem uma relação de atração e similaridade entre si e uma relação de repulsão e dissimilaridade com as categorias dos quadrantes opostos. Em um gráfico, os quadrantes opostos são definidos em termos do máximo positivo e o máximo negativo, assim, para o quadrante em que X tem o máximo positivo e Y o máximo negativo, o quadrante oposto é o que X tem o máximo negativo e Y o máximo positivo. O quadrante em que X e Y têm o máximo positivo é oposto ao quadrante em que X e Y têm o máximo negativo.

53 Apesar dos termos atração e repulsão virem emprestados da física eles não possuem o mesmo significado que na física. Aqui a atração não necessariamente significa a obrigatoriedade, mas uma tendência.

No tocante à formação das dimensões, o número possível delas está relacionado com o número de colunas da tabela e com o grau de liberdade. O cálculo feito para determinar o número de dimensões é o número de colunas menos um. A análise de correspondência, além de reduzir um conjunto de categorias a dimensões, a partir das suas relações, também permite analisar o quanto cada categoria contribui na formação das referidas dimensões.

Embora fosse de se esperar que cada categoria possua uma contribuição média igual, não é exatamente isto que acontece, sendo assim necessário descobrir qual a real contribuição de cada categoria para a formação das dimensões. Neste sentido, o valor médio de contribuição serve de referência para delimitar qual a contribuição mínima necessária, e descortinar qual categoria contribui acima ou abaixo da média para a construção das dimensões. Neste sentido, graficamente as dimensões podem ser visualizadas pela proximidade dos pontos, assim, os pontos mais próximos são aqueles mais parecidos e, portanto, com maior similaridade. Já os pontos mais distantes uns dos outros são os menos parecidos e, portanto, com maior dissimilaridade (KASSAMBARA, 2017).

Ainda é possível analisar a qualidade da representação das linhas e colunas na formação das dimensões. A qualidade da representação nos traz informações sobre as correlações ao quadrado, que variam de 0 a 1. Assim, as variáveis que possuírem os valores mais próximos de 1 serão as que têm maior qualidade de representação da relação expressa pelo gráfico perceptual.

Estes são os princípios básicos de análise e interpretação do espaço relacional gerado pela AC, que pode assumir duas configurações, simples ou múltipla, sendo que o que difere as duas abordagens é a natureza das categorias. Na AC Simples, a relação é entre as categorias, as quais estão em uma tabela de contingência base, em que as colunas e linhas representam categorias diferentes. Portanto, a AC Simples pode ser uma análise tanto em que a tabela é formada pelas categorias de uma única variável ou a tabela de contingência base pode ser formada a partir do cruzamento de diferentes variáveis, de modo a focar em apenas uma dessas categorias, por exemplo selecionando aqueles que responderam apenas sim para duas variáveis em cruzamento. Neste sentido, a AC simples nos permite visualizar como a relação entre as categorias das linhas e colunas posicionam-nas no espaço relacional do gráfico (GREENACRE E BLASIUS, 2006).

Já a AC Múltipla é uma abordagem que examina a relação entre as categorias das variáveis e os indivíduos que compões a base de dados. Assim, na AC Múltipla as colunas da

base de dados representam as variáveis, as quais obrigatoriamente precisam que suas codificações de respostas sejam categóricas. Já as linhas da base de dados são formadas pelos indivíduos e suas respostas para as variáveis. Assim, a AC Múltipla nos permite visualizar como os indivíduos se distribuem no espaço relacional do gráfico em função das categorias das variáveis (GREENACRE E BLASIUS, 2006).

Para realizar a AC optou-se por usar do software estático R, através dos pacotes *FactoMineR* para as análises e *factoextra* para visualização gráfica. Como dito anteriormente, a análise de correspondência é um método útil para explorar a relação entre categorias e reduzir um conjunto grande de observações a uma quantidade menor de dimensões. O algoritmo do pacote calcula através de vetores espaciais as posições em um plano bidimensional, e a partir disso determina as dimensões e o quanto cada dimensão retém de informação, e a sua contribuição na explicação da variância dos dados da tabela matriz.

5.2. Apresentação dos dados[54]

O banco do Network Culture Survey (2016) é útil para trabalhar o objetivo de explorar as relações de interdependência entre desigualdade digitais, políticas e sociais no contexto brasileiro, pois ele possui uma série de questões que buscam mensurar as mais diferentes experiências que um indivíduo pode ter no ambiente online, permitindo abordar as dimensão das desigualdades digitais pelo enquadramento das atividades de produção de conteúdo online, como atividades online que são correspondentes às atividades de habilidades cívicas desenvolvidas nas instituições da vida adulta. Entretanto, como a coleta de dados foi realizada online, é primordial que sejam analisados os vieses presentes no banco, pois isto permite a compreensão das especificidades do grupo em análise. Este exercício está retratado no Anexo I, onde a análise gráfica mostra que existe um viés de escolaridade nestes dados. Os respondentes da pesquisa Network Culture Surveys possuem níveis de escolarização mais altos, e, embora a distribuição da escolaridade entre as idades seja semelhante à da população brasileira, esse viés leva a distorções no resultado apresentado em relação ao interesse por política e participação política entre os respondentes, pois eles são mais capacitados, mais motivados e mais ativos na política. Por outro lado, a análise presente no Anexo I mostra que o engajamento online dos indivíduos desta amostra apresenta em algumas modalidades, aproximações ao padrão encontrado na população brasileira em geral, e em outras há diferenciações nos padrões encontrados nas duas amostras. Nos dados coletados pela amostra

54 No Anexo I, página 151, encontra-se a descrição dos vieses da pesquisa Network Cultures Survey (2016) em comparação com as distribuições da amostra da TIC-Domicílio 2016.

da Network Cultures Survey, os internautas tendem a ser mais engajados no ambiente online que na amostra nacional.

Considerando estas particularidades da amostra, é possível trabalhar as desigualdades políticas e sociais como definido no capítulo 3, e já mobilizado na análise do capítulo 4. Assim, a dimensão das desigualdades sociais é trabalhada em diálogo com o Modelo do Voluntarismo Cívico, e operacionalizada nas dimensões recursos, motivações e oportunidades. A dimensão dos recursos é operacionalizada por uma mensuração da escolaridade, pois, para essa amostra reduzida, existe uma associação estatisticamente significativa entre renda e escolaridade, aqueles que possuem maior escolaridade possuem maior renda e vice-versa. A variável de escolaridade foi originalmente mensurada através da seguinte questão: "Qual o nível mais alto de escolaridade que você completou? Primário (ou inferior), fundamental, médio, técnico, graduação, mestrado, doutorado". Para os fins da análise, através de um desenho de interdependência, optou-se por criar um indicador em três níveis: fundamental, médio e superior. Assim, juntamos ensino primário e fundamental como fundamental, médio e técnico como ensino médio e graduação, mestrado e doutorado como superior. Dessa forma, trabalhamos com a codificação 0 para ensino fundamental, 1 para ensino médio e 2 para ensino superior.

Já a dimensão das motivações é pensada buscando construir um indicador de interesse por política. No banco NCS não existe uma pergunta que mensure o quanto a pessoa se interessa por política, entretanto, em uma bateria de perguntas sobre os locais preferidos pelos entrevistados para buscar informações sobre um conjunto de tópicos, como eventos culturais, notícias, empregos, inclui duas questões sobre informações em relação ao sistema político. Assim, partiu-se das perguntas: "Onde você prefere buscar informações sobre campanhas políticas e eleições locais?" e "Onde você prefere buscar informações sobre outras atividades de governo, como reuniões de conselhos ou audiências públicas?" que possuíam como respostas possíveis: jornal impresso, jornal online, sites de redes sociais e eu não procuro esse tipo de informação. Primeiramente, para cada variável, consideramos que aqueles que responderam que buscam essas informações em jornais impressos, jornais online e sites de redes sociais como pessoas que buscam informação e mantivemos como não buscam informações, aqueles que disseram não procurar esse tipo de informação. Depois de recodificadas em buscar ou não informações sobre política, foi feita uma soma simples das duas variáveis. Aqueles que responderam não buscar informações políticas nas duas questões, compõe o grupo dos 'não interessados'; aqueles que responderam buscar informações apenas

sobre eleições, mas disseram não buscar informações sobre atividades do governo, foram considerados ‘um pouco interessados’ pois, consideramos que uma pessoa que busca informações apenas nas eleições é menos interessada, porque eleições acontecem no Brasil apenas de dois em dois anos. Já para os que responderam que buscam informações sobre as atividades do governo, mas não buscam informações sobre eleições, foram considerados ‘algo interessados’ pois, apesar de buscar informações sobre as atividades do governo representar um interesse mais distribuído ao longo do tempo, não podemos considerar interessados aqueles que não se informam sobre eleições. Por fim, aqueles que responderam, buscam tanto informações sobre as atividades do governo como sobre as eleições, foram considerados interessados. Assim, nosso indicador de interesse por política possui quatro categorias: 0 para não interessado; 1 para um pouco interessado; 2 para algo interessado; 3 para interessado. Para fins da análise, o interesse por política foi binarizado e, para isso, consideramos como não interessados aqueles que haviam sido codificados com não interessados e pouco interessados, já os interessados em política são os algo interessado e interessado. Esta escolha é em função do grande número de pessoas que disseram procurar por essas informações, e assim, num contexto de pessoas muito interessadas em política, optou-se por considerar não interessado aqueles que só procuram informações sobre eleições.

A dimensão das oportunidades ou redes de recrutamento é operacionalizada através de uma questão presente em uma bateria sobre associativismo. Aqui, é importante lembrar que este questionário foi aplicado em outros seis países da Europa, além do Brasil, isso é importante, pois o associativismo possui contornos diferentes no contexto Europeu. Se tomarmos as mensurações de associativismo na América Latina, feitas pelo LAPOP como base, percebemos essa diferença, no LAPOP se mensura separadamente o ativismo religioso e diferentes tipos de associativismo comunitário – associação de bairro, de pais e mestres -, além de associativismo ligado a esportes e o associativismo político, ligado a participação de partidos. Já o NCS mensura associativismo como a participação em sindicatos, partidos políticos, organizações não governamentais e, por fim, questiona sobre a participação em outras associações ou clubes. Assim, optamos por utilizar a pergunta que mensura a participação em outras associações ou clubes, pois, dentro do contexto da pergunta, fica implícito que estas outras associações ou clubes incluem também o associativismo comunitário, como o religioso. Como a pergunta questiona sobre a participação ou não nessas associações, para fins de análise codificamos 0 como não associativo e 1 como associativo.

Para trabalhar a dimensão das desigualdades digitais em seu segundo nível, o referente às habilidades e usos, trabalha-se com um conjunto de variáveis que expressam diferentes experiências de produção de conteúdo que um cidadão pode ter no ambiente online e, através delas desenvolver habilidades de escrita, comunicação e organização. Portanto, as variáveis foram selecionadas para discutir a dimensão do tipo de uso, levando em consideração uma diferenciação entre usos que representam campos correspondentes a ideia de habilidades cívicas.

As habilidades de escrita, comunicação e organização no ambiente online são mensuradas pelas variáveis: a) escrever um post em um blog sobre uma notícia que leu e editar conteúdo da Wikipédia, que fazem parte da mesma bateria de questões que possui o seguinte enunciado: "Por favor, indique se você usa a internet para os propósitos abaixo" e, a partir de então, o entrevistado era questionado sobre uma série de atividades, entre elas essas duas. Para os fins de nossa análise mantivemos o padrão de codificação como 0 para não faz e 1 para faz; b) contribuir em uma discussão online sobre sua comunidade local e contribuir com um artigo, texto, foto ou vídeo próprio sobre sua comunidade para algum site de notícias, fazem parte da mesma bateria de questões que possui o seguinte enunciado: "Levando em consideração todos os canais através dos quais você pode acessar e compartilhar informações locais e notícias online, por favor, indique que você já fez algum dos abaixo", assim como nas baterias anteriores, o entrevistado era questionado sobre uma série de atividades, entre elas a contribuição em discussões e a contribuição na produção de conteúdo. Para os fins de nossa análise, mantivemos o padrão de codificação como 0 para não faz e 1 para faz; c) criar um grupo de suporte no Facebook para um causa social, cívica ou ambiental: "Durante o último ano, com que frequência você utilizou sites de redes sociais (ex. Facebook, etc.) para os seguintes propósitos?", assim como nas baterias anteriores, o entrevistado era questionado sobre uma série de atividades, entretanto, esta questão mensurava frequência, então, as respostas possíveis eram: várias vezes ao dia, diariamente, semanalmente, mensalmente, raramente e nunca. Como para a análise é necessária uma mensuração binária de fazer ou não essas atividades, optou-se por juntar aqueles que responderam várias vezes ao dia, diariamente, semanalmente, mensalmente e categorizar como fazem tal atividade, codificado com 1 e aqueles que responderam raramente e nunca, foram categorizados como não fazem tais atividades e codificados como 0.

A dimensão das desigualdades políticas foi operacionalizada em três tipos de participação. A participação em partidos foi mensurada através de uma questão presente em

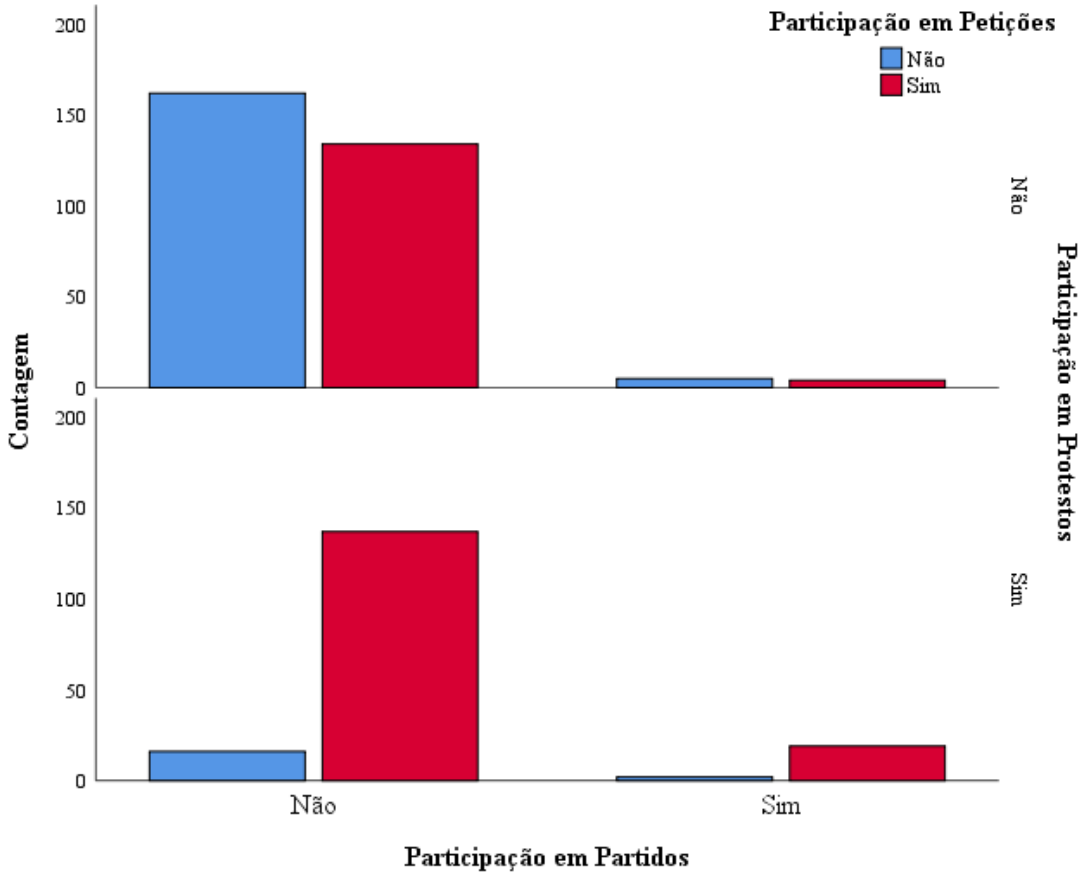
bloco sobre associativismo (o mesmo bloco do qual retiramos a questão que mensura a dimensão das oportunidades), que questionava "Você é membro de alguma das associações abaixo?", entre as opções de associações se encontrava partidos políticos e as possibilidades de resposta eram sim e não. Para os fins de análise, a codificação ficou 0 como não participa de partidos e 1 como participa de partidos. A participação em protesto e a assinatura de petições foram mensuradas em uma bateria que questionava "Qual sua taxa participação" em cinco tipos de atividades: movimentos sociais, protestos, assinar petições, ações promovidas por ONG's e greves. Para cada tipo de participação as respostas possíveis eram: muito alta, alta, média, baixa e nenhuma. Para a análise, optou-se por transformar taxa de participação em uma variável dicotômica, que mensura se participa ou não, assim, a recodificação considera que aqueles que responderam ter uma taxa muito alta, alta ou média de participação como aqueles que participam, e aqueles que responderam baixa ou nenhuma como não participam. Diante disto, a mensuração sobre a participação em protestos e assinatura de petições ficou, 0 como não participa (ou seja, aqueles que disseram ter uma frequência baixa ou nenhuma nesses tipos de comportamento) e 1 como participa (ou seja, aqueles que disseram ter uma frequência média, alta ou muito alta nesses tipos de comportamento).

5.3. Análise descritiva: as relações entre modalidades de participação política, seus condicionantes e os usos do ambiente online para produção de conteúdo

Neste capítulo segue-se o mesmo caminho de descrição de dados do anterior, primeiro apresenta-se a análise gráfica para compreensão do padrão de participação política dessa amostra de indivíduos, e em seguida as análises bivariadas das relações entre desigualdades sociais e políticas e desigualdades digitais e políticas. O gráfico 11 abaixo mostra um grupo expressivo de indivíduos que não participam de nenhuma das modalidades, a barra azul do primeiro quadrante, as outras barras azuis mostram que poucas pessoas combinam participação em partidos e protestos, outras poucas a participação única em partidos ou protestos. Já as barras vermelhas indicam que, nessa amostra, um grupo grande só assina petições ou que combina assinar petições e comparecer a protesto. Grupos menos expressivos são os que combinam assinar petições e participar em partidos ou participam nas três modalidades. Apesar da análise indicar que na amostra uma boa parte dos respondentes não são participativos, ela ainda assim apresenta um viés em relação à participação política, já que existe um grupo maior que participa apenas assinando petições ou combinando essa com participação em protesto. Por outro ângulo, esta amostra apresenta um padrão semelhante ao encontrado com os dados representativos. Entre os que estão engajados com sistema político,

existem diferentes combinações de modalidades, com um pequeno grupo que mobiliza todos os tipos de participação, indicando para o mesmo enquadramento das desigualdades participativas em termos dos que não participam e internamente entre os que são ativos.

Gráfico 1. As relações entre participação em Petições, Partidos e Protestos



FONTE: Elaboração da autora. Dados: Network Cultures Survey, 2016.

A seguir apresenta-se algumas considerações sobre a abordagem descritiva, em que se busca descrever as relações de interdependência entre as variáveis e discutir, considerando o viés do banco, como isso se relaciona com o processo de adquirir vantagens políticas. Na Tabela 7 encontram-se análises de associação bivariadas entre as modalidades de participação e as dimensões do voluntarismo cívico. Seguindo o padrão identificado com a amostra representativa da população brasileira, nesta amostra as relações entre as dimensões do voluntarismo cívico e o comportamento politicamente ativo variam conforme a modalidade de ação, contudo, o interesse por política mostra-se uma categoria associada a todas as modalidades de participação.

A assinatura de petições apresentou relações estaticamente significativas com interesse por política, os que participam nessa modalidade tendem a ser interessados, contudo, entre os que não participam dessa modalidade, a maioria também é interessado em política, isso pode ser em decorrência do banco possuir um alto número de indivíduos interessados em

política, e que não são participativos nesta modalidade, mas podem ser nas outras. Além disso, a participação via assinatura de petições é uma modalidade de engajamento em que os resultados dela são pouco palpáveis, uma vez que após assinar a petição nem sempre fica-se sabendo se a mobilização teve alguma influência. Entre os que assinam petições, também são maioria os que possuem ensino superior, mas, por outro lado, a relação entre associativismo e participação via petições se mostrou inversa, a maioria dos que participam nessa modalidade não estão engajados em modalidades comunitárias.

Na participação em partidos, os resultados mostram que quase a totalidade dos que participam em partidos são interessados em política, e que existe uma relação positiva com ser homem e participar de grupos associativos. Assim como para a amostra representativa da população brasileira, a participação em partidos não apresentou associação com escolaridade. A participação em protestos também apresenta associação positiva com ser homem e possuir escolaridade superior, já em relação ao associativismo entre os que protestam, eles se dividem quase igualmente em possuir essas redes de recrutamento e não possuir, contudo, entre os que não participam de protesto, a maioria também não participa de grupos associativos.

Portanto, a partir destes dados é possível ver que para esta amostra, assim como para a amostra representativa da população brasileira, o interesse por política é a única dimensão que aparece como significativa em todas as modalidades e o associativismo é mais associado as modalidades mais coletivas que as mais individualizadas. A relação do associativismo com protesto indica que nos protestos da atualidade, uma parte das pessoas mais escolarizadas e interessadas em política que se engajaram não estavam vinculadas a outros movimentos sociais, o que ajuda a compreender algumas características dos protestos em 2014 e 2015: eles foram realizados por pessoas de alta escolaridade, com alto interesse por política, mas não necessariamente participando de redes de oportunidades e recrutamento.

Tabela 1. As relações entre as desigualdades sociais e participação em petições, partidos políticos e protestos.

Modalidades de participação		**Petição**		Nível de Significância	**Partidos**		Nível de Significância	**Protesto**		Nível de Significância
Voluntarismo Cívico		Não (%)	Sim (%)	Chi-quadrado	Não (%)	Sim (%)	Chi-quadrado	Não (%)	Sim (%)	Chi-quadrado
Sexo (n = 490)	Homem	48,7	50,0	0,774	47,8	66,7	0,045	46,3	55,2	0,055
	Mulher	51,3	50,0		52,2	33,3		53,7	44,8	
Interesse por política (n = 464)	Não interessado	37,9	17,9	0,000	27,4	3,4	0,019	32,5	14,3	0,000
	Interessado	62,1	82,1		72,6	96,6		67,5	85,7	
Associativismo (n = 478)	Não	84,4	65,4	0,000	75,3	44,8	0,000	79,9	49,2	0,000
	Sim	15,6	34,6		24,7	55,2		20,1	50,8	
Escolaridade (n= 479)	Fundamental	2,2	4,7	0,025	3,5	10,3	0,186	2,3	6,2	0,024
	Médio	56,0	44,1		49,7	44,8		52,5	42,9	
	Superior	41,8	51,2		46,8	44,8		45,8	50,8	
Idade (n= 490)	Média	36,92	36,78	T-test 0,722	36,65	38,50	T-test - 0,796	37,15	36,52	T-test 0,547

FONTE:Elaboração da autora. Dados: Network Cultures Survey, 2016.

Tabela 1. As relações entre o segundo nível de inclusão digital e participação em petições, partidos políticos e protestos.

Modalidades de participação		**Petição**		Nível de Significância	**Partidos**		Nível de Significância	**Protesto**		Nível de Significância
Produção de conteúdo online		Não (%)	Sim (%)	Chi-quadrado	Não (%)	Sim (%)	Chi-quadrado	Não (%)	Sim (%)	Chi-quadrado
Contribuir em uma discussão online sobre sua comunidade local (n = 463)	Não	67,6	31,7	0,000	47,6	20,0	0,003	56,0	27,3	0,000
	Sim	32,4	68,3		52,4	80,0		44,0	72,7	
Escrever postagem em um blog sobre uma notícia (n = 487)	Não	67,9	45,0	0,000	55,9	30,0	0,006	64,1	35,9	0,000
	Sim	32,1	55,0		44,1	70,0		35,9	64,1	
Contribuir com um artigo, texto, foto ou vídeo próprio sobre sua comunidade para algum site de notícias (n = 470)	Não	65,3	43,9	0,000	53,5	27,6	0,007	64,3	31,1	0,000
	Sim	34,7	56,1		46,5	72,4		35,7	68,9	
Editar conteúdos na wikipédia ou outras enciclopédias online (n = 490)	Não	77,5	60,0	0,000	69,1	36,7	0,000	76,1	51,4	0,000
	Sim	22,5	40,0		30,9	63,3		23,9	48,6	
Criar um grupo no Facebook para suporte de causas (n = 460)	Não	80,2	50,3	0,000	64,7	25,0	0,000	74,2	39,6	0,000
	Sim	19,8	49,7		35,3	75,0		25,8	60,4	

FONTE: Elaboração da autora. Fonte: Network Cultures Survey, 2016.

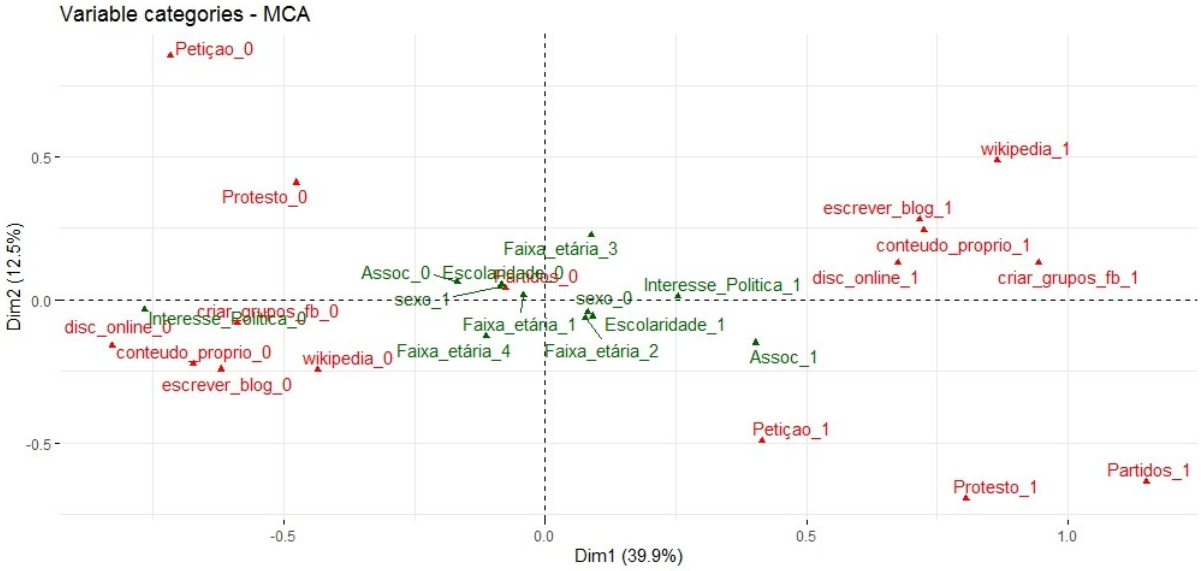
A relação entre participação e os usos do ambiente online para produção de conteúdo online se mostrou significativa com todas as variáveis, como expresso na tabela 8. As pessoas que participam de partidos, protestos e assinam petições também se engajam no ambiente online através de discussões, escrevendo para blogs, postando conteúdo próprio de texto, imagem e som e criando e participando de grupos de suportes para causas. A única modalidade de produção de conteúdo online que difere desse padrão é a edição de conteúdos na Wikipédia, essa modalidade de uso apresentou associação positiva apenas com participação em partidos, os que participam de protestos e via petições tendem a executar menos essas atividades.

5.4. As relações entre o segundo nível de desigualdades digitais e as desigualdades políticas e sociais

O caminho escolhido para explorar as relações de interdependência entre as desigualdades digitais, políticas e sociais é da Análise de Correspondência, a qual permite através de uma análise gráfico-espacial discutir como grupos distinguem-se em função de categorias.

Como apresentado anteriormente, a Análise de Correspondência pode ser interpretada em relação à posição das categorias das variáveis nos eixos X e Y que representam as duas principais dimensões, nas quais essas categorias podem ser reduzidas. No gráfico 12 é possível ver que a dimensão 1 concentra 39,9% da variação dos casos e a dimensão 2 concentra 12,5% das variações. Neste sentido, o gráfico descreve como grupos distinguem-se em função das categorias das variáveis em dois padrões, o representado por X e o representado por Y.

Gráfico 1. Análise de Correspondência Múltipla: gráfico perceptual das dimensões



FONTE: Elaboração da autora. Dados: Network Cultures Survey, 2016.

Analisando a dimensão 1, considerando a posição das variáveis no eixo X e tendo o ponto do meio como referência, isto é, onde X e Y possuem valor zero, é possível perceber que das variáveis que representam a dimensão das desigualdades sociais, escolaridade, faixa etária e sexo contribuem pouco para distinção dos grupos, pois estão muito próximas do ponto do meio, já as categorias associativismo e interesse por política e as variáveis que representam as dimensões das desigualdades digitais e políticas, que estão mais distantes do ponto do meio do gráfico, contribuem mais para a diferenciação dos grupos. Além disso, considerando o lado positivo e o lado negativo do eixo X, é possível descrever dois grupos: um participativo, representado pelo lado positivo do eixo X, e um não participativo, representado pelo lado negativo do eixo.

O grupo participativo caracteriza-se por indivíduos com amplas vantagens: são ativos em todas as modalidades de participação política e são produtores de conteúdo online em todas as categorias analisadas, possuem ensino superior, são interessados em política, envolvidos em grupos associativos, são homens e na faixa etária dos 25 aos 44 anos. Já o grupo não participativo distingue-se por amplas desvantagens, não são engajados nem nas modalidades de participação política e nem na produção de conteúdo no ambiente online, não possuem ensino superior, não são interessados em política, não participam de grupos associativos, são mulheres e têm entre 18 e 24 anos, ou acima de 45.

A distinção dos grupos, nesta primeira dimensão, indica que existe uma relação de fortalecimento entre as desigualdades digitais, sociais e políticas, apontando que apesar das oportunidades de desenvolvimento de habilidades cívicas no ambiente online, aqueles que já possuem vantagens e já aproveitam suas oportunidades de participação política são mais relacionados à execução dessas atividades, apontando para a tendência de auto seleção nos ambientes propícios ao desenvolvimento de habilidades.

Quando considerado o eixo Y, vemos que as varáveis sociodemográficas também estão todas muito próximas do ponto do meio do gráfico, de modo que, neste caso, todas elas contribuem pouco para a distinção dos grupos. Analisando os lados positivo e negativo do eixo Y, vemos que a segunda dimensão também descreve dois grupos opositores: os participativos no ambiente online no lado positivo do eixo e os participativos na política no lado negativo do eixo. Nessa dimensão, o grupo participativo no ambiente online caracteriza-se por realizar todas as atividades de produção de conteúdo online, mas não participar em

nenhuma das modalidades de engajamento com o sistema político, também estão do lado positivo do eixo Y as categorias sem ensino superior, não participar de grupos associativos, ser interessado em política, ser mulher e estar nas faixas etárias 18-24 anos e 35-44 anos. Já o grupo participativo na política caracteriza-se por ser ativo nas três modalidades de participação política, mas não se engajar na produção de conteúdo online, os integrantes desse grupo possuem ensino superior, não são interessados em política, mas participam de grupos associativos, são homens e nas faixas etárias de 25-34 anos e acima de 45 anos. Nos termos das desigualdades categóricas, esses resultados podem ser sumarizados como no Quadro 4 abaixo:

Quadro 1. Os quatro perfis de relação entre desigualdades digitais, políticas e sociais.

Grupo	Características
Indivíduos com amplas vantagens (Eixo X positivo)	Participativos na política Desenvolvem habilidades cívicas através de habilidades digitais e produção de conteúdo online Capacitados (escolaridade superior) Motivados (interessados na política) Imersos em redes de oportunidades (grupos associativos) Homens Adultos (25 a 44 anos)
Indivíduos com vantagens políticas (Eixo Y negativo)	Participativos na política Não desenvolvem habilidades cívicas através de habilidades digitais e produção de conteúdo online Mais capacitados (escolaridade superior) Desmotivados (desinteressados na política) Imersos em redes de oportunidades (grupos associativos) Homens Adultos e mais velhos (25 a 34 anos e acima de 45 anos)
Indivíduos com vantagens digitais (Eixo Y positivo)	Não participativos na política Desenvolvem habilidades cívicas através de habilidades digitais e produção de conteúdo online Menos capacitados (sem escolaridade superior) Motivados (interessados na política) Não imersos em redes de oportunidades (não participam grupos associativos) Mulheres Jovens e adultos (18- 24 e 35-44anos)
Indivíduos com amplas desvantagens (Eixo X negativo)	Não participativos na política Não desenvolvem habilidades cívicas através de habilidades digitais e produção de conteúdo online Menos capacidades (sem escolaridade superior) Desmotivados (não interessados na política) Não imersos em redes de oportunidades (não participam grupos associativos) Mulheres Jovens e mais velhos (18- 24 e acima de 45 anos)

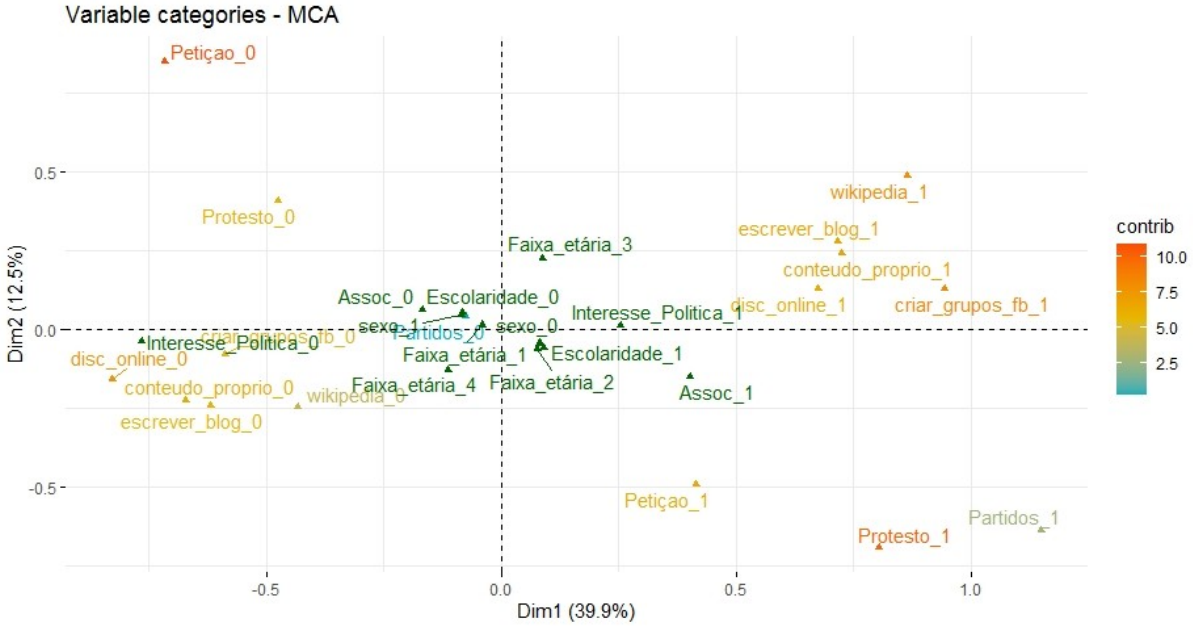
FONTE: Elaboração da autora.

A análise da distribuição das variáveis nos eixos mostrou quatro grupos diferentes, que distinguem-se em função das desigualdades políticas e digitais, uma vez que as dimensões que representam as desigualdades sociais estão muito próximas ao ponto do meio do gráfico. Analisando a relação de atração e repulsão entre as categorias, através da distribuição nos quadrantes das desigualdades políticas e digitais (variáveis em vermelho), é possível visualizar as relações de similaridade e dissimilaridade, esse olhar para o gráfico indica que essas relações expressam-se em função de ser engajado na produção de conteúdo online (quadrante dois e três) ou ser participativo na política (quadrante um e quatro).

Essa percepção da importância das desigualdades digitais e políticas para a distinção dos grupos, ou seja, como as categorias que mais contribuem para que os grupos diferenciem-se, também expressa-se na análise da qualidade da representação. Tal qual dito anteriormente, a qualidade da representação é calculada pelo cosseno ao quadrado, e quanto mais alto o valor, maior a qualidade da representação e a contribuição para a distinção dos grupos.

No gráfico 13 abaixo, a partir da métrica de contribuição identificada pela paleta de cores azul a vermelho, é possível perceber a categoria participação em partidos e as categorias das desigualdades sociais, as quais estão na coloração azul à verde e, portanto, com menor qualidade de representação e menor capacidade de distinção entre os grupos. Já as categorias das desigualdades digitais e políticas, as quais estão na coloração amarelo à vermelho, são as que possuem os maiores valores e, deste modo, maior qualidade de representação e maior poder de distinção. Isto indica que estes quatro perfis identificados distinguem-se mais em função de desigualdades políticas e digitais e menos em função das desigualdades sociais.

Gráfico 1. Gráfico perceptual da qualidade da representação das categorias



Fonte: Elaboração da autora. Dados: Network Culture Surveys, 2016.

A partir da análise exploratória e da distinção em quatro grupos é possível perceber que em um contexto de pessoas mais escolarizados e, consequentemente, mais participativos na política, quando o indivíduo combina capacidades, motivação e oportunidades, ele aproveita as oportunidades de desenvolvimento de habilidades cívicas online, e também é ativo na política. Quando este indivíduo é motivado, mas tem menos capacidades e não tem redes de oportunidades, ele pode desenvolver habilidades cívicas online, há um engajamento na produção de conteúdo, mas esse não reverte-se em participação. Este grupo indica que apesar da maior variação estar na tendência de fortalecimento das desigualdades, existem grupos com desvantagens sociais e políticas que estão aproveitando os espaços de desenvolvimento de habilidades cívicas no ambiente online. Quando não se tem interesse, mas se tem capacidade e oportunidades, os indivíduos se engajam na política, mas não se envolvem na produção de conteúdo online. Além disso, esses quatro grupos indicam uma relação mais direta da dimensão das oportunidades com a participação política, e da dimensão das motivações com a produção de conteúdo online.

5.5. Considerações finais acerca da Análise de Correspondência

A análise multivariada de interdependência apresentada neste capítulo aponta que na amostra analisada os grupos sociais distinguem-se mais em função das desigualdades categóricas digitais e políticas do que das desigualdades sociais em si. Como sabemos teoricamente que as desigualdades sociais estão na raiz dessas outras desigualdades, é

compreensível que o peso das desigualdades digitais e políticas na distinção dos grupos sejam mais intensos que o das desigualdades sociais.

Neste sentido, a exploração e descrição da amostra de brasileiros internautas em quatro grupos é congruente com a argumentação de Chadwick (2019) acerca da fixação no engajamento, indicando que quando busca-se olhar para como os grupos diferenciam-se, é possível perceber que o engajamento na produção de conteúdo no ambiente online é relacionado a um processo de auto seleção e reforço das desigualdades políticas, via desigualdades digitais. Entretanto, por outro lado e em menor medida, também apresenta um grupo que desenvolve habilidades no ambiente online, mas que pela ausência de redes de oportunidades e por possuírem menor estoque de capacidades, não se associa à participação política. Este resultado indica que quando o ambiente online propicia o desenvolvimento de habilidades para os grupos que estão em desvantagem socioeconômica, o desenvolvimento delas não é relacionado a um comportamento politicamente ativo, apontando para uma dificuldade no rompimento das cadeias de vantagens, identificadas pelo Modelo do Voluntarismo Cívico e pela Teoria dos Recursos e Apropriações.

Portanto, a análise de interdependência através da Análise de Correspondência Múltipla, indica que nesta amostra de pessoas mais escolarizadas, interessadas em política e participativas, os indivíduos dividem-se em quatro grupos através de duas dimensões, que mostram que, quando considerado o segundo nível de inclusão digital, a maneira que os grupos ativos na política distinguem-se dos inativos na política, é semelhante à do primeiro nível de desigualdades digitais. Assim, como a análise de moderação pontuou para a amostra representativa que o ambiente online configura-se como uma arma para os mais fortes, a redução a dois grupos na dimensão 1 na análise de interdependência aponta para a mesma tendência. Esses grupos indicam que as habilidades digitais e os usos do ambiente online têm uma relação de amplificação das vantagens daqueles que já as possuem e que poderiam ser ativos, independente das atividades que realizam no ambiente online. Deste modo, os grupos de indivíduos com amplas vantagens e amplas desvantagens indicam que as desigualdades digitais e políticas amplificam-se mutuamente nesses dois grupos.

Considerar os aspectos da estrutura técnica do ambiente online ajuda a clarificar caminhos para entender a diferenciação expressa em um grupo com amplas vantagens e outro com amplas desvantagens. Como as estrutura das plataformas da web utilizam dos algoritmos e do processo de datificação para classificar conteúdo e usuários a partir de categorias

previamente definidas, a experiência com o ambiente online é perpassada por questões técnicas, que na interação com as desigualdades sociais categóricas propiciam que as estruturas de vantagem e desvantagem sejam reproduzidas na experiência online.

Essa diferenciação dos grupos indica que o sistema de oportunidades que o ambiente online pode propiciar sofre constrangimentos sociais e técnicos. Os indivíduos que estão online não têm as mesmas oportunidades de usos participativos do ambiente online, pois sua experiência é constrangida diretamente pelas suas posições sociais categóricas, que diretamente interferem nas escolhas individuais de como utilizar o ambiente online, e indiretamente através da identidade criada pelo algoritmo. Como abordado anteriormente, essa identidade apresenta o potencial de manter pessoas em posições de vantagem e desvantagem, ao construírem as experiências online de acordo com os gostos e preferências individuais.

A divisão dos grupos em termos de participação política e engajamento na produção de conteúdo online, mostra uma tendência de auto seleção nas oportunidades de desenvolvimento de habilidades cívicas online e uma reprodução de desigualdades, através da dimensão 1. Além disso, essa pode ser identificada como a principal tendência, uma vez que a dimensão 1 é a que concentra 39,9% das variações dos casos. Já dimensão 2, por concentrar 12,5% das variações, indica que em menor intensidade existe um processo de desenvolvimento de habilidades cívicas online, que é relacionado às motivações, mas, nesse contexto, não existe uma relação entre desenvolver essas habilidades e possuir uma voz política, isto é, ser ativo em modalidades de participação que acontecem dentro do sistema político (participação em partidos) ou tem ele como alvo (assinatura de petições e participação em protestos).

Assim sendo, a divisão dos grupos na dimensão 2 indica que a ausência de oportunidades off-line e menor estoque de capacidades impede que as habilidades desenvolvidas online relacionem-se com a participação política, ou seja, a oportunidade de desenvolvimento de habilidades existe, mas dissociada de campos de oportunidade off-line ela não necessariamente tem a voz política como um benefício. Entre aqueles que não estão no grupo dos auto- selecionados, o desenvolvimento de habilidades cívicas online não está associado às modalidades de participação política relacionadas ao sistema político. Essa dimensão indica para existência de indivíduos que podem estar distantes da comunicação com o sistema político por acreditaram que o tipo de engajamento que possuem no ambiente

online, pode estar de alguma maneira mandando mensagens aos representantes. Contudo, essas mensagens podem ser sussurros perto do megafone daqueles que, além de utilizar desses canais online, tem sua voz política mais forte e alta em função dos ativismos em modalidades de participação que ocorrem dentro do sistema político, ou tem ele como alvo.

A dimensão 2 também mostra um grupo que é ativo na política, mas não desenvolve habilidades cívicas no ambiente online, indicando que o essencial à participação política deste grupo são as capacidades e oportunidades off-line, e que, portanto, a motivação deslocada das relações com as dimensões de capacidades e oportunidades relaciona-se com o engajamento digital, mas não com o engajamento político.

Os grupos desenhados na dimensão 2 indicam que o ambiente online propicia um sistema de oportunidade de desenvolvimento de habilidades cívicas, contudo, o potencial cívico e democrático, e a participação como um resultado dessas habilidades, parecem estar sendo constrangidos pela ausência de redes de oportunidade off-line. Esse constrangimento pode ser clarificado ao olhar para as estruturas do ambiente online pelas chaves da plataformização e datificação. Como já abordado anteriormente, a construção da identidade algorítmica, que determinada as redes de interação online pode estar restringindo a amplificação dos grupos de interação neste ambiente, impedindo assim que pessoas com menor estoque de capacidades e oportunidades off-line, mas com motivações consigam ter a participação política off-line como um benefício do seu engajamento online.

Portanto, a maneira como os grupos caracterizam-se e distinguem-se no gráfico perceptual, dotam de sentido a construção teórica, onde as habilidades cívicas têm campos correspondentes associados às instituições da vida adulta, vide o grupo com amplas vantagens que desenvolve habilidades nas redes de oportunidades off-line, e também desenvolve habilidades cívicas online, via produção de conteúdo. Por outro lado, a dimensão 2 indica que as habilidades cívicas possuem campos correspondentes próprios no ambiente online, desatrelados das oportunidades oriundas do pertencimento às instituições da vida adulta no ambiente off-line. Contudo, aqueles que estão tendo oportunidades de desenvolver habilidades cívicas online, estão relacionados apenas às motivações e não possuem relação com mais vantagens de voz política, isto é, não são indivíduos politicamente engajados com o sistema político. Deste modo, nestes grupos, a vantagem política está mais relacionada às capacidades e às redes de oportunidade off-line do que com a dimensão das motivações e do desenvolvimento de habilidades no ambiente digital.

6. CONCLUSÃO

A presente pesquisa dedicou-se a descrever e explorar as relações entre desigualdades digitais, políticas e sociais através da análise do caso brasileiro em função de suas amplas desigualdades. Para tanto, foi percorrido um caminho que teve início com a definição destas três modalidades de desigualdades e explorou teórica e empiricamente estas relações para produção de inferências descritivas. Essa conclusão cumpre o papel de retomar este percurso e discutir as implicações dos achados empíricos.

Ainda na introdução, desigualdades sociais foram definidas como diferenças de posição social, que, além de colocar alguns indivíduos em vantagem em relação aos outros, propicia que essas vantagens sejam reproduzidas, criando outros tipos de desigualdades, além da desigualdade social (TILLY, 1998; 2006). Essa definição se fez necessária, pois ela indica para um aspecto fundamental à essa pesquisa, o fato de as desigualdades sociais categóricas reverberarem em outras modalidades de desigualdade.

No primeiro capítulo, através de um diálogo com o campo do comportamento político, desigualdades políticas foram definidas como diferenças na participação política individual. Na abordagem comportamental, a participação política é compreendida como uma ação que tem por objetivo influenciar tanto a sociedade como o sistema político, uma definição ampla que permite que diversas atividades sejam consideradas como participação política. Assim, para delimitar a noção de desigualdades políticas, apropriou-se da noção de *voz política,* desenvolvida dentro do Modelo do Voluntarismo Cívico, que é restrita às ações que se relacionam diretamente com o sistema político (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995; SCHLOZMAN, VERBA e BRADY 2012; BRADY, SCHLOZMAN e VERBA 2018).

O Modelo do Voluntarismo Cívico também serviu de base para a compreensão da maneira como desigualdades sociais se transformam em desigualdades políticas. De acordo com este enquadramento, a participação política é desigual entre os cidadãos em função de três aspectos: capacidades, motivação e oportunidades. As capacidades referem-se aos recursos de tempo, dinheiro, escolarização e habilidades cívicas, além de caracterizarem-se como as vantagens iniciais que capacitam os indivíduos, tornando-os aptos a participar. As motivações dizem respeito ao engajamento psicológico com a política, ao quanto a política se configura como um aspecto relevante na vida do indivíduo, a ponto deste investir seus recursos nela. Já as oportunidades, referem-se aos ambientes da vida adulta que permitem o engajamento social, o desenvolvimento e aprimoramento de habilidades, e a ativação de redes

que sustentam o ativismo e funcionam como espaço de recrutamento para ações de expressão da voz política.

O Modelo do Voluntarismo Cívico também faz considerações sobre os impactos da inclusão digital e do uso da internet nas desigualdades de voz política, mostra que o ambiente online sofre um processo de auto seleção e configura-se como uma *arma dos mais fortes,* pois potencializa a participação daqueles que já seriam ativos por terem capacidades, motivações e oportunidades. Assim, esse enquadramento teórico indica que as relações entre o uso da internet e as desigualdades de voz política são perpassadas por desigualdades sociais, expressas nas dimensões de capacidades, motivações e oportunidades.

No segundo capítulo, as desigualdades digitais foram definidas como as diferenças nas apropriações individuais do ambiente online, através do enquadramento proposto pelo campo do *digital divide*. De acordo com abordagem da Teoria dos Recursos e Apropriações, a inclusão digital possui três níveis: acesso, habilidades e usos e benefícios. O primeiro nível diz respeito à diferença em relação ao acesso à internet. O segundo nível refere-se às habilidades de lidar com o meio e com o conteúdo no ambiente online e também aborda as diferenças no uso, através do conceito de participação online, que se refere aos usos da internet não apenas para o consumo de conteúdo, mas também para produção destes com o objetivo de que sejam consumidos por outros usuários. Já o terceiro nível é relativo aos benefícios individuais oriundos dos usos do ambiente online (VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2011; VAN DIJK, 2012; VAN DEURSEN e VAN DIJK, 2014; VAN DEURSEN e HELSPER, 2015; SCHEERDER *et al*, 2017).

Neste capítulo, também foi mostrado pela combinação da Teoria dos Recursos e Apropriações com o Modelo dos Campos Correspondentes, que as desigualdades sociais categóricas reproduzem-se em desigualdades digitais e, assim, aqueles que possuem vantagens sociais também terão vantagens no ambiente online, reproduzindo desigualdades. Portanto, essa abordagem teórica indica que os indivíduos utilizam o ambiente online de maneira distinta, em função das posições sociais que eles ocupam (HELSPER, 2012; VAN DEURSEN e HELSPER, 2015).

A revisão realizada nestes dois campos de pesquisa mostra que desigualdades sociais categóricas reproduzem-se em desigualdades políticas e desigualdades digitais, de modo que a relação entre essas duas últimas modalidades de desigualdades tende a ser constrangida pelas desigualdades sociais. Entretanto, estes dois campos teóricos centram suas análises nos

aspectos individuais e sociais, colocando todo o peso da reprodução das desigualdades nas posições sociais e nas escolhas individuais, sem considerar aspectos técnicos da configuração do ambiente online.

Diante disso, para construir um enquadramento teórico que permita analisar os diversos constrangimentos presentes na relação entre desigualdades digitais, sociais e políticas, o terceiro capítulo trouxe considerações levantadas pela perspectiva dos estudos sociotécnicos. Essa abordagem pontua que o processo de plataformização da web e a consequente datificação colocou os códigos e algoritmos como agentes de poder na sociedade. Essas programações técnicas se tornaram responsáveis por classificar não apenas os conteúdos, mas também os usuários delimitando perfis, distribuindo informação e possibilidades de uso conforme a identidade atribuída aos indivíduos, através da análise dos seus rastros digitais, os quais expressam as preferências individuais. Essa configuração permite a construção de ambientes altamente personalizados, baseados nas posições sociais de origem. Assim, o ambiente online não é o mesmo para todos os indivíduos porque a arquitetura de plataformas da web oferece para cada pessoa um determinado tipo de conteúdo, em função da identidade atribuída a esses indivíduos pelos algoritmos das plataformas de web (CHENEY-LIPPOLD, 2011; LANGLOIS, 2013; GILLESPIE, 2018; VAN DIJCK, 2017; CARDON, 2018; HELMOND, 2019).

A partir destes três enquadramentos teóricos, foi construído o quadro interpretativo para guiar a descrição da relação entre as três modalidades de desigualdades categóricas. O Modelo do Voluntarismo Cívico é usado para sustentar que as desigualdades sociais determinam desigualdades políticas. Para trazer as desigualdades digitais para esse debate, o ambiente online é enquadrado dentro da dimensão de oportunidades, por ser um espaço centrado na escrita e na comunicação entre muitos. Ao passo que nos usos do ambiente online para produção de conteúdos é possível desenvolver habilidades de escrita, desenvolver argumentos e interagir com pessoas online para tomar decisões coletivas, ele pode funcionar como um espaço para desenvolver e aprimorar as habilidades necessárias à participação política.

A Teoria dos Recursos e Apropriações é mobilizada para definir que as desigualdades digitais se expressam em três níveis e são determinadas por desigualdades sociais. Já o Modelo dos Campos Correspondentes é utilizado para argumentar que o ambiente online propicia um campo correspondente para a dimensão das oportunidades. As

redes off-line, oriundas das instituições da vida adulta, possuem campos correspondentes online, mas as habilidades cívicas também possuem um campo correspondente através das atividades online de produção de conteúdo, que é independente da inclusão às redes de oportunidades off-line.

Destas três abordagens teóricas é derivada a percepção de que a relação entre desigualdades digitais e políticas pode ser descrita como uma relação de oportunidades, entretanto, essas oportunidades sofrem constrangimentos das posições sociais de origem. Já a abordagem dos estudos sociotécnicos é mobilizada para mostrar que a arquitetura de plataformas da web, atua nesta relação através de constrangimentos técnicos capazes de perpetuar indivíduos em posições de vantagem na sociedade.

A partir disto, a construção da análise dos dados foi desenhada considerando que desigualdades sociais estão na origem das desigualdades políticas e digitais, e colocando o foco na relação entre as duas últimas. Como as desigualdades digitais possuem três níveis, a sua relação com as desigualdades políticas é efetivada ponderando os mesmos. Assim, a inclusão ao ambiente online é comparada a inclusão às instituições da vida adulta, que propiciam oportunidades de desenvolver habilidades cívicas e, os usos do ambiente online para produção de conteúdo são equiparados às oportunidades de desenvolver habilidades cívicas em si. Já a participação política é entendida como um benefício da inclusão ao ambiente de oportunidades e das oportunidades em si.

A relação entre o primeiro nível das desigualdades digitais e as desigualdades políticas é descrita através de uma chave de dependência, uma vez que é possível determinar teoricamente que a inclusão ao ambiente online é uma dimensão independente da participação política. Como ser participativo na política não tem relação direta com ter estrutura material de acesso à internet, é plausível supor que a inclusão ao ambiente online possa ter relação com a participação política. Para descrever como os grupos diferenciam-se em termos de desigualdades políticas, do primeiro nível das desigualdades digitais e das desigualdades sociais, foi utilizada uma Análise de Moderação Através da Regressão Logística, pois esta permite acessar a relação de dependência entre inclusão ao ambiente online e participação política, considerando a interdependência entre as desigualdades sociais e digitais.

Já a relação entre o segundo nível das desigualdades digitais e as desigualdades políticas é descrita numa chave de interdependência, porque neste caso não é possível supor que a participação política não tenha relação com a maneira que se escolhe usar o ambiente

online, e nem que os usos efetivados sejam independentes da participação política. Assim, utilizou-se de uma Análise de Correspondência Múltipla para descrever a distinção dos grupos em termos do segundo nível das desigualdades digitais, das desigualdades políticas e das sociais.

A análise dos dados indicou que as relações entre as desigualdades categóricas podem ser descritas em vários sentidos, mas o que todos eles apresentaram em comum é que as relações entre desigualdades digitais e desigualdades políticas tendem a uma amplificação e reprodução das desigualdades sociais de origem.

Na relação entre a inclusão na internet e a participação política, os dados indicaram que a inserção ao ambiente online por si só não auxilia todos os internautas a serem participativos e diminuir as tensões entre as desigualdades. Na verdade, essas tensões são amplificadas, uma vez que estar online constrange diretamente as possibilidades na participação em partidos, e indiretamente a participação em audiências publicas e protestos, através da modulação da relação entre essas modalidades de participação e as dimensões das capacidades e motivações.

Já na análise da relação entre os usos do ambiente online para produção de conteúdo e a participação política, os dados mostram que o grupo que possui vantagens sociais é favorecido em vantagens digitais e políticas, reforçando a distancia em relação aos que estão em desvantagem. Entretanto, existe outra diferenciação expressa entre os que são ativos na política e os que são ativos no ambiente online. Neste grupo, aqueles que estão engajados na política não estão engajados no ambiente online. Esta distinção indica que o ambiente online configura-se como uma oportunidade de desenvolver habilidades para aqueles que são motivados, mas carecem de capacidades e redes de oportunidade off-line. Contudo, essa oportunidade não torna a participação política um benefício dessas atividades desenvolvidas online.

Outro aspecto relevante evidenciado na análise dos dados é que a dimensão das oportunidades off-line é o elemento sistemático na diferenciação entre os grupos participativos e não participativos na política. Tanto na análise de moderação como na de correspondência, o associativismo apresentou um papel fundamental na compreensão da relação entre desigualdades digitais e políticas. A partir dessa sistematicidade é possível inferir que o pertencimento a redes off-line é o agente que facilita para que o processo de auto seleção ocorra. As redes off-line permitem que a relação entre desigualdades digitais e

políticas amplifiquem desigualdades sociais, e atuem impedindo uma relação de controle, onde as oportunidades online diminuiriam as desigualdades de voz política.

É possível inferir, através da descrição das relações entre desigualdades políticas e digitais, que o campo de oportunidades online, via produção de conteúdo, carece de força cívica quando não está atrelado a um campo de oportunidade off-line, uma vez que essa força cívica só existe quando combinada a esse campo. Pelo enquadramento teórico proposto, esse constrangimento ao potencial cívico tem duas fontes, as desigualdades sociais de origem e a atual estrutura arquitetônica da web.

As desigualdades sociais de origem fundamentam o processo de reprodução de vantagens, tanto digitais como políticas, pois as oportunidades de participação no mundo digital e no sistema político são condicionadas às posições sociais que o indivíduo ocupa. Os constrangimentos técnicos, por sua vez, estão associados ao papel que os códigos e algoritmos das plataformas de web possuem no processo de categorização, tanto dos usuários como dos conteúdos que eles consomem. Como apontado pela literatura sociotécnica, o ponto mais problemático desse processo de leitura dos internautas, classificação dos mesmos em grupos e distribuição de conteúdo em função dessa classificação, não é ela em si, mas os propósitos a que ela serve. As programações algorítmicas estão fundadas em interesses econômicos e comerciais das empresas de tecnologia de informação, e os códigos não são programações pautadas em interesses coletivos da construção de um bem comum. Diante disso, essa nova característica arquitetônica do ambiente online constrange o potencial democrático do ambiente, e fortalece o processo de reprodução das vantagens sociais de origem, mantendo alguns grupos em posições de privilégios e outros em posições de desvantagem.

Portanto, a principal contribuição que a descrição das relações entre desigualdades categóricas evidencia é que, apesar do ambiente online possuir um potencial cívico de propiciar experiências que exercitam habilidades necessárias à participação política, esse sistema de oportunidades é constrangido por aspectos sociais e técnicos, que atuam respaldando o processo de reprodução das posições de vantagem.

A descrição das relações entre desigualdades digitais e políticas aqui apresentada revelou um alto teor pessimista, indicando que desigualdades sociais e estruturas técnicas constrangem o potencial democrático e cívico do ambiente online. Entretanto, este não é um caminho sem volta, existem possibilidades de contornar este processo. Uma delas é a proposta de Dominique Cardon (2018), de olhar para os algoritmos e códigos das plataformas de web

como uma questão de interesse público e, através disso, propiciar que os propósitos aos quais as programações algorítmicas servem sejam debatidos no interior das instituições políticas, os processos sejam publicizados e regulamentados através da legislação.

Outra possibilidade é a levantada por Victor Sampedro Branco (2018), chamada de *desconexão estratégica*. Para este autor, a redução do uso do ambiente online à interação via plataformas de web, é uma dieta de consumo da internet semelhante ao consumo de comida *fast food*, ambas são calorias falsas que saciam momentaneamente, mas não alimentam, levando o individuo a buscar sempre mais. Porém, este é um comportamento que não traz ganhos, quem come fast food não tem uma alimentação nutricional saudável, e quem utiliza apenas plataformas de web não tem consumo saudável do ambiente online, ambas são enviesadas pelos interesses econômicos das empresas que as administram.

Neste enquadramento, para as plataformas de web, os internautas são consumidores e não cidadãos, deste modo, elas estão desenhadas para o consumo dentro deste monopólio e não para emancipação. Isto mina o potencial democrático do ambiente online, à medida que destrói a capacidade de argumentação e de debate. Diante disto, a proposta é a *desconexão estratégica* destas plataformas, para recuperar capacidade reflexiva e construir um usuário de internet que seja um cidadão político autônomo que assuma papéis cívicos. Para o autor, essa construção passa pelo pensar um ambiente online baseado no local, com movimentos cooperativos e desenhos de códigos abertos, que sejam fundamentados na construção de cidadãos e privilegiem os interesses coletivos de construção de um bem comum em detrimento dos interesses comerciais.

Essas duas abordagens focam em dois aspectos importantes para que os cidadãos, em seus usos da internet, não sejam mantidos prisioneiros de suas posições sociais de origem: as mudanças institucionais e as mudanças culturais. A proposta de Cardon (2018) refere-se à primeira, tornar as programações algorítmicas uma questão pública, retira das empresas o monopólio dos códigos e programações, e através da ação do Estado essas empresas são levadas a responder aos interesses públicos e não aos privados. Já a proposta de Branco (2018) diz respeito à segunda, uma construção coletiva de novos espaços no ambiente online, orientados pela percepção do usuário enquanto cidadão, trazendo alternativas para cultura de uso da internet.

Embora as duas possibilidades apontadas apresentem caminhos distintos, eles são complementares. A combinação dessas alternativas pode auxiliar no processo de dotar o

ambiente online de um caráter cívico, que permita que o sistema de oportunidades políticas que o ambiente online tem potencial de promover, funcione em um sentido de diminuir as tensões entre as desigualdades categóricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Marcelo Henrique. REINHARD, Nicolau. Caracterizando os usuários de Internet no Brasil: uma análise a partir das habilidades digitais *Twenty-fourth Americas Conference on Information Systems*, New Orleans, 2018.

ARMINGEON, Klaus. Political participation and associotional involvement. In VAN DETH, Jan. MONTERO, Jose R., WESTHOLM, Anders (org*). Citizenship and involvement in European democracies: A comparative analysis*. 2006. https://doi.org/10.4324/9780203965757

BARNES, S.H. e KAASE, M. (org.). Political *Action: mass participation in five Western democracies*. Beverly Hills, CA: Sage, 1979.

BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. 2013. *The Logic of Connective Action: Digital Media and the personalization of Contentious Politics*. New York: Cambridge. New York.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, v. 15 n. 5, p. 739-768, 2012 <10.1080/1369118X.2012.670661>

BIMBER, Bruce; CUNILL, Marta Cantijoch;, COPELAND, Lauren; GIBSON, Rachel. Digital media and political participation: The moderating role of political interest across acts and over time. *Social Science Computer Review*, 33, 21-42, 2015. DOI:10.1177/0894439314526559

BLUMLER, J.G ; COLEMAN, S. A democracia e a mídia – revisitadas. *Revista Compolítica*, vol (7) 2, p. 8 – 34, 2017. DOI: 10.21878/compolitica.2017.7.2.1400

BORBA, Julian; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. Os estudos de comportamento político na ciência política brasileira: caracterização do campo, apontamentos sobre a literatura e trabalhos de referência. *BIB -Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 89, 2019 (publicada em agosto de 2019), pp. 1-33. DOI: 10.17666/bib8902/2019

BOULIANNE, S. Twenty year of digital media effects on Civic and Political Participation. *Communication Research*, p. 1-20, 2018. DOI: 10.1177/0093650218808186.

BRADY, Henry. SCHLOZMAN, Kay, VERBA, Sidney. *Unequal and Unrepresented*: Political inequality and the people's voice in the new gilded. Princeton University Press: 2018.

BRADY, Henry.Political participation. In *Measures of Political Attitudes*, ed. John P. Robinson, Phillip R. Shaver, and Lawrence S. Wrightsman. San Diego: Academic Press, 1999.

BRAKE, David. Are We All Online Content Creators Now? Web 2.0 and Digital Divides. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 19, p. 591–609, 2014. DOI:10.1111/jcc4.12042

BRANCO, V.S. *Dietética digital: para adelgazar al gran Hermano*. 1.ed, Icaria Editorial, 2018.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip; MILLER, Warren; STOKES, Donald. *The American voter*. New York; London, John Wiley, 1960.

CARDON, D. The power of algoritms (English version of “Le pouvoir des algorithms”) *Pouvoirs* (No 164), p. 63-73, 2018.

CARDON, D. *A Democracia Internet. Promessas e Limites*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CHADWICK, A. *The new crisis of public communication: Challenges and opportunities for future research on digital media and politics*. Online Civic Culture Centre, Loughborough University, 2019.

CHAE, Y; LEE, S; KIM, Y. Meta-analysis of the relationship between Internet use and political participation: examining main and moderating effects. *Asian Journal of Communication*, 29:1, p. 35-54, 2019. DOI: 10.1080/01292986.2018.1499121

CHAN, Michael; CHEN, Hsuan-Ting.; LEE, Francis. L. F. Examining the roles of mobile and social media in political participation: A cross-national analysis of three Asian societies using a communication mediation approach. *New Media & Society*, vol. *19*, p. 2003-2021, 2017. DOI:10.1177/1461444816653190

CHENEY-LIPPOLD, John. A new algorithmic identity: Soft biopolitics and the modulation of control. *Theory, Culture & Society*, v. 28, n. 6, p. 164-181, 2011.

COLEMAN, S. O agir democrático numa era de redes digitais. *Revista Compolítica*, vol (7)1, p. 8 -26, 2017. DOI: 10.21878/compolitica.2017.7.1.315

DALTON, Russell; KLINGEMANN, Hans-Dieter. Citizens and political behavior. In: COPP, David (org.). *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Nova York: Oxford University Press, 2007.

DE VAUSS, David. *Research Design in Social Science*. London: SAGE Publications, 2001.

DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. 1.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

GIBSON, Rachel; CANTIJOCH, Marta. Conceptualizing and measuring participation in the age of the internet: is online political engagement really different to offline? *The Journal of Politics*, v. 75, n. 3, p. 701-716, 2013 <10.1017/S0022381613000431>.

GILLESPIE, T. A relevância dos algoritmos. Tradução: Amanda Juno e Carlos D’Andrea. *Parágrafo*. São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1, p. 95-121, jan./abr. 2018.

GOMES, W. A *democracia no mundo digital: história, problemas e temas*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

HAFNER-FINK, Mitja.; OBLAK ČRNIČ,Tanja. Digital citizenship as multiple political participation? Predictors of digital political participation in Slovenia. *Teorija in Praska*. v. 51, n. 6, p. 1284-1303, 2014.

HAIR et all, *Análise Multivariada de dados*. Tradução: Adonai Schlup Santa’Anna e Anselmo Chaves Neto – 5º ed – Porto Alegre: Bookman. 2005.

HANSEN, J.R.; FERREIRA, M.A.S. Da polarização a busca pelo equilíbrio: as relações entre internet e participação política. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 9, n. 1, 2018.

HARGITTAI, Eszter & WALEJKO, Gina (2008): THE PARTICIPATION DIVIDE: Content creation and sharing in the digital age *, Information, Communication & Society*, 11:2, 239-256. DOI: 10.1080/13691180801946150.

HARGITTAI, Eszter. Second-level digital divide: Differences in people's online skills. *First Monday*, 7(4), 2002

HARGITTAI, Eszter; JENNRICH, Kaitlin (2016). The Online Participation Divide. In: Lloyd, Mark; Friedland, Lewis A.. *The Communication Crisis in America, And How to Fix It*. New York: Palgrave Macmillan,199-213. DOI: https://doi.org/10.1057/978-1-349-94925-0_13

HAYES, Andrew F. *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis : a regression-based approach*. New York, London: The Guilford Press, 2013.

HELMOND, A. A plataformização da web. In OMENA, J.J. (org) *Métodos digitais: teoria-prática-crítica*. Edição ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova. Coleção: Livros ICNOVA p. 49-72, 2019.

HELSPER, E. J. A corresponding fields model for the links between social and digital inclusion. *Communication Theory* 22 (2012) 403–426 , 2012 International Communication Association.

HIDMAN, M. *The Myth of Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

HOFFMAN, Christian Pieter, LUTZ, Christoph, MECKEL Miriam. Content creation on the Internet: a social cognitive perspective on the participation divide. *Information, Communication & Society*, Vol. 18, No. 6, 696–716, 2015.DOI: http://dx.doi.org/10.1080/1369118X.2014.991343

HOFFMAN, Lindsay H. &. SCHECHTER, Amanda L. (2016) Technical Skills Required: How Technological Efficacy Influences Online Political Behavior, *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 60:3, 484-502, DOI: 10.1080/08838151.2016.1203321

INGLEHART, Ronald. e WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano.* São Paulo: Francis, 2009.

INGLEHART, Ronald. The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in PostIndustrial Societies. *American Political Science Review*. v.65, n.4, p. 991-1017, Dec.1971

KASSE, Max. Democracy and Political Action, *International Political Science Review* 31: 539, 2010. DOI: 10.1177/0192512110388787

KING, Gary; KEOHANE, Robert ; VERBA, Sidney. *Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton University Press, 1994.

LANGLOIS, G. Participatory Culture and the New Governance of Communication: The Paradox of Participatory Media*, Television & New Media*, 14(2) p. 91–105, 2013.

LITT, Eden. Measuring users' internet skills: A review of past assessments and a look toward the future. *new media & society* 15(4) 612–630, 2013. DOI: 10.1177/1461444813475424

LIVINGSTONE, S. Internet Literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades online. *Matrizes.* São Paulo, ano 4, n. 2, p. 11-42, janeiro/junho, 2011.

MARGETTS, Helen. The Internet and Democracy. In DUTTON, William . (org) *The Oxford Handbook of Internet Studies.* Oxford, UK: Oxford University Press, 2013.

MARTIN, Irene. VAN DETH, Jan. Political Involvement. In VAN DETH, Jan. MONTERO, Jose R., WESTHOLM, Anders (org). *Citizenship and involvement in European democracies: A comparative analysis*. 2006. https://doi.org/10.4324/9780203965757.

MARTINO, L.M.S. *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes*. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 66, p. 130-159, 2017 <10.11606/issn.2316-901X.v0i66p130-159>.

MESQUISTA, N. e CANTONI, S. L. Participação política online vs off-line no Brasil. In MESQUITA, N. (org) , *Brasil 25 anos de democracia: participação, sociedade civil e cultura política*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

MESQUITA, N. Engajamento cívico e qualidade democrática: o papel da mídia. In MESQUITA, N. (org) , *Brasil 25 anos de democracia: participação, sociedade civil e cultura política*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

MILAN, S. When Algorithms Shape Collective Action: Social Media and the Dynamics of Cloud Protesting. *Social Media + Society*, jul/dec, p. 1 – 10, 2015. DOI: 10.1177/2056305115622481

MIN, Seong-Jae (2010). From the Digital Divide to the Democratic Divide: Internet Skills, Political Interest, and the Second-Level Digital Divide in Political Internet Use. *Journal of Information Technology & Politics*, 7:1, 22-35, DOI: 10.1080/19331680903109402

MORAIS, J. A . *Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil* Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

MORRIS, David S. and MORRIS Jonathan S., Digital Inequality and Participation in the Political Process: Real or Imagined? *Social Science Computer Review* 31(5) 589-600, 2013. DOI: 10.1177/0894439313489259

MOSSBERGER, Karen. Toward digital citzenship: addressing inequality in the information age. In: Andrew Chadwick; Philip Howard (orgs.). *The Routledge Handbook of Iinternet Politics*. London: Routledge, 2008. p. 173-185.

NORRIS, P. *Digital Divide: civic engagement, information poverty and the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NORRIS, Pippa. *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

NORRIS, Pippa. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX & STOKES, D. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press, p. 628- 652, 2007.

NÚCLEO DA INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR - NIC.br. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação: Pesquisa TIC Domicílios*, ano 2019. Disponível em: http://cetic.br/arquivos/domicilios/2019/individuos/.

NÚCLEO DA INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR - NIC.br. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação: Pesquisa TIC Domicílios*, ano 2018. Disponível em: http://cetic.br/arquivos/domicilios/2018/individuos/.

NÚCLEO DA INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR - NIC.br. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação: Pesquisa TIC Domicílios*, ano 2017. Disponível em: http://cetic.br/arquivos/domicilios/2017/individuos/.

NÚCLEO DA INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR - NIC.br. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação: Pesquisa TIC Domicílios*, ano 2016. Disponível em: http://cetic.br/arquivos/domicilios/2016/individuos/.

NÚCLEO DA INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR - NIC.br. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação: Pesquisa TIC Domicílios*, ano 2015. Disponível em: http://cetic.br/arquivos/domicilios/2015/individuos/.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros : TIC Domicílios 2019 [livro eletrônico]* = Survey on the use of information and communication technologies in Brazilian households : ICT Households 2019.1. ed., São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020.

OLIVEIRA, Renata Andrade; AYRES, Carla Simara; HANSEN, Jaqueline Resmini; BORBA, Julia. Política e juventude: participação política dos jovens no sul do Brasil. *Revista Debates*. v. 10, n. 3, p. 189-222, 2016 <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/70026/39706> (jan. 2017)

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OSBORNE, J. *Best Practices in Logistic Regression*. SAGE Publications, 2015. ISBN: 1452244790, 9781452244792.

OSER, Jennifer; HOOGHE, Marc; MARIEN, Sofie. Is online participation distinct from offline participation? A latent class analysis of participation types and their stratification. *Political Research Quarterly*, v. 66, n. 1, p. 91-101, 2013 <10.1177/1065912912436695>

PAPACHARISSI, Z. The Virtual Sphere 2.0: the internet, the public sphere, and beyond. In CHADWICK, A. HOWARD, P. *The Routledge Handbook of Internet Politics*. New York, Routledge, 2009.

PAPACHARISSI, Zizi. Affective publics and structures of storytelling: sentiment, events and mediality. *Information, Communication & Society*, 2015. DOI: 10.1080/1369118X.2015.1109697.

PARISER, E. *O filtro invisível*: O que a internet está escondendo de você. Editora Zahar, 2012.

PUTNAN, Robert. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. 1. Ed. Simon & Schuster, 2001.

RIBEIRO, E., BORBA, J., HANSEN, J.R. 2016. Participação online e off-line no Brasil: relações e condicionantes. *Revista do Serviço Público*, Brasília, vol. 67, nº 4, outubro/dezembro, p. 497-523. Disponível online em https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1262/781 Acesso em janeiro de 2017.

RIBEIRO, Ednaldo, BORBA, Julian. *Participação política na América Latina*. Maringá: Eduem, 2015.

SAMPAIO, R. C.; BRAGATTO, R. C. ; NICOLAS, M. A. . A construção do campo de Internet e Política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 21, p. 287-322, 2016.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; MITOZO, Isabele; MASSUCHIN, Michele Goulart; FONTES, Giulia Sbaraini; PENTEADO, Claúdio Luis de Camargo. Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura: uma análise dos papers apresentados no grupo de trabalho da Anpocs. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 85, 1/2018 (publicada em julho de 2018), pp. 126-147. DOI: 10.17666/bib8506/2018

SCHEERDER, A., et al. Determinants of Internet skills, uses and outcomes. A systematic review of the second- and third-level digital divide. *Telemat. Informat*. (2017), http://dx.doi.org/10.1016/j.tele.2017.07.007

SCHLOZMAN, Kay , VERBA, Sidney, BRADY, Henry. *The Unheavenly Chorus: Unequal Political Voice and the Broken Promise of American Democracy*. Princeton University Press, 2012.

SILVEIRA, S. A. *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

SMITH, A., SCHLOZMAN, K. L., VERBA, S., BRADY, H. The Internet and civic engagement. *Pew Internet & American Life Project*, Pew Research Center,Washington, DC, 2009. Disponível em http://pewinternet.org/Reports/2009/15--The-Internet-and-Civic-Engagement.aspx

TEORREL, Jan. TORCAL, Mariano. MONTEIRO, José R. Political participation: mapping the terrain. In VAN DETH, Jan. MONTERO, Jose R., WESTHOLM, Anders (org). *Citizenship and involvement in European democracies: A comparative analysis*. 2006. https://doi.org/10.4324/9780203965757

THEOCHARIS, Y.; QUINTELIER, E. Stimulating citizenship or expanding entertainment? The effect of Facebook on adolescent participation. *New media & society*.. 18(5), 817-836, 2016. DOI: https://doi.org/10.1177/1461444814549006

THEOCHARIS, Yannis. The conceptualization of digitally networked participation. *Social Media + Society*, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2015 <10.1177/2056305115610140>

TILLY, Charles. *Durable Inequality.* University of California Press Berkeley, Los Angeles, London, 1998.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*, University of Michigan, 1977.

TILLY, Charles. O acesso desigual ao conhecimento científico. Tradução de Alexandre Massella. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2, pp. 47-63, 2006.

TUCKER, J.A ; THOECHARIS, Y.; ROBERTS, M.; BARBERÁ, P. From Libertation to Turmoil: Social Media and Democracy. *Journal of Democracy.* 28(4), 46-59., 2017. DOI: 10.1353/jod.2017.0064

TUFEKCI, Z. The Medium and the Movement: Digital Tools, Social Movement Politics and the End of the Free Rider Problem. *Police and Internet*, v. 6, n. 2, p. 202-208, June 2014.

VALENZUELA, S.; ARRIGADA, A.; SCHERMAN, A. The Social Media Basis of Youth Protest Behavior: the Case of Chile. *Journal of Communication*, v. 62, n. 2, p. 299-314, April 2012.

VAN DETH, Jan W. 'Studying political participation. Towards a theory of everything?'. Paper presented at the Joint Session of *Workshops of the European Consortium for Political Research*, 6-11 April 2001, Grenoble, France. 2001

VAN DETH, Jan W. 'A conceptual map of political participation', *Acta Politica* 49(3): 349–367. 2014.

VAN DETH, Jan. MARTIN, Irene. Political Involvement. In VAN DETH, Jan. MONTERO, Jose R., WESTHOLM, Anders (org). *Citizenship and involvement in European democracies: A comparative analysis*. 2006. https://doi.org/10.4324/9780203965757

VAN DEURSEN, A. and VAN DIJK, J., The digital divide shifts to differences in usage. *New media & society*, Vol. 16(3) p. 507–526, 2014. DOI: 10.1177/1461444813487959

VAN DEURSEN, Alexander and VAN DICK, Jan. Internet skills and the digital divide, *New media & society*, 13(6) p. 893–911, 2011. DOI: 10.1177/1461444810386774.

VAN DEURSEN, Alexander J. A. M. and. HELSPER, Ellen J. The third-level digital divide: who benefits most from being online? *Communication and Information Technologies Annual: Digital Distinctions and Inequalities*. Studies in Media and Communications, Volume 10, p. 29-53, 2015.

VAN DIJCK, Jose. Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. *Matrizes*, V.11 - Nº 1 jan./abr. São Paulo - Brasil p. 39-59, 2017.

VAN DIJK, Jan. *The Deepening Divide, Inequality in the Information Society*. Sage Publications, Thousand Oaks CA, London, New Delhi, 2005

VAN DIJK, Jan. The evolution of the digital divide: the digital divide turns to inequality of skills and usage. *Digital Enlightenment Yearbook 2012* J.Bus et al. (Eds.) . p. 57 a 75, 2012. DOI:10.3233/978-1-61499-057-4-57

VERBA Sidney.; SCHLOZMAN Kay L.; BRADY Henry E. *Voice and Equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

XENOS, M.; MOY,P. Direct and differential effects of the internet on political and civic engajament. *Journal of Communication* 57 (International Communication Association) p. 704–718, 2007.

ANEXO I – DESCRIÇÃO DO BANCO DE DADOS DA NETWORK CULTURES SURVEY

A fim de viabilizar o debate sobre o ambiente online como um espaço de oportunidades para desenvolver e aprimorar habilidades cívicas através do uso para produção de conteúdo, utiliza-se do banco de dados da pesquisa Network Culture Survey (2016), realizada por pesquisadores do Centro de Investigação em Estudos de Sociologia do Instituo Universitário de Lisboa (CIES/ISCTE/IUL).

Tal banco de dados foi escolhido para este trabalho porque nesta pesquisa foram coletadas informações sobre os hábitos de interação no ambiente online de maneira exaustiva. Assim, ele apresenta um conjunto de questões que possibilitam efetivar a descrição das relações entre desigualdades digitais, políticas e sociais. Embora o banco de dados conte com apenas 500 casos, não sendo representativo da população brasileira, e o mesmo tenha sido coletado online isso não configura-se como um empecilho.

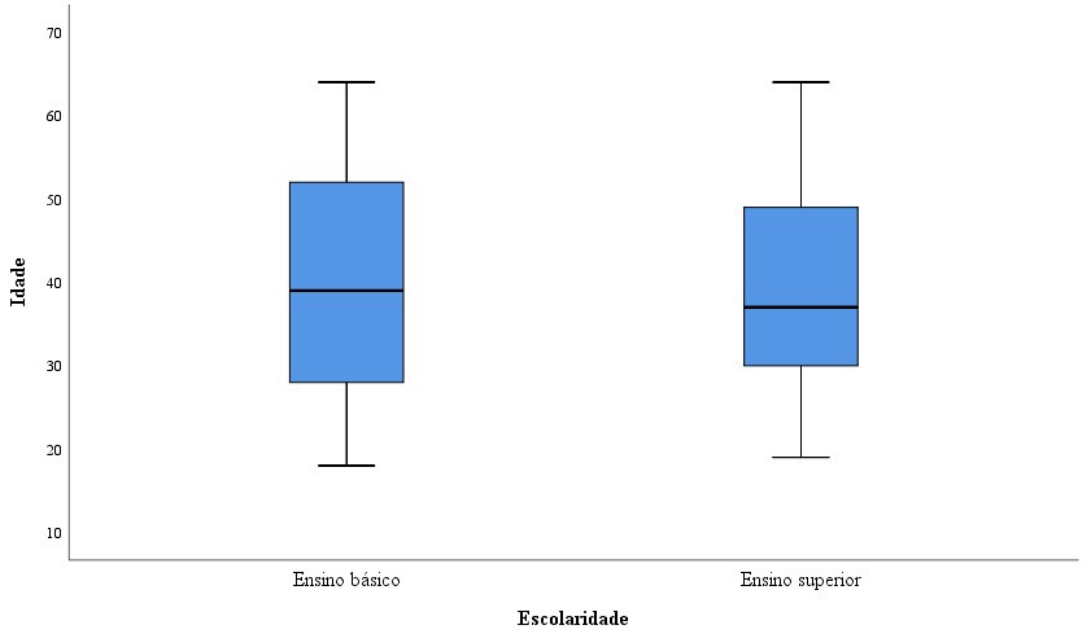
Primeiramente porque a etapa da pesquisa em que estes dados são utilizados cumpre o objetivo de descrever as relações entre as desigualdades categóricas entre os brasileiros que são internautas. Em segundo lugar, como abordado anteriormente no capítulo 4, a generalização é um pressuposto da inferência estatística e não da produção do conhecimento científico. É possível produzir inferências válidas com conjuntos de dados não representativos, desde que sejam explicitados os viesses do banco de dados e reiterado que as conclusões apresentadas com a análise dos mesmos são válidas apenas para esse grupo em específico e, portanto, não devem ser extrapoladas para conjuntos maiores.

Para identificar quais são os possíveis vieses do banco de dados, o primeiro passo é entender quais são as características dos brasileiros que são internautas. Para isso, utiliza-se o banco de dados da pesquisa TIC- Domicílios, que investiga os usos de internet entre os brasileiros, como base para comparação e meio para descortinar o quanto a amostra de 500 casos difere da população de internautas brasileiros. Esta comparação será feita em termos sociodemográficos, olhando para a relação entre escolaridade e idade, e em relação a algumas dimensões dos usos de internet que possuem questões iguais nos dois bancos de dados. Além disso, como na pesquisa da Network Cultures Survey os respondentes possuem entre 18 e 64 anos, o banco de dados da TIC- Domicílios foi ajustado para compreender apenas este intervalo etário.

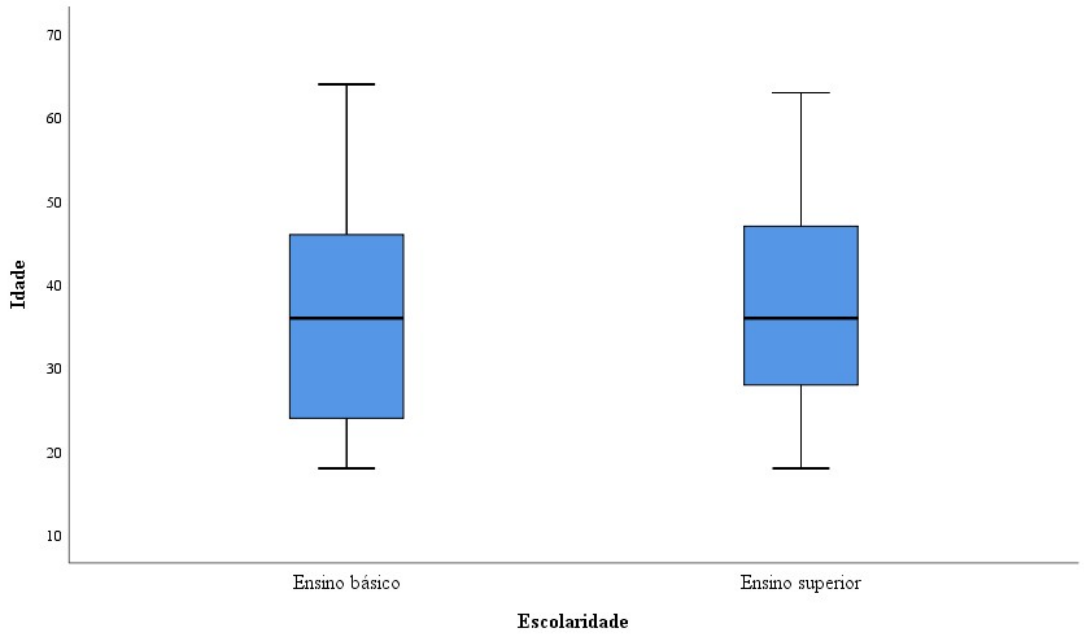
Em termos da relação entre idade e possuir ensino superior, o Gráfico 14 abaixo mostra que tanto para população brasileira quanto para esta amostra, existe uma assimetria na relação, porque a mediana (a linha que divide as caixas) não está localizada no meio das caixas. Com base nesses gráficos é possível dizer que as assimetrias são semelhantes nos dois bancos de dados.

Gráfico 1. Relação entre idade e escolaridade

TIC Domicílios



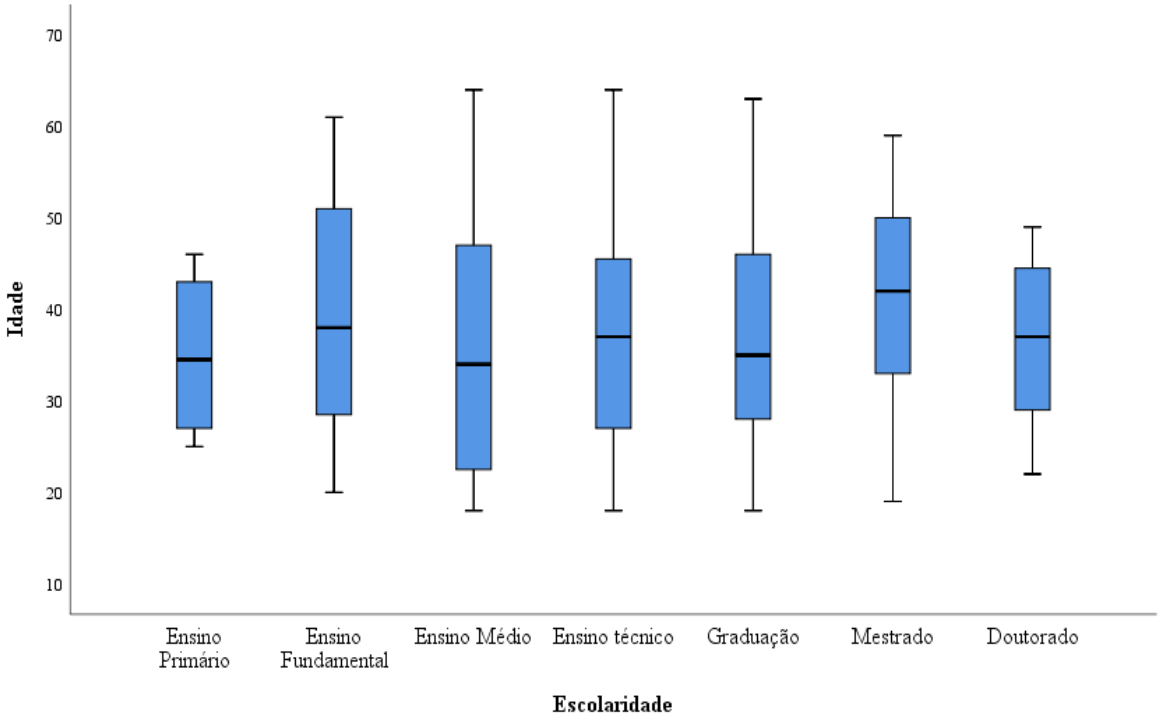
NCS



Fonte: Elaboração da autora. Dados: TIC Domicílios (2016) e Network Cultures Survey (2016).

Apesar do banco de dados da Network Culture Survey apresentar uma assimetria semelhante à da população brasileira, em termos de idade e escolaridade, ele ainda possui um viés de escolarização. No gráfico 15, é possível visualizar que embora a maioria dos casos esteja concentrada naqueles que tem ensino médio ou superior, esta amostra possui mais indivíduos com mestrado e doutorado do que indivíduos apenas com ensino primário ou fundamental. A possível fonte deste viés é que pessoas menos escolarizadas tendem a ter um estoque de habilidades digitais limitados, que constrangem oportunidades de uso mais engajadas, como a participação em pesquisas.

Gráfico 1. Relações entre escolaridade e idade na amostra da Network Cultures Survey

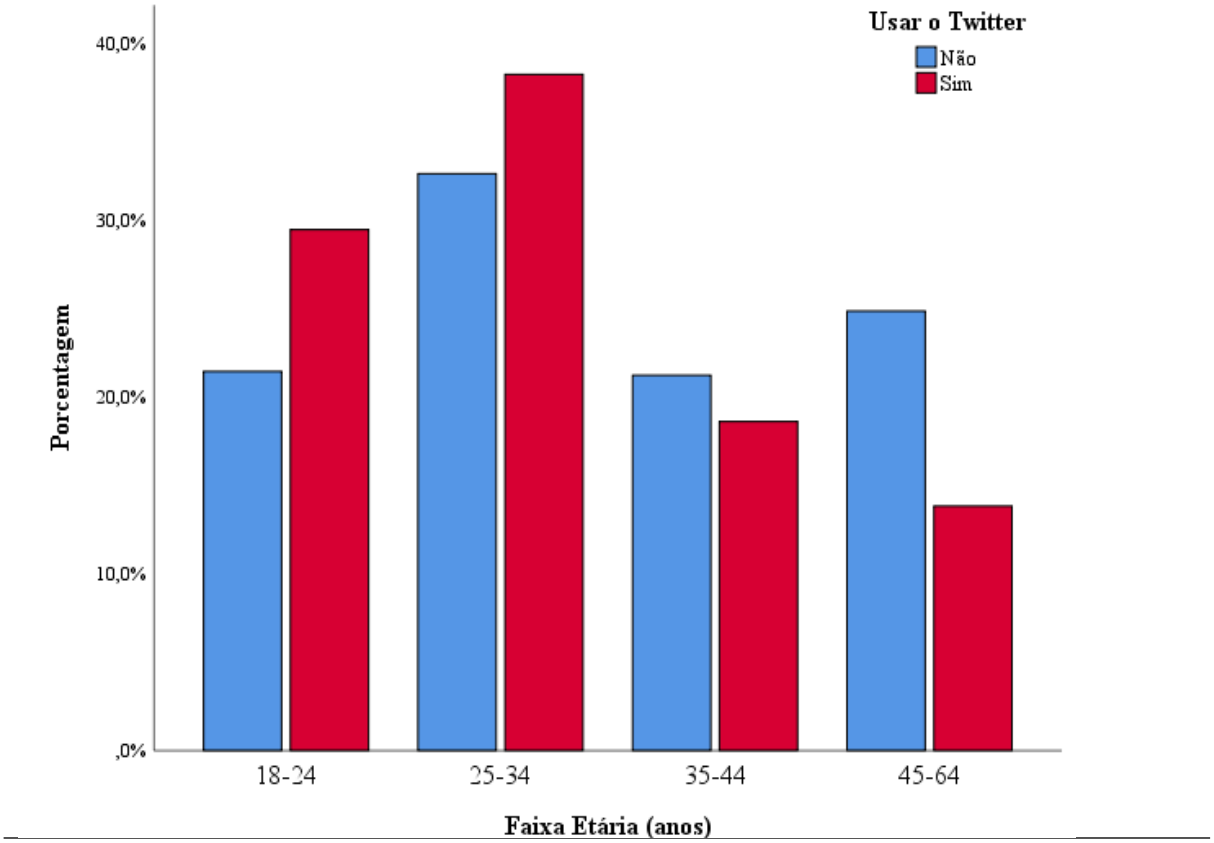


Fonte: Elaboração da autora. Dados: Network Cultures Survey (2016).

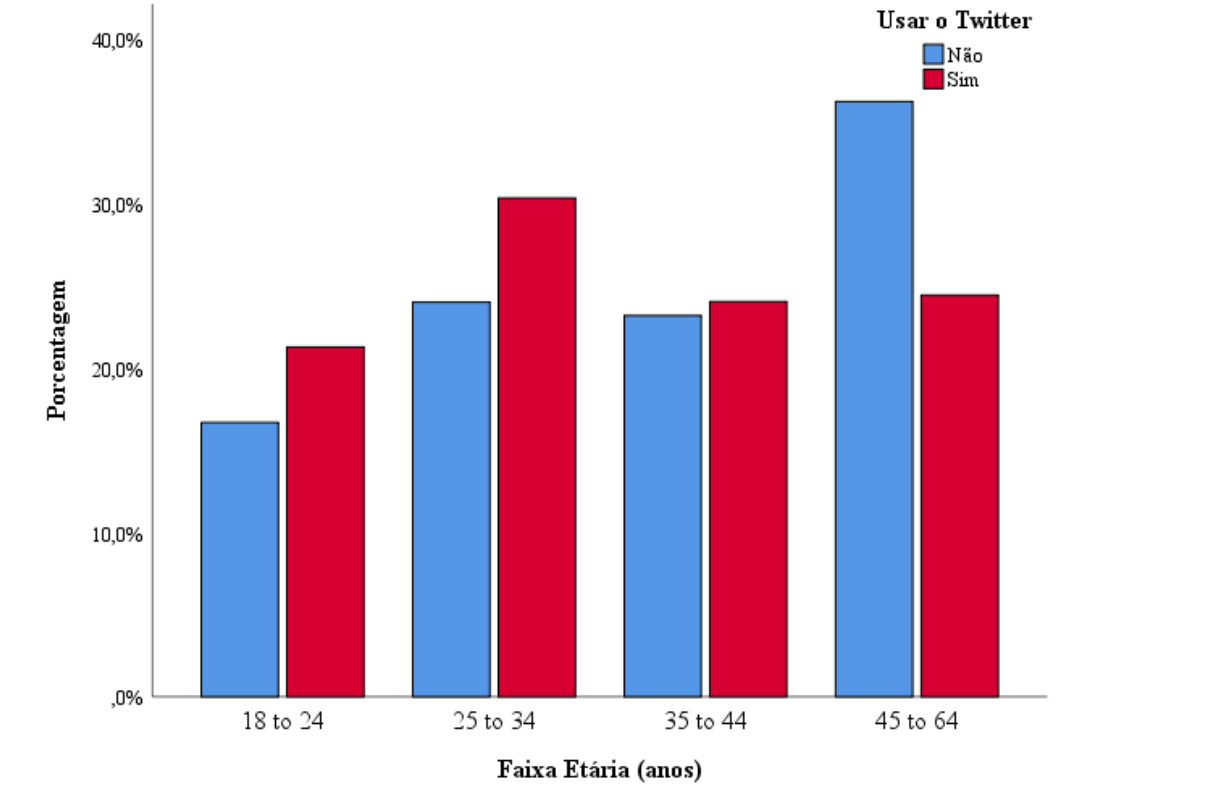
Outro aspecto relevante à esta descrição do banco de dados, é compreender se existem vieses nas variáveis que representam o uso do ambiente online para produção de conteúdo e referem-se à dimensão das desigualdades digitais. Busca-se descobrir se o grupo de internautas que respondeu ao questionário da Network Cultures Survey difere do conjunto de internautas brasileiros, em termos de idade e de usos do ambiente online. Foi possível comparar as duas amostras em atividades online onde as mensurações são semelhantes, sendo elas: usar twitter, usar sites de redes sociais, participar de discussões online, criar conteúdo para blogs e sites e postar conteúdo próprio.

Gráfico 1. Relações entre idade e uso de twitter

TIC Domicílios



NCS



Fonte: Elaboração da autora. Dados: TIC Domicílios (2016) e Network Cultures Survey (2016).

No tocante ao uso do Twitter, o gráfico 16 mostra a comparação da distribuição dos dados da TIC- Domicílios e da Network Cultures Survey. Esse indica que a amostra da

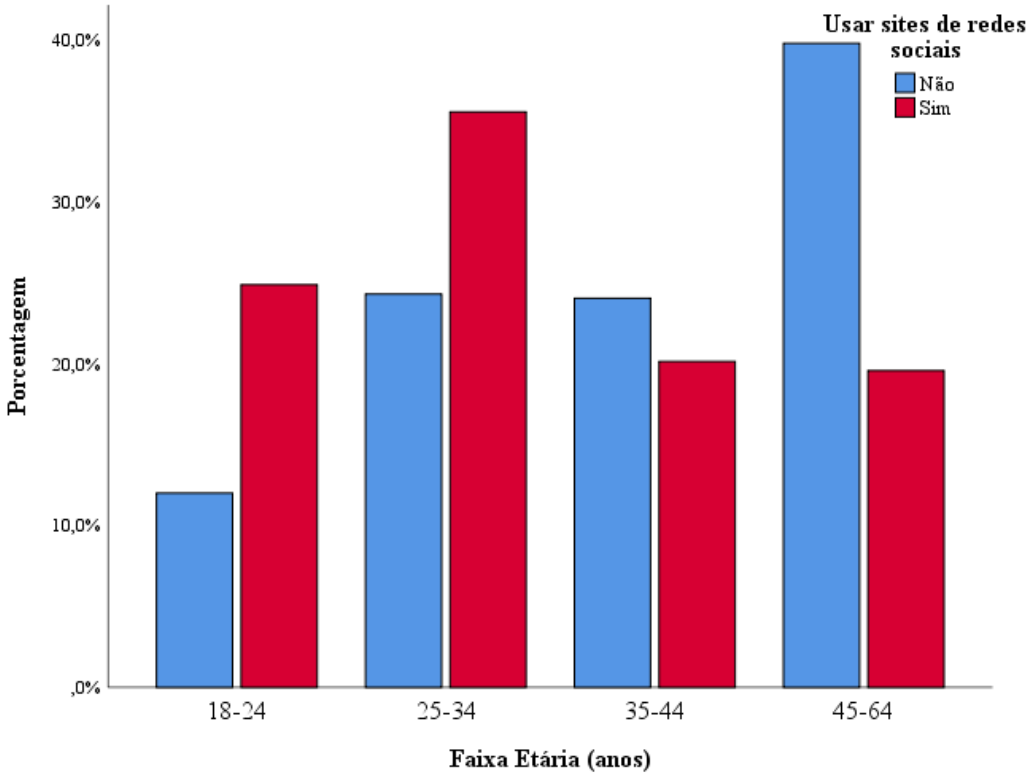
Network Cultures Survey possui uma tendência semelhante à da população de internautas brasileiros: o uso é mais elevado entre as faixas etárias mais jovens, e menos entre as faixas etárias mais velhas. Entretanto, a amostra da Network Cultures Survey apresenta uma diferença da população brasileira na faixa etária intermediária, de 35 a 44 anos, os indivíduos nessa faixa etária tendem a usar mais o twitter que a população brasileira de internautas.

Já no uso de outras plataformas de site de redes sociais, como Facebook, Instragram e Youtube, a amostra da Network Cultures Survey também difere da população brasileira de internautas. A comparação expressa no Gráfico 17, indica que, na amostra, o uso das plataformas é mais equilibrado entre as faixas etárias, entretanto, isso não reproduz o padrão da população brasileira de internautas. Nos dados da TIC- Domicílios, os mais jovens, até 34 anos, tendem a usar mais estas ferramentas que os acima dessa faixa etária, os quais utilizam menos destas plataformas. Na amostra da Network Cultures Survey, existe uma inversão na faixa etária dos 18 aos 24 anos, onde a maioria não utiliza sites de redes sociais. Já na faixa dos 25 aos 34 anos, o padrão se apresenta semelhante, uma vez que há uma tendência maior ao uso. Por fim, a partir dos 45 anos, a amostra também difere da população brasileira, apresentando uma maior tendência ao uso e um equilíbrio maior.

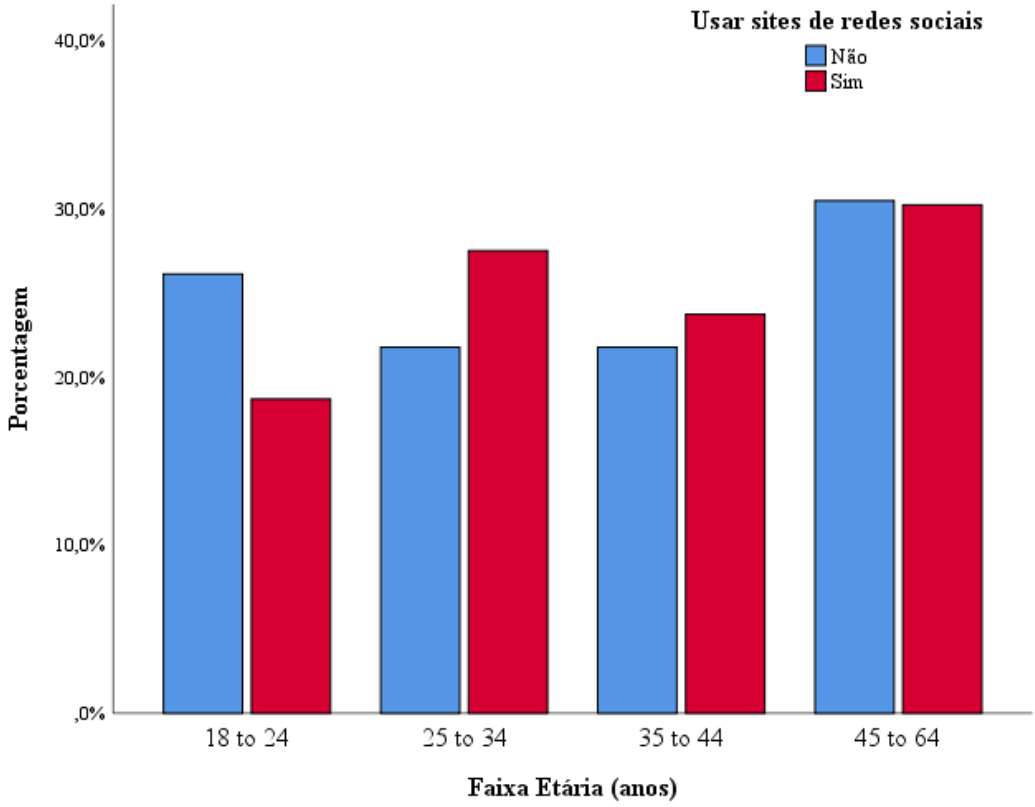
Na atividade de produzir conteúdo para blogs e sites, o Gráfico 18 mostra que em comparação à população brasileira, a amostra da Network Cultures Survey segue o mesmo padrão que o encontrado na TIC- Domicílios nesta modalidade. Há um maior engajamento nessa atividade no estrato mais jovem, dos 18 aos 34 anos, com um equilíbrio na faixa dos 35 aos 44 anos, e uma tendência a não executar essa atividade a partir dos 45 anos. O Gráfico 20 mostra o comparativo entre participar de discussões online e idade, a distribuição dos casos indica que, nesta modalidade, a amostra da Network Cultures Survey apresenta um padrão semelhante à amostra nacional: maior engajamento dos 18 aos 34 anos e, nos estratos superiores de idade, existe um grupo maior que não realiza esse tipo de atividade. Entretanto, na faixa etária dos 35 a 44 anos, a amostra da Network Cultures Survey apresenta uma pequena diferença da nacional, neste caso, esse estrato de idade é mais engajado.

Gráfico 1. Relação entre uso de sites de redes sociais e idade

TIC Domicílios



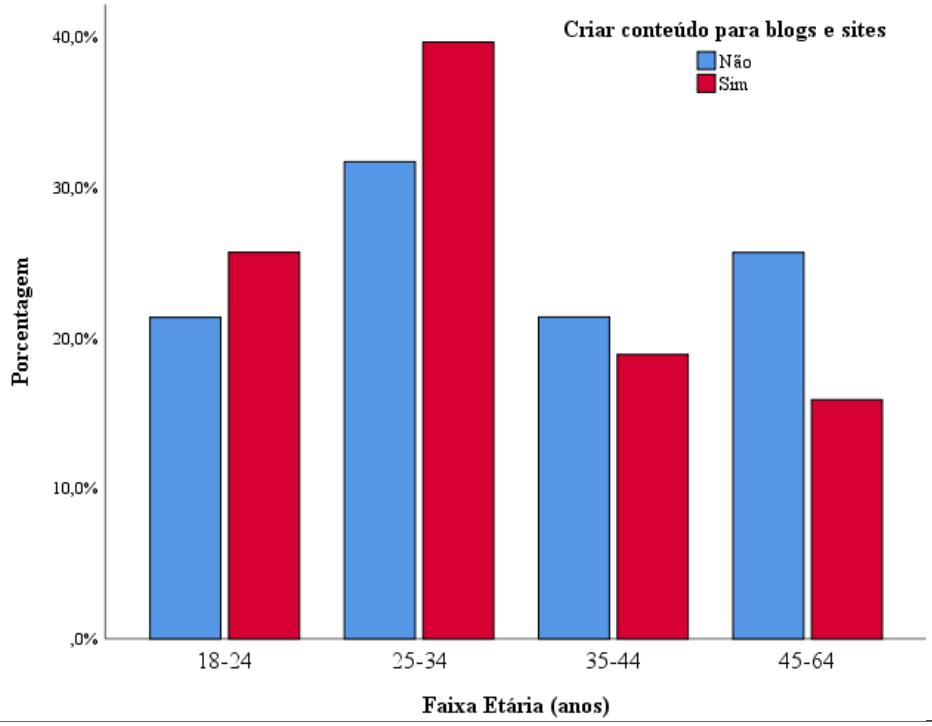
NCS



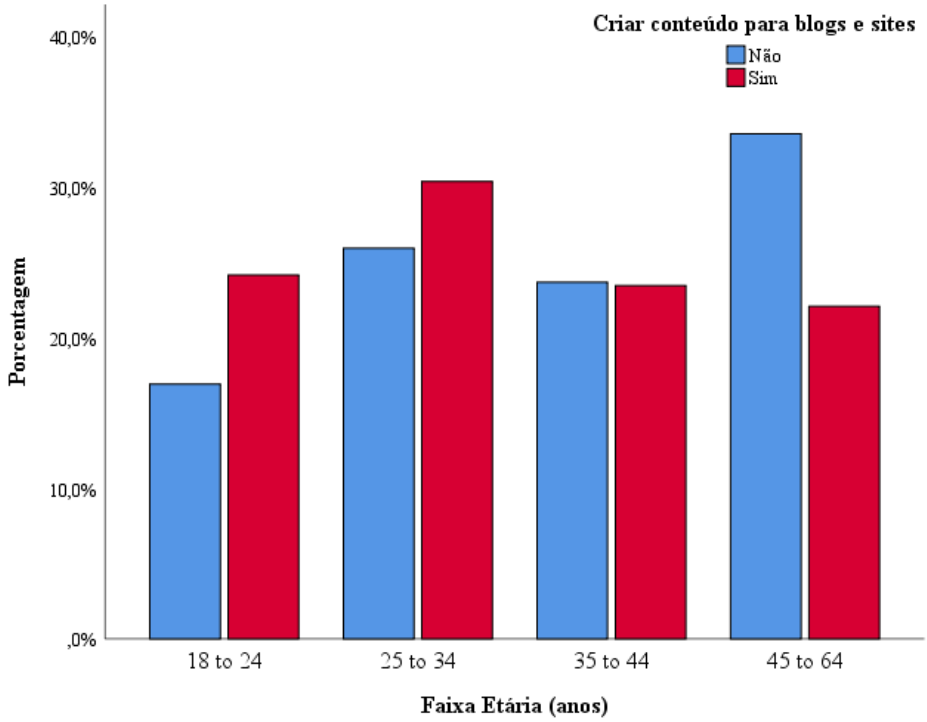
Fonte: Elaboração da autora. Dados: TIC Domicílios (2016) e Network Cultures Survey (2016).

Gráfico 1. Relação entre criar conteúdo para sites e blogs e idade

TIC Domicílios



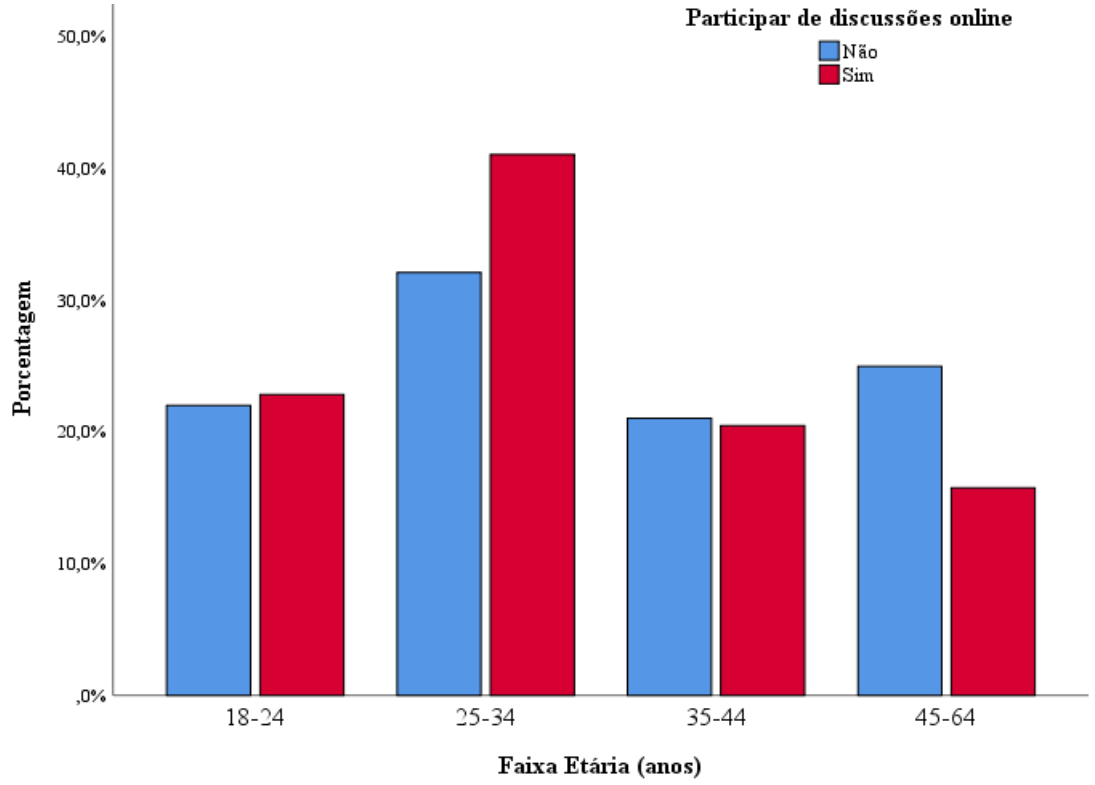
NCS



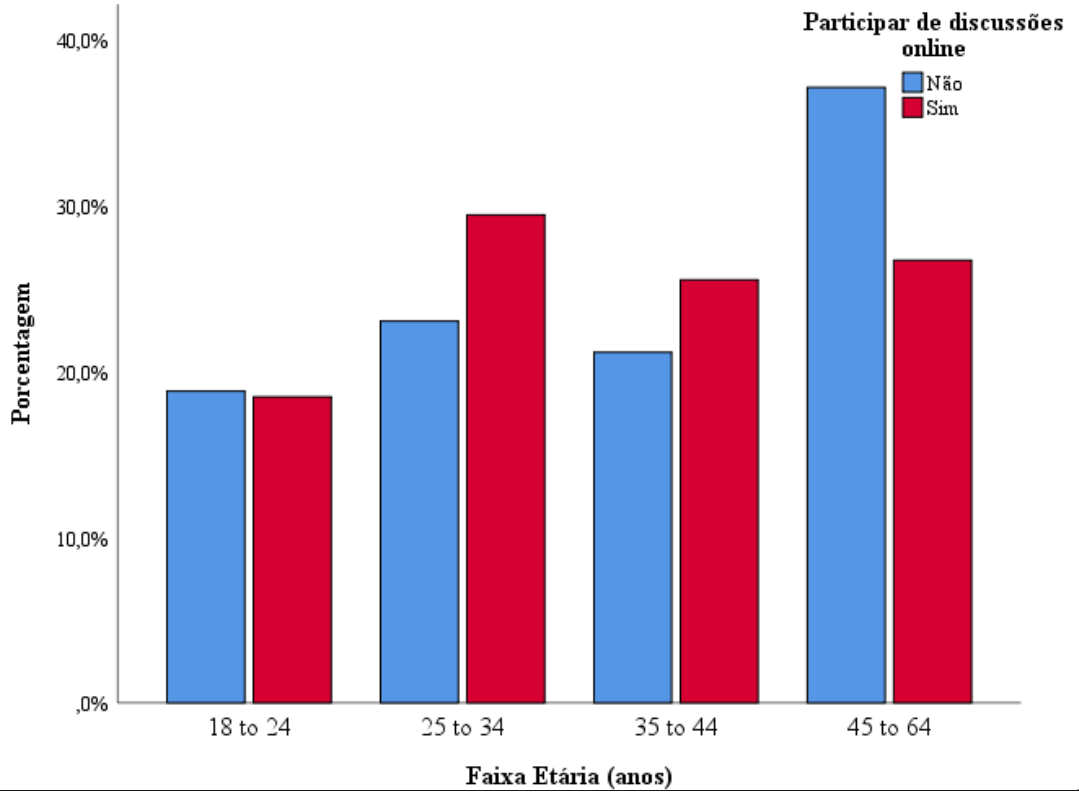
Fonte: Elaboração da autora. Dados: TIC Domicílios (2016) e Network Cultures Survey (2016).

Gráfico 1. Relações entre participar de discussões online e idade

TIC Domicílios



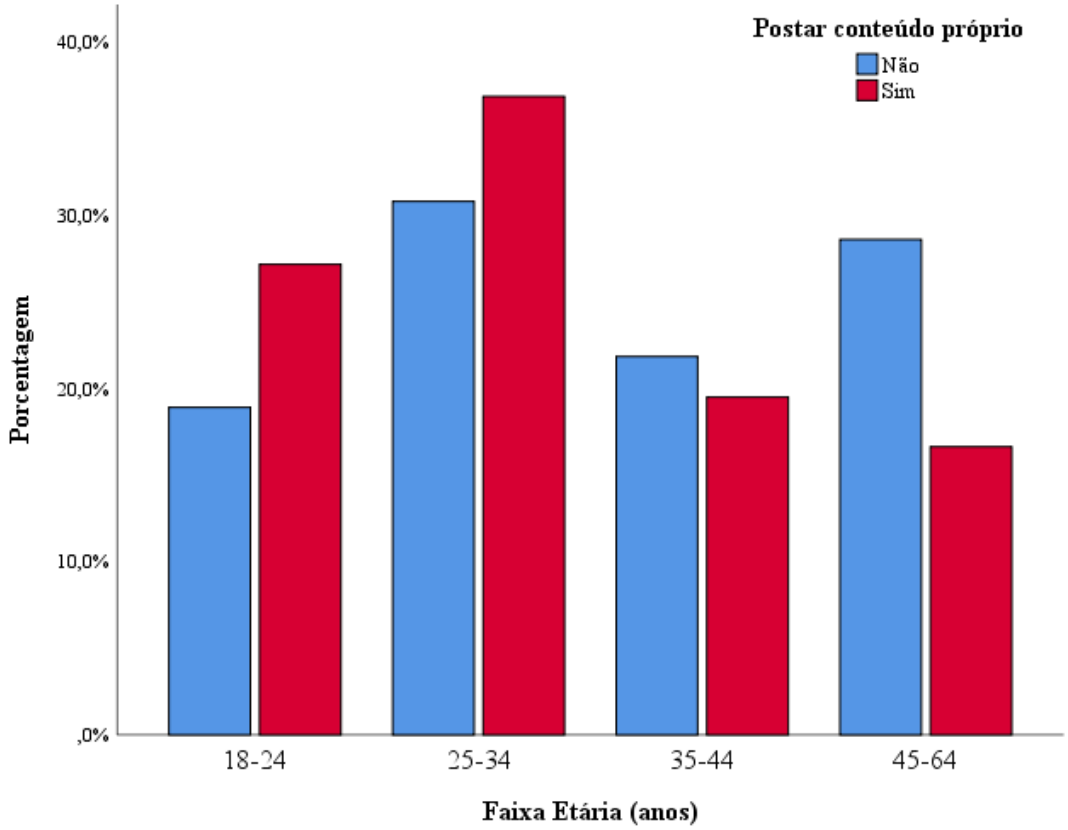
NCS



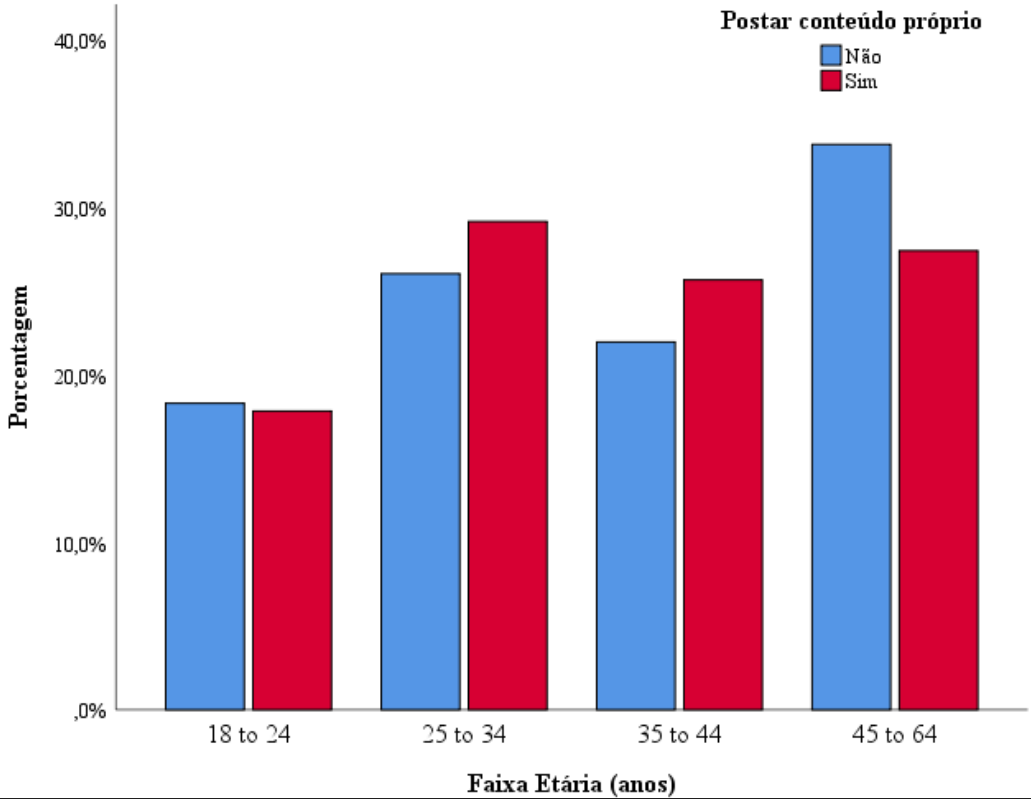
Fonte: Elaboração da autora. Dados: TIC Domicílios (2016) e Network Cultures Survey (2016).

Gráfico 1. Relações entre postar conteúdo próprio e idade

TIC Domicílios



NCS



Fonte: Elaboração da autora. Dados: TIC Domicílios (2016) e Network Cultures Survey (2016).

Por fim, o Gráfico 20 retrata a comparação em relação à pratica de postar conteúdos criados pelo próprio usuário. A amostra da Network Cultures Survey apresenta a tendência semelhante à amostra nacional nas faixas etárias dos 25 a 34 anos, em que os indivíduos são mais engajados nessa modalidade, e dos 45 a 64 anos, que são menos engajados. Contudo, esta amostra apresenta uma inversão em relação aos dados da população brasileira na faixa etária dos 35 aos 44 anos, nesta amostragem, esse estrato etário é mais engajando nessa atividade. Já na faixa dos 18 aos 24 anos, a amostra da Network Cultures Surveys apresenta um maior equilíbrio entre os que postam conteúdos próprios e os que não postam, na população em geral esta faixa etária tende a ser mais engajada neste tipo de atividade.

A partir da comparação aqui apresentada, é possível perceber que o viés de escolaridade da amostra da Network Cultures Survey resulta em outros vieses nas variáveis de interesse desta pesquisa. Como vimos em relação aos tipos de uso do ambiente online, apenas para as atividades de criar conteúdo para blogs e participar de discussões online, a amostra da Network Cultures Survey apresentou exatamente a mesma tendência que a população de internautas brasileiros. Nos outros tipos de uso, a amostra da Network Cultures Survey apresentou algumas diferenças, inclusive com inversões, onde algumas faixas etárias mostram-se mais engajadas nestas atividades que o encontrado na população brasileira. É muito provável que a inversão na tendência de uso esteja estritamente relacionada à representação de indivíduos com ensino superior e pós-graduação, uma vez que o campo dos estudos de internet mostra que esses indivíduos tendem a usar o ambiente online de maneira mais interativa e serem mais capazes de aproveitar melhor de suas ferramentas.